



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Tecnologia e Ciências**

**Instituto de Geografia**

**Demian Garcia Castro**

**“O Maraca é nosso!”: da “monumentalidade das massas” ao  
“padrão-FIFA” - neoliberalização da cidade, elitização do futebol e  
lutas sociais em torno do Maracanã**

Rio de Janeiro

2016

Demian Garcia Castro

**“O Maraca é nosso!”: da “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA” -  
neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do  
Maracanã**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C355 Castro, Demian Garcia.  
“O Maraca é nosso!”: da “monumentalidade das massas” ao  
“padrão-FIFA”: neoliberalização da cidade, elitização do futebol e  
lutas sociais em torno do Maracanã / Demian Garcia Castro. –  
2016.  
259f.: il.

Orientador: Gilmar Mascarenhas de Jesus.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Geografia.

1. Estádio do Maracanã – Teses. 2. Copa do Mundo (Futebol)  
(20.: 2014: Brasil) – Teses. 3. Políticas públicas – Rio de Janeiro  
(RJ) – Teses. 4. Futebol – Aspectos políticos – Rio de Janeiro (RJ)  
– Teses. 5. Futebol – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) –  
Teses. I. Jesus, Gilmar Mascarenhas de. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título

CDU 796.332:304(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Demian Garcia Castro

**“O Maraca é nosso!”: da “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA” -  
neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do  
Maracanã**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em: 16 de setembro de 2016.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas

Instituto de Geografia – UERJ

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Reyes Novaes

Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes

Universidade de Sorocaba

---

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não existiria sem as pessoas que caminharam comigo ao longo jornada. Por isso gostaria de agradecer a todas elas, peço desculpas de antemão aquelas que não forem mencionadas, sei que a memória me trai. Meus sinceros agradecimentos:

Ao Gilmar Mascarenhas, professor na graduação, no mestrado, amigo e orientador desta tese, pela pesquisa crítica e pioneira na geografia do futebol, inspiração para a construção deste trabalho. Obrigado pelos ensinamentos, paciência, confiança e enriquecedoras conversas sobre o tema.

Aos membros da banca: Orlando Junior, pela sua generosidade, amizade e influência intelectual e política nesta tese; Leandro Oliveira, amigo de longa data e importante referência intelectual na minha trajetória acadêmica; André Novaes, que além dessa banca também contribuiu com a pesquisa no exame de qualificação; Felipe Lopes, pelos diálogos bastante profícuos com o Grupo de pesquisa do prof. Gilmar; e a Glauco Bienenstein, que não pode participar da banca de defesa, mas contribuiu no exame de qualificação.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGEU-UERJ, em especial: o colega Fernando Ferreira, que além de compartilhar o orientador, também compartilha a paixão e a pesquisa sobre futebol; Ciro e Magda, funcionários altamente capacitados e solícitos; e aos professores Hindemburgo Pires e Mônica Machado, pelas matérias realizadas.

Aos membros da pesquisa “Metropolização e Megaeventos”, realizada no Observatório das Metrópoles (IPPUR), pelo rico debate acadêmico e pela produção intelectual voltada à disputa política, em especial aqueles envolvidos na coordenação nacional da pesquisa, com quem tive a oportunidade de estabelecer um diálogo constante sobre diferentes temas que aparecem nesta tese: Carolina Santos, Christopher Gaffney, Erick Omena, Juciano Rodrigues e Patrícia Novaes.

Aos membros do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCORJ) que, na luta por uma cidade mais justa, contribuíram diretamente para minha formação política, intelectual e humana: Aécio Oliveira (FASE), Alessandro Biazzi (PACS), André Mantelli, Caio Guimarães Rocha Lima, Carla Hirt (AGB-Rio), Giselle Tanaka (Etern/IPPUR), Gustavo Mehl, Hertz Viana Leal, Inalva Mendes Brito

(Vila Autódromo), Julia Bustamante (PACS), Juliana Kazan (Movimento Terra de Direitos), Kate Steiker-Ginzberg (Rio on Wacht), Larissa Lacerda, Letícia Freire (LeMetro/IFCS), Marcelo Edmundo (CMP), Maria dos Camelôs (MUCA), Mariana Werneck, Mario Campagnani (Justiça Global), Otto Faber (Assessoria do Mandato do Vereador Renato Cinco), Paula Carvalho (Muzema), Renato Cosentino, Roberto Morales (Assessoria do Mandato do Dep. Marcelo Freixo), Verônica Freitas (Assessoria do Mandato do Vereador Renato Cinco). Entre vários outros nomes que por ventura eu tenha cometido a injustiça de não lembrar e que, direta ou indiretamente, ajudaram a construir essa articulação política.

Aqueles que participaram da Campanha “O Maraca é nosso”, pela garra, coragem, perseverança e por todo aprendizado que me proporcionaram, em especial: Edneida Freire (Associação de Atletas e Amigos do Célio de Barros), Adalberto Rabello (Associação de Atletas e Amigos do Célio de Barros), Carlos Ehlers (Associação de Pais da Friedenreich), Rosângela Maciel (Comissão pelo Júlio Delamare), Dona Marli (Comissão pelo Júlio Delamare), Lucas Pedretti (Frente Nacional dos Torcedores), Flávio Vilela (Frente Nacional dos Torcedores), entre tantos outros que se somaram ao CPCORJ nessa Campanha.

Ao Colégio Pedro II, pela licença concedida no período final de elaboração desta tese. Aos professores de geografia do Colégio Pedro II, pelos diálogos e aprendizagens constantes: Carolina Vilela, Eduardo Rodrigues, Isaac Rosa, José Carlos Alvin, Márcio Ferreira, Marcos Lima, Marcus Vinícius Gomes, Pedro Bernardes, Tatiana Ferreira e Tiago Galinari.

Aos amigos de sempre: Fabrício Fusco, José Luiz Amado, Yan Navarro e João Luiz de Figueiredo, que acompanham e participam da minha vida pessoal, profissional e acadêmica desde os tempos da graduação. Ao João Luiz ainda cabe agradecer pela leitura crítica e atenta que fez da tese. Também agradeço aos amigos que estão comigo desde a adolescência: Arlindo José, Fernando Stavale e Bruno Mariano.

À minha família, pelo amor incondicional desde sempre, por todo apoio, material e afetivo que me permitiu caminhar até aqui.

À minha família do Centro-Oeste, pelo carinho e alegrias compartilhadas.

À minha esposa e companheira, Cecília, pelo amor de todas as horas, sua dedicação, paciência, carinho e apoio foram fundamentais para a realização desta tese.

## RESUMO

CASTRO, Demian Garcia. **“O Maraca é nosso!”**: da “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA” : neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã. 2016. 259f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A finalidade dessa tese é analisar os diferentes sentidos atribuídos ao Maracanã, da construção de um estádio monumental apropriado pelas massas ao “padrão-FIFA”. Essa reflexão foi feita destacando os impactos da reforma para a Copa de 2014, da concessão do estádio à iniciativa privada, da aceleração da elitização do futebol e da neoliberalização da cidade, e as lutas de resistência a esses processos, sobretudo daqueles diretamente atingidos. O presente trabalho tem origem na militância no Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, especialmente na campanha “O Maraca é nosso!”. A decisão de definir o Maracanã como objeto de pesquisa tem o intuito de registrar a luta política em torno do estádio e aprofundar alguns questionamentos que surgiram ao longo desse processo. A análise parte da perspectiva que as formas espaciais são resultado da ação de agentes que atuam em múltiplas escalas, com interesses e estratégias distintas, fontes de conflitos e contradições. Para o desenvolvimento do trabalho, além da revisão bibliográfica sobre os temas em tela, foi realizada pesquisa sobre o Maracanã em jornais de grande circulação na cidade, especificamente os seguintes veículos e recortes temporais: Jornal dos Sports, final da década de 1940; Jornal do Brasil, décadas de 1980 e 1990; e O Globo, para anos 2000. Foram levantadas fontes documentais relacionadas ao processo de tombamento do Maracanã pelo IPHAN e às obras da Copa do Mundo de 2014 em sites do governo federal. Foi analisado também o Edital de Concessão do Maracanã. Além disso foi realizado grupo focal com militantes que atuaram contra os impactos da reforma e concessão do estádio. Observou-se que a realização da Copa impulsionou um processo de destruição criativa de formas e institucionalidades urbanas que, para atender aos interesses dos agentes hegemônicos, tem como resultado a desterritorialização e a violação de direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade. Por outro lado, às resistências mostraram-se efetivas, garantindo vitórias, ainda que parciais, às classes populares, o que foi expresso no recuo do governo do estado na sua proposta de demolição dos equipamentos do entorno do Maracanã.

Palavras-chave: Maracanã. Copa do Mundo. Neoliberalização da Cidade. Elitização do Futebol. Lutas Sociais.

## ABSTRACT

CASTRO, Demian Garcia. **“O Maraca é nosso!”**: from "monumentality of the masses" to "standard FIFA" ; neoliberalization of the city, elitization of football and social struggles around the Maracanã. 2016. 259f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The purpose of this thesis is to analyse the different meanings attributed to the Maracanã Stadium, this is the construction of a monumental stadium for the masses suitable to the "FIFA standard". This reflection was made by means of highlighting the impact of the reform for the 2014 FIFA World Cup, which includes the concession of the stadium to the private sector, the acceleration of the elitization of football and the neoliberalization of the city, as well as the social struggles to resist to these processes, especially of those directly affected. This task comes from activism in the World Cup and Olympics Popular Committee of Rio de Janeiro, in particular in relation to the campaign “O Maraca é nosso!”. The decision for the Maracanã as the subject aims to register the political struggle around the stadium and deepen some issues that emerged during this process. The analysis is based on the perspective that the spatial forms are the result of the action of agents, they act at multiple scales, with different interests and strategies, sources of conflicts and contradictions. For the development of this study, it was conducted a literature review of the main points and a research on the Maracanã in some of the largest newspapers in Rio de Janeiro, focusing on the following means of communication and decades: "Jornal dos Sports", in the end of the 40's; "Jornal do Brasil", in the 80's and in the 90's; and, "O Globo", in the 2000 decade. Documentary sources related to the process of classification of Maracanã, as an historical monument, was carried out by IPHAN, as well as by the spatial interventions for the 2014 World Cup. Actually, they were collected from the federal government site. Furthermore, Maracanã's bidding documents were analyzed. Also, activists who acted against the impacts of the reform and concession of the stadium. It was observed that the World Cup has promoted a process of “creative destruction” of urban forms and institutions to serve the interests of the hegemonic agents,- this results in the deterritorialization and violation of the rights of the most vulnerable in society. On the other hand, the resistance has shown to be effective, ensuring victories, although partial ones to the masses. As a matter of fact, it was expressed in the state government's retreat in its proposed demolition of Maracanã surrounding installations.

Keywords: Maracanã. World Cup. Neoliberalization of the City. Elitization of Football. Social Struggles.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Campo do Bangu A. C. com a Companhia Progresso Industrial ao fundo (início do séc. XX).....	46
Figura 02 – Estádio das Laranjeiras em 1919.....	50
Figura 03 – Comemoração do dia 1º de Maio de 1940, Vargas chega ao estádio de São Januário em carro aberto.....	56
Figura 04 – Projeto de Archibald Lietch para o Estádio do Tottenham.....	65
Figura 05 – Fotografia aérea do Terreno do Derby Club em 1928 .....	80
Figura 06 – Maquete do complexo esportivo do Maracanã.....	83
Figura 07 – Capa do Jornal dos Sports para a inauguração do Maracanã.....	86
Figura 08 – Poligonal de tombamento e de entorno do Maracanã.....	102
Figura 09 – Cartão Postal do Maracanã (2003).....	105
Figura 10 – Projeto do Estádio Olímpico do Maracanã (1997).....	125
Figura 11 – Alterações no Maracanã: comparação 1991-2000.....	129
Figura 12 – Alterações no Maracanã: comparação 2000-2007.....	130
Figura 13 – Indicativo de obras para adaptação do Maracanã para a Copa de 2014.....	131
Figura 14 – A arquibancada do novo Maracanã.....	137
Figura 15 – Projeto do Novo Maracanã (setembro de 2011).....	138
Figura 16 – Projeto do Parque Maracanã.....	138
Figura 17 – Imagem de referência para construção de estacionamento no Complexo do Maracanã.....	139
Figura 18 – Proposta de extensão da cobertura do Maracanã realizada pela EMOP em 2010.....	140
Figura 19 – Brasil decola ( <i>Brazil takes off</i> ).....	167
Figura 20 – Na favela Metrô-Mangueira, moradores convivem com entulhos da demolição das casas daqueles que foram removidos.....	203
Figura 21 – Grafite na Favela Metrô-Mangueira questionando a remoção da comunidade por conta da Copa é destaque no Jornal Metro, o mais lido da Inglaterra.....	205
Figura 22 – Manifestação contrária a retirada dos sem-teto ocupantes da	

Favela Metrô-Mangueira.....	206
Figura 23 – Manifestantes pedem a saída de Ricardo Teixeira no ato público “Você Pensa que a Copa é Nossa?” .....	208
Figura 24 – Logotipo da campanha “O Maraca é nosso!” .....	212
Figura 25 – Imagens do protesto “O Maraca é nosso!”, realizado no dia 03/06/12 em frente à residência do então governador Sérgio Cabral.....	213
Figura 26 – 7ª Corrida e Caminhada de confraternização pela reconstrução do Célio de Barros.....	218
Figura 27 – O Parque Aquático Julio Delamare após dois anos do seu fechamento.....	221
Figura 28 – Guardiões da Friedenreich – ação de monitoramento online para evitar a demolição da escola.....	225
Figura 29 – Desocupação do prédio do Museu do Índio.....	229
Figura 30 – Imagens da Audiência Pública de Concessão do Maracanã.....	232
Figura 31 – Panfleto do ato realizado no dia da final da Copa das Confederações.....	236
Figura 32 – “Jogadores desleais: FIFA, Polícia, Cabral e Paes”.....	237

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa do IBOPE sobre a construção do Estádio Municipal.....	81
Tabela 2 – Arrecadação da FIFA com a Copa do Mundo de 2014.....	170
Tabela 3 – Divisão de Gastos da Copa do Mundo 2014 por Temas, agosto de 2014.....	172
Quadro 1– Estádios da Copa do Mundo de 2014 – capacidade de público, custos, financiamento, gastos do governo local, execução das obras, gestão.....	181

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>DA “INVENÇÃO” DO FUTEBOL NA INGLATERRA À SUA CHEGADA AO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS ENTRE ELITIZAÇÃO E POPULARIZAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
1.1	<b>A “invenção” do futebol na Inglaterra e sua chegada ao Brasil.....</b>	<b>24</b>
1.2	<b>A base esportiva da cidade do Rio de Janeiro .....</b>	<b>32</b>
1.3	<b>Os primeiros anos do futebol no Rio de Janeiro: entre a elitização e a popularização.....</b>	<b>41</b>
<b>2</b>	<b>MARACANÃ: DA “MONUMENTALIDADE DAS MASSAS” AO “PADRÃO-FIFA” .....</b>	<b>58</b>
2.1	<b>Os estádios como objetos geográficos: forma espacial, inserção urbana e apropriação cultural.....</b>	<b>59</b>
2.1.1	<u>O estádio de futebol como objeto geográfico .....</u>	<b>60</b>
2.1.2	<u>As origens do estádio: espaços atléticos, religiosos, de entretenimento e poder .....</u>	<b>62</b>
2.1.3	<u>O estádio de futebol: a difusão do modelo inglês.....</u>	<b>63</b>
2.1.4	<u>Os estádios de futebol no Brasil: do modelo aristocrático ao monumento cívico.....</u>	<b>66</b>
2.2	<b>A construção do estádio-monumento: consolidação do futebol no Rio de Janeiro, esporte como elemento regenerador e a realização da IV Copa do Mundo .....</b>	<b>72</b>
2.2.1	<u>A escolha do Brasil como sede da IV Copa do Mundo de Futebol e a construção do Maracanã.....</u>	<b>77</b>
2.3	<b>A apropriação do Maracanã pelas classe populares: a “monumentalidade das massas” e o processo de tombamento do estádio.....</b>	<b>90</b>
2.3.1	<u>O estádio-monumento e a territorialidade das classes populares.....</u>	<b>90</b>
2.3.2	<u>O tombamento do Maracanã: a “monumentalidade das massas” .....</u>	<b>98</b>

2.4	<b>A transformação do Maracanã em estádio “padrão-FIFA”: o fim da monumentalidade das massas e a conformação do estádio para o consumo.....</b>	106
2.4.1	<u>O estádio “padrão-FIFA”: a desterritorialização das classes populares e a re-elitização do futebol.....</u>	108
2.4.2	<u>A mercantilização do futebol no Brasil.....</u>	115
2.4.3	<u>Propostas de reforma e privatização do Maracanã na década de 1990...</u>	122
2.4.4	<u>O processo de descaracterização do Maracanã e as disputas políticas em torno do estádio: o Mundial de Clubes da FIFA e o Pan-2007.....</u>	127
2.4.5	<u>A descaracterização do estádio tombado: um “estádio padrão-FIFA” para a Copa de 2014 e para ser privatizado.....</u>	134
3	<b>O MARACANÃ NA COPA DO MUNDO DE 2014: AGENTES, ESCALAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....</b>	146
3.1	<b>Construindo uma abordagem transescalar.....</b>	147
3.2	<b>A Copa do Mundo de 2014: agentes e agendas em torno do megaevento esportivo .....</b>	157
3.2.1	<u>A Copa do Mundo da FIFA como uma mercadoria de alto valor econômico e simbólico.....</u>	157
3.2.2	<u>A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA.....</u>	162
3.2.3	<u>Copa de 2014: estrutura e contradições.....</u>	168
3.3	<b>O Maracanã e os estádios da Copa de 2014: neoliberalização das cidades e re-elitização do futebol.....</b>	174
4	<b>“O MARACA É NOSSO!”: AGENTES, AGENDAS E ESCALAS NA LUTA POR DIREITOS, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ.....</b>	192
4.1	<b>Os custos da reforma do Maracanã: a luta pela transparência e pelo controle social dos gastos públicos.....</b>	197
4.2	<b>Remoção e reassentamento da comunidade Metrô-Mangureira: a luta pelo direito à moradia.....</b>	201
4.3	<b>“O Maraca é nosso!”: a luta pelo direito ao estádio.....</b>	206
4.4	<b>“O Célio de Barros é nosso!”, “O Júlio Delamare é nosso!”: a luta pelo direito ao esporte.....</b>	214
4.4.1	<u>“O Célio de Barros é nosso!” .....</u>	215

4.4.2	<b><u>“O Julio Delamare é nosso!”</u></b> .....	218
4.5	<b>“A Escola Friedenreich é nossa!”: a luta pelo direito à educação</b> .....	222
4.6	<b>“A Aldeia Maracanã é nossa!”: a luta pela preservação da história e da cultura indígena</b> .....	225
4.7	<b>A campanha “O Maraca é nosso!”: a unificação das lutas contra as demolições no entorno do estádio</b> .....	230
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	241
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	247

## INTRODUÇÃO

### **Domingo, Eu Vou ao Maracanã** (Neginho da Beija Flor)

Domingo, eu vou pro Maracanã  
E torcer pro time que sou fã  
Vou levar foguetes e bandeira  
Não vai ser de brincadeira  
Ele vai ser campeão

Não quero cadeira numerada  
Vou ficar na arquibancada  
Pra sentir mais emoção

Porque meu time bota pra ferver  
E o nome dele são vocês que vão dizer  
Porque meu time bota pra ferver  
E o nome dele são vocês que vão dizer

(Ô, ô, ô)  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô

O Maracanã foi inaugurado em 1950 sob a marca da monumentalidade. “Colosso do Derby”, “Gigante de Concreto” ou, simplesmente, “Maior do Mundo” eram alguns superlativos utilizados para se referir ao estádio. Construído com capacidade para mais de 150 mil espectadores, possibilitou que pessoas de diferentes origens, raças e classes sociais pudessem acompanhar, “ao vivo”, as façanhas dos seus clubes e do selecionado nacional, estivessem na *geral*<sup>1</sup>, arquibancada, cadeiras numeradas ou tribuna. A ida ao Maracanã nas tardes de domingo era um programa tradicional, disponível a toda população do Rio de Janeiro. Durante décadas, avós, pais, filhos/as e netos/as transformaram o estádio em espaço de alegrias e sofrimentos, de festa carnalizada, com músicas, “foguetes e bandeiras”, e sobretudo de construção de identidades com os clubes e com a cidade.

Os seus gramados foram palco para o milésimo gol de Pelé, para os dribles de Garrincha, a “folha-seca” de Didi, centenas de gols de Zico, entre outros craques e jogadores menos talentosos. Foi transformado no principal lugar das conquistas e das derrotas dos principais clubes da cidade. Marcou também a seleção brasileira, como na vitória sobre a uruguaia pelas eliminatórias da Copa de 1994, com grande

---

<sup>1</sup> Faixa ao redor do gramado, situada em cota mais baixa, onde até 30 mil torcedores assistiam aos jogos de pé, pagando ingressos a preços populares.

exibição de Romário, resultando na classificação do time nacional para a Copa na qual seríamos tetracampeões. Também é inesquecível a final da Copa de 1950, quando essas mesmas seleções se enfrentaram e Ghiggia silenciou o Maracanã ao fazer o gol que garantiu o título ao time celeste, no episódio que ficou conhecido como “Maracanazo” e como o “Dia da Derrota”.

Pela sua destacada importância histórica, arquitetônica e cultural, o estádio do Maracanã foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A preservação de um estádio foi inédita na história da instituição, que até hoje não indicou o tombamento de nenhuma outra praça esportiva. No parecer de tombamento, o relator (REIS, 2000) reforçou a relevância do Maracanã não apenas para os habitantes do Rio de Janeiro, mas para o povo brasileiro. Na sua argumentação sobre a importância da preservação do estádio, Reis destaca que a sua extraordinária monumentalidade havia sido apropriada pela massa e, nesse sentido, possuía um caráter democrático, ao contrário da maior parte das obras monumentais que são utilizadas para a afirmação do poder.

A despeito da sua importância histórica e cultural, o estádio ficou sem manutenção durante anos e os sinais do descaso do poder público vieram com uma tragédia na final do campeonato brasileiro de 1992. Na ocasião a grade de proteção da arquibancada cedeu, ocasionando a morte de 3 pessoas e quase uma centena de feridos. Naquela década, o estádio passou por reformas pontuais e pelas primeiras tentativas de privatização, no bojo do fortalecimento das ideias neoliberais no país.

A primeira grande reforma foi realizada por ocasião do I Mundial de Clubes da FIFA, em 2000, e o seu principal impacto foi a inserção de cadeiras nas arquibancadas. Pelo fato dessas cadeiras não possuírem encosto, elas ainda permitiam as movimentações e as festas das torcidas. A segunda reforma, novamente relacionada à realização de um grande evento, foi feita para os Jogos Pan-americanos de 2007. Sua principal marca foi o fim da *geral* e, conseqüentemente, dos *geraldinos*, figuras folclóricas e tradicionais do estádio.

Essas duas reformas levaram a graves descaracterizações na forma e no conteúdo do estádio. Porém, a maior intervenção foi feita em 2014, para atender a uma dupla demanda, transformar o estádio em principal palco da Copa e entregá-lo à iniciativa privada.

Sob a argumentação de adequá-lo às exigências da FIFA e promover maior conforto e segurança aos torcedores, foram realizadas modificações estruturais com



a demolição de sua tradicional arquibancada e de sua marquise original. Essas intervenções, além de destruir uma marca da paisagem urbana do Rio de Janeiro, definiram barreiras físicas, econômicas e simbólicas aos tradicionais torcedores, buscando estabelecer um novo padrão de torcedor: mais comportado e com mais recursos financeiros.

A última reforma desconsiderou todos os gastos das obras anteriores, colocando o estádio praticamente abaixo para reconstruí-lo, mantendo apenas a sua estrutura externa. Se nas obras anteriores foram gastos, respectivamente, R\$ 106 milhões e R\$ 304 milhões, em número sem correção monetária, os gastos totais para a reconstrução do estádio alcançaram valores na ordem de 1,2 bilhões<sup>2</sup>.

Esse processo de transformação radical do Maracanã pode ser visto a partir de duas dimensões que se articulam. A primeira está relacionada ao futebol e diz respeito à elitização do público, à imposição de uma forma de torcer e à conformação do estádio como espaço de consumo. A segunda se refere à neoliberalização da cidade, à destruição criativa de arranjos institucionais e formas urbanas para atender aos interesses dos agentes hegemônicos em múltiplas escalas. Dessa forma, no “novo Maracanã”, um espaço privado voltado para o consumo, convergem sentidos atribuídos à cidade e ao futebol, ambos marcados pela elitização e segregação. Tanto a elitização do futebol quanto a neoliberalização da cidade já estavam em curso, porém foram acelerados com a realização da Copa de 2014.

A Copa do Mundo ocasionou uma aceleração nesses processos ao promover a construção e a reforma de doze modernas arenas a partir do “padrão-FIFA”. Tal intervenção promoveu uma reconfiguração no nosso parque de gigantescos estádios, muitos deles construídos no período da ditadura militar, tendo o Maracanã como parâmetro. As novas arenas promoveram o aumento dos ingressos e uma mudança do perfil econômico e da forma dos torcedores apoiarem seus clubes<sup>3</sup>. No caso do

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<<http://www.transparencia.gov.br/copa2014/cidades/execucao.seam?empreendimento=50>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

<sup>3</sup> Impulsionados por esse contexto, dois dos principais clubes do país, Grêmio e Palmeiras, também construíram modernas arenas. No caso do Grêmio, a nova arena trouxe consigo uma modificação no comportamento dos torcedores que levou a questionamentos do próprio técnico do time, Wanderley Luxemburgo, durante a campanha do seu time na Taça Libertadores de 2013. Mesmo com uma média de público elevada, de aproximadamente 35 mil pessoas, para Luxemburgo a Arena do Grêmio estava parecendo “um teatro”. Na ocasião o treinador afirmou: “O torcedor vai com sanduíche e refrigerante, mas tem de torcer. Hoje a Arena está fria, gelada”. ‘Arena atinge média de 35 mil, mas Luxa vê 'teatro frio' e pede vibração’. Globoesporte.com, 30 abr. 2013. Disponível em:

Maracanã, ao longo da década de 2000 ocorreu um aumento exponencial do preço dos ingressos que culminou com a última reforma do estádio, concluída em 2013. Entre 2003 e 2013, o preço médio do ingresso saltou de R\$ 9,50 para R\$ 38, um aumento de 300%, bem acima do aumento da inflação (73%) e da renda do trabalhador (183%) nesse mesmo período<sup>4</sup>. O aumento do preço dos ingressos indica um processo de elitização do estádio, já a mudança das formas de torcer é posta pela nova forma espacial concebida a partir do “padrão-FIFA”, que impõe condicionantes físicos para a atuação da torcida, e pelo estabelecimento de regras de comportamento dentro do estádio. A expectativa de um novo perfil de torcedor foi destacada em julho de 2013 por João Borba, presidente do Consórcio Maracanã S/A, vencedor da concessão de licitação do estádio. Segundo Borba, o ambiente do novo Maracanã exige respeito e não seria permitido levar bandeirões ou entrar sem camisa<sup>5</sup>.

O controle privado do Maracanã relaciona-se ao processo de neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro. Em curso desde o ano de 1993, quando César Maia passou a adotar princípios empresariais na gestão urbana e permitir uma apropriação explícita da cidade pelos agentes econômicos da coalizão de poder que hegemoniza a governança do município. Essa visão de gestão do espaço urbano tem como principais características direcionar recursos públicos para áreas que possam apresentar rentabilidade econômica, transferir serviços e equipamentos públicos para a iniciativa privada e atuar na busca incessante pela atração de investidores e turistas através da venda da sua imagem no mercado global. Uma das principais estratégias para o fortalecimento desse modelo é a realização de grandes eventos, sobretudo a Copa do Mundo e a Olimpíada, pois são capazes de atrair a atenção da mídia internacional e promover grandes intervenções urbanas.

---

<http://globoesporte.globo.com/rs/futebol/times/gremio/noticia/2013/04/arena-atinge-media-de-35-mil-mas-luxa-ve-teatro-frio-e-pede-vibracao.html> Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>4</sup> ‘Em 10 anos, ingresso de futebol sobe mais que salário mínimo’. Exame, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/ingresso-de-futebol-sobe-mais-que-salario-minimo>>. Acesso em 20 jul. 2016.

<sup>5</sup> Na entrevista concedida ao jornal O Globo, Borba afirma: “Temos de trabalhar com os clubes nesta mudança de hábitos. Bandeirões gigantes, mastros de bambu, torcedores sem camisa, assistir aos jogos em pé (...). Fui no último fim de semana às finais do tênis em Wimbledon, e no convite estava escrito que não é recomendável ir com uma determinada roupa (...). Quando um inglês lê ‘não recomendável’, entende que não deve usar aquele tipo de roupa”. ‘Ambiente exige respeito no novo Maracanã’. O Globo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/ambiente-exige-respeito-no-novo-maracana-9000186>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

A reforma do Maracanã em virtude da Copa de 2014 é resultado da convergência de processos transescalares que atendem a interesses de diversos agentes econômicos, da FIFA, proprietária do evento, aos governos, em seus diferentes níveis, que apostam no evento como forma de propaganda, atração de investimentos e realização de acordos políticos, e aos agentes econômicos diretamente beneficiados com a realização do evento, patrocinadores, empresas de comunicação, do setor imobiliário, e, sobretudo, as grandes empreiteiras nacionais. O destaque para as empreiteiras deve-se ao fato delas executarem as obras e depois assumirem a gestão dos equipamentos (estádios, aeroportos, projetos de mobilidade urbana, etc.), como tem sido feito, seguindo os preceitos do urbanismo neoliberal.

No caso do Maracanã, conforme indicamos em parágrafo acima, a obra assumiu elevados custos e desconsiderou por completo intervenções recentemente realizadas no estádio. Ao terminar a reforma bilionária, o estádio foi entregue para uma concessionária cuja empresa líder, com 90% de participação, era a Odebrecht, que também havia sido majoritária no Consórcio de reforma do estádio<sup>6</sup>. A participação ostensiva da Odebrecht gerou questionamentos a respeito da submissão da gestão urbana aos interesses das empreiteiras<sup>7</sup>.

O processo de concessão do estádio foi marcado por uma série de conflitos, pois a entrega do equipamento público para a iniciativa privada previa uma drástica modificação não só do estádio, mas do seu entorno. De acordo com o estudo de viabilidade econômica produzido pela empresa IMX, utilizado como base para a elaboração do edital, o estádio deveria ser transformado em um complexo de entretenimento com lojas, bares, restaurantes e estacionamentos. Para a realização desse projeto foi proposta a demolição dos equipamentos que fazem parte do entorno do Maracanã, sendo que alguns deles compõe o projeto original do estádio e estavam no que é considerado como perímetro de ambiência do bem tombado pelo IPHAN.

---

<sup>6</sup> O Instituto Mais Democracia (IMD) desenvolve um importante projeto em que analisa a submissão da ação governamental aos interesses privados, especialmente das grandes empreiteiras denominadas por eles de as “quatro irmãs”: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa. O IMD apresenta os valores doados por essas empresas em campanhas eleitorais e a quantidade de obras multibilionárias em que elas participam no Rio de Janeiro. O estudo faz parte da campanha os “Donos do Rio” que aponta, tendo o Maracanã como exemplo, indícios de processos de cartelização na atuação dessas empresas. Cf. <<http://proprietariosdobrasil.org.br/donos-do-rio/>> Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>7</sup> Também foi questionada a participação da IMX, com 5%, no Consórcio vencedor da licitação do Maracanã, pois a empresa havia sido a responsável pelo estudo de viabilidade econômica a partir do qual foi elaborado o edital.

Entre os espaços que seriam demolidos sob essa justificativa estavam o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Julio Delamare, a Escola Municipal Friedenreich, a favela Metrô-Mangueira e o prédio do antigo Museu do Índio. Espaços bastante diferentes entre si, cujos usuários, alunos, moradores e ocupantes, seriam desterritorializados diretamente pela Copa do Mundo da FIFA e pelos interesses das empresas relacionadas com o governo do estado.

Esses grupos de atingidos, juntamente com os torcedores e diversas organizações sociais, questionaram o processo que estava em curso, no começo, de forma isolada, posteriormente, após o lançamento do edital de concessão, de forma conjunta através da campanha “O Maraca é nosso!”, articulados fundamentalmente pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCORJ)<sup>8</sup>. Foram realizados debates públicos, lançados dossiês, produzidos vídeos, emitidas notas públicas, realizadas passeatas, entre diversas outras ações políticas para evitar a ação de destruição desses equipamentos e denunciar a atuação do Estado.

O presente trabalho tem origem na militância no CPCORJ, especialmente na campanha “O Maraca é nosso!”. Entretanto, há de se ressaltar que a nossa atuação nesse espaço não tinha por objetivo produzir este trabalho acadêmico. Isto significa dizer que não derivou, pois, de uma observação participante ou de uma pesquisa-ação. A decisão de definir o Maracanã como objeto de pesquisa tem o intuito de registrar a luta política em torno do estádio e aprofundar alguns questionamentos que surgiram ao longo desse processo. Nesse sentido, diversas reflexões aqui apresentadas resultam de análises produzidas durante essa experiência e apresentam contribuições de vários militantes e organizações que atuaram na construção desse espaço de articulação política.

Ademais, procuramos construir uma leitura da problemática apresentada, balizando-nos no referencial teórico da geografia e pensando as formas espaciais como resultado da ação de agentes concretos que atuam em múltiplas escalas. Esses agentes possuem interesses e estratégias distintas, fontes de conflitos e contradições. Os agentes hegemônicos constroem estratégias impulsionadas pelos processos de

---

<sup>8</sup> O CPCORJ foi uma articulação de movimentos populares, organizações sociais, grupos de pesquisa acadêmicos, mandatos parlamentares progressistas, militantes e atingidos. Questionava as violações de direitos humanos relacionadas às intervenções realizadas em decorrência da realização dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. O CPCORJ fazia parte da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo (ANCOP), uma articulação que reunia comitês populares da Copa das 12 cidades-sede do mundial de 2014.

acumulação de capital e poder, os do campo popular, atuam no sentido de defender o uso e a apropriação do espaço, ou contra processos de desterritorialização.

Dessa forma, partindo da experiência política e da concepção teórica acima destacada, foram definidos os objetivos do presente trabalho. O objetivo principal foi analisar os diferentes sentidos atribuídos ao Maracanã, da construção de um estádio monumental apropriado pelas massas ao “padrão-FIFA”. Essa reflexão foi feita destacando os impactos da reforma para a Copa de 2014, da concessão do estádio à iniciativa privada, da aceleração da elitização do futebol e da neoliberalização da cidade, e as lutas de resistência a esses processos, sobretudo daqueles diretamente atingidos.

A esse objetivo principal se conjugam outros, específicos. A análise sobre os sentidos atribuídos ao Maracanã implicaria investigar o processo de difusão do futebol no Rio de Janeiro, destacando as tensões entre elitização e popularização; investigar os principais conflitos em torno do Maracanã, da sua construção aos dias atuais; compreender às intervenções no Maracanã como resultado de um processo transescalar resultado da articulação dos interesses de diversos agentes econômicos; compreender a luta política daqueles que foram desterritorializados pelo processo de reforma e concessão do Maracanã.

O desenvolvimento do presente trabalho exigiu uma revisão bibliográfica focada no debate sobre futebol, estádios, megaeventos esportivos, produção do espaço e neoliberalização das cidades, especialmente na produção acadêmica da geografia, história, sociologia, antropologia, arquitetura e planejamento urbano. Foi desenvolvida pesquisa sobre o Maracanã em jornais de grande circulação na cidade, especificamente os seguintes veículos e recortes temporais: Jornal dos Sports, final da década de 1940; Jornal do Brasil, décadas de 1980 e 1990; e O Globo, para anos 2000. A pesquisa nos dois primeiros veículos de comunicação indicados, se deu através do site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>9</sup>, já no terceiro, ocorreu acessando o site do seu acervo<sup>10</sup>. Foram levantadas fontes documentais relacionadas ao processo de tombamento do Maracanã pelo IPHAN e às obras da Copa do Mundo de 2014 no Portal Copa Transparente. Foi consultado também o Edital de Concessão do Maracanã. Além disso foram acompanhadas notícias sobre os impactos da reforma

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

do Maracanã, nos principais veículos de comunicação e realizado grupo focal com militantes que atuaram ativamente na campanha “O Maraca é nosso”<sup>11</sup>.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo descreveremos as tensões entre elitização e popularização do futebol. Nosso percurso inicia-se observando o processo de sistematização do futebol na Inglaterra até sua chegada ao Brasil. Destacamos como o jogo pré-moderno praticado pelas classes populares no medievo, posteriormente foi codificado para a sua prática nas escolas dos filhos da elite da Inglaterra industrial do século XIX (ELIAS & DUNNING, 1992). A seguir seus significados foram reinventados através da sua apropriação pela classe operária (HOBSBAWM, 2000) e chegou ao Brasil pelas malhas do imperialismo britânico. Ao aportar no Rio de Janeiro, encontrou uma base esportiva constituída especialmente pela prática do turfe e do remo que possibilitou a aceitação e difusão do esporte bretão (MASCARENHAS, 2014a). Focalizam-se o desenvolvimento do futebol na cidade, a sua chegada pelos filhos da elite local, formando os clubes da Zona Sul e utilizando o esporte como um ritual de distinção (BOURDIEU, 2007), o apoio das fábricas para a criação de clubes, a proliferação de clubes suburbanos e o rápido aumento no número de praticantes e espectadores (PEREIRA, 1998; MASCARENHAS, 1999). Esse processo de popularização criou a necessidade de espaços dotados de maior capacidade para receber os espectadores, e motivou à construção de estádios.

No segundo capítulo analisaremos as mudanças dos sentidos materiais e simbólicos vinculados ao Maracanã, da sua “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA”. De início buscamos estabelecer uma leitura geográfica sobre os estádios, destacando aspectos relacionados à sua forma e à sua localização, no mundo e no Brasil, buscando compreender a constituição do nosso parque de estádios. São apresentados os embates em torno da construção do Maracanã e as justificativas assumidas pelo poder público ao erguer um estádio monumental, no contexto da realização da Copa de 1950. Tal monumentalidade foi apropriada pelas

---

<sup>11</sup> O objetivo dessa atividade foi construir uma avaliação coletiva das ações e resultado obtidos por aquela articulação, ressaltando acertos, erros, vitórias parciais, derrotas e aprendizados. O grupo focal foi realizado no dia 09 de setembro de 2015, no Sindicato dos Jornalistas, com a participação de Gustavo Mehl, Irlan Simões, Lucas Pedretti, Renato Cosentino, Roberto Morales, a quem o autor agradece pela riqueza do diálogo estabelecido e pela disponibilidade de participação. O material coletado na ocasião auxiliou na estruturação e na sistematização dos assuntos abordados no último capítulo desta tese.

classes populares acarretando a formação de uma territorialidade torcedora. Essas características materiais e simbólicas somadas a sua importância histórica levaram ao processo inédito de tombamento de um estádio pelo IPHAN.

Na última parte do segundo capítulo serão apresentadas as transformações recentes do Maracanã, implementadas sob a argumentação da necessidade de aumentar o conforto e a segurança dos torcedores, seguir as regulamentações da FIFA sob o tema e valorizar comercialmente o esporte enquanto espetáculo, o que em outras palavras quer dizer promover a re-elitização do futebol. Tais alterações têm como parâmetro tragédias envolvendo o futebol inglês e o surgimento da Premier League. Analisaremos as sucessivas propostas que surgiram desde a década de 1990 para alteração e privatização do estádio e, a seguir, as descaracterizações que esse bem tombado sofreu com as obras para o Mundial de Clubes da FIFA, em 2000, os Jogos Pan-americanos de 2007 e a sua completa modificação com as obras para a Copa de 2014 a fim de adequá-lo ao “padrão-FIFA” e concedê-lo à iniciativa privada.

No terceiro capítulo destacaremos o fato de a redefinição da forma espacial do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 se relacionar aos interesses de agentes hegemônicos que atuam em diversas escalas, com destaque para a FIFA, as grandes empreiteiras nacionais e os governos em seus diferentes níveis. Serão apresentadas reflexões sobre o conceito de escala, especialmente a partir da literatura geográfica, a atuação da FIFA e como a Copa do Mundo foi transformada em uma mercadoria de elevado valor simbólico e econômico, não só para a entidade máxima do futebol, mas também para aqueles que se comprometem a sediá-la. Observa-se que o poder público assume os elevados custos de realização do evento vinculados sobretudo às exigências da entidade máxima do futebol, tais como a construção e reforma de estádios, a modernização de aeroportos e os projetos na área de mobilidade urbana. O que se constata é que, além da elitização do futebol, essas intervenções promovem a neoliberalização das cidades, favorecendo os agentes da coalizão de poder que rege a governança urbana através da realização de grandes obras, da implementação de Parcerias Público-Privadas, da valorização de determinadas áreas da cidade e do aumento da segregação.

No quarto capítulo serão apresentadas investigações sobre as resistências aos processos descritos no capítulo anterior, identificando os agentes sociais envolvidos e as estratégias utilizadas no tensionamento com os agentes hegemônicos. De acordo com a leitura desenvolvida, tais estratégias são marcadas por uma “política de

escalas” (SMITH, 2002; SWYNGEDOUW, 1997) que ajudam a definir as ações na luta por direitos contra o processo de desterritorialização.

Apresenta-se um registro e uma interpretação das lutas sociais engendradas a partir da reforma do Maracanã para a Copa de 2014, destacando os custos das obras do estádio e a luta pela transparência e pelo controle social dos gastos públicos, a remoção e o reassentamento da comunidade Metrô-Mangureira e a luta pelo direito à moradia. A esses processos se acrescentam: a elitização do Maracanã e a luta pelo direito ao estádio<sup>12</sup>; a proposta de demolição do Célio de Barros e do Julio Delamare e a luta pelo direito ao esporte; a proposta de demolição do Escola Municipal Friedenreich e a luta direito à educação; a proposta de demolição do Museu do Índio e de desocupação da Aldeia Maracanã e a luta pela preservação da história e da cultura indígena; e, por último, a articulação das lutas em torno do estádio a partir da campanha “O Maraca é nosso!”.

Ao realizar esse percurso, observaremos que a realização da Copa impulsionou um processo de destruição criativa de formas e institucionalidades urbanas que, vinculada aos interesses dos agentes hegemônicos, teve como resultado a desterritorialização e a violação de direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade. Por outro lado, as lutas sociais mostraram-se efetivas, garantindo vitórias, ainda que parciais, às classes populares, o que foi expresso no recuo do governo do estado na sua proposta de demolição dos equipamentos no entorno do Maracanã.

---

<sup>12</sup> A concepção de “direito ao estádio” é apresentada por Mascarenhas (2013; 2014b).



## 1 DA “INVENÇÃO” DO FUTEBOL NA INGLATERRA À SUA CHEGADA AO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS ENTRE ELITIZAÇÃO E POPULARIZAÇÃO

O que o mundo importou dos ingleses não foram apenas regras e uma nova atividade recreativa/desportiva, mas “um conjunto de signos, um amplo discurso articulado à modernidade, dotado de um aparato simbólico a dar sentidos e formas ao jogo da bola” (MASCARENHAS, 2001, p.12). Essa observação é importante para compreender como um esporte que já havia sido apropriado pela classe trabalhadora britânica<sup>13</sup> e se transformado em um dos principais elementos da cultura popular chega à América do Sul como um símbolo aristocrático e de distinção social.

Essas considerações históricas sobre o futebol e suas vinculações com a cidade são fundamentais para nossa tese, em especial em relação às diferentes formas que as classes sociais vivenciam e se apropriam do esporte. As diferenças de apropriação do futebol produzem tensões e conflitos que serão de suma importância para explicar a luta em torno do Maracanã e a campanha por um estádio público e popular durante a última reforma relacionada à Copa do Mundo de 2014.

Antes de aportarmos no Maracanã, consideramos importante tecermos algumas considerações sobre a forma como esses processos se desencadaram e os interesses em jogo. Por conta disso, apresentaremos neste capítulo o processo de “invenção” (sistematização e codificação) do futebol moderno na Inglaterra do século XIX, sua reinvenção a partir da apropriação pela classe operária inglesa e, finalmente, a sua chegada ao nosso continente pelas malhas do imperialismo britânico. Discorreremos, a seguir, acerca da constituição de uma base esportiva na cidade do Rio de Janeiro, fundamental para a aceitação e difusão do esporte bretão. Na última seção desta parte do trabalho, apresentaremos a forma como o futebol se desenvolveu no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX, da sua utilização como mecanismo de distinção à popularização e à transformação desse

---

<sup>13</sup> Ao longo desse trabalho apresentaremos os termos ingleses e britânicos como sinônimos, da mesma forma que Inglaterra e Grã-Bretanha. Tal escolha decorre da sua utilização comum pela sociedade, o que também ocorre na literatura acadêmica.

esporte em uma verdadeira febre, gerando a demanda de construção de um grande estádio na cidade<sup>14</sup>.

### 1.1 A “invenção” do futebol na Inglaterra e sua chegada ao Brasil

Alguns autores apontam que a matriz do futebol atual tem a sua origem na Inglaterra (ALVITO, 2014). No entanto, os italianos reivindicam a ancestralidade do esporte no *calcio* que era praticado em Florença já no século XIII e, por conta disso, até hoje, na Itália o futebol recebe essa denominação. Há ainda aqueles que afirmam que as primeiras formas de futebol foram jogadas na Antiguidade, em Roma ou na Grécia (GIULIANOTTI, 2010). Esse “futebol ancestral”, “pré-moderno”, “pré-industrial” ou “futebol folclórico”<sup>15</sup>, possui variantes que foram praticadas em diversas partes do mundo, para muito além do continente europeu. Na China era chamado de *Tsü-tsü*, na América pré-hispânica de *tlachtli*. De acordo com Galeano (2004) no México e América Central havia um jogo que seria uma das fontes culturais do futebol, com bola de borracha representando o sol em uma cerimônia sagrada desde aproximadamente mil e quinhentos anos antes de Cristo.

De um modo geral, podemos considerar como precursores do futebol os jogos de bola praticados desde o medievo, porém com características muito diferentes do que conhecemos. Normalmente, envolviam dezenas ou até mesmo centenas de pessoas que disputavam algo parecido com uma bola, que deveria ser levada até os *goals* (objetivos) localizados nos extremos do território, que poderiam ser a praça ou a cidade murada.

Os jogos faziam parte do calendário agrícola e religioso, eram disputados em datas festivas como o Natal, a Páscoa e sobretudo o Carnaval. O futebol pré-moderno constituía uma cerimônia tradicional da Terça-feira Gorda<sup>16</sup>, a partir da qual as

---

<sup>14</sup> Este capítulo tem como base a obra de Mascarenhas (1999, 2001 e 2014a), orientador desta tese, que de forma pioneira desenvolveu um viés geográfico da história social do futebol. Através de seus trabalhos também foi possível ter acesso à uma ampla bibliografia que permitiu o aprofundamento dos temas aqui destacados.

<sup>15</sup> Essas diferentes denominações foram coletadas por Mascarenhas em sua tese (2001).

peças se reuniam para comer, beber e brincar. As classes populares aproveitavam o momento para zombar de símbolos e figuras da elite.

O jogo colocava em embate paróquias vizinhas, corporações locais, casados e solteiros. Eram comuns narizes ensanguentados, ossos quebrados, ferimentos graves e casos de morte também eram esperados<sup>17</sup>. Muitas vezes adquiria a forma de um confronto semi-institucionalizado entre esses grupos locais, pois também era uma forma de resolver velhas rixas, proporcionando uma válvula de escape para as tensões, ao mesmo tempo em que subvertia a ordem dominante (ELIAS & DUNNING, 1992).

Giulianotti (2010) argumenta que o futebol pré-moderno ajudava a promover a coesão social a longo prazo e a integração dos indivíduos, além de servir como rito de passagem da adolescência para a idade adulta viril, publicamente celebrado durante o carnaval, ou seja, fortalecia a identidade local e aumentava os laços de solidariedade da comunidade.

A maioria desses jogos turbulentos e violentos gerou desconfiança entre as classes dominantes. Na China, o futebol foi proibido em 1389, durante a dinastia Ming. Os que desrespeitassem a ordem teriam os pés amputados (GIULIANOTTI, 2010). Na Inglaterra, Eduardo II proibiu o futebol em 1314 sob pena de prisão, pois pretendia que as pessoas usassem o seu tempo para se aperfeiçoarem no uso do arco e flecha. Durante séculos, no entanto, as pessoas continuaram a se divertir nos jogos insubordinados em detrimento aos exercícios militares, pois o Estado possuía instrumentos rudimentares para manter a ordem, bem como para encontrar alternativas de lazer satisfatórias para os cidadãos (ELIAS & DUNNING, 1992).

Os jogos e divertimentos que exigiam força física e contato corporal eram tipicamente populares e condenados pela aristocracia e pela Igreja. Já as atividades da elite estavam associadas ao desenvolvimento intelectual e às atividades caracterizadas pelo equilíbrio, harmonia e previsibilidade, que raramente exigiam esforço muscular (MASCARENHAS, 2001).

---

<sup>16</sup> A Terça-feira Gorda antecede a Quarta-feira de Cinzas, que marca o início da Quaresma. Nesse dia, os cristãos fazem festividades para se despedir da carne. Por volta do século XI, surgiu a expressão latina *carne[m] levare* (adeus à carne), da qual deriva a palavra carnaval.

<sup>17</sup> Esse nível de violência deve ser relacionado à época e ao que era socialmente permitido, naquele contexto também eram comuns divertimentos como luta livre, brigas de galo e apostas em cachorros (ELIAS & DUNNING 1992).

Essa dualidade se estendeu até o início do século XIX, quando o jogo rural violento foi adaptado e passou a ser praticado nas escolas aristocráticas da Inglaterra, como forma de canalizar a energia da juventude envolvida constantemente em brigas e outras atividades consideradas desviantes, para ensinar virtudes de liderança, lealdade e disciplina. Ganhava força a filosofia de *mens sana in corpore sano* que já era valorizada desde a renascença com os estudos sobre o corpo, destacando a importância dos exercícios físicos. Até mesmo a Igreja passou a estimulá-los como uma forma afastar os jovens do pecado (MASCARENHAS, 2001).

Assim, as instituições colegiais e universitárias da Inglaterra passaram a incentivar as práticas atléticas e a incorporar os jogos populares nas suas atividades pedagógicas. No entanto, devido à estética violenta e aos traumas advindos da prática desses jogos folclóricos, começaram a ser sistematizadas regras que garantissem a aceitação social e permitissem a realização de competições esportivas. Esse processo de organização dos passatempos populares e transformação dos mesmos em esportes modernos, que ocorreu na Inglaterra no decurso do século XIX, é denominado por Elias & Dunning (1992) de “esportivização”. Esses autores partem da ideia de um processo civilizacional do esporte, relacionado a maior regulamentação, com comportamentos com maior nível de previsibilidade e menor violência física.

As regras do futebol moderno começaram a ser codificadas, mas de forma bastante variada conforme a instituição de ensino. O processo de sistematização e unificação das regras foi possível, conforme destaca Mascarenhas (2001), com a implantação da rede ferroviária que, ao aumentar a fluidez do território, permitiu maior circulação das pessoas e possibilitou a realização de competições envolvendo equipes de diferentes localidades. Porém, para a realização desses certames seria fundamental a definição de uma regra comum a todos.

Em 1863, foi criada a Football Association (FA), entidade responsável pelo futebol na Inglaterra, e estabelecido um “futebol de consenso”, resultado da mistura das regras das diferentes localidades: o novo esporte recebeu o nome de *association football*, começaria ali a uniformização dos seus procedimentos até então muito misturados ao rúgbi. Em 1872, foi disputada a FA Cup (Copa da Inglaterra), uma competição eliminatória<sup>18</sup> entre escolas públicas, quase todas do sul do país (GIULIANOTTI, 2010).

---

<sup>18</sup> Segundo Alvito (2014), é possível que a inspiração para esse tipo de competição sejam as brigas de galo, razão pelo qual esses torneios são chamados até hoje de torneios “mata-mata”.

O número de clubes membros da FA cresceu de forma acelerada, surgindo várias ligas regionais que adotavam as suas regras. Nessa expansão, o futebol passou a ser praticado pelos operários do Norte, que ao final do século XIX, através da sua organização em sindicatos, já tinham conseguido importantes conquistas. Uma das vitórias mais significativas foi a obtenção da meia jornada no sábado, configurando a chamada “semana inglesa”. Ainda hoje o horário tradicional do futebol na Inglaterra, cada vez mais desrespeitado pela televisão, é as três horas da tarde de sábado (ALVITO, 2014).

No Sul, predominava o caráter amador<sup>19</sup> da FA e seu elitismo. Para eles o esporte seria uma fonte de virtudes morais, sintetizadas no *fair play* (jogo limpo). Os jogadores do Corinthian Football Club, por exemplo, chutavam para fora os pênaltis cometidos contra eles, pois não aceitavam que cavalheiros fossem capazes de cometer faltas<sup>20</sup>. Em contrapartida, nas cidades industriais e mineiras do Norte, operários com talento para a prática do futebol passaram a ser dispensados da jornada de trabalho e a receberem pagamentos extraoficiais para se dedicarem ao esporte. O sucesso dos times do Norte obrigou a FA a aceitar o profissionalismo em 1885<sup>21</sup>.

Com o sucesso da Copa da Inglaterra e a difusão da regra única, o futebol se transformou em mania nacional, havendo um significativo aumento tanto no número de praticante quanto daqueles que assistiam às partidas<sup>22</sup>. A rápida adesão aos

---

<sup>19</sup> Hobsbawm (1988) nos lembra que ideal do amadorismo reunia classe média e nobreza. No entanto, nenhum amador poderia se distinguir nos esportes, a não ser que pudesse dedicar a ele mais tempo do que os operários dispunham.

<sup>20</sup> O Corinthian era um clube dedicado a exaltar os valores do amadorismo e realizava excursões pelo mundo promovendo certames com esse propósito. Em uma dessas ocasiões, em 1910, eles estiveram no Brasil, onde golearam o aristocrático time do São Paulo Athletic Club. Por conta desse evento, exaltando a derrota da elite local, foi fundado na várzea de São Paulo um dos primeiros clubes de origem popular de país: Sport Club Corinthians Paulista (SCCP), que de forma paradoxal homenageava em seu nome um time de nobres ingleses. Sobre o surgimento do SCCP ver o trabalho de Negreiros (2010).

<sup>21</sup> É interessante observar que a façanha do Blackburn, de destronar os clubes de elite com uma estratégia de preparação física e remuneração de atletas oriundos das camadas populares, foi mundialmente copiada (MASCARENHAS, 2001). Conforme veremos ao abordar na última seção desse capítulo os primeiros anos do futebol no Rio de Janeiro, há um falso pioneirismo atribuído ao Vasco da Gama que foi alimentado pela crônica esportiva e que permanece forte no imaginário popular devido à ausência de investigações aprofundadas sobre o tema ou de divulgação das mesmas.

<sup>22</sup> Jonh Bale (1982, *apud* MASCARENHAS, 2001) fala em re-adoção do futebol pelas camadas populares após a sua codificação como *association football*, pois sua origem estava atrelada aos jogos populares, folclóricos.

esportes organizados, no último quarto do século XIX, sugere que estes cumpriram uma necessidade social maior do que a prática de exercícios físicos ao ar livre, preenchendo um vácuo de lazer popular (HOBSBAWM, 1988).

Nesse momento, o futebol se transformou em esporte das massas, "quase uma religião leiga" da classe operária (HOBSBAWM, 2000, p. 268). O historiador marxista inglês destaca a importância do futebol na formação da identidade da classe operária, pois colaborava para uma percepção de classe no sentido social e não meramente classificatório. Para o autor, "na medida em que o futebol tornou-se tópico principal da conversa social no bar, uma espécie de língua franca das relações sociais entre os homens, ele tornou-se parte do universo de todos os operários" (HOBSBAWM, 2000, p.294). Ressalta ainda que essa cultura do futebol era um modelo nacional "visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial" (HOBSBAWM, 2000, p. 291).

Outro fator importante na popularização do futebol foi o ambiente da cidade moderna que teve um rápido crescimento da classe operária, associado às sucessivas e gigantescas levas migratórias. Seus habitantes não tinham raízes ou tradições, pois eram originados de diferentes partes do território. Na busca de uma nova identidade que substituísse aquela associada ao parentesco, à comunidade ou à aldeia, perdida no processo migratório, e diante de pessoas com trajetórias muito diferentes, o futebol aparece como mecanismo de pertencimento a uma comunidade. Esse pertencimento era alimentado pela existência de uma alteridade, ou seja, pela existência de comunidades rivais que dividiam a paixão futebolística nas principais cidades inglesas.

Na década de 1880, pouco após a adoção da regra única, o futebol se alastrou pelo velho continente a partir das comunidades inglesas que criavam clubes para a sua prática em diversos países. Essa rápida difusão ocasionou na criação, em 1886, da International Foot-ball Association Board (IFAB), que tinha como finalidade uniformizar e organizar a prática do futebol na Inglaterra e nos países onde passava a ser praticado. No entanto, nesses países, diferentemente da Inglaterra, o jogo era restrito aos estudantes e técnicos das companhias inglesas, assumindo uma marca diferente do seu país de origem<sup>23</sup>.

A força da Inglaterra no século XIX, possibilitou que o futebol se espalhasse por todas as partes do planeta. Após a Revolução Industrial, os britânicos espalharam

---

<sup>23</sup> Como veremos posteriormente, é a partir desse caráter restrito que alguns jovens da América do Sul terão contato com o futebol.

o seu domínio pelas mais diversas longitudes do planeta através do seu poderio econômico e da força da sua marinha. A dominação imperial se dava de forma direta, através do controle territorial, e indireta, pelo controle comercial. Os espaços controlados pela coroa britânica eram fontes de matérias-primas para suas indústrias, mercados consumidores para seus produtos, recebiam parte do excedente da força de trabalho das fábricas inglesas e eram também espaços para o investimento dos excedentes de capital acumulados. A força da Inglaterra fazia dela o “alto comando” da economia mundial, o “verdadeiro lar do capitalismo”, segundo as expressões de Braudel (ARRIGHI, 1996).

A ubiquidade britânica no mundo, no final do século XIX, favoreceu a difusão dos esportes modernos formatados na Inglaterra, fornecendo unidade cultural as diferentes áreas do Império (MASCARENHAS, 2001). De acordo com Mascarenhas (2001), a difusão do futebol pelo mundo teria seguido um modelo no qual, a partir do imperialismo britânico, a atividade teria adentrado pelo porto principal para posteriormente se espalhar pelo território. Dessa forma, cidades portuárias de diversas partes do mundo conheceram o futebol através dos marinheiros britânicos que o praticavam informalmente. Valparaíso, Montevidéu, Buenos Aires, Belém do Pará, são alguns exemplos a serem citados, para o caso da América do Sul.

Porém, Mascarenhas (2001) também destaca que os portos não foram a única forma de difusão do futebol: a despeito do seu papel primordial, destaque também deve ser dado para os investimentos ingleses na implantação de infraestrutura, no oferecimento de serviços urbanos, na exploração da atividade mineradora e na criação de indústrias. Além dos marinheiros, os imigrantes britânicos, que trabalhavam nos empreendimentos imperialistas, sendo praticantes do futebol, foram importantes agentes de difusão do esporte.

A América do Sul fazia parte informalmente do Império Britânico, pois exportava boa parte de seus produtos para a Inglaterra, além de receber grandes investimentos (HOBBSAWM, 1988). Por conta disso, Buenos Aires e Montevidéu, na região do Prata, e, a então capital chilena, Valparaíso, são áreas onde o futebol prosperava no início do século XX. Essas cidades possuíam grande quantidade de imigrantes ingleses, o que incentivou a criação de instituições educacionais, onde o futebol era ensinado e regularmente praticado<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Giulianotti (2010) observa que a forte presença inglesa na Argentina foi responsável pela criação de escolas britânicas de onde surgiram vários clubes de futebol. A influência inglesa é visível na

Dentro dessa lógica, o primeiro ponto a ser considerado para compreender a difusão do futebol no Brasil, é analisar a presença inglesa. Logo após a chegada da Família Real, em 1808, e a abertura dos portos às nações amigas, a movimentação de navios ingleses passou a predominar nos portos do país, especialmente no porto do Rio de Janeiro. Por eles chegavam da Inglaterra produtos industrializados, inovações tecnológicas e uma cultura que era vista como um modelo civilizacional. Freyre destaca que, no século XIX, o Brasil se tornou o terceiro maior mercado externo da Grã-Bretanha. A forte presença da cultura britânica influenciou profundamente as condições materiais e imateriais de vida dos brasileiros, modificando as “condições de produção, habitação, recreação, comunicação, iluminação, alimentação e repouso entre nós” (1977, p.101)<sup>25</sup>.

Cabe frisar que, devido à configuração espacial do território brasileiro, apresentando portos distantes entre si, vinculados à sua hinterlândia imediata e ao exterior, tal como um “arquipélago mercantil” (SANTOS & SILVEIRA, 2001), a difusão do futebol ocorreu de forma quase simultânea em várias partes do território desconectadas entre si (MASCARENHAS, 2001). Contrariava assim, o modelo visto na maior parte dos países, de chegada pelo porto principal e posterior alastramento para o interior do território.

No entanto, conforme destaca Mascarenhas (2001), o futebol também foi praticado em áreas sem conexão direta com os ingleses, como foi o caso de cidades que não estavam relacionadas à dinâmica agrário-exportadora. Portanto, conheceram o futebol através de outros agentes, entre os quais destacam-se os bacharéis e missionários religiosos. Estes foram mais eficazes do que os ingleses na difusão do futebol no Brasil, pois desfrutavam de credibilidade nos lugares em que atuavam e,

---

denominação dos clubes fundados por ex-alunos dessas escolas e por trabalhadores ferroviários, tais como River Plate e News Old Boys. Já no Uruguai, o Peñarol foi fundado, em 1891, por trabalhadores ferroviários ingleses, posteriormente, em 1899, estudantes locais criaram o Nacional para desafiar o time dos ingleses.

<sup>25</sup> Gilberto Freyre (1977) apresenta uma extensa lista dessas influências, entre as quais podemos destacar: os primeiros telégrafos, bondes, estradas de ferro, barcos a vapor, iluminação a gás, redes de esgoto, o hábito de tomar banho de mar, da residência em subúrbio, do começo de algumas seitas protestantes e dos métodos modernos de ensino de meninos (com o acréscimo da educação física à intelectual), a generalização do chá, da cerveja e depois do *whisky*, do *gin* e do *rum*, a organização de clubes, a adoção dos esportes, a anglicização da língua com a naturalização de verbos como chutar, driblar, blefar, boicotar, boxear, breicar, lanchar, além de várias outras palavras: esporte (*sport*), futebol (*football*), gol (*goal*), beque (*back*), recorde (*record*), time (*team*).



por conta disso, adicionavam simbolicamente uma conotação positiva ao esporte (MASCARENHAS, 2001).

Os missionários religiosos utilizavam o esporte como um instrumento de disciplinarização e de canalização de energias da juventude, ou seja, com função similar àquela empregada pelas escolas britânicas. Nesse sentido, os maristas e os jesuítas, por exemplo, incorporaram a prática esportiva na sua pedagogia, proporcionando o contato com os esportes a juventude de várias localidades distantes dos principais nós das redes de informação internacional. Segundo Mascarenhas (2001), há indícios de que a atuação desse grupo tenha sido importante sobretudo em núcleos urbanos distantes das metrópoles e das áreas portuárias, como Uberaba (MG), Nova Friburgo (RJ), Santa Maria (RS).

Mais importante do que a via religiosa foram os vínculos estabelecidos com as tradicionais universidades europeias através dos filhos da aristocracia brasileira. Mascarenhas observa que

Face à escassez de estabelecimentos de ensino superior no Brasil até o início do século XX, da Europa retornavam nossos jovens bacharéis, bem informados quanto aos modismos europeus e desejosos de atuar como vanguarda civilizatória. Muito mais que os "alienígenas" agentes britânicos, os ilustrados filhos da aristocracia desfrutavam do suficiente reconhecimento da sociedade brasileira, para legitimar inovações no plano cultural (MASCARENHAS, 2014a, p. 54).

Os jovens bacharéis que regressavam da Europa traziam em suas bagagens um novo esporte que, por sua origem, era simbolicamente portador de virtudes. A prática do futebol, além do seu caráter saudável, seria capaz de aprimorar a inteligência e outros atributos morais. Nesse contexto está Charles Miller (1874-1953), apontado pela historiografia tradicional como o introdutor do futebol no Brasil. Nascido em São Paulo, filho de um escocês, Miller estudou dos nove aos dezenove anos na Inglaterra, onde aprendeu vários esportes e se destacou no futebol. Quando voltou ao Brasil, em 1894, passou a fazer parte do São Paulo Athletic Club, clube exclusivo da colônia britânica, e a se dedicar à difusão do futebol. No caso do Rio de Janeiro, papel parecido foi desempenhado por Oscar Cox que havia estudado em Lausanne, na Suíça, e teve importante papel na fundação Fluminense Football Club e na difusão do futebol pela cidade.

O papel de Oscar Cox foi facilitado pelo ambiente esportivo encontrado no Rio de Janeiro, onde já se praticavam diversos esportes ingleses e também era comum a organização de clubes. Aqui vamos, mais uma vez, ao encontro das proposições de

Mascarenhas (2014a), para este autor, a adoção e difusão do futebol, então, não se relaciona simplesmente às qualidades do esporte, mas à existência de uma “base esportiva”<sup>26</sup> na cidade que foi sendo constituída ao longo do século XIX.

Dessa forma, recorreremos a uma máxima da geografia, a que diz que “o espaço importa” e que as formas espaciais, historicamente produzidas e acumuladas na paisagem, e os conteúdos a elas vinculados, podem facilitar ou dificultar a aceitação de processos gerais.

Assim, antes de apresentar como foram os primeiros anos do esporte bretão no Rio de Janeiro, discutiremos na próxima seção sobre o processo de constituição dessa base esportiva.

## 1.2 A base esportiva da cidade do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro no início do século XX era uma “cidade esportiva” (MELO, 2001) com a prática de vários esportes difundidos pela cidade com elevado número de praticantes e espectadores. A paisagem urbana era marcada tanto pelos espaços destinados a essas práticas, tais como velódromos, hipódromos, pavilhão de regatas, como pelo afluxo de pessoas em dias de eventos esportivos. O esporte também já havia conquistado expressivo espaço na imprensa, inclusive com publicações específicas. Dessa forma, mais do que as virtudes inerentes ao próprio esporte, normalmente citadas para explicar a sua difusão em várias paragens, a existência de uma base material e simbólica vinculada às atividades físicas, com a constituição de um “campo esportivo” (BOURDIEU, 1983)<sup>27</sup>, foram fundamentais para a aceitação do futebol no Rio de Janeiro.

---

<sup>26</sup> Mascarenhas (2014a), propõe a ideia de “base esportiva”, valorizando uma análise geográfica dos processos de difusão do esporte. Esta, para o autor, relaciona-se a preexistência de práticas e equipamentos esportivos que tiveram papel fundamental na adoção do futebol, resultado local do acúmulo de condições favoráveis ao advento de inovações esportivas. De acordo com sua proposição, a base esportiva se manifesta em três níveis, todos imbricados com o lugar: o físico (material ou espacial), concernente à disponibilidade de equipamentos destinados à prática esportiva; social, relativo à existência de instituições promotoras; e simbólico, referente à presença de valores que definem o esporte como prática positiva (MASCARENHAS, 2014a).

<sup>27</sup> Bourdieu define campo esportivo como “sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos” (1983, p.136-137). O

A estruturação do campo esportivo ao longo do século XIX em países como Inglaterra, França e EUA, guarda relação direta com a produção fabril, o crescimento das cidades e o aumento das preocupações com o corpo, a saúde e a higiene, bem como a valorização do espetáculo enquanto entretenimento, ou seja, com as dimensões que marcam a modernidade (MELO, 2009a).

Melo (2009a) indica que esse fenômeno social chega ao Brasil com os “ventos de modernização” que sopravam da Europa. No entanto, por aqui a prática adquiriu peculiaridades relacionadas às diferentes formas de interação espacial com o exterior influenciadas pelas leituras locais de processos gerais. Se por um lado “os ventos de modernização” sopravam, por outro havia barreiras a sua plena circulação associada ao passado colonial da cidade. Assim, o que ocorreu foi uma passagem lenta e gradual de uma cidade vigiada, com escassa sociabilidade nos espaços públicos, para outra de espírito laico e hedonista que dessacraliza esses espaços (MASCARENHAS, 1999).

O processo de constituição e consolidação do campo esportivo na cidade do Rio de Janeiro relaciona-se às iniciativas de modernização do país às tensões vinculadas a esse processo. Além disso, não parece equivocado afirmar, por conta da própria capitalidade<sup>28</sup> da cidade, que foi no Rio de Janeiro que se estruturou de forma pioneira o campo esportivo brasileiro (MELO, 2009a).

No início do século XIX, o Rio de Janeiro era a capital da colônia e um importante centro político do Império Português no Atlântico Sul. Essa influência foi aprofundada em 1808 quando a cidade foi transformada na própria metrópole do Império Português. A cidade era não apenas o coração do Brasil, mas ponto privilegiado de trocas entre a colônia e a metrópole.

A despeito da importância da cidade, para os propósitos deste trabalho, é importante reforçar que a cidade colonial era um espaço de sociabilidades restritas e sedentarismo, pois eram poucos os espaços públicos onde poderiam ocorrer manifestações coletivas e havia um forte controle do Estado marcado na paisagem das vilas e cidades pela presença do pelourinho, utilizado para castigar e expor

---

autor utiliza a ideia de campo social para demarcar um universo em que se produzem e reproduzem práticas sociais específicas, dotadas de relativa autonomia.

<sup>28</sup> Para Azevedo a capitalidade “se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas ideias por parte de uma determinada cidade, o que confere à esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres (...) tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência (2002, p. 45).

criminosos (MASCARENHAS, 1999).

Conforme nos lembra Mascarenhas (1999), as ruas estreitas, sinuosas e irregulares eram ocupadas predominantemente pelos negros escravizados em atividades laborais de coleta d'água, transporte de pessoas, comércio ambulante, etc. As relações sociais cotidianas dos membros das elites no espaço público eram escassas, seu único compromisso social era a missa de domingo. Dessa forma, o adro da Igreja era um importante local de sociabilidade, porém marcado pela vigilância dessa instituição.

Ao final do século XVIII, a cidade foi objeto de uma intervenção urbanística barroca, que procurava estabelecer padrões de comportamento mais disciplinados e uma apreciação estética relacionada ao renascimento italiano e seu conceito de perspectiva e abertura de espaços. Conforme aponta Fernandes (2008), o Largo do Paço foi remodelado, foi construído o Passeio Público, projetado por Mestre Valentin, e vários jardins foram “concebidos para a fruição de uma sensibilidade ilustrada e uma sociabilidade cortesã”. Como cidade-capital, o Rio de Janeiro deveria reproduzir a morfologia espacial da metrópole, por exemplo, “a morfologia da Praça XV, dos edifícios ao calçamento da praça, assim como seus usos, proporcionavam a teatralidade necessária de uma porta oficial de capital barroca, sendo muito semelhante à Praça do Comercio em Lisboa” (FERNANDES, 2008). Dessa forma, esse autor aponta que seria um erro histórico e geográfico dizer que quando a Família Real chegou por aqui havia apenas uma “aldeola portuguesa”<sup>29</sup>.

A despeito dos importantes melhoramentos urbanísticos realizados tendo como referência a metrópole, naquela ocasião o Rio de Janeiro ainda era uma cidade pouco populosa e estruturada a partir da economia agrícola que sofreu um grande impacto com a chegada da Corte portuguesa, pois desembarcaram na cidade mais de dez mil membros da nobreza (AZEVEDO, 2002).

A mudança de estatuto político da cidade, alçada a sede do reino português, gerou uma demanda de transformação da forma e do conteúdo da cidade, relacionado ao papel econômico, político e ideológico que o Rio de Janeiro passou a exercer

---

<sup>29</sup> Fernandes (2008) destaca que já havia o aqueduto da Carioca, várias fontes tinham sido construídas, pântanos drenados, bem como havia um esforço de disciplinarização dos usos do espaço da cidade na perseguição do ideal de cidade barroca, expressa, por exemplo, no deslocamento do mercado de escravos para o Valongo, um ponto segregado da cidade.

(ABREU, 1987)<sup>30</sup>.

Logo após a sua chegada, D. João VI promoveu a abertura dos portos às nações amigas, liberalizando a economia e abrindo espaço para a entrada de diversos produtos europeus, sobretudo, ingleses, no país. Nesse contexto de entrada de mercadorias, novos hábitos e novos padrões de civilidade se impunham a cidade-corte. Há uma abertura para novas formas de sociabilidade e usos do espaço público. No entanto, esse processo foi lento e gradual e só se consolidou na *belle époque* quando as novas experiências, relacionadas à modernidade, encontraram um espaço urbano propício a sua realização (MASCARENHAS, 1999).

Entre as novidades que chegavam do velho continente estava o esporte, que se juntava com uma nova dinâmica de diversão e vivências no espaço público. Nessa época, diversos tipos de atividades eram consideradas esportivas. Algumas delas posteriormente passariam a ser consideradas bárbaras, sendo perseguidas e proibidas, mas continuaram a existir dividindo espaço com as práticas civilizadas, como passou a ser considerado o esporte no final do século XIX.

Antes da chegada do esporte, as atividades físicas eram praticadas nos “jogos de cavalheiros”, durante as cavalhadas. Um mimetismo de treinamento militar, mas com um valor simbólico de demonstrar elegância através de um amplo domínio dos cavalos. Normalmente eram realizadas durante as festas religiosas e procissões. Da arte da cavalaria, o domínio da equitação passou a ser utilizado para o transporte e lazer e, posteriormente, para o hipismo (DEL PRIORE, 2009).

Mas antes de abordar a estruturação do turfe na cidade, cabem alguns comentários sobre outra prática que teve destaque nesse contexto como momento de festa no espaço público e reunião de grande quantidade de pessoas: as touradas.

Normalmente realizadas em datas festivas do calendário Real português, numa demonstração de fidelidade da colônia, as touradas possuíam grande popularidade. Um dos sinais da importância desses eventos é sua realização em comemoração do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, em 1817, e na aclamação de D. João VI, em 1818, ocasião em que foi construída uma arena, onde atualmente se encontra a Praça da República (MELO, 2009a).

---

<sup>30</sup> D. João VI criou a Biblioteca Nacional, a Faculdade de Medicina, a Imprensa Régia, a Real Academia Militar, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, o Jardim Botânico, entre outras instituições e intervenções no espaço urbano.

Conforme indica Melo (2009a) com o crescimento da cidade e a estruturação de um novo imaginário, essa prática social de origem rural passou a ser questionada. Mas as principais críticas relacionavam-se à qualidade do espetáculo, ao desconforto das arenas e à pouca agressividade dos touros. Uma outra crítica refere-se ao gasto do dinheiro público na promoção das festas com touros, pois estas eram uma das principais diversões das camadas populares. Nas palavras do autor:

Podemos observar um fenômeno interessante: uma prática que tem origem rural, antes eventualmente realizada por ocasião das festas, no contexto da cidade que cresce, torna-se relativamente autônoma, com espaço fixo, calendário próprio e promovida por empresários, que contratam os toureiros e ganham dinheiro com os bilhetes de entrada e apostas (MELO, 2009a, p. 41).

A importância de tais eventos estava marcada na paisagem urbana com a construção de espaços para a sua prática. No último quartel do século XIX existiam praças de touros no Flamengo e em Botafogo. Também deve ser destacado que mesmo com as críticas e a acelerada urbanização e toda a atmosfera de modernidade do início do século, em 1922, na comemoração do Centenário da Independência foram organizadas corridas de touros no Coliseu do Centenário, construído especialmente para a ocasião na atual Praça da Cruz Vermelha (MELO, 2012).

Após a volta da Família Real a Portugal e a Independência do Brasil, houve uma tentativa de construção da identidade nacional seguindo os moldes europeus e aproximando o Rio de Janeiro de Londres e Paris, aumentando a importação de mercadorias e bens culturais, bem como a presença de estrangeiros no país. Conforme aponta Melo, “os europeus trouxeram o hábito e o desejo de estruturar clubes, organizar competições esportivas e até mesmo ensinar práticas ligadas às atividades físicas/esportes” (MELO, 2009a, p. 45). Segundo este autor, as bases do turfe foram lançadas por comerciantes ingleses, já na década de 1810, ao promoverem corridas de cavalo nas areias da atual praia de Botafogo.

Os primeiros momentos do esporte, enquanto prática institucionalizada, estão relacionados a criação do Club de Corridas, em 1849. Esta foi a primeira agremiação, dedicada exclusivamente ao esporte, a ser criada na cidade. Da Inglaterra foram copiados os regulamentos das competições e a aura glamourizada em torno das corridas. Entre os anos de 1870 e 1880, o turfe se transformou em um sucesso na cidade, uma das principais opções de divertimento e tema frequente nas conversas e nos jornais. Ao final do século XIX, o Rio de Janeiro, Conforme Luiz Edmundo, “sem

possuir, ainda um milhão de habitantes, dá-se, no entanto ao luxo de exhibir nada menos que quatro prados: o do Jockey, o do Derby, o do Hipódromo Nacional e do Turfe Clube. E todos eles cheios” (EDMUNDO, 2003)<sup>31</sup>. O Derby Club, conduzido por Paulo de Frontin, logo se tornaria um dos principais do país (MELO, 2009a).

A constituição do esporte enquanto espetáculo abria mais um espaço de distinção para a elite. Os hipódromos, por conta da sua localização e da sua forma espacial, permitiam um espetáculo de exibição onde era possível ver e ser visto. O sucesso do turfe também se relaciona a um diálogo que estabelecia com os costumes herdados da cidade colonial, predominantemente agrária, com fortes raízes escravocratas. Melo afirma que,

O turfe não significava uma ruptura com os hábitos da sociedade no que se refere à repulsa aos esforços físicos. Era mais acessível, mais de acordo com os costumes da cidade, assistir a corridas nas quais os jóqueis se apresentavam bem vestidos, em ambientes onde os membros da elite, de origem principalmente rural, podiam exercitar o seu sentimento de distinção, com suas belas vestimentas, a exemplo do que já acontecia na Inglaterra e França (2009a, p. 51).

A corrida de cavalos propiciava *status* e distinção, mas também um ambiente de negócios com a venda de animais, o reconhecimento dos pares e fortalecimento de laços sociais nos circuitos dos clubes.

Se o turfe tem o seu desenvolvimento ligado à elite cafeeira, com o processo de industrialização, o fim da escravidão e o início da república, a elite urbana começa a ganhar espaço e, influenciada pelo positivismo, a querer modernizar o país. Dessa forma, surgiram muitas críticas às corridas de cavalo por sua vinculação direta ao passado. No final do século XIX, diversos clubes de turfe fecharam as portas. Nesse contexto, diversos esportes foram difundidos na cidade e rapidamente ganharam a adesão da população. Conforme indica Mascarenhas,

o movimento de adesão aos esportes e ao lazer ao ar livre vai adquirir força e velocidade inéditas, inserindo-se na perspectiva de retomada dos espaços públicos e liberalização dos costumes: a ascensão da figura do *sportsman*, que aposenta o *pince-nez* e o ar de austeridade do vestuário escuro e pesado para expor alegre e publicamente seus músculos (MASCARENHAS, 1999, p. 25).

Entre esses esportes estava o remo, que expressava as mudanças materiais e simbólicas pelas quais a cidade estava passando. Insere-se no amplo debate

---

<sup>31</sup> O obra original de Luiz Edmundo, publicada em três volumes, é de 1957. Aqui utilizamos somente o primeiro volume, reeditado em 2003 pelo Senado Federal.

higienista, realizado nas últimas décadas do século XIX por médicos, higienistas e engenheiros que defendiam a importância de políticas sanitaristas tendo em vista o processo de modernização da cidade, que passava por mudanças “dramáticas, céleres e imprevisíveis” (SEVCENKO, 1998, p. 532).

O Rio de Janeiro era a cidade-capital, onde se localizava o principal porto do país, que exportava a maior quantidade de café e atuava na redistribuição de mercadorias importadas. Sua população aumentara de forma significativa, com a importação de escravos do Nordeste e a chegada de um elevado número de imigrantes estrangeiros. Passou de 137 mil habitantes em 1838, para 235 mil habitantes em 1870, 522 mil em 1890, chegando a 811 mil habitantes em 1906. Sevcenko (1998) destaca ainda a chegada maciça de capitais na última década do XIX, sobretudo ingleses e americanos.

Apesar de todo esse crescimento, a estrutura urbana ainda era a mesma dos tempos coloniais. O discurso sanitarista apontava a desordem da cidade colonial na coleta de lixo, distribuição de água, habitações, vestuário etc. Essa desordem teria sua expressão na sujeira e nas epidemias que grassavam no espaço urbano. O argumento era que a política sanitarista seria importante para termos condições de receber os imigrantes dos países desenvolvidos, que trariam capitais e visões civilizadoras.

Dessa forma, a intervenção nas condições sanitárias da cidade é uma crítica à sociedade agrária, que é identificada com o atraso. Como coloca Pechman (1992), “a dualidade atrasado X moderno serve, portanto, de base para a criação de uma nova concepção de sociedade e para uma nova visão de cidade, numa economia que transita para o capitalismo, com o fim do escravismo”. Dessa forma, a nova urbanidade imporia aos habitantes da cidade novos valores, atitudes e comportamentos. Assim, “a rua, a casa e o próprio corpo do cidadão se tornam objeto de intervenção e de criação de nova concepção, de espaço público, de arquitetura, de hábitos e de comportamentos” (PECHMAN, 1992).

Nesse contexto, os banhos de mar passaram a ser indicados primeiramente como prática terapêutica e, ao final do século XIX, como alternativa de lazer, levando inclusive à valorização imobiliária dos espaços litorâneos da Zona Sul, com a expansão das linhas de bonde nessa direção e a sua ocupação pelas classes mais abastadas, pois morar na orla passava a ser considerado moderno. Com a utilização do mar para atividades de lazer, o remo começou a se desenvolver.



Uma importante barreira a ser vencida na popularização do remo era a exposição do corpo, com uma estética musculosa e roupas apropriadas à sua prática. Mas “os ventos de modernidade” que continuavam a soprar da Europa, começavam a valorizar o físico forte, a saúde, a higiene e os banhos de mar e principalmente a prática esportiva. O pensamento higienista abarcava diferentes escalas, indo da cidade, passando pela moradia e chegando nos corpos dos seus habitantes. Os higienistas empreenderam uma luta pelo cuidado com o corpo e o vigor, visto como necessário ao desenvolvimento da nação. Repetia-se incessantemente o lema *mens sana in corpore sano*, o que levou a uma ampla defesa das práticas esportivas, inclusive com a solicitação de inclusão do ensino da educação física nas escolas.

Anteriormente, atividades que exigiam esforço físico e corpos musculosos, decorrentes desse esforço, eram associados à escravidão e por isso negadas pelas elites de origem agrária<sup>32</sup>. As atividades esportivas restringiam-se quase que somente ao turfe. Luis Edmundo, em seu livro de memórias, descreve que a mocidade da virada do século XIX para o XX não pratica a ginástica do corpo, pois a do sentimento bastaria. A juventude, nas palavras do autor,

Acha lindo o sofrer do peito, bebe absinto e, de melenas caídas nas orelhas, ainda insiste em recitar ao piano. Toda uma plêiade de moços de olheiras profundas, magrinhos, escurinhos, pequeninhos, marchando dentro de enormes sobrecasacas e coroados de altíssimas cartolas (EDMUNDO, 2003, p. 521).

Em contraposição a esses valores, parcela da elite urbana que se pretendia moderna, antenada com os valores europeus, abraçou o remo marcando a afirmação de um novo estilo de vida regenerador e de novas formas de sociabilidade<sup>33</sup>. A rápida popularização do remo e dos esportes aquáticos teve o apoio de Pereira Passos que, no bojo da sua reforma urbana, construiu o Pavilhão de Regatas na praia de

---

<sup>32</sup> Mascarenhas nos lembra ainda que as restrições às atividades físicas não estão somente relacionadas aos valores da sociedade escravista brasileira, pois a conduta sedentária restrita ao espaço privado também estava presente na Europa, difundida pelo ideário cristão desde a Idade Média. Foi somente com o iluminismo, nos últimos anos do século XVIII, que os exercícios físicos foram resgatados e revalorizados tendo em vista o desenvolvimento individual (MASCARENHAS, 1999).

<sup>33</sup> Na busca de identificar o remo como algo moderno e marcar diferenças com o turfe, as agremiações de remo passaram a coibir as apostas, inicialmente permitidas, por sua relação direta na estruturação e manutenção dos clubes de turfe (MELO, 2009). O esporte deixava de se relacionar com os palpites dos jogos de azar para vincular-se à regeneração do ser humano.

Botafogo<sup>34</sup>, que, para Sevcenko, aponta para um modo peculiar de construção de “modernidade tropical” do Rio de Janeiro, “vinculando o desfile das elegâncias na Avenida à exibição da beleza dos corpos atléticos nas praias” (1998, p. 573), reforçando os laços entre a reforma urbana e a desportiva.

Para o historiador paulistano, não era casual a relação entre a proliferação da cultura esportiva e as intervenções do prefeito Pereira Passos, pois

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias. Como as metrópoles eram o palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes (SEVCENKO, 1998, p. 571).

A agitação social das regatas e a ampla adesão às atividades musculares ao ar livre, marcam o início da vocação balneária que caracteriza tão fortemente a cidade. Passou a haver um culto ao corpo, a moda tornou-se esportiva (roupas leves, curtas e coladas), permitindo a exibição do físico. Com isso houve uma refuncionalização das praias, antes vista como áreas de risco, sujeira, doença, magia etc. Diversos esportes ganharam popularidade nesse contexto, fazendo com que a cidade fosse assolada por uma verdadeira “febre desportiva”, desde o início do século XX, mas sobretudo nas décadas de 20 e 30. O remo foi a primeira manifestação dessa “febre esportiva”, que contou com o desenvolvimento de vários esportes e a criação de diversos clubes de futebol (SEVCENKO, 1998).

Entre esses esportes, podemos destacar o ciclismo, o atletismo e o automobilismo. O ciclismo, cuja importância da sua prática era marcada na paisagem com a construção de diversos velódromos, teve um desenvolvimento atrelado tanto à saúde quanto às apostas. O atletismo, que na época era denominado de “jogos atléticos ingleses” e “corridas a pé”, além de estar relacionado com a diversão, também possuía um caráter atrelado ao estilo de vida saudável. Já o automobilismo possui uma forte associação ao ideário de modernidade: a simples utilização do carro já era considerada uma atitude esportiva, além de trazer uma relação direta com a

---

<sup>34</sup> Para Luiz Edmundo (2003), a construção do Pavilhão de Regatas tinha o “intuito louvável de aristocratizar o esporte”. No entanto, no seu livro aponta também que havia um grande envolvimento da população em geral com o remo e que os dias de certame marítimo eram bastante concorridos. O autor descreve: “o povo trepa pelo cais. Cruzam carruagens. No lado do mar há barcas da Cantareira, pejudas de povo, com charangas, com danças e namoro. Além das barcas, rebocadores e lanchas pejudas de famílias” (EDMUNDO, 2003, p. 525).

velocidade, a novidade, a superação da natureza, a Segunda Revolução Industrial e, pelo seu custo, ser um mecanismo de distinção (MELO, 2009b).

Nesse processo de estruturação do campo esportivo no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX e início do século XX, algumas dimensões são importantes de serem destacadas, por conta da influência que elas deixaram. O turfe foi importante pela sua estruturação em clubes e pela forma de organização de competições, já o remo foi responsável pelo estabelecimento de valores ligados às atividades físicas, que se relacionam aos que hoje entendemos como vinculados aos esportes, tais como: desafio, saúde, estética corpórea musculosa, escola de virtudes, etc., como indicado por Melo (2009a; 2009b).

O remo só teria sua importância diminuída na cidade com a rápida popularização do futebol. Entretanto, é importante destacar, concordando com Melo, que o remo, por um lado, colabora com a constituição de uma “cidade esportiva”, abrindo as veredas que seriam percorridas pelo futebol. Por outro lado, conforme nos lembra Mascarenhas (1999), a popularidade das regatas e a dinâmica social relacionada ao esporte após a construção do Pavilhão por Pereira Passos, talvez tenham atrasado a difusão do esporte bretão na cidade.

O futebol insere-se nesse processo de valorização do esporte como uma inovação moderna capaz de regenerar a sociedade. Inicialmente difundido entre as elites, rapidamente foi adotado com grande entusiasmo pelas classes populares, transformando-se na segunda febre esportiva do Rio de Janeiro, ainda mais intensa que as regatas (SEVCENKO, 1998). É com esse processo de chegada e difusão do futebol na cidade que nos preocuparemos a seguir.

### **1.3 Os primeiros anos do futebol no Rio de Janeiro: entre a elitização e a popularização**

Como visto anteriormente, jovens bacharéis em retorno de seus estudos no velho continente foram importantes agentes na difusão do futebol no Brasil. Por sua origem na elite local, gozavam de prestígio para apresentar inovações e, também, recursos financeiros para a sua prática. Oscar Cox é considerado o grande incentivador da adoção do futebol pela juventude carioca. Não que ele tivesse sido o

introdutor do jogo na cidade, pois já ocorriam duelos informais em clubes da colônia inglesa, em colégios da elite carioca e entre marinheiros na zona portuária. Entretanto, essas informações são desconsideradas pela historiografia oficial do esporte, pois tais certames não foram realizados dentro das regras oficiais do *association football*, resguardadas pela IFAB.

Anteriormente a Cox, outro filho da elite com nome estrangeiro teve papel similar em São Paulo, sendo oficialmente considerado, por historiadores e memorialistas, o introdutor do futebol no Brasil: Charles Miller. Ambos possuíam uma história semelhante: filhos de famílias abastadas foram estudar na Europa e trouxeram o jogo, suas regras e equipamentos para a prática, além de grande entusiasmo para a sua difusão na terra natal<sup>35</sup>.

Ao regressar de Loussane na Suíça, onde destacara-se no futebol, Cox filiou-se ao Payssandu Cricket Club, fundado por imigrantes ingleses em 1882, e pode praticar o novo esporte com membros do clube. A prática do futebol também acontecia no Rio Cricket and Athletic Association, outro clube fundado por ingleses na última década do século XIX, só que do outro lado da Baía de Guanabara, em Niterói. Nesses clubes, como indica Pereira,

o futebol aparecia como uma espécie de celebração da identidade bretã, como aconteceria ainda em 1902, quando o Rio Cricket promoveu uma festa em homenagem a coroação de Eduardo VII cuja grande atração seria um “*match de foot-ball*” (PEREIRA, 1998, p.18-19).

Os imigrantes ingleses encontravam-se como um dos principais difusores do jogo, fosse nos clubes onde sua prática era restrita aos associados ou através dos técnicos que trabalhavam nas estradas de ferro, o que justifica um desenvolvimento do esporte em São Paulo, onde o número de imigrantes europeus era muito maior nesse período.

Uma das formas encontradas para promover o futebol foi realizar partidas em que uma comitiva de futebolistas do Rio de Janeiro, liderada por Oscar Cox, desafiava um time formado por paulistas em encontros que ocorriam no campo do Velódromo

---

<sup>35</sup> Ao utilizar como marco da introdução do futebol a história dos dois pioneiros, a historiografia fortalece uma memória do futebol, com perfil elitista e excludente, paralela a outra criada nos primeiros anos da República. Reforça, assim, um modelo de entendimento do país que indica que as classes populares só teriam alguma ação autônoma como sujeitos políticos a partir da década de 1930. As histórias de Cox e Miller, e de outros jovens endinheirados que como eles colaboraram para difundir o futebol em diversas cidades do Brasil, certamente são importantes, mas não bastam para explicar como o jogo se transformou em um fenômeno de massas em um processo tenso e conflituoso, de popularização pelas ruas, subúrbios, fábricas, etc. (PEREIRA, 1998).

de São Paulo, o principal estádio da cidade. As primeiras partidas interestaduais ocorreram em 1901 e serviram para fortalecer o futebol de São Paulo e para dar nova dinâmica ao futebol carioca (FRANZINI, 2009). No ano de 1902, foi realizado o primeiro campeonato paulista, enquanto que no Rio de Janeiro eram fundados os primeiros clubes exclusivamente voltados para o futebol, como foi o caso do Rio Football Club, o primeiro da cidade, organizado por ingleses do Rio Cricket, que haviam se desentendido com Cox, enquanto este, dias depois, fundava o Fluminense Football Club (PEREIRA, 1998).

O time do Fluminense, com jovens elegantes, boa parte oriundos de famílias com origem europeia, começava a definir uma feição para o jogo que disputava prestígio com o turfe, o ciclismo, o remo e outras novidades da modernidade urbana. Foi no bojo do debate higienista, preocupada com a “regeneração” do Brasil e dos brasileiros, que o futebol se consolidou. Os praticantes de cada esporte buscavam defender aquele que apresentaria maiores benefícios. Para aqueles que defendiam o futebol, este seria útil tanto para o físico quanto para o intelecto dos seus praticantes, pois além dos corpos mais fortes, contribuiria para o desenvolvimento do espírito de disciplina, iniciativa, decisão e solidariedade. A sua prática pelos jovens elegantes e oriundos de famílias ricas, em clubes privativos e em colégios também exclusivos, como o Alfredo Gomes e o Abílio, conferia legitimidade e distinção ao futebol, que, nas palavras de Pereira (1998), era visto na cidade como um “fidalgo e útil *sport*”.

É importante destacar que ao mesmo tempo em que disputava prestígio com as demais práticas esportivas que já haviam se difundido de forma ampla na cidade, a aceitação do esporte bretão foi facilitada devido à existência de uma “base esportiva” (MASCARENHAS, 2014a; 1999), simbólica e material, indicada no item anterior deste capítulo. Não é por acaso que muitos clubes de futebol no Rio de Janeiro tiveram origem em agremiações esportivas pré-existentes, de regatas, como foi caso do C.R. Flamengo e o C.R. Vasco da Gama, de clubes excursionistas, como Botafogo F.C., de ciclismo e corridas a pé, tal como o América e de críquete, caso do Payssandu (MASCARENHAS, 2002).

Essa base esportiva está vinculada ao espírito de modernidade que permeava os jovens das famílias abastadas e seus desejos de se conectar com a Europa através da adoção das suas inovações culturais e materiais. Assim, a fundação dos clubes de futebol acompanhou o vetor de expansão imobiliária da elite carioca naquele momento, ou seja, seguiu em direção à Zona Sul da cidade, à época, recém-

valorizada pela adoção do uso recreativo das praias e pela implantação dos serviços de bondes. Esse processo marcou a espacialidade inicial do futebol e deu origem a três dos principais clubes da cidade. Em 1902, foi fundado no bairro das Laranjeiras, o Fluminense Football Club. Dois anos depois surgiu o Botafogo F.C. no bairro homônimo e, pouco mais tarde, em 1912, o Clube de Regatas Flamengo aderiu ao futebol (foi somente em 1938 que o clube trocou as imediações da Baía de Guanabara pela Gávea). O perfil sofisticado que estava sendo construído para o futebol fez com que a juventude rica abandonasse outros esportes e passasse a praticar o futebol em clubes privados, cujo acesso era definido pelos preços da mensalidade e da joia de ingresso, delimitando o número de associados, restringido o nível social dos participantes e reforçando seu caráter de distinção.

A sofisticação também aparecia na importação dos uniformes, com o objetivo de conferir elegância aos seus praticantes, além de reforçar a sua conexão direta com as novidades europeias, inclusive associadas à moda. Os seus praticantes deveriam ser cavalheiros não apenas na aparência, mas na própria prática do esporte que colocava em times opostos não adversários, mas companheiros na luta pelo esporte. As rivalidades seriam secundárias perante o ideal de *sportsmen* que estava sendo criado. Como exemplo, podemos citar que vários *sportsmen* se associavam a mais de um clube, como foi o caso Oscar Cox que era vinculado ao Fluminense e posteriormente também ao Botafogo (PEREIRA, 1998).

É interessante notar que o futebol, nesse momento, símbolo da classe operária na Inglaterra, ao chegar no Brasil, teve o seu sentido reinventado, passando a ser símbolo de elegância e sofisticação, inclusive sendo utilizado pelos próprios imigrantes ingleses como fonte de prestígio. Os jovens *footballers*, nesse contexto, se colocavam como agentes da vanguarda da modernidade, da civilização, fazendo da prática do futebol um evento social da mais distinta mocidade carioca e dos estádios pontos de encontro e flerte.

Em 1904, o futebol já começava a se consolidar na cidade. O Fluminense, símbolo máximo do processo de aristocratização do futebol, havia construído seu campo. Nesse mesmo ano foi fundado o Botafogo Foot-ball Club, o América Foot-ball Club e o Bangu Athletic Club, no subúrbio carioca.

O nascimento do Bangu A. C. está associado ao processo de industrialização em curso no Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XIX. No início do século XX, a atividade se concentrava no centro da cidade e seus arredores e era

caracterizada por pequenos estabelecimentos com baixíssimo nível de mecanização. A exceção eram as fábricas têxteis, localizadas próximo a fontes de energia hidráulica. Entre elas destacavam-se aquelas que utilizavam motores a vapor, como a Companhia Progresso Industrial, instalada em 1893 em Bangu, às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil (ABREU, 1987).

A Companhia Progresso Industrial, uma tecelagem brasileira de capital português, mais conhecida como Fábrica Bangu, contava com a presença de ingleses em funções técnicas e especializadas no seu quadro de funcionários. Esses técnicos organizaram a formação daquele que é considerado o mais importante clube de fábrica do Brasil: o Bangu Athletic Club<sup>36</sup>.

Por conta de sua localização periférica na cidade, distante de onde o futebol era praticado, os funcionários ingleses incorporaram desde o início, de forma circunstancial, os operários à equipe (CALDAS, 1994). A abertura da prática do futebol aos trabalhadores menos especializados foi também uma exigência da direção da fábrica para apoiar material e financeiramente a agremiação. A Figura 1 nos fornece indicações de como o futebol foi incorporado ao cotidiano da fábrica, no qual o campo era apresentado como uma extensão do local de trabalho, compondo o conjunto arquitetônico de forma harmoniosa.

Rapidamente, o clube passou a enfrentar os principais times da cidade, recebendo a simpatia dos funcionários da fábrica, dos moradores do bairro e de “companheiros operários” de outros lugares da cidade que se identificavam com a presença de trabalhadores no time (FERREIRA, 2005). Além da adoção de jogadores de origem popular em um esporte elitizado, outro feito importante do clube associado à sua popularização, foi a adoção de jogadores negros. Um dos casos mais conhecidos, por sua presença na literatura, é o de Francisco Carregal, que atuou no time já em 1905 juntamente com cinco ingleses, três italianos e dois portugueses (RODRIGUES FILHO, 2010). Podemos afirmar que através do Bangu o futebol começou a vencer barreiras geográficas, sociais e raciais, dando uma nova feição ao esporte no Rio de Janeiro.

---

<sup>36</sup> A despeito da sua importância, o Bangu não foi o primeiro clube de fábrica a surgir no Brasil, várias agremiações surgiram de forma isolada, tal como o Votorantim Athletic Club, fundado em Sorocaba no ano de 1902 (ANTUNES, 1994). Se pensarmos na escala da América do Sul, nas cidades de Montevideu e Buenos Aires já haviam clubes de fábrica no século XIX.

Figura 1 - Campo do Bangu A. C. com a Companhia Progresso Industrial ao fundo (início do séc. XX)



Fonte: Bangu Atlético Clube. Disponível em: <<http://www.bangu-ac.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 28 fevereiro de 2016.

Os clubes de fábrica tornaram-se comuns, surgindo tanto os que disputavam as principais ligas como outros menores que ajudavam a criar uma tradição do futebol amador, com a criação de campeonatos entre times formados nas empresas. Os empresários apoiavam a iniciativa como forma de identificação do clube com a empresa, de publicidade de seus produtos e de redução dos conflitos de classe no local de trabalho, pois a vitória no futebol aumentaria o orgulho de fazer parte da empresa e o sentimento de que trabalhadores e patrões formavam uma grande família (ANTUNES, 1994). Outro motivo para os empresários incentivarem a formação dos times seria a eficiência do futebol em reunir ingredientes de uma pedagogia da fábrica: trabalho em equipe, obediência às regras, especialização de tarefas, submissão ao cronômetro etc. (MASCARENHAS, 2015).

O futebol se expandia para além da Zona Sul e se tornava uma importante opção de lazer para parcela significativa da população carioca, com a formação de clubes para a sua prática em toda a cidade. A expansão do futebol pelos subúrbios e fábricas, embaralhava um mecanismo de distinção que separava a elite do povo. Segundo Franzini, os praticantes dos clubes da elite argumentavam que “a entrada em campo de pobres negros e trabalhadores braçais significava a vulgarização, em



seu sentido pejorativo, dos nobres ideais que o esporte bretão trazia em si e que deveriam ser preservados” (2009, p.122).

Por conta disso, o processo de popularização causou reações dos introdutores do futebol, que, a partir da criação da Liga Metropolitana de Foot-ball, em 1905, e do campeonato regional, em 1906, buscavam se colocar como legítimos representantes do jogo, donos do direito da sua prática, organização e regulamentação, adotando medidas para filtrar ou impedir jogadores e times de origem popular nos campeonatos. Entre essas medidas, estavam a cobrança de valores elevados de filiação e mensalidade, e restrições sociais e raciais em seus estatutos, como a expressa em comunicado, em 1907, no qual afirmava: “por unanimidade de votos que não serão registrados como amadores nesta liga as pessoas de cor” (PEREIRA, 1998). Ao tentar delimitar oficialmente o futebol à elite, as medidas de restrição do acesso das classes populares aos clubes principais e à Liga Metropolitana podem ser vistas como a institucionalização de um mecanismo de distinção para a recriação de hierarquias sociais dissolvidas com o fim da escravidão e a proclamação da República.

Entretanto, mesmo conseguindo manter o perfil dos seus filiados, a Liga Metropolitana não teria como controlar que os diversos clubes que estavam sendo formados por toda a cidade fundassem suas próprias ligas, com preços de mensalidade e joias muito mais baratas e sem obstáculos à presença de trabalhadores<sup>37</sup>. Entre essas ligas podem ser citadas a Liga Suburbana de Foot-ball, a União Sportiva Fluminense, a Associação Atlética do Rio e a União Sportiva Carioca. O futebol se tornava uma importante opção de lazer para a população carioca, aumentando significativamente o seu número de espectadores e de praticantes pelos diferentes bairros da cidade. Começava-se assim a quebrar a marca de distinção anteriormente construída para o jogo.

Se, ao final de 1905, o futebol era um modismo elegante que disputava público com o turfe, com um perfil de espectadores semelhantes às corridas de cavalo e às apresentações de teatro, por volta de 1910, com a proliferação dos clubes suburbanos, o futebol começou a vencer o remo em popularidade, inclusive nos próprios clubes originalmente dedicados às regatas. Ao longo da década de 1910, o

---

<sup>37</sup> Certamente os clubes suburbanos foram fundamentais para a popularização do futebol, mas também devemos ressaltar que o perfil social dos bairros suburbanos não eram homogêneos. Assim, membros da elite do bairro fundavam clubes em busca da distinção que o “*sport* fidalgo e útil” poderia lhes assegurar, repetindo a lógica dos clubes da zona sul.

futebol passava a ter praticantes e espectadores em todas as classes sociais, *sportsmen* nos clubes da elite e operários e trabalhadores do comércio nos clubes surgidos nas fábricas e subúrbios. Também se ampliava o número daqueles que o praticavam informalmente, de maneira improvisada, pelas ruas, praças, parques e terrenos baldios da cidade. Podemos dizer que a cidade passava a viver uma “febre de futebol”, envolvendo e cativando diferentes grupos sociais.

O envolvimento de trabalhadores com o futebol era criticado pelo movimento operário, composto fortemente por imigrantes europeus. Esses imigrantes ao organizarem-se para a luta social, sob as bases teóricas anarquistas e comunistas que tinham aprendido na Europa, combatiam a exploração de classe, o capitalismo e o centro do sistema: o poder imperialista britânico, o que incluía as práticas esportivas provenientes da Inglaterra. Como destacado por Antunes (1994), com a popularização do futebol entre a classe trabalhadora, militantes anarquistas e comunistas acusavam o futebol de esporte burguês, de ópio capaz de minar a organização de classe, de uma forma de alienação que desviava o trabalhador da luta operária roubando seu tempo e energia, além de fazê-lo vestir a camisa da fábrica, transferindo o conflito de classe, trabalhador-patrão, para outro, no campo de jogo, entre os próprios operários.

No entanto, como o futebol se alastrou pela cidade durante a década de 1910, envolvendo fortemente os trabalhadores, os sindicatos mudaram de estratégia e passaram a tentar utilizar o futebol como aliado na tarefa de aglutinar os trabalhadores. Os anarquistas passaram a incluí-lo nos seus encontros ao ar livre, que substituíam as festas sindicais, e comunistas tentaram organizar o “lazer operário”, propondo a autogestão e a “proletarização do esporte”, inclusive tentando estruturar uma federação reunindo os clubes montados pelo sindicato (ANTUNES, 1994). Para Ferreira, os militantes acabavam igualando-se aos patrões na tentativa de utilizar o futebol para disciplinar e controlar o operariado (FERREIRA, 2005). A estratégia não obteve sucesso, pois os trabalhadores estavam mais interessados no futebol como lazer do que nas discussões políticas que estavam sendo propostas. Não que os trabalhadores não estivessem dispostos à luta política, mas produziam suas próprias formas de enfrentamento que, sem buscar o confronto direto como queriam os sindicalistas, e sem romper com as lógicas de dominação, alcançavam suas conquistas fazendo os patrões crerem que as mesmas eram concessões (PEREIRA, 1998). Para além das críticas dos militantes e das ações de controle dos patrões, trabalhadores, jogadores e torcedores, seguiam aumentando sua relação com o jogo,

fosse como divertimento, profissão, ou mesmo como elemento de identificação entre eles.

Quem não parecia estar convencido de que o futebol já havia alcançado amplamente as classes populares era Lima Barreto. O escritor foi um dos maiores críticos do esporte, tendo inclusive fundado, em 1919, a “Liga Contra o Foot-ball”, para tratar das “verdadeiras atrocidades promovidas pelo futebol”. Na Liga, os médicos começavam a questionar o caráter regenerador do esporte, sobretudo na população mais jovem, destacando os constantes ferimentos e conflitos que ocorriam em campo. O mesmo escritor, apesar de também questionar a brutalidade do jogo, chegando a chamar a liga principal de “Liga Metropolitana de Trancos e Pontapés”, criticava principalmente o caráter aristocrático do esporte e o seu uso para uma diferenciação social e racial (SANTOS JÚNIOR, 2015), não compreendendo o que leva negros e trabalhadores a praticar o futebol (PEREIRA, 1998).

No entanto, a popularização do futebol se consolidava na cidade e, naquele mesmo ano em que Lima Barreto fundou a “Liga Contra o Foot-ball”, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o terceiro Campeonato Sul-Americano de Futebol, em 1919<sup>38</sup>, um importante marco nesse processo, pois incorporava fortemente mais um sentido ao futebol: o nacionalismo. O sentimento de orgulho com a seleção brasileira causaria um burburinho na cidade, levando uma multidão eufórica às ruas e transformando o futebol em assunto principal na imprensa e nas rodas de conversa da cidade.

O primeiro campeonato havia sido realizado na Argentina, por ocasião do centenário da independência do país, em 1916, mesmo ano em que foi fundada a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL, em espanhol: **Confederación Sudamericana de Fútbol**) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD)<sup>39</sup>. No ano

---

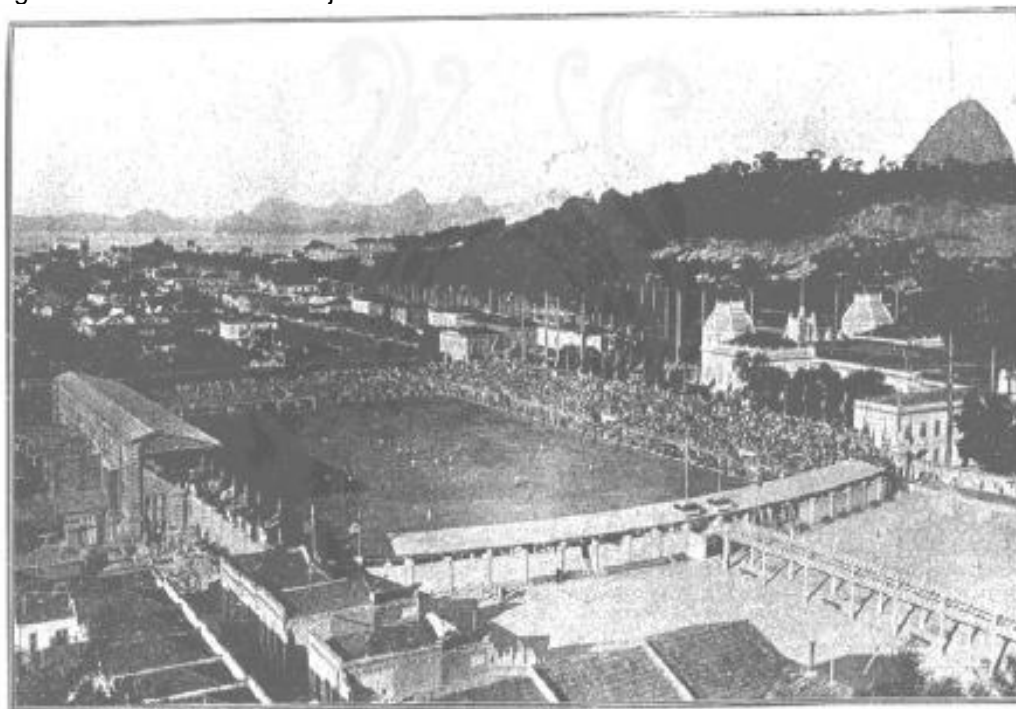
<sup>38</sup> Marcado inicialmente para 1918, o evento foi adiado por conta da epidemia de gripe espanhola que assolava a cidade.

<sup>39</sup> A CBD foi fundada às pressas para representar o país no congresso que resultaria na fundação da CONMEBOL e no campeonato sul-americano na Argentina. O primeiro presidente da CBD foi Arnaldo Guinle, tendo permanecido a frente da Confederação até 1920. O importante empresário carioca também ocupava a presidência do Fluminense e, na época da realização dos jogos no Brasil, conseguiu um vultoso empréstimo junto ao Banco do Brasil para construir um estádio para seu clube. Na época, o campo do Fluminense era o melhor do Rio de Janeiro, com capacidade para mil pessoas e 250 sócios, com a construção do estádio sua capacidade oficial passou para 18 mil pessoas, embora algumas fontes apontem para 25 ou 30 mil espectadores. Em 1922, com a realização dos Jogos Sul-Americanos em comemorações ao centenário da independência, Guinle conseguiu colocar novamente o clube como sede, ampliando ainda mais suas dependências e o

seguinte o torneio foi realizado no Uruguai. Apesar do nome de abrangência continental, as primeiras edições reuniram apenas os selecionados de Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, que, como visto anteriormente, foram os países onde o futebol primeiro se desenvolveu na América do Sul.

Se durante as duas primeiras edições a seleção brasileira não havia conseguido resultados expressivos, dessa vez foi diferente. Goleou o Chile, venceu a Argentina e empatou com o forte time do Uruguai, que também havia vencido suas partidas anteriores, bem como as duas primeiras edições do campeonato. O que levou a necessidade de mais um jogo, este vencido pelo Brasil que se sagrou campeão no novíssimo estádio do Fluminense Football Clube (Figura 2), construído especialmente para a ocasião, onde mais de 20 mil pessoas lotaram as arquibancadas, e cerca de cinco mil ocuparam as encostas dos morros ao redor do estádio.

Figura 2 - Estádio das Laranjeiras em 1919



Asspecto do Stadium do Fluminense no início da 4ª Jogo do Campeonato Sul Americano - Brasileiros vs. Argentinos  
Fonte: Revista Careta, 1919 *apud* Malaia, 2011.

A realização do torneio, na então capital do país, a construção do moderno estádio e a bela campanha do Brasil, que culminou com o título, foi motivo de orgulho patriótico e provocou uma grande euforia da população com o futebol, que se alastrou

---

seu estádio, que segundo os jornais da época, poderia receber entre 38 e 40 mil espectadores (MALAIA, 2012).

não só pela cidade, mas pelo país. Segundo Sevcenko (1994, p. 36), o furor foi tão grande que “foi preciso colocar os jogadores em carro de bombeiro, controlar a multidão com cordas, cães e cassetete e deixar a festa rolar por uma semana inteira”. O orgulho patriótico dissolvia momentaneamente as diferenças entre as classes sociais que vibravam em uníssono com a vitória brasileira.

Nesse contexto, também se consolidava a categoria dos torcedores. Se nos primeiros anos estes eram apenas os sócios dos clubes e as senhoritas da “fina sociedade” que faziam dos jogos um evento social, a popularização do esporte mudaria drasticamente esse perfil, rompendo as barreiras dos quadros sociais das agremiações e incorporando indivíduos das classes populares, quebrando a imagem de distinção construída nos primeiros anos do jogo no Rio de Janeiro, para desespero de muitos *sportsmen* e cronistas dos principais jornais da cidade.

Um exemplo de como o processo de popularização incomodava os *sportsmen* foi quando *goal-keeper* Marcos Mendonça abandonou os gramados, em 1919, após sagrar-se campeão pela Seleção Brasileira do Campeonato Sul-Americano, sendo um dos principais destaques da equipe. O jogador, que atuava no Fluminense, foi um dos primeiros brasileiros a se destacar no futebol e a ser reverenciado como ídolo, não só para os círculos fechados da juventude elegante, mas para uma grande massa de torcedores da cidade. Sua fama relacionava-se a sua técnica e também à elegância de se vestir e se portar em campo, sendo um verdadeiro símbolo dessa fase do futebol carioca. Tendo se casado com uma torcedora, herdeira de uma grande indústria siderúrgica, que lhe escrevera uma carta apaixonada após um jogo nas Laranjeiras, Marcos Mendonça resolveu abandonar os gramados, com apenas 24 anos e cuidar dos negócios da família. O goleiro justificava ao término do campeonato que o futebol não era mais o mesmo, pois havia perdido seu papel regenerador ao deixar de ser um hobby de *sportsmen* e tornar-se uma forma de sustento e ascensão social. Também o incomodava a mistura que ocorria nas torcidas, não mais compostas apenas por jovens e elegantes moças e rapazes das famílias ricas (PEREIRA, 1997).

As queixas de Marcos Mendonça demonstram que ao iniciar a década de 1920 o futebol, institucionalizado ou não, já estava consolidado na cidade, com praticantes e espectadores em todos os bairros e todas as classes sociais. O futebol aparecia como idioma comum entre os habitantes de uma cidade socialmente muito heterogênea. No entanto, era impossível definir um sentido único ao esporte, pois possuía diferentes significados para os seus participantes, seja de identidade de

classe, distinção social ou simbolismo nacional. Nas palavras de Pereira, “se os vários adeptos do jogo da bola compartilhavam uma mesma devoção, ela certamente era feita de sonhos, projetos e esperanças e sentidos muito diferentes” (1998, p. 283).

Essas diferenças de significados atribuídas pelos seus adeptos eram minimizadas pelo sentimento nacionalista, no qual todos se reuniam em torno da seleção brasileira. No entanto, a adesão a esse nacionalismo não era mais entusiasmada devido à ausência de jogadores negros na equipe brasileira. Por mais que eles se destacassem nos clubes menores, não estavam associados à imagem que se queria apresentar do país para o mundo. Vale acrescentar que a presença desses jogadores nos principais clubes ainda era restrita.

No entanto, esse cenário começaria a ser alterado, lentamente, na década de 1920, com o processo de profissionalização do futebol. Se os times de fábrica como o Andaraí, Bangu e Carioca abriram caminho para esse feito, a partir do operário-jogador<sup>40</sup>, outros clubes suburbanos que disputavam a liga principal, como o Vasco da Gama e o São Cristóvão, também viram nos negros e pobres, que se destacavam nos times das ligas menores, a possibilidade de montar times capazes de desafiar as equipes tradicionais da elite carioca: Fluminense, Botafogo, Flamengo e América. Assim, o futebol passava a ser uma possibilidade de profissão, ainda que velada (amadorismo marrom ou profissionalização disfarçada), para as classes populares, enquanto nos times tradicionais o futebol continuava a ser um passatempo da juventude nascida nas famílias ricas.

Tentando coibir a popularização do esporte, a liga e os clubes ricos empenhavam-se na defesa do amadorismo e dos princípios e valores morais do esporte, que discursivamente não poderiam ser contaminados pelo dinheiro, o que, na verdade, encobria uma questão social e racial na tentativa de negar o seu acesso às camadas menos favorecidas aos clubes que disputavam o campeonato principal. Por conta disso, clubes suburbanos forjavam atletas amadores através dos seus sócios que garantiam aos jogadores empregos “oficiais” em seus estabelecimentos

---

<sup>40</sup> O processo de proletarização do futebol produziu o “operário-jogador”. Com a proliferação dos “clubes de fábrica”, trabalhadores passaram a ser contratados pelo seu “capital esportivo”. Formava-se uma “elite operária” com a transferência para setores da fábrica onde os serviços eram mais leves, dispensas para treinos, premiações e até mesmo um segundo salário. Os privilégios concedidos ao “operário-jogador” passaram a ensejar conflitos entre os trabalhadores por uma vaga no time da fábrica (ANTUNES, 1994).

comerciais, para que pudessem dedicar-se amplamente à preparação física e aos treinamentos para prática do futebol.

Essa estratégia já começava a ser utilizada pelos principais clubes, para colocar um ou outro jogador, de forma camuflada, em meio aos atletas amadores que faziam parte do seu quadro social. Em 1923, o Vasco da Gama, que naquele ano ingressara na primeira divisão da Liga, apresentou uma equipe que incluía em seu time negros, mulatos e brancos pobres. Com o aporte financeiro da colônia portuguesa, o clube havia garimpado os principais destaques de pequenas equipes suburbanas e fornecido condições para que seus jogadores se dedicassem exclusivamente ao esporte, o que incluía uma forte preparação física (FERREIRA, 2004)<sup>41</sup>. Naquele ano, o clube sagrou-se campeão carioca desafiando a hegemonia dos clubes da elite, num episódio que ficou conhecido na literatura como “Revolução Vascaína”, pela utilização de jogadores negros e por ser considerado um marco na profissionalização do futebol (RODRIGUES FILHO, 2000). Entretanto, talvez seja mais adequado considerar o título da equipe vascaína não como um marco, mas como mais um passo nesse processo, que continuaria no final da década de 1920 até ser oficializado em 1933.

O feito da equipe vascaína recebe grande destaque na literatura e na crônica esportiva, pois é apontando, tendo como referência a importante obra “O negro no futebol brasileiro”, de Mario Filho (RODRIGUES FILHO, 2000)<sup>42</sup>, como o momento de “democratização do futebol”. Todavia é importante relativizar o pioneirismo da equipe cruz de malta em obter êxito com tal modelo, pois no Rio Grande do Sul o GS Brasil de Pelotas já havia conseguido tal façanha (MASCARENHAS, 2001). Em diálogo com outros autores, como Mascarenhas (2014a), também pensamos ser exagerada a ideia de que a vitória vascaína teria contribuído para a “democratização do futebol”, pois a

---

<sup>41</sup> O C. R. Vasco da Gama foi fundado em 1898, mas aderiu ao futebol em 1915 quando uniu-se ao Lusitânia F.C., passando a disputar a 3ª divisão da Liga em 1916. A partir de 1917, o clube já havia começado a utilizar a estratégia que marcaria o campeonato de 1923, de buscar os destaques das equipes menores para montar o seu time (FERREIRA, 2004).

<sup>42</sup> Mascarenhas (2014a) indica que livro de Mario Filho é um magnífico romance épico dedicado ao futebol, mas que não tem pretensões documentais. Para Soares (2001, p.16), Mario Filho não escreveu a história, “mas utilizou sua criatividade de prosador para escrever crônicas romanceadas sobre o futebol brasileiro”, que ao construir uma história de identidade nacional contribuiu para a “invenção de algumas tradições” do nosso futebol. Segundo esse autor, a carência de obras na historiografia brasileira sobre o futebol converteu “O negro no futebol brasileiro” em clássico, que por essa condição passou a ser utilizado acriticamente por diversos pesquisadores sem ser submetido ao rigor da ciência.

formação de um time com negros e brancos pobres foi feita para atender a interesses econômicos e o controle dos clubes permaneceu nas mãos da elite branca, ficando clara uma distinção entre os jogadores que representavam o clube e o seu quadro de associados.

Tais ressalvas não têm a intenção de diminuir a importância de uma equipe com jogadores negros sagrar-se campeã em um campeonato ainda dominado por um perfil aristocrático dos principais times, mas de relativizar alguns exageros comuns na literatura, perpetuados por análises pouco cuidadosas da obra supracitada.

Um indicador de como a vitória da equipe cruzmaltina gerou incômodo foi sua exclusão do campeonato seguinte, quando a Liga foi substituída pela Associação Metropolitana de Esportes Athléticos (AMEA). Na AMEA, havia restrições à participação de diversos tipos de trabalhadores, analfabetos, e, também, às condições do campo do clube. Em resposta, a colônia portuguesa deu início ao processo de construção do estádio de São Januário, que foi inaugurado em 1927 como a maior praça de esportes da América do Sul, com capacidade para 40 mil torcedores. A inauguração do estádio demonstrava de maneira simbólica e concreta a força do clube na busca por um espaço entre os grandes times do futebol carioca (FERREIRA, 2004).

A inauguração do estádio do Vasco da Gama era também um sinal do fortalecimento do esporte como indústria do entretenimento. Ao longo da década de 20 a renda arrecadada com as partidas foi crescendo de forma exponencial, transformando o esporte em um negócio cada vez mais rentável. Se, por um lado, o esporte bretão passava a ser fonte de lucros para os clubes, por outro, passava a se constituir em uma alternativa de sobrevivência e forma de ascensão social dos jogadores que até então só tinham espaço nos clubes suburbanos, pois estes começavam a ser requisitados para compor os principais clubes da cidade. Começava a ser estabelecido um movimento que daria fama, prestígio e vantagens financeiras aos jogadores que se destacavam.

Um marco importante foi a fundação da Liga Carioca de Foot-ball, em 1933, decretando oficialmente o profissionalismo no futebol da cidade. Atletas como Domingos da Guia e Leônidas, dois jogadores negros, passaram a atuar pelos principais clubes, tendo reconhecimento, fama e recebendo vantagens financeiras pelos seus talentos. Apesar disso, obviamente, os preconceitos raciais não desapareceram.



A valorização do talento de jogadores negros ganhava destaque na imprensa e Mario Filho foi um de seus principais entusiastas. Para o jornalista esses jogadores colaboravam para a criação de um estilo de jogo tipicamente brasileiro, caracterizado por velocidade e improvisação em contraposição à técnica e disciplina do europeu e dos nossos vizinhos da Região do Prata. Ao valorizar outras características do povo brasileiro para além daquelas vinculadas à elite branca, fortalecia uma concepção de sociedade que obscurecia os conflitos raciais e colaborava para a construção de uma ideia harmônica de país. Suas ideias encontravam respaldo nas ideias de miscigenação brasileira proposta por Gilberto Freyre, que ocupavam espaço importante nos debates da época, após a publicação do livro “Casa Grande & Senzala”, em 1933.

O sentido harmônico e democrático que Mario Filho tentava construir para o jogo, logo a seguir seria capturado por Vargas que percebeu o quanto o nacionalismo poderia ser fortalecido pelo arrebatamento produzido pelas partidas da seleção, especialmente se essa fosse composta por jogadores sem distinção social e racial, pois atrairia todo tipo de gente. Esse foi o caso da seleção que representou o Brasil na Copa de 1938 na França, cujos principais destaques foram os atletas negros Leônidas e Domingos da Guia. Nosso selecionado terminou em terceiro lugar, perdendo apenas uma partida na semifinal para a Itália, que levaria a taça. O sucesso da seleção representava o sucesso que se queria para o país.

O futebol passou a ter uma centralidade ideológica no Estado Novo que tentava usar as vitórias da seleção para fazer propaganda em prol do regime. Em 1940, a festa de comemoração do dia 1º de Maio foi realizada em São Januário, e assim se seguiu durante muitos anos (Figura 3). Ao proferir seu discurso na tribuna do estádio, transmitido pelo rádio para toda a população, Vargas aproveitava-se do simbolismo do futebol para aproximar-se das classes populares e fortalecer sua ligação com os trabalhadores (DRUMOND, 2012). O entusiasmo do governo com o futebol indicou a possibilidade de realização de uma Copa do Mundo em território nacional, levantando-se a necessidade de construção de estádios monumentais para a realização de competições esportivas e de eventos cívicos. A construção do estádio do Maracanã e a realização da Copa do Mundo em 1950 veio a consolidar esses anseios.

O futebol que teve sua origem em um jogo folclórico no medievo, passou no início do século XIX a ser praticado nas escolas inglesas como forma de acalmar os ânimos da juventude abastada. Ao ser sistematizado como esporte moderno, em

1863, com a criação do *association football*, o elitismo era uma das suas principais marcas, mas que foi rapidamente dissolvida ao ser incorporado pela classe operária inglesa que o transformou em “religião leiga”.

Figura 3 - Comemoração do dia 1º de Maio de 1940, Vargas chega ao estádio de São Januário em carro aberto



Fonte: CPDOC *apud* Drumond, 2012.

O esporte que era símbolo da classe operária inglesa, ao chegar no Brasil no início do século XX, na bagagem de jovens bacharéis em retorno de um período de estudos na Europa, adquiria novamente um caráter elitizado. Praticado em clubes fechados e nas escolas da elite, a novidade oriunda do centro do sistema capitalista conferia aos seus praticantes um mecanismo de distinção que havia sido embaralhado com a proclamação da república e o fim da escravidão.

Entretanto, não tardou para que fossem fundados clubes pelos subúrbios e fábricas, incorporados por diversos grupos sociais. O jogo ganhava novos sentidos com o aumento do número de praticantes e de espectadores. Logo em seguida foi transformado em uma importante fonte de renda para a nascente indústria do entretenimento, levando a um lento e conflituoso processo de profissionalização, com a inclusão definitiva de negros e pobres nos principais times.

O crescimento da imprensa esportiva e do número de estádios pela cidade evidenciava a importância que o jogo adquiria no cotidiano dos seus habitantes. Os jogos da seleção brasileira adicionavam mais um significado ao jogo, o de orgulho patriótico. Não tardou para que o Estado tentasse capturar o futebol para um projeto nacionalista, foi o que fez Vargas durante o Estado Novo.

Reconhecendo o potencial do futebol para o seu projeto, Vargas propôs a construção de um estádio monumental e a realização da Copa do Mundo. O que aconteceu em 1950, quando a Copa foi realizada no Brasil e foi construído o maior estádio de futebol que até então se conhecera: o Maracanã. No entanto, este será o tema do nosso próximo capítulo.

## 2 MARACANÃ: DA “MONUMENTALIDADE DAS MASSAS” AO “PADRÃO-FIFA”

Ao se tornar sede da Copa do Mundo, o país assume o compromisso de apresentar estádios condizentes com as determinações do caderno de encargos da instituição que rege o setor, o chamado “padrão-FIFA”. Para isso os antigos estádios passam por processos de modernização e/ou são construídas novas praças esportivas. A realização da Copa de 2014 no Brasil teve um grande impacto no parque de estádios, a partir de um imenso gasto público foram apresentadas modernas arenas esportivas em todo o país. Algumas provavelmente se constituirão como elefantes brancos, caracterizados pelo pouco uso e elevado gasto de manutenção, outras tem como marca a aceleração do processo de transformação da economia do futebol brasileiro, em curso desde a década de 1990.

Neste capítulo, analisaremos as mudanças no Maracanã. Construído em 1950, o estádio passou por diversas transformações ao longo do tempo. Para tanto, num primeiro momento buscaremos compreender a inserção do Maracanã no parque de estádios existentes no Brasil; as principais características dos estádios, como objetos geográficos; a dimensão espacial dos estádios anteriormente existentes no Brasil, o debate e os conflitos sobre o processo de construção do Maracanã, um estádio-monumental, no contexto de um processo evolutivo do futebol no Rio de Janeiro, de um projeto desenvolvimentista para o país, do caráter cívico e regenerador da nação através do esporte, da realização da IV Copa do Mundo de Futebol.

Na segunda parte, nos dedicaremos a analisar os processos de apropriação do estádio e de formação de uma territorialidade<sup>43</sup> torcedora, destacando como sua monumentalidade foi apropriada pelas massas, e o debate sobre o tombamento do estádio, com o intuito de destacar suas características físicas e simbólicas, ou seja, sua forma e conteúdo.

---

<sup>43</sup> Podemos compreender a territorialidade como o requisito para a formação do território ou como sua dimensão simbólica identitária. A palavra território é de ampla utilização pelo senso comum, levando-a a possuir significados diversos: é utilizada para se referir ao espaço físico de um país, onde um Estado-Nação possui soberania; para se referir ao espaço de animais; para localizar fenômenos; ou simplesmente como sinônimo de espaço geográfico. Para os geógrafos território é um conceito construído a partir da leitura das relações de poder que se estabelecem sobre o espaço, tais relações podem ser econômicas, políticas ou culturais, sem escala espacial ou temporal pré-definida. Na literatura geográfica brasileira há diversos autores que se dedicaram ao debate sobre esse conceito, entre os quais destacamos as contribuições de Haesbaert (2004) e Souza (2013).

Na última seção, serão examinadas as transformações recentes no Maracanã, tendo em vista o debate sobre o conforto e segurança dos torcedores, e buscando desterritorializar as torcidas organizadas, estigmatizadas por ações violentas. O parâmetro para essas mudanças é a valorização do esporte enquanto espetáculo comercial e as regulamentações da FIFA. Dessa forma, ocorreram sucessivas propostas e sucessivas descaracterizações do estádio que já foi o “maior do mundo”, culminando com a reforma para a Copa de 2014 e sua transformação em estádio “padrão-FIFA”, contribuindo para uma re-elitização do futebol.

## **2.1 Os estádios como objetos geográficos: forma espacial, inserção urbana e apropriação cultural**

Os estádios de futebol são importantes objetos geográficos que marcam a paisagem urbana na forma de centralidade material e simbólica (MASCARENHAS, 2014a). O estádio é uma marca da sociedade, refletindo no espaço discursos e demandas de parcela da sociedade. Caracteriza-se, ao mesmo tempo, como matriz, pois condiciona o olhar e ação social (BERQUE, 1998)<sup>44</sup>. O estádio, devido à sua materialidade, associada ao seu custo de construção e ao seu tamanho, é dotado de permanência no espaço, e muitas vezes torna-se uma “rugosidade” (SANTOS, 1978): como afirma Milton Santos, o espaço é um “acúmulo desigual de tempos”. Em consonância com essa definição, o estádio muitas vezes reflete outra temporalidade.

Os objetos geográficos são formas espaciais dotadas de intencionalidades, que possuem ações ou conteúdos. Essas formas podem ser refuncionalizadas ou mesmo alteradas para atenderem a interesses contemporâneos. Como veremos neste capítulo, a construção de estádios esteve vinculada no início à ação dos clubes e posteriormente à ação do Estado, que visava na sua construção um meio de legitimação junto ao povo e de monumentalização do seu poder. Esse estádio abria espaço para a apropriação popular<sup>45</sup> e, em diversos casos, estava associado a um

---

<sup>44</sup> A proposta de pensar o estádio a partir das ideias de paisagem marca e paisagem de Berque (1998) foi desenvolvida por Mascarenhas (2005).

<sup>45</sup> Mascarenhas (2013) desenvolve importante interpretação do processo de apropriação dos estádios pelas massas. A concepção deste autor está baseada no debate sobre propriedade e apropriação

complexo esportivo no seu entorno (ginásio poliesportivo, pista de atletismo, parque aquático etc.). Isto pode ser relacionado ao papel do esporte como elemento regenerador, sua vinculação com a saúde e com o vigor físico da população e à ideia de aperfeiçoamento da raça. Em contraposição, as reformas dos estádios transformando-os em arenas, mudando simbolicamente inclusive a palavra que designa o objeto geográfico, atendem a concepções pautadas pelo mercado para o futebol, o Estado e a cidade.

Essa mudança, entretanto, não ocorre sem resistências, seja dos torcedores, dos usuários do complexo esportivos, seja da sociedade civil organizada. É sobre esse processo que discorreremos neste capítulo, focalizando o estádio do Maracanã, um dos mais importantes símbolos do futebol brasileiro e da cidade do Rio de Janeiro, referência para o esporte no mundo.

Nossa análise se desenvolverá abordando, de início, os estádios como objetos geográficos, apontando, a seguir, as diferenças relacionadas à localização, forma arquitetônica e tamanho, até chegarmos ao processo de construção do Maracanã. No tocante a esse terceiro ponto, trataremos desse processo identificando os principais conflitos e agentes sociais envolvidos.

### 2.1.1 O estádio de futebol como objeto geográfico

Os estádios de futebol marcam de forma monumental a paisagem urbana, revelando a importância que o jogo adquiriu no nosso país. Entretanto, como aponta Mascarenhas (2014a), a despeito da sua ubiquidade no mundo contemporâneo, poucos esforços foram empreendidos em análises acadêmicas sobre esse objeto nas ciências humanas de modo geral. Ao analisarmos a produção geográfica brasileira sobre estádios, constatamos que raros são os estudos publicados abordando especificamente o assunto, destacando-se as contribuições de Mascarenhas (MASCARENHAS, 2005; GAFFNEY & MASCARENHAS, 2005; MASCARENHAS & OLIVEIRA, 2006, MASCARENHAS, 2013). Com a realização da Copa do Mundo e

---

desenvolvido por Lefebvre. Na argumentação desta tese, buscaremos, em diálogo com a proposição de Mascarenhas, observar como a apropriação do estádio pelos torcedores engendra territorialidades.

das Olimpíadas no Brasil, tivemos um grande volume de pesquisas sobre os impactos dos megaeventos nas cidades e talvez, em breve, a temática dos estádios esteja mais presente em livros e periódicos relacionados à geografia.

O estádio de futebol é um edifício dotado de centralidade física e simbólica no espaço urbano. Sua presença é normalmente destacada na paisagem, mas seu uso principal ocorre em apenas alguns dias da semana, com intervalos maiores durante o verão. O fluxo de torcedores nos dias de jogos gera um ordenamento territorial próprio para seu entorno, envolvendo preocupações com transporte público e segurança de aficionados e moradores do entorno, além de oportunidades para o mercado formal e informal através da venda de alimentação, bebidas e itens relacionados aos times. Nos dias sem jogos o estádio é subutilizado, gerando debates sobre os seus custos de manutenção e sobre o aumento de funcionalidades para maior frequência de uso do equipamento esportivo.

Os estádios, além de exigir atenção do poder público para seu funcionamento e movimentar diferentes atividades econômicas direta e indiretamente ligadas ao espetáculo futebolístico, possuem uma dimensão simbólica como espaço de construção de identidades clubísticas. Tais identidades, ao serem compartilhadas coletivamente, normalmente, geram apropriações desses espaços, expressas em camisas de clubes, bandeiras, cânticos, configurando uma territorialidade torcedora. A importância simbólica que os estádios adquiriram na vida das pessoas de uma cidade levou Gaffney (2008) a compará-los a templos religiosos, pois estes também seriam espaços de congregação.

Mas, afinal, o que é um estádio? Qual a sua origem? Quais as principais alterações que os estádios sofreram na sua história ocidental? Na subseção seguinte, buscaremos responder a essas perguntas tendo em vista a sua importância para a análise do Maracanã.

### 2.1.2 As origens do estádio: espaços atléticos, religiosos, de entretenimento e poder

A palavra estádio tem sua origem na Grécia antiga, designava uma medida de comprimento equivalente a 206,25 metros, utilizada inicialmente como padrão para as pistas de corrida, um espaço sagrado, pois os atletas eram concebidos como seres

puros, capazes de alcançar a imortalidade. Posteriormente, a mesma palavra passou a indicar o local onde a competição ocorria<sup>46</sup>.

A construção do estádio grego considerava a topografia existente, pois as arquibancadas eram adaptadas às encostas. Esse espaço reunia funções atléticas, religiosas e políticas, sendo importante símbolo daquela civilização.

Com a ascensão do Império Romano, os mitos religiosos helênicos foram perseguidos e desvalorizados. As competições desapareceram, dando lugar às batalhas de gladiadores que valorizavam a bravura do soldado romano. Essas batalhas denotavam a perda do caráter religioso de outrora e eram um dos fundamentos da política do “pão e circo”. A mudança de atividades se reflete na forma, e desaparecem as pistas de corridas. Ademais, com o desenvolvimento técnico, as construções poderiam ser realizadas sem a necessidade de adaptação à topografia do local.

O anfiteatro, ou arena, se situava no centro da cidade, denotando sua importância. Mumford (1968) destaca que as arenas foram uma contribuição romana para o patrimônio urbano. Foram concebidas como estrutura colossal para o entretenimento das massas, possuindo grande densidade de ocupação<sup>47</sup>. A organização das arquibancadas era definida pela estratificação social, o que também estava atrelado ao nível de conforto. No primeiro anel, feito de bancadas de mármore e almofadas, ficava o Imperador e o Senado. Nos segundo e terceiro anéis, de bancos de madeira, ficavam, respectivamente, homens e mulheres livres, e os escravos. O Anfiteatro Flaviano, conhecido como Coliseu de Roma, foi construído em 79 d.C. com capacidade para quarenta e cinquenta mil espectadores. Era um importante espaço de reprodução social da capital do Império Romano, onde se faziam presentes a expressão e o exercício de poder, o lugar em que os governantes realizavam cerimônias para o entretenimento e o controle das massas, transformando-se em um modelo para obras semelhantes.

Com o fim do Império Romano e o início da Idade Média, no final do século IV, várias cidades perderam importância e vários estádios tiveram suas formas e funções

---

<sup>46</sup> Cf. Dicionário Houaiss. Disponível em:

<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=est%25C3%25A1dio>. Acesso em: 12 abr. 2015.

<sup>47</sup> Interessante observar como esses espaços e as práticas de entretenimento que ali ocorriam exerciam grande atração na população. Mumford aponta que “Sêneca, mestre e companheiro do jovem Nero, considerava sua presença nos jogos de gladiadores como nada menos que uma doença da alma; contudo, ia” (MUMFORD, 1968, p. 255).



alteradas. Alguns foram destruídos para terem seus materiais reaproveitados em outras construções, como as igrejas medievais, e outros foram transformados em miniaturas de cidades muradas, servindo de moradia principalmente para a população mais pobre. Sua presença contínua na paisagem, vale ressaltar, serve de lembrança da tecnologia, ideologia política e extensão geográfica do Império Romano (GAFFNEY, 2008).

Na América Central, também é possível encontrar vestígios de estádios construídos por sociedades pré-colombianas. Embora arquitetonicamente menos complexos que os anfiteatros romanos, eram espaços com quadras para jogos de bola, localizadas dentro de complexos templos e parte integrantes da ordem social, política e religiosa das suas sociedades (GAFFNEY, 2008).

Assim, percebemos que a origem dos estádios está relacionada com dois arquétipos de espaços esportivos: a pista do estádio grego, utilizada em corridas, e a elipse do anfiteatro romano, destinado aos combates dos gladiadores.

### 2.1.3 O estádio de futebol: a difusão do modelo inglês

No tocante ao futebol, antes da sua codificação, esse esporte era praticado no meio dos povoados, e a delimitação do campo de jogo era estabelecida pelos obstáculos existentes, por exemplo, muros e rios. Praças, Igrejas ou os limites da cidade murada eram as áreas de gol. Os estádios de futebol começaram a aparecer após a codificação do esporte, com a criação de espaços relativamente homogêneos, para a sua prática institucionalizada e o seu consumo. Em fins do século XIX, ainda não existia propriamente um estádio, espectadores e jogadores praticamente se misturavam. O aumento do número de espectadores começou a exigir um espaço físico, cuja arquitetura fosse própria para o espetáculo.

Um personagem que merece destaque nessa história é o arquiteto escocês Archibald Leitch, responsável pela concepção de 40 estádios na Grã-Bretanha<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Entre os estádios concebidos por Leitch encontram-se alguns dos principais palcos do futebol do século XX: Highbury (Arsenal), White Hart Lane (Tottenham), Stamford Bridge (Chelsea), Old Trafford (Manchester United), Goodison Park (Everton), Anfield (Liverpool), Villa Park (Aston Villa). Foi a tragédia de Hillsborough, com a morte de 96 pessoas, em 1989, em uma arquibancada desenhada por Leitch, em 1915, que começou a apontar para novas regras de construção de

Diferente dos anfiteatros de inspiração greco-romana, seus desenhos eram retangulares, tendo como referência o formato do campo. O projeto normalmente incluía três arquibancadas abertas sobrepostas por uma arquibancada coberta. Suas características físicas dialogavam com o perfil industrial da época, com utilização do aço e concreto armado na construção.

O primeiro projeto de Archibald Leitch foi o novo Ibrox, Estádio do Rangers, inaugurado em 1900. O maior estádio do mundo à época, com capacidade para 80 mil espectadores. O seu modelo de estádio se espalhou por toda Europa, influenciando, durante muito tempo, as construções esportivas por todos os cantos do mundo, pois ao serem construídas onde o futebol havia sido inventado, tornava-se referência para os demais. A Figura 4 apresenta o projeto de Leitch para o White Hart Lane, o Estádio do Tottenham, um modelo replicado em vários estádios da Inglaterra e do mundo.

A organização interna desses estádios tradicionais era baseada na separação das classes sociais pelos diferentes setores: a classe média, nos assentos mais caros na arquibancada coberta, e a classe operária, em pé nas arquibancadas abertas. Segundo Giulianotti (2010), no início da década de 1990, setenta dos noventa e dois clubes da Liga Inglesa jogavam em campos construídos antes da Primeira Guerra. Estes normalmente eram localizados próximos a estações ferroviárias, facilitando o acesso dos torcedores.

Ao pensarmos na escala do continente europeu é importante considerar a influência de fatores locais na localização e arquitetura dos estádios. No Norte da Europa, vários estádios, estando a cargo do poder público, foram pensados e inseridos nos projetos das cidades. Em países como Alemanha, França e Holanda, o estádio municipal normalmente fazia parte de um complexo esportivo mais amplo. Os campos de propriedade privada e, os de cidade menores, tendiam a ser mais voltados para o futebol, com forma retangular que ia sendo completada aos poucos. No sul da Europa, grandes estádios foram construídos durante ditaduras para ressaltar o nacionalismo e o poder dos governantes (GIULIANOTTI, 2010).

---

estádios, que afastava o futebol de suas raízes operárias, encaminhando para novos estádios voltados para a classe média. Abordaremos esse processo na última seção deste capítulo. 'O homem que desenhava emoções em aço e betão armado'. Mais Futebol, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://www.maisfutebol.iol.pt/soldados-desconhecidos/archibald-leitch/o-homem-que-desenhava-emoco-es-em-aco-e-betao-armado>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Figura 4 - Projeto de Archibald Lietch para o Estádio do Tottenham



Fonte: Mais futebol. Disponível em: <<https://maisfutebol.iol.pt/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

A Olimpíada de Berlim, em 1936, é certamente um momento marcante dessas ideias. Adolf Hitler viu os Jogos Olímpicos como uma ferramenta de propaganda do nazismo, fez grandes investimentos na preparação dos atletas e na organização dos jogos. A arena principal dos jogos foi o *Olympiastadion*, um enorme estádio construído para impressionar o mundo, que deveria parecer moderno e ao mesmo tempo lembrar um passado de glórias, tendo como referência o Coliseu de Roma<sup>49</sup>.

Anteriormente, na década de 1920, Benito Mussolini já tinha utilizado o esporte como um dos pilares do fascismo na Itália, inaugurando em diferentes lugares do país estádios “comunales” (municipais) com piscinas, pistas de atletismo e de ciclismo. Depois, reconhecendo a força do futebol, assumiu a tarefa de sediar a II Copa do Mundo, em 1934. Nos anos que antecederam a Copa, seguiram-se as inaugurações esportivas, entre elas o *Comunale di Torino*, com capacidade para setenta mil pessoas, idealizado como o mais imponente complexo esportivo do país, que logo a

<sup>49</sup> Em 1972, os Jogos Olímpicos foram novamente realizados na Alemanha, na cidade de Munique. Os organizadores preocuparam-se em construir um projeto oposto ao da Olimpíada de Berlim, o complexo continha um vasto parque onde encontrava-se o estádio Olímpico. As formas espaciais e sua organização tinham o objetivo de passar ao mundo a imagem de uma cidade e de um país essencialmente democrático (ARRUDA, 2009).

seguir foi renomeado para Estádio Mussolini e depois da Segunda Guerra, passou a ser chamado de Estádio Comunale (AGOSTINO, 2002)<sup>50</sup>.

Após a Segunda Guerra, no período de ampla atuação do Estado na economia e de prosperidade econômica conhecido como “os trinta gloriosos”, vários estádios foram construídos e outros foram ampliados. Na Espanha, por exemplo, merece destaque o Santiago Bernabéu, em Madri, que ao ser ampliado em 1955, tornou-se o maior estádio da Europa, com capacidade para 124 mil pessoas e o Camp Nou, inaugurado dois anos depois em Barcelona, com capacidade para 90 mil espectadores.

Vale destacar que o estádio monumental comumente relacionado à alienação das massas, também pode ser transformado em espaço de contestação política, o Camp Nou, por exemplo, no auge da ditadura franquista era o único lugar onde o povo catalão podia falar o seu idioma e expressar críticas ao regime, principalmente nos embates contra o Real Madri (MASCARENHAS, 2014a)<sup>51</sup>. Tal relação entre futebol, estádio monumental e contestação política será retomada no capítulo 4, a partir de outra perspectiva, considerando as lutas sociais em torno do Maracanã.

A seguir analisaremos os principais fatores associados a construção dos primeiros estádios do Brasil, para compreendermos os processos que levaram à construção do Maracanã. Retomaremos alguns aspectos abordados no capítulo anterior, porém focando na configuração dos equipamentos esportivos voltados à prática futebolística na cidade do Rio de Janeiro.

#### 2.1.4 Os estádios de futebol no Brasil: do modelo aristocrático ao monumento cívico

No contexto de expansão e popularização do futebol, esse esporte deixou de ser simplesmente uma prática esportiva para ser transformado em mercadoria pela

---

<sup>50</sup> A relação desses regimes com o esporte foi uma importante influência para o Estado Novo, refletindo em diversas ações políticas, em especial, no incentivo a construção de grandes estádios.

<sup>51</sup> O time da capital espanhola era tido como um representante do regime de Francisco Franco. Para vários analistas o Real Madri seria um time modesto se não tivesse sido financiado pela ditadura. Essa ideia é defendida por Carles Torras no documentário produzido para a TV3 (canal da Catalunha), "La leyenda negra de la gloria blanca" (2014). O filme apresenta a ideia que Franco usou o Real para fazer propaganda internacional do regime e superar o forte time que o Barcelona possuía. Um dos argumentos apresentados é que após vinte anos sem títulos, durante o franquismo o Real Madri venceu 14 vezes o campeonato nacional e seis Copas europeias.

indústria do entretenimento. Esse processo produziu uma demanda por formas urbanas adequadas ao espetáculo futebolístico. Atentos a esse segmento, empresários do ramo investiram na construção de estádios já em finais da década de 1910. Entretanto, foi com o Estado Novo que esse processo se ampliou por todo o território brasileiro.

O processo de construção dos estádios será abordado, tendo em vista seus agentes produtores, sua forma e sua localização. Serão tecidos comentários sobre a construção, em 1919, do já citado Estádio das Laranjeiras, o primeiro estádio construído no Brasil, depois abordaremos o Estádio de São Januário, inaugurado como o maior estádio da América em 1927, para a seguir tratarmos do Estádio Municipal do Pacaembu, o primeiro estádio público do país, aberto ao público em 1940.

No Brasil, inicialmente, não existiam espaços específicos para a prática do futebol, o que fazia com que ela ocorresse em espaços improvisados. Da mesma forma que a existência das práticas corporais atléticas abriram espaço para a inserção do futebol, a espacialidade dessas atividades também foi fundamental para que esse esporte se realizasse: os certames do esporte bretão contaram com os espaços de hipódromos, velódromos e parques públicos para a sua realização<sup>52</sup>.

Devido ao custo de construção, os estádios eram edificadas em bairros nobres das cidades para os diletos filhos das elites praticarem a novidade recém-chegada da Inglaterra diante de um público composto por damas e cavalheiros bem vestidos, predominantemente familiares e amigos dos praticantes<sup>53</sup>. A primeira geração de estádios que se espalhou pelas principais cidades brasileiras<sup>54</sup>, no início do século XX, foi constituída por equipamentos de pequeno porte, com uma arquitetura similar a um teatro a céu aberto, um ornamento da onda civilizadora europeia para a fruição das elites, que podem ser classificados como “estádio aristocrático”

---

<sup>52</sup> Mascarenhas (2014a) indica que São Paulo dispunha de um velódromo, em Recife, Fortaleza e Curitiba os jogos foram utilizados em hipódromos, mas esse equipamento era restrito às cidades onde o turfe estava consolidado, em várias outras importantes capitais os parques foram utilizados para as partidas, caso, por exemplo, de Porto Alegre (Parque Farroupilha) e de Salvador (Campo de Pólvora).

<sup>53</sup> As exceções foram os clubes de fábrica, cuja espacialidade está relacionada aos fatores locais do próprio espaço produtivo.

<sup>54</sup> Entre esses estádios podem ser citados, o Estádio da Graça, construído em Salvador em 1920, o Joaquim Américo, de 1924, em Curitiba, e o Moinhos de Vento cuja inauguração em Porto Alegre data de 1904 (MASCARENHAS, 2013).

(MASCARENHAS, 2013). Eram construídos nas dependências do clube, junto ao prédio-sede e aos salões de baile (CERETO, 2003).

Dessa primeira geração de estádios, poucos ainda estão presentes em nossas cidades. Com a popularização do futebol e o significativo aumento do público ao espetáculo, por um lado, esses espaços tornaram-se pequenos e sua ampliação seria bastante onerosa devido aos preços dos terrenos das imediações, por outro lado, toda dinâmica associada à movimentação dos torcedores em dia de jogos também costuma ser rejeitada pelos moradores desses bairros nobres<sup>55</sup>. Ademais, esses primeiros estádios passaram a ser objeto de interesse devido à sua localização em áreas valorizadas. Em decorrência disso, muitos foram demolidos para dar lugar a empreendimentos imobiliários.

Merece destaque, dessa geração de “estádio aristocráticos”, o do Fluminense Football Club, popularmente conhecido como Estádio das Laranjeiras, cuja primeira arquibancada foi erguida em 1905. Nos primeiros confrontos entre clubes, os espectadores praticamente misturavam-se aos jogadores, não havia uma assistência em massa que exigisse uma separação rígida entre os que assistiam e os que jogavam. O estádio do Fluminense foi construído em 1919, por ocasião do III Campeonato Sul-Americano de Futebol, patrocinado pela Família Guinle, uma das mais ricas e influentes do Brasil. Esse equipamento esportivo, com uma arquitetura refinada, situado em um bairro de classe média, ao lado do Palácio da Guanabara, foi palco de importantes eventos no início da década de 1920<sup>56</sup>, como a visita do Rei Alberto<sup>57</sup>, da Bélgica, em 1920, e a realização dos Jogos-Sul Americanos em comemoração ao centenário da independência em 1922.

No entanto, à medida que futebol alcançava mais adeptos e aficionados nas diversas classes sociais, afastando-se do seu viés aristocrático e incorporando-se à indústria do entretenimento, o esporte passava a demandar novas formas espaciais

---

<sup>55</sup> A título de ilustração podemos citar as conhecidas dificuldades do CR Flamengo em implementar projetos de modernização e ampliação do seu estádio na Gávea, visando receber jogos contra equipes menos tradicionais e com expectativa de público um pouco mais reduzida.

<sup>56</sup> Construído com uma estrutura aberta voltada para as dependências do clube, o estádio acabava por permitir que grupos das classes populares acompanhassem as partidas dos morros e telhados das casas próximas.

<sup>57</sup> O monarca belga havia ganho fama por ter participado da primeira guerra e por ter patrocinado a realização dos jogos olímpicos em seu país. Naquele momento, foi realizada uma parada esportiva em sua homenagem com o objetivo de demonstrar o valor do esporte para o Brasil, como instrumento de disciplina e desenvolvimento da nossa civilização (PEREIRA, 1998).

mais adequadas à profusão de espectadores que se encaminhavam para assistir às partidas e às possibilidades de aumentar os lucros dos clubes com os jogos, além do rompimento com a espacialidade anterior, vinculada à classe média. Nesse processo um marco importante, não só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, foi a inauguração, em 1927, do Estádio de São Januário, pelo Clube de Regatas Vasco da Gama<sup>58</sup>. Inaugurado como o maior estádio da América do Sul, dotado de linhas arquitetônicas imponentes, rompia a espacialidade anterior, pois localizava-se no bairro de São Cristóvão, na zona industrial. Entre os fatores que influenciaram na localização, Ferreira (2004) destaca: terrenos com preços acessíveis, serviços de bondes, proximidade relativa com o antigo campo da Rua Morais e Silva e com a zona portuária (onde o clube de remo havia sido fundado), existência de numerosa colônia portuguesa em São Cristóvão, entre outros.

Conforme citado no capítulo anterior, o estádio foi apropriado por Vargas na sua estratégia de aproximação das massas. Com o novo estádio e elevado investimento da colônia portuguesa, o Vasco da Gama transformou-se em um dos principais clubes da cidade. A década de 1930 também assistiu à difusão do rádio, diversas partes do Brasil puderam ouvir as partidas dos times da capital do país e, a partir de 1938, os discursos de Vargas em manifestações cívicas, como o 1º de Maio, vinculando futebol e nação, aumentando a popularidade do esporte em diversos cantos do Brasil.

Depois de São Januário, outro marco na história dos estádios brasileiros foi a inauguração do Pacaembu em São Paulo. Projetado pelo escritório Ramos de Azevedo, em estilo *art déco* (com fachada sem ornamentos e composta por linhas verticais e horizontais), foi construído em zona nobre da cidade, repetindo a tendência locacional da primeira geração de estádio do país, mantendo-se distante da espacialidade indicada pelo Vasco, de aproximação como segmentos sociais que não compunham a elite econômica e política. Mesmo assim, a sua localização e a sua forma arquitetônica revelam também sua intencionalidade, ao ser erguido como “monumento cívico” para ter centralidade na vida social de São Paulo (NEGREIROS, 1998).

---

<sup>58</sup> O estádio do Vasco da Gama foi construído pela empresa Christiani e Nielsen, após campanha de arrecadação, contou com projeto do arquiteto português Ricardo Severo, que foi diretor do Liceu de Artes e Ofício de São Paulo e pertencia ao Escritório Técnico de Ramos de Azevedo (CAMPOS, 2014).

Além de campo de futebol também foram erguidos um ginásio poliesportivo e equipamentos para atletismo e natação, além de uma concha acústica para espetáculos musicais e de dança<sup>59</sup>, caracterizando como primeiro complexo de esportivo-cultural do país. O Estado, assim, passava a assumir a construção dos estádios. A assunção da responsabilidade por construir equipamentos esportivos reflete uma ideologia de Estado que mais uma vez relacionava os esportes ao desenvolvimento físico da juventude e ao civismo. Ressurgiu, no período de Vargas, entre a década de 1930 e o início da década de 1940, o debate da regeneração, influenciado por ideias nazifascistas.

A construção de estádios deixou de ser uma atividade privada, dos clubes, para ser uma realização pública, permitindo a idealização de grandes centros esportivos, que seriam voltados a capacitação do ser humano moderno.

A construção do Pacaembu marca uma nova etapa dos estádios brasileiros que influenciou de forma direta a concepção do Maracanã. Por conta disso, faz-se necessário compreender os processos relacionados à construção do Estádio Municipal de São Paulo.

As partidas entre as principais agremiações esportivas levavam multidões aos estádios de São Paulo. O aumento da adesão ao futebol colocava a necessidade de construção de um novo estádio que deveria ser compatível com o tamanho da cidade que crescera rapidamente nos primeiros decênios do século XX, acompanhando o processo de industrialização. Entretanto, dentro das transformações urbanas que se processavam, havia demandas claras por obras de infraestrutura mais emergenciais aos cidadãos do que a construção de uma praça esportiva. Outro ponto importante foi que as atividades esportivas eram organizadas pela iniciativa privada e pautadas de acordo com interesses comerciais.

Com efeito, a questão principal do envolvimento do poder público estava para além do esporte, pois relacionava-se à ideia de um projeto de nação baseado no “fortalecimento da raça”. Naquela época argumentava-se que período escravocrata havia deixado uma população pouco afeita ao trabalho, partindo desse princípio era necessário disciplinarizar os corpos, especialmente num momento de expansão dos

---

<sup>59</sup> Havia a crença que a cultura erudita poderia educar e civilizar as massas. A concha acústica foi demolida ao final da década de 1960 para ampliação da capacidade do estádio, em seu lugar foi erguido um novo lance de arquibancada conhecido como Tobogã (CAMPOS, 2014).



processos industriais. Em resumo, para pensar o progresso do país seria preciso educar corpos e mentes.

O novo estádio deveria ser erguido para colaborar com a educação do “povo brasileiro”, auxiliando no desenvolvimento das atividades físicas que deveriam ter a mesma importância da educação intelectual e moral. O Pacaembu seria um monumento para indicar a importância das atividades físicas para São Paulo e o pioneirismo da cidade que assumia a dianteira no desenvolvimento econômico do Brasil.

O esporte não era mais uma prática exclusiva dos *sportsmen* filhos da elite. Além da sua popularização, adquiria um sentido estratégico relacionado ao destino do país, o que justificaria investimentos públicos vultosos para erguer o estádio.

Além das atividades esportivas, o complexo esportivo seria também utilizado para manifestações políticas com o intuito de fortalecimento do “sentido cívico” da população. Na inauguração do estádio, Vargas reafirmava a concepção que vinculava o novo espaço às atividades físicas e às manifestações de caráter cívico-político. Do seu discurso de abertura, destacamos o seguinte trecho, extraído do trabalho de Negreiros (1998):

Ao declarar inaugurado este Estádio, sob impressão das entusiásticas e vibrantes aclamações com que fui recebido, não posso deixar de dirigir-vos algumas palavras de vivo e sincero louvor.

Este monumento consagrado à cultura física da mocidade, em pleno coração da capital paulista, é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros e autoriza aplaudir merecidamente a administração que o construiu.

As linhas sóbrias e belas da sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem como uma afirmação da nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações.

É ainda, e sobretudo, este monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação cívica.

Por conta desses ideais, o novo espaço não deveria servir prioritariamente ao futebol profissional, pois defendia-se a ideia de que a educação moral, cívica e física se relacionava apenas com o esporte amador e não combinava com a visão de esporte que permitia ganhos financeiros.

Sem embargo, o Pacaembu transformou-se em referência, representando um marco na trajetória do futebol na cidade que crescia em prestígio e em número de aficionados. Assim, a partir do estádio, verdadeiras multidões poderiam acompanhar os jogos. Nas palavras de Negreiros,

é possível considerar a ideia e posterior construção do estádio municipal do Pacaembu como síntese de uma época, que tinha muita preocupação com a

questão do corpo do brasileiro. Mas, por outro lado, a construção do estádio se deu no seio de um regime autoritário, que, na busca incessante pela legitimação, buscou inúmeras formas. Entre essas formas, a construção de grandes obras arquitetônicas, com um forte sentido simbólico. O Estádio surgiu nesse contexto, mas terminou por ser mais um templo do futebol, alimentando-o ainda mais (NEGREIROS, 1998).

Mesmo o futebol se apropriando do Pacaembu, durante o Estado Novo, ele foi utilizado para manifestações políticas organizadas pelo governo, tal como aquelas que já aconteciam no estádio do Vasco da Gama.

Nesse mesmo contexto, em 1941, foi inaugurado em Niterói, à época capital do estado do Rio de Janeiro, mais um estádio público: o Caio Martins. O estádio foi entregue ao público pelo interventor federal Amaral Peixoto, genro de Vargas, seguindo as concepções que balizaram o projeto do Pacaembu, mas em proporções menores: localização em área nobre, existência de um complexo esportivo e uso do estádio para manifestações cívicas a favor do governo. Durante a Segunda Guerra, em datas como o 1º de Maio, Amaral Peixoto repetia em Caio Martins o ritual dos discursos de Vargas em São Januário<sup>60</sup>.

Dessa forma, ante o que aqui foi exposto, podemos afirmar que São Januário e Pacaembu eram os dois principais estádios do Brasil antes do Maracanã e também que ambos se constituíram em importantes etapas no processo que levou a construção da maior praça de esportes do mundo.

## **2.2 A construção do estádio-monumento: consolidação do futebol no Rio de Janeiro, esporte como elemento regenerador e a realização da IV Copa do Mundo**

Ao iniciar a década de 1940, o futebol já havia sido difundido amplamente na cidade, adquirindo múltiplos significados. Nesse contexto, podemos destacar três

---

<sup>60</sup> A relação do estádio com os regimes autoritários não se extingue nesse contexto. Durante a ditadura militar, o ginásio esportivo do Caio Martins serviu como prisão. Após o golpe de 1964, entre abril e julho daquele ano, centenas de pessoas ficaram presas no local. Há, desde 2010, uma proposta para a construção de um centro de memória em homenagem a esses presos políticos. Cf. Cartografias da ditadura. Disponível em: <[http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/11/Estadio-Caio-Martins\\_final.pdf](http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/11/Estadio-Caio-Martins_final.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

importantes dimensões do esporte bretão na cidade: seu processo de popularização, a relação com o nacionalismo e sua importância como mercadoria para a indústria do entretenimento.

Essas três dimensões estão diretamente associadas e são fundamentais para pensarmos a construção do maior estádio do mundo na cidade. Um estádio com arquitetura arrojada e proporções colossais que passou a ser chamado, à época, de “estádio monumento”. A essas dimensões, soma-se um outro fator fundamental, a realização da Copa de 1950 no país<sup>61</sup>.

Podemos afirmar que já estavam em curso processos que provavelmente desaguariam na construção de um estádio de grandes proporções na cidade do Rio de Janeiro, mas com a realização da Copa do Mundo o Brasil teria uma chance de mostrar aos demais países não só o desenvolvimento do seu futebol, cada vez mais reconhecido, mas também o processo de modernização da nação.

Num contexto marcado pelo desenvolvimentismo, pela forte intervenção do Estado na economia, pela substituição de importações, pelo êxodo rural e pela urbanização acelerada, projetos monumentais mostrariam ao mundo a força da engenharia e da arquitetura brasileira e o “país do futuro” viraria realidade. A nova praça esportiva tinha a função simbólica do projeto nacional desenvolvimentista proposto pelo Estado brasileiro e sua construção pode ser vista como a própria monumentalização dessa proposta (MOURA, 1998).

Pensando na importância da monumentalidade desse projeto, buscaremos uma melhor compreensão dos monumentos. O significado dicionarizado nos apresenta pistas para seguir em frente. Ao consultar o Houaiss, encontramos algumas significações para o verbete que são úteis ao nosso debate, dentre as quais apresentamos as seguintes: obra artística (escultura, arquitetura etc.), geralmente grandiosa, construída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, ou nação; qualquer edificação de grande estatura, cujas dimensões, estética e imponência despertam admiração; por extensão, qualquer coisa cujas proporções sejam

---

<sup>61</sup> Além do Maracanã, a Copa de 1950 foi realizada nos seguintes estádios: Eucaliptos, em Porto Alegre (de 1931); Durival Britto e Silva, em Curitiba (de 1947); Pacaembu, em São Paulo (de 1939); Independência, em Belo Horizonte (de 1950); e Ilha do Retiro, em Recife (de 1937).

colossais<sup>62</sup>. Esses significados não se distanciam da etimologia da palavra, que deriva das formas latina *monumentum* e *monimentum*, cuja significação é ‘edifício majestoso, mausoléu, obra notável’ (CUNHA, 1982).

Ao ampliarmos nossa leitura, dialogando com Choay (2001), observamos que o monumento se caracteriza pelo que for edificado para rememorar, ou fazer com que as futuras gerações rememorem, acontecimentos, ritos, crenças etc. O seu princípio é pensado a priori e possui uma universalidade no tempo e no espaço, pois sociedades de diferentes épocas e lugares edificaram monumentos. A ideia de monumento histórico, vale ressaltar, é uma invenção do ocidente e não é desde a sua origem concebido como tal. Sua concepção se dá a posteriori, devido a seus destacados valores históricos e/ou artísticos (CHOAY, 2001).

O Maracanã incorpora os diferentes aspectos acima mencionados, entre os quais, nesse momento, pode destacar-se o objetivo de ser símbolo da realização do maior evento do futebol mundial, a Copa do Mundo de 1950. Após esse evento e ao longo do tempo, o estádio foi palco de importantes acontecimentos futebolísticos, que o transformaram em um monumento histórico, cuja característica principal foi a sua apropriação pelas classes populares que lhe conferiram atributos peculiares vinculadas a uma “monumentalidade das massas”<sup>63</sup>.

Para ampliar a compreensão sobre o que representou e representa o Maracanã, vale observar as proposições de Corrêa (2007). De acordo com esse autor, os monumentos são formas simbólicas grandiosas, representações materiais de eventos passados que integram o ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem da cidade. Corrêa (2007) faz um balanço da produção bibliográfica dos geógrafos sobre o tema, abordando os embates durante a construção e a definição da localização e da iconografia dos mesmos. Sua análise se desenvolve com a leitura do papel simbólico desempenhado por estátuas, templos religiosos e memoriais de guerra. Propõe-se aqui incorporar mais um objeto geográfico à análise dos monumentos: o estádio de futebol, especificamente, o Maracanã.

---

<sup>62</sup> Cf. Dicionário Houaiss. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=monumento>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

<sup>63</sup> A expressão “monumentalidade das massas” foi cunhada por Nestor Goulart Reis, Conselheiro do IPHAN, no seu parecer aprovando o tombamento do estádio. Abordaremos esse processo em uma seção mais adiante deste capítulo (REIS, 2000).

Na proposta de Corrêa (2007), destaca-se a importância de uma análise escalar dos monumentos, o que vai ao encontro do referencial teórico aqui adotado. O autor reconhece a escala como uma construção social e política, tal como as proposições de Marston (2000) e implicitamente dialoga com as concepções de Harvey (1980 e 2012) acerca de espaço absoluto, relativo e relacional. Ao estabelecer relação entre essas duas concepções, podemos pensar a dimensão em área, volume e altura do monumento, ou seja, a escala no sentido absoluto. Tal dimensão da escala ganha sentido quando pensada em termos relacional, ao estabelecer comparação com outros monumentos da mesma natureza. Dessa forma, queremos pensar qual o sentido social e político de construir o maior estádio do mundo no Rio de Janeiro, os agentes sociais participantes, seus interesses e as contradições e conflitos decorrentes.

Inaugurado às vésperas do início da Copa de 1950, o então Estádio Municipal, foi construído em tempo recorde, em apenas um ano e dez meses. Com uma concepção arquitetônica moderna e capacidade para 155 mil pessoas, foi chamado pela crônica esportiva de “Estádio Monumento”, “Gigante de Concreto”, “Colosso do Derby”, entre outras expressões que destacavam a grandeza da obra.

Certamente a realização da Copa de 1950 em território nacional foi fundamental para a construção do estádio, mas, como vimos anteriormente, sua demanda surgiu bem antes. Podemos localizar o início desse debate, com o sucesso do escrete brasileiro na Copa de 38.

Naquele ano, o futebol já era popular em várias cidades do Brasil e passou a ser utilizado por Vargas para o fortalecimento de ideias nacionalistas, com estratégias similares as que tinham sido utilizadas na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini. Nesse contexto, o jornalista Célio de Barros<sup>64</sup> fora enviado como delegado da CBD durante a Copa da França, onde lançou no congresso da FIFA a candidatura do país à sede da Copa de 1942 (MÁXIMO, 2000).

Dois outros países também declararam a intenção de receber o evento de 1942, a Alemanha e a Argentina. A Alemanha possuía grandes estádios e havia demonstrado sua capacidade de organizar eventos esportivos de grande porte com a realização dos Jogos Olímpicos em 1936. A Argentina também poderia trabalhar nesse sentido, da mesma forma como tinha sido feito no Uruguai que construiu o

---

<sup>64</sup> Célio de Barros, além jornalista, atuou como dirigente esportivo, chegou a presidir a Federação de Atletismo e também a Comissão de Assuntos Internacionais da CDB.

Estádio Centenário para a Copa de 1930. Em 1939, o maior estádio do Brasil era o do Vasco da Gama, em São Januário, com capacidade para aproximadamente 35 mil pessoas.

O início da Segunda Guerra levou a suspensão das Copas no período do conflito (1939-45). Mesmo com a suspensão, crescia a demanda por um grande estádio na capital da República, tanto pelo poder político que queria um espaço de celebração e congregação do regime, tal como havia sido feito com a construção de estádios monumentais na Alemanha e na Itália, como pela população e pela imprensa esportiva que começavam a achar pequenos São Januário e Laranjeiras, até então os principais estádios de futebol da cidade. Outro fator que também teve importância nesse contexto foi a construção do Estádio Municipal do Pacaembu, pela prefeitura de São Paulo, em 1940. Questionava-se o motivo de não existir um estádio público na capital federal.

A proposta começa a ganhar forma em 1941, quando Vargas criou o Conselho Nacional de Desporto (CND). O CND estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cujo ministro Gustavo Capanema, naquele mesmo ano, lançou um concurso público para escolha do projeto de um Estádio Nacional, vencido pelos arquitetos Pedro Paulo Bastos e Antônio Dias Carneiro.

Logo a seguir, o prefeito do então Distrito Federal, Henrique Dodsworth, solicitou estudos aos arquitetos Rafael Galvão e Orlando Azevedo para a construção do Estádio Municipal. A disputa política entre a prefeitura do Distrito Federal e o governo federal paralisou o projeto de um estádio público na cidade, o que gerava protestos de jornalistas e aficionados.

### 2.2.1 A escolha do Brasil como sede da IV Copa do Mundo de Futebol e a construção do Maracanã

Logo após o término da Segunda Guerra, o Brasil reafirmou o seu interesse de sediar a IV Copa do Mundo no congresso da FIFA, em Luxemburgo, no ano de 1946. Após os conflitos militares, vários países europeus estavam devastados e teriam dificuldades sediar o evento, especialmente a Alemanha. Somou-se a isso o fato de que as duas edições anteriores haviam sido realizadas no velho continente e seria

interessante para a FIFA realizar a competição na América do Sul, pois alguns países do continente já destacavam-se no esporte e isso permitiria apaziguar as críticas ao euro-centrismo da entidade, ou seja, pode-se dizer que havia também uma dimensão da geopolítica do futebol em jogo na escolha do país-sede (FRANZINI, 2010). A candidatura brasileira contava com o apoio de países vizinhos, menos da Argentina. O Brasil acabou saindo vencedor da disputa para sediar o campeonato que aconteceria em 1949, levando inclusive a Argentina a desistir de participar do certame.

A realização da Copa daria novo impulso à construção do estádio na cidade, gerando calorosos debates marcados por algumas polêmicas: quem deveria construí-lo? O governo federal ou a municipalidade? Deveria ser um estádio público ou privado? E a questão principal que gerou mais controvérsias, onde deveria estar localizada a nova praça de esportes?

Uma das primeiras ideias surgidas após o anúncio da realização do torneio no Brasil foi apresentada por Hilton Santos, então presidente do Flamengo. O chamado “Plano Hilton Santos”, previa a construção de estádios como iniciativa dos clubes e com incentivo do governo em seis capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre). A ideia recebeu apoio dos liberais, que defendiam que os estádios deveriam ficar sob a responsabilidade da iniciativa privada. Porém, sofreu críticas de veículos de imprensa como o Jornal dos Sports e o Jornal do Brasil, que respectivamente apontaram que o plano beneficiaria alguns clubes em detrimento de outros e que o governo deveria erguer o Estádio Nacional, atendendo às demandas do esporte no país, pois os clubes não viam o futebol como esporte, mas como negócio. Após as críticas e o surgimento de divergências entre as agremiações esportivas, o plano foi deixado de lado (MELO, 2011).

O Jornal dos Sports foi um importante espaço de debates sobre a construção do novo estádio na cidade. Mario Filho, o proprietário do jornal, é reconhecidamente um dos personagens mais ativos da história do estádio, o que também pode ser associado aos seus interesses empresariais. Atuando, desde 1927, como jornalista esportivo, inventou uma linguagem própria para o esporte, repleto de drama e personagens épicos, tal como um romance, tendo papel importante no fortalecimento da relação entre clubes e torcedores e na criação de rivalidades entre os principais times. O jornalista possuía relações pessoais com os principais dirigentes esportivos,

alguns deles inclusive escreviam para seu jornal<sup>65</sup>. Utilizando-se de uma metáfora de guerra, designou a empreitada de “Batalha do Estádio”<sup>66</sup>, escalando vários colunistas para a tarefa, entre eles Vargas Netto, sobrinho de Getúlio Vargas, que era presidente da Federação Metropolitana de Futebol, e Ary Barroso, o compositor de Aquarela do Brasil, radialista, locutor esportivo, e vereador carioca pela União Democrática Nacional (UDN).

No Jornal dos Sports havia espaço também para os que criticavam a urgência de construção do estádio, como o médico Maurício de Medeiros, e que defendiam a prioridade em investimentos em saúde e educação. Ao lado, Alfredo Curvello, contra argumentava dizendo que estádio, escolas e hospitais eram igualmente importantes e que o esporte era fundamental como prática pedagógica disciplinadora nas escolas (MOURA, 1998).

A despeito do debate sobre a importância da construção do estádio, a contenda sobre quem seria o responsável pela execução da obra ainda precisava ser resolvida. Aqueles que defendiam a obra possuíam receio de que essa disputa sobre os possíveis ganhos políticos relacionados à sua construção inviabilizasse mais uma vez o projeto. Entretanto, em 1947, após acordo, firmado entre o prefeito Mendes de Moraes e o presidente Dutra, foi decidido que a tarefa ficaria sob responsabilidade da municipalidade. Chegava ao fim a primeira batalha e a capital, enfim, ganharia o seu estádio público.

A essa altura o prefeito era Hildebrando de Araújo Góes, que chegou a pensar que, ao contrário de construir um novo estádio para a Copa, poderia aumentar o Estádio do Vasco, em 20 ou 30 mil lugares. Isto não parecia ser suficiente para atender aos anseios da população com o futebol e nem a construção de uma imagem positiva do Brasil perante a exposição internacional que o país teria com a Copa do Mundo.

No dia 06 de junho de 1947, o General Ângelo Mendes de Moraes foi nomeado para o lugar de Góes pelo presidente Gaspar Dutra<sup>67</sup>, tendo como prioridade construir

---

<sup>65</sup> Dessa proximidade com a elite esportiva possibilitou a implantação de diversas de suas propostas de criação de competições esportivas, como por exemplo o Torneio Rio-São Paulo.

<sup>66</sup> Os primeiros argumentos apresentados no Jornal do Sports defendendo a construção do estádio eram direcionados ao Ministro da Saúde e Educação. Várias colunas foram escritas indicando a importância do esporte no mundo moderno, reforçando o seu papel para disciplinar e fortalecer a juventude, através da educação física, pela defesa do país. Dessa forma, voltavam à tona os argumentos do discurso regenerador do século XIX e início do século XX.

<sup>67</sup> Mendes de Moraes já havia trabalhado para Dutra quando este era Ministro da Guerra de Vargas. Vale ressaltar que mesmo com o fim do Estado Novo, em 1945, várias ideias associadas a Vargas



o Estádio Municipal. Uma das suas primeiras medidas foi nomear João Lyra Filho, então presidente do CND, ao cargo de secretário de finanças do Distrito Federal. O novo secretário criou uma arquitetura financeira para o projeto, conseguindo a abertura de créditos junto ao Banco da Prefeitura e elaborando o projeto de venda de cadeiras cativas e perpétuas para arrecadar recursos para o financiamento da obra. A ideia que o estádio seria pago pela população produzia um importante argumento na defesa da sua construção.

A questão que ocasionou maior debate foi a localização da nova praça esportiva, era uma nova etapa da “Batalha do Estádio”. Melo (2011), a partir de pesquisa em jornais da época, encontrou cinco opções de localização do novo estádio: no antigo terreno do Derby Club; na Baixada de Jacarepaguá; no bairro de Irajá (próximo à Avenida Brasil); nos terrenos do antigo Jardim Zoológico, em Vila Isabel; e na área do “calabouço”, onde atualmente se encontra o Aeroporto Santos Dummont. No entanto, as três primeiras foram as que de fato ocuparam espaço no noticiário.

A proposta de construção do novo estádio no antigo terreno do Derby Club foi a primeira aparecer, pois já havia sido feita em 1941, durante o concurso para escolha do projeto do Estádio Nacional. Seus defensores, entre eles Mario Filho e Ary Barroso, alegavam que a área possuía boa infraestrutura de transporte, era servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, próxima ao Centro da cidade e de fácil acesso tanto aos moradores da Zona Sul quanto da Zona Norte, conforme mostrado na Figura 5. Apontavam ainda que as intervenções urbanas que aconteceriam na área teriam importante repercussão para os habitantes da cidade, pois o alargamento de ruas ao redor do estádio melhoraria a circulação em uma área de grande fluxo e também seriam realizadas obras de controle de inundações, em uma área de alagamentos recorrentes.

Nesse terreno havia funcionado um importante prado da cidade, onde André Paulo de Frontin fundou o Derby Club, em 1885. Com o passar dos anos e a diminuição da popularidade do turfe, houve a deterioração das suas arquibancadas. Em 1919, em vez de reformá-lo, seus dirigentes optaram pela construção de um novo

---

permaneceram durante o mandato de Gaspar Dutra, que inclusive foi apoiado por ele na eleição. Diversos nomes do poder eram getulistas, até mesmo na área do esporte. Pode-se dizer que, apesar da mudança de regime, o país ainda estava preso ao ufanismo e à grandiloquência que havia marcado o período anterior.

Derby, que deveria se localizar na Zona Sul, novo local da elite carioca. Assim, em 1926, inauguraram o Hipódromo Brasileiro, em um terreno próximo ao Jardim Botânico, e posteriormente se juntou ao Jockey Club, formando o Jockey Clube Brasileiro (VIEIRA, 2000). O novo prado, também conhecido como “Hipódromo da Gávea”, pode ser considerado o primeiro grande equipamento de espetáculo esportivo do Brasil, com suntuosidade e capacidade para 80 mil pessoas, que só foi superado pelo Maracanã (MASCARENHAS, 2014a).

Figura 5 - Fotografia aérea do Terreno do Derby Club em 1928



Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro / Mosaico Fotográfico – Distrito Federal Rio de Janeiro, dez. 1928.

Pensava-se que nesse processo de mudança ocorrido, durante a gestão de Carlos Sampaio, havia sido realizada a troca entre os respectivos terrenos, aquele onde foi instalado o Jockey Club e a área do antigo Derby Club. Porém tal situação ainda não estava ajustada e somente em 17 de setembro de 1946 a prefeitura legalizou a situação permutando-o por outro localizado em uma faixa de terreno adjacente ao Hipódromo da Gávea<sup>68</sup>.

Em contraposição, Carlos Lacerda, vereador da UDN, propôs a construção de uma “cidade olímpica” na Baixada de Jacarepaguá, baseado em um projeto elaborado em 1938 pelo Engenheiro Antônio Laviola. O estádio seria situado na Avenida

---

<sup>68</sup> Cf. Decreto-Lei Nº 9.906, de 17 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9906-17-setembro-1946-417339-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 abr. 2015.

Olegário Maciel. Argumentava-se que essas terras estavam disponíveis e seriam muito mais baratas, sem os custos relacionados às desapropriações de imóveis. Além da oportunidade de executar um plano de urbanização para a área, possibilitando a construção de avenidas e acabando com um foco conhecido de malária, tal como havia sido feito com a construção do Itanhangá Golf Club. Ressalta-se que também já havia a previsão de construção de um ramal de trens, saindo de Madureira em direção ao local (MELO, 2011).

O debate sobre a localização da nova praça esportiva ocorria nos principais jornais da cidade e na Câmara de Vereadores, onde tinha como personagens principais Ary Barroso e Carlos Lacerda, ambos vereadores pela UDN. Para fortalecer seus argumentos, Ary Barroso encomendou uma pesquisa ao IBOPE sobre a opinião da população à respeito da construção do Estádio Municipal. Os resultados da pesquisa, expressos na Tabela 1, foram utilizados pelo vereador para reafirmar suas posições em plenário, pois, de acordo com suas informações: o povo queria a construção do estádio, estava disposto a colaborar e acreditava que o empreendimento deveria estar localizado no Derby Club.

Tabela 1- Pesquisa do IBOPE sobre a construção do Estádio Municipal

Principais questões da pesquisa	Aficionados	Público em Geral
Acha necessária a construção de um Estádio na cidade	95%	79,2%
Considera o Derby Club como local mais apropriado	85,2%	56,8%
Considera que o estádio deveria ser localizado em Jacarepaguá	4,4	9,7%
Cooperaria para a concretização da obra	77%	53,6

Fonte das informações: Jornal dos Sports, 19 ago. 1947.

Na Câmara de Vereadores decidiu-se pela construção do estádio no terreno do antigo Derby Club. Em 14 de novembro de 1947, Mendes de Moraes assinou a Lei que previa a construção do estádio. Essa lei também estabelecia a criação de uma autarquia responsável pela obra do Estádio Municipal, a Administração dos Estádios Municipais (ADEM). Todos os aspectos da obra seriam gerenciados pela ADEM: acompanhamento da equipe responsável pelo projeto, contratação de empreiteiras e de trabalhadores, compra de material e prestação de contas da obra junto ao prefeito, e, após o seu término, a gestão do estádio que, segundo o seu projeto original, seria construído inserido em um complexo esportivo (MÁXIMO, 2000; VIEIRA, 2000)<sup>69</sup>.

<sup>69</sup> Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, a gestão do complexo esportivo passou para a ADEG (Administração dos Estádios do Estado de Guanabara). Após a fusão do Estado da

Os trabalhos referentes à elaboração do projeto de arquitetura ficaram sob a responsabilidade dos engenheiros arquitetos Paulo Bernardes, Antônio Dias Carneiro, Rafael Galvão e Orlando de Azevedo. O projeto, envolveu muito mais do que o futebol, indicava a construção de um estádio monumental e junto a ele um complexo esportivo para a formação cívica e atlética da nossa juventude, em um projeto que em escala menor já havia sido executado no Pacaembu e no Caio Martins. O projeto a ser executado listava as seguintes instalações (conforme também é destacado na Figura 6):

1. piscina com arquibancadas para 25.000 espectadores;
2. tanque para salto;
3. ginásio de tênis, basquetebol, vôlei e outros jogos, com capacidade para 20.000 pessoas, ampliada para 25.000, quando adaptado ao boxe;
4. quadra descoberta para basquete, com arquibancada para 10.000 pessoas;
5. stand de tiro;
6. estádio de atletismo com pista corrida regulamentar, caixas de salto, locais para lançamento de dardo, peso, disco e martelo;
7. parque de recreação infantil para 500 crianças;
8. concha acústica;
9. grande estádio de futebol, de forma elipsóide, com capacidade para 150.000 (cento e cinquenta mil) espectadores, assim distribuídos: 500 na tribuna de honra, 2.000 lugares para convidados especiais, 30.000 cadeiras especiais, 87.500 nas arquibancadas e o restante de pé (IPHAN, 2008, folhas 47 e 48)<sup>70</sup>.

No dia 20 de janeiro de 1948, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, foi lançada a pedra fundamental da obra. A escolha da data não foi fortuita, pois visou a utilizar um dia importante no calendário da cidade na tentativa de estabelecer um marco de um novo estágio do desenvolvimento esportivo. Enquanto João Lyra Filho aproveitava o momento para exaltar o feito como resultado de uma articulação entre a capacidade empreendedora do prefeito, o apoio do presidente da República e o poder de realização do povo, Mario Filho utilizava-se das páginas do seu jornal para dizer que a obra favoreceria toda a cidade, transformaria o Rio de Janeiro em capital mundial do esporte e o estádio seria um monumento fundador desta nova etapa (MOURA, 1998).

---

Guanabara com o do Rio de Janeiro, em 1975, a gestão passou para a Superintendência dos Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) (COMAS, 2011).

<sup>70</sup> Desta proposta não foram construídos o stand de tiro, a quadra descoberta para basquete e a concha acústica.

Figura 6 - Maquete do complexo esportivo do Maracanã



Fonte: Globoesporte.com. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/2-construcao-do-estadio.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

Um pouco antes do início das obras aconteceria um novo embate sobre o tema com a proposta de construção do Estádio Nacional Sociedade Anônima (ENSA). O projeto, capitaneado por Fausto Matarazzo, propunha erguer um estádio privado, com capacidade para 100 mil pessoas, no bairro de Irajá. Começava então um outro debate: o novo estádio da cidade deveria ser público ou privado? O projeto recebeu fortes críticas no *Jornal dos Sports*, onde alegava-se que a legislação esportiva em vigor não permitia a exploração comercial do esporte. O futebol, portanto, deveria estar desvinculado do lucro e deveria prevalecer o interesse do povo. Por outro lado, no *Correio da Manhã*, que possuía uma linha editorial liberal, era feita apologia a nova iniciativa que, segundo esse jornal, estaria mais adequada à realidade do profissionalismo que havia sido implantada na década de 1930, e que tal decreto estaria ultrapassado e, por conseguinte, deveria ser substituído por outro mais condizente com a realidade (MOURA, 1998; MELO, 2011).

Esse debate sobre o caráter público ou privado do estádio colocou em confronto os argumentos de Mario Filho (*Jornal dos Sports*) e Diocesano Gomes (*Correio da Manhã*), duas visões de esporte, o amadorismo e o profissionalismo, bem

como o papel que o Estado deveria desempenhar e sua participação nas intervenções urbanas (MELO, 2011).

A obra do Estádio Municipal foi oficialmente iniciada em 21 de julho de 1948, participaram da empreitada seis construtoras: Cavalcanti Junqueira, Cristiani-Nielsen Engenharia, Construtora Dourado, Empresa Construtora Humberto Menescal, Companhia Construtora Nacional, Nacional e Servero & Villares. A capacidade inicial do estádio era de 183.354 espectadores: 120 mil na arquibancada, 32 mil na *geral*, 25 mil nas cadeiras cativas ou numeradas, 3319 nas cadeiras perpétuas ou especiais. 2100 nos camarotes, 831 na tribuna de imprensa, e nas cabines de rádio, 74 na tribuna de honra. O estádio ocupava uma área de 130 mil metros quadrados, mas a área total do complexo era de 200 mil, com espaço reservado para a construção de ginásio, pista de atletismo, piscina olímpica e estacionamento (MÁXIMO, 2000).

Para exaltar a magnitude da obra eram feitos cálculos comparativos, mostrando a equivalência do material utilizado com formas conhecidas da população. Os números apresentados revelavam que seriam gastos: 500 mil sacas de cimento (empilhadas dariam dois Pães de Açúcar); 100 mil toneladas de vergalhões (se transformados em barras de 4,5mm poderia dar uma volta e meia em torno planeta, passando pela Linha do Equador); 60 mil metros cúbicos de pedra e 45 mil de areia (os 80 mil do concreto resultante poderia construir uma fileira de dez prédios de dez andares em um dos lados da avenida Rio Branco); 650 mil metros quadrados de madeira (suficiente para encaixotar três edifícios *A Noite*, o maior prédio da cidade à época). Os cálculos teriam sido realizados com sobras, gastando-se muito mais cimento e aço do que o normal, com o objetivo de garantir, preventivamente, as condições estruturais de uma construção colossal realizada com prazo apertado para finalização (VIEIRA, 2000).

Não eram só esses números que chamavam a atenção: a sua arquitetura mostrava o desenvolvimento técnico do nosso país. Os estádios modernos eram retangulares, acompanhando as linhas do campo, mas buscou-se uma solução que garantisse um público maior e com mais visibilidade. Uma forma circular faria com que o público das laterais ficasse muito afastado dos gramados. Como solução, o estádio foi pensado como uma elipse. O perfil das arquibancadas seria uma parábola para aumentar a visão de jogos dos espectadores, sem que o de trás atrapalhasse o da frente. Outro ponto de destaque na arquitetura do estádio era sua marquise,

construída em balanço, sem uma coluna de sustentação, com sua carga projetada para trás no arco que faz o contorno da obra.

O Estádio Municipal foi inaugurado no dia 17 de junho de 1950, em uma partida entre as seleções de novos do Rio e de São Paulo. A partida teve portões abertos e contou com mais de 100 mil presentes. Entre eles muitos moradores da Favela do Esqueleto, cujos moradores eram em sua maioria operários contratados pelas empreiteiras das obras do estádio. Originados em sua maior parte do Nordeste e da Baixada Fluminense, buscaram residir próximo ao estádio, economizando tempo e dinheiro de deslocamento. A favela recebeu esse nome porque os moradores ocuparam uma área onde havia um esqueleto da obra do hospital universitário que havia sido abandonada. As sobras da obra do estádio eram matéria prima para a construção de suas casas. Com o final das obras a favela continuou crescendo, incrustada entre os bairros de classe média Tijuca e Vila Isabel<sup>71</sup>.

A capa do Jornal dos Sports do dia seguinte à abertura do estádio apresentava manchetes que merecem ser destacadas (Figura 7). A notícia principal reforça a relação do estádio com o Rio de Janeiro, “a cidade invadiu o estádio”, para a seguir colocar duas manchetes mais específicas apontando aspectos que várias vezes foram reforçados na sua narrativa. Indica que “Gente de todas as classes aflui a maior praça de esportes do mundo”, reforçando simultaneamente a monumentalidade e o caráter democrático do novo estádio. Também dá destaque à ao busto do prefeito Mendes de Moraes em frente ao estádio, que seria em suas palavras um “monumento da gratidão”.

---

<sup>71</sup> Na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda, um incêndio destruiu centenas de casas da favela. Várias famílias foram removidas para conjuntos habitacionais na Zona Oeste, principalmente para a Vila Kennedy, mas também para Vila Aliança e Cidade de Deus. No lugar da favela, foi erguido o Campus Principal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Pavilhão João Lyra Filho. ‘Rio em 1965: Remoção de favelas, falta d’água e aumento da criminalidade’. Jornal do Brasil, 25 mar. 2015. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/03/05/rio-em-1965-remocao-de-favelas-falta-dagua-e-aumento-da-criminalidade/> >. Acesso em: 12 jun. 2016.





papagaio, que emite sons parecidos com o chocalho, ou maracá, ao raspar com o seu bico as cascas de frutas para se alimentar. Acredita-se que havia muitas maracanãs na área onde o estádio foi construído<sup>72</sup>. Em 1966, logo após a morte de Mario Filho, o estádio foi oficialmente batizado com o nome do jornalista em reconhecimento aos seus esforços relacionados à construção do Maracanã e a sua importância para a história do futebol da cidade.

A despeito dessa inauguração inicial, o evento com pompa de lançamento do estádio monumental foi a abertura da IV Copa do Mundo no dia 21 de junho de 1950, com a presença do presidente da República, Gaspar Dutra, do prefeito Mendes de Moraes, do presidente da FIFA, Jules Rimet e do presidente da CBD, Mario Pollo.

No contexto da realização da Copa do Mundo, o maior evento futebolístico do planeta, mas certamente sem a magnitude que o evento possui atualmente, a construção do “Gigante de Concreto” mostrava ao mundo as qualidades técnicas da arquitetura e da engenharia brasileira. Um monumento que por ser símbolo do projeto de desenvolvimento nacional ressaltava a capitalidade da cidade-capital. Vale destacar que a cidade ganhava um cartão postal que, diferente dos demais (Baía de Guanabara, Pão de Açúcar, Corcovado, Copacabana), não estava ligado à sua exuberância natural, e, dessa forma, era discursivamente utilizado para reforçar a capacidade de realização do povo brasileiro. O Rio de Janeiro, que era conhecido pelo seu carnaval, passava também a ser reconhecido pelo seu principal estádio de futebol<sup>73</sup>.

Durante a realização da Copa vários aspectos foram exaltados, o comportamento do torcedor, a organização do certamente, a monumentalidade da nova praça de esportes, as exibições da seleção brasileira, era a certeza do título mundial, concretizando as aspirações iniciadas na Copa de 38 e, simbolicamente, exaltando as qualidades da nossa nação. A partida final teve o público oficial de 173.850 espectadores, mas calcula-se que estivessem presentes aproximadamente 200 mil pessoas, o equivalente a 10% da população carioca, divididas nas

---

<sup>72</sup> Maracanã é também o nome de rios no Paraná, Minas Gerais e Pará, onde também é nome de um município que possuía menos de 30 mil habitantes na última contagem do IBGE, de acordo com acordo com o Censo Demográfico de 2010.

<sup>73</sup> As referências ao futebol e ao carnaval como pilares da cultura brasileira são estudadas por Da Matta (1982), para quem as principais formas de identificação social no país não estão relacionadas às tradicionais formas de participação política, mas sim às manifestações populares como o futebol e o carnaval.

arquibancadas e cadeiras do estádio, mas que representava a diversidade social da população. Todos esses fatores aumentaram o drama da derrota na final do campeonato, realizada no dia 16 de Julho de 1950. A data ficou marcada como o “Dia da Derrota” e, posteriormente, como a “tragédia de 50”.

No entanto, naquele momento, mesmo com todo drama associado à derrota, o estádio era saudado como uma vitória da cidade. Nas palavras de Moura,

A construção da praça de esportes não assistiu o Brasil ser campeão, mas testemunhou a transformação da cidade do Rio de Janeiro na capital mundial do futebol. O Estádio Municipal conquistara definitivamente seu lugar na cidade. O Maracanã tornara-se seu coração (MOURA, 1998, p. 138).

Após construir o maior estádio do mundo, sediar a IV Copa do Mundo e o Onze Nacional apresentar um futebol de excelente nível técnico, o Brasil passava a se apresentar como uma das principais potências deste esporte em nível mundial, ao lado de países como Inglaterra, Itália e Uruguai. Conforme os cronistas esportivos da época, o esporte teria sido inventado na Inglaterra e posteriormente aperfeiçoado por aqui, onde teria sido desenvolvida uma forma própria de praticá-lo, o “futebol-arte”<sup>74</sup>. O futebol se consolidava como um dos elementos mais importantes da nossa cultura, como uma “paixão nacional”. Passamos, então, a autoafirmarmos como o “país do futebol”<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Para Soares (2001) o estilo brasileiro de jogar futebol é um “mito” construído por aqueles que desejavam anunciar o futebol como um dos principais elementos da identidade brasileira. Dessa forma, incorporaram a ideia de democracia racial e miscigenação como causas da construção do estilo de jogar futebol. Partindo-se de uma afirmação de que o negro possuiria qualidades inatas para expressões estéticas como a dança e a música (e também para o trabalho pesado). Assim, ao aprenderem o esporte, os negros e mulatos o teriam reinventado a partir de suas experiências corporais, criando um estilo original, com ginga, floreios e malícia. O autor critica a visão essencialista de cultura e sua narrativa amplamente difundida a partir da obra “O negro no futebol brasileiro” (RODRIGUES FILHO, 2010) de que uma “cultura negra” teria sido incorporada ao futebol com sua ginga e malemolência, com traços da capoeira, produzindo o estilo brasileiro de jogar (sua crítica a Mario Filho abarca ainda os mitos da popularização e democratização do futebol). Helal e Gordon Jr. (2001) debatem as ideias apresentadas por Soares, concordando com a crítica a explicação baseada em termos raciais (de uma “cultura negra”), mas indicam que não se poderia negar uma distinção entre “arte” e “força”, pois “essa distinção é ‘real’ no imaginário coletivo do universo futebolístico” (p. 70), e não se poderia negar a existência de diferenças de estilos particulares das chamadas escolas de futebol, pois seria negar as especificidades culturais.

<sup>75</sup> O futebol ocupa importante espaço na vida social das pessoas de diversas partes do mundo, especialmente na Europa e América Latina. Mas a construção da ideia de “país do futebol” para o Brasil obteve adesão da sua população que aceita e reforça essa concepção devido ao desempenho da seleção brasileira (a única que participou de todas as Copas e a que possui maior quantidade de títulos) e a qualidade de um número significativo de jogadores nascidos no Brasil e que em diferentes momentos estavam entre os principais atletas da modalidade, entre quais podem ser citados: Leônidas, Didi, Pelé, Garrincha, Zico, Romário, Ronaldo, entre outros. A trajetória do nosso selecionado e o talento dos nossos principais jogadores acabam por reafirmar essa narrativa e consolidar uma tradição do futebol brasileiro.

A utilização do esporte bretão para inculcar sentimentos nacionalistas se relaciona, segundo Hobsbawm, a facilidade com que os indivíduos podiam se identificar com a nação, simbolizada por jovens que se destacavam em algo. De acordo com o autor, “a imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome” (HOBBSAWM, 1990, p. 171).

No caso brasileiro a identificação com o futebol ainda foi utilizada como forma discursiva para fortalecer a ideia de democracia racial, proposta por Freyre, pois a miscigenação teria ajudado na criação de um estilo brasileiro de jogar futebol e produzido jogadores de qualidade acima da média mundial. Dessa forma, valorizava-se o que pouco tempo antes era visto como um motivo de atraso.

Nesse contexto, a definição de um estilo nacional de futebol, a construção de um estádio monumental, a realização da Copa do Mundo, e a autoproclamação de “país do futebol”, estabelecem uma narrativa na qual elementos concretos e simbólicos se misturam à “invenção de tradições” (HOBBSAWM, 1984) que, ao ser repetida, inúmeras vezes se legitima e fortalece uma “comunidade imaginada”.

Podemos dizer que nesse momento se fortalecia o papel do futebol como importante recurso de mobilização das massas e como um dos pilares da identidade nacional. Dessa forma, a realização da Copa consolidava a “política esportiva” varguista inspirada no fascismo italiano.

A construção do Maracanã, um estádio monumental para as massas, foi a síntese desse processo. Ao mesmo tempo em que abriu-se uma nova etapa para o futebol, marcada pelo aumento significativo do número de espectadores nas partidas e pela apropriação do estádio pelas classes populares<sup>76</sup>. Esse será o assunto da próxima seção do capítulo.

---

<sup>76</sup> Tendo o Maracanã como referência, deu-se início uma política de implementação de estádios gigantes em diversas cidades brasileiras, tornando o país, na década de 1970, o detentor do maior parque de estádios do mundo. Para maiores informações essa nova espacialidade do futebol brasileiro, ver Mascarenhas (2014a).

### **2.3 A apropriação do Maracanã pelas classe populares: a “monumentalidade das massas” e o processo de tombamento do estádio**

Nesta seção apresentaremos o processo de apropriação do “Colosso do Derby” pelas classes populares, demonstrando como ao longo do tempo foi sendo gestada uma “cultura de arquibancada” e estabelecida uma territorialidade torcedora no estádio. Esse processo adicionou aos valores histórico e material do estádio, outro simbólico, levando-o a ser caracterizado pela sua “monumentalidade das massas”. O reconhecimento da importância do Maracanã para o país, pela sua forma e conteúdo, levou ao processo de tombamento do estádio, que será objeto de análise na segunda parte desta seção.

#### **2.3.1 O estádio-monumento e a territorialidade das classes populares**

O estádio das massas foi palco de acontecimentos que marcaram a história do nosso futebol, a derrota de 50, o gol mil de Pelé, a vitória da seleção brasileira sobre a uruguaia nas eliminatórias para a Copa de 1994, com grande atuação de Romário... Poderíamos citar finais de campeonato, nascimentos de grandes craques, despedidas de ídolos, desempenhos fantásticos, lances extraordinários, momentos que habitam o inconsciente coletivo e a memória dos torcedores.

Esse momentos são lembrados pelo seu valor simbólico associado ao contexto em que ocorreram. A performance dos jogadores ganha significado inserida não somente no encontro entre duas equipes, mas no confronto entre duas comunidades de sentimento representadas, que podem ser o clube ou a pátria. Esses embates ao ocorrerem no interior de circuitos previamente definidos, os campeonatos, aumentam o envolvimento do público, seus dilemas e tensões.<sup>77</sup> O engajamento do público certamente se relaciona ao fato de que as atividades esportivas promovem excitação,

---

<sup>77</sup> Como vimos no capítulo 1, a institucionalização de circuitos clubísticos é anterior ao profissionalismo no futebol, pois esses circuitos criam tradições e agregam seriedade e sentido às disputas. Na história do futebol houve a formação de ligas de bairros, fábrica, de profissionais etc.

conforme as proposições de Elias (ELIAS & DUNNING, 1992)<sup>78</sup>. Damo (2014) ressalta que a excitação com o jogo decorre menos da apreciação estética da partida, dos lances de virtuosismo dos jogadores, e mais da adesão a uma comunidade de sentimento representada pelo time. Dessa forma, partindo do escopo teórico da antropologia e da produção desta área do conhecimento sobre totemismo, apresenta uma análise do futebol que se afasta do senso comum.

Destacando a importância do pertencimento clubístico, Damo (2014) propõe olhar mais para a arquibancada e menos para o campo de jogo e questiona: “Ao invés de pensar que o jogo cria um público, por que não pensar que o público cria o jogo?” (p. 34). Para o autor, o que torna o jogo envolvente são as expectativas, comentários, fantasias criados pelos aficionados, conferindo valor simbólico ao que ocorre no campo.

Na relação entre clube e torcida, gostaríamos de acrescentar outro elemento que julgamos fundamental: o estádio. Consideramos, conforme já afirmado nesse trabalho, que o “espaço importa” e condiciona as relações sociais, aumentando ou diminuindo possibilidades de ações. Como os estádios possuem características diversas, eles possibilitam diferentes formas de torcer e de se relacionar com os times e com o jogo.

Queremos aqui propor que o Maracanã, ao longo de mais de 50 anos, por suas características materiais, criou uma relação simbólica singular com os clubes e com as torcidas. A permanência temporal desses grandes clubes do Rio de Janeiro, que possuem histórias centenárias e representam comunidades de sentimento de várias gerações de torcedores, o Maracanã e sua forma espacial, influenciaram diretamente na história dessas comunidades e desses times.

Os principais clubes do Rio de Janeiro possuem histórias centenárias, em que se destacam, entre outros feitos, os campeonatos vencidos e os jogadores que colaboraram para essas realizações, garantindo o seu reconhecimento social e alimentando as rivalidades locais. A permanência desses clubes com destaque no cenário futebolístico, por sucessivas gerações, ritualiza os embates entre eles e transforma os confrontos em clássicos ou derbies, como são chamados os jogos entre os principais rivais.

---

<sup>78</sup> Para Elias a adesão da população ao esporte relaciona-se a sua capacidade de mimetizar emoções da vida real (ELIAS & DUNNING, 1992).

Após 1950, o Maracanã passou a ser o palco principal da realização desses jogos na cidade. Entre 1950 e 1964 acompanhou também o fortalecimento da rivalidade entre os clubes das duas principais metrópoles do país, com a realização do torneio Rio-São Paulo, e a criação de rivalidades nacionais com o início do campeonato brasileiro na década de 1970<sup>79</sup>.

Nossa proposta, é compreender esses acontecimentos a partir da relação entre clubes, torcedores e o Maracanã, tendo o estádio o assumido papel central dessa articulação, com elevado valor simbólico para não somente para os agentes do campo esportivo, mas para os brasileiros de modo geral e os cariocas em particular.

O gigantismo do Maracanã abriu espaço para uma nova forma de vivenciar o futebol. Homens e mulheres de todas as idades passaram a acompanhar o futebol como testemunhas dos jogos, uma situação diferente da anterior: as dimensões de São Januário, Laranjeiras, Gávea ou General Severiano faziam com que o público fosse muito menor e muitos acompanhassem as partidas pelo rádio.

Ao longo do tempo foi sendo fermentada uma “cultura de arquibancada” que, pelo padrão de massa do estádio, oferecendo-se a todos os cidadãos a possibilidade de frequentá-lo, dialogava com a maneira do carioca vivenciar a cidade. Podemos afirmar que uma das principais características da cidade do Rio de Janeiro diz respeito à forma como seus habitantes, de diferentes classes sociais, convivem no espaço urbano: seja pela proximidade do local de moradia, por exemplo, a Zona Sul carioca, área mais valorizada da cidade, que teve suas encostas ocupadas por favelas, seja pela convivência em eventos que marcam o calendário da cidade, como o Carnaval e o Réveillon, seja pelos espaços de diversão e sociabilidade, tais como as praias, a Lapa e o Maracanã.

---

<sup>79</sup> As dimensões continentais do país, com frágil integração da sua rede urbana, prioritariamente conectada com o exterior, dificultou durante muito tempo a realização de um campeonato nacional. Esse só foi possível a partir da década de 1970, quando já havia sido implementado um projeto de integração através da implementação de rodovias em diversas regiões do país e também com a transferência da capital do país para Brasília. Dessa forma, uma das justificativas da realização do campeonato brasileiro era a integração do país pelo futebol. Buscando se legitimar através do futebol, o que já havia sido explorado com o título da seleção na Copa de 1970, o governo militar construiu gigantescos estádios pelo Brasil, ao mesmo tempo em que incluía clubes de diversos estados no campeonato, mesmo onde o futebol não tinha alçado grande desenvolvimento técnico. Nessa época, o povo criou o bordão, “onde a Arena vai mal, um time no nacional”. A relação da CBD com a ditadura ficou ainda mais explícita quando João Havelange deixou a presidência da instituição para assumir a direção da FIFA e em seu lugar ficou o Almirante Heleno Nunes (1975-1979). O certame que havia iniciado com 20 clubes em 1971, já tinha passado para 40 em 1973 e aumentou em todos os anos da gestão de Heleno Nunes, chegando a 94 agremiações, em 1979.

Percebemos como o Maracanã passou a fazer parte da vida do carioca de diferentes partes da cidade e de diferentes níveis econômicos. Durante muito tempo, o horário tradicional de jogos no país foi às 17h de domingo<sup>80</sup>, o que permitia que, em dias de sol, a partida do final da tarde fosse o prolongamento da ida à praia na parte da manhã.

Se, por um lado, o gigantismo do estádio possibilitou a sua apropriação pela massa, por outro, essa massa foi construindo uma forma própria de ser e estar no estádio. Ao longo do tempo foi sendo gestada uma “cultura da arquibancada”, que também se mostrava como parte integrante do espetáculo, somando-se ao próprio estádio e à partida.

Essa cultura certamente não é estática, sofreu inúmeras variações ao longo do tempo e parece ser resultado do acúmulo dessas diferentes experiências de torcer que caracterizaram o estádio e, em alguns casos, o futebol brasileiro de modo geral. Um dos principais pesquisadores do tema, Hollanda (2012), elabora uma análise das torcidas organizadas do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1980. Seu recorte temporal abarca o processo de apropriação do estádio, ou poderíamos dizer, de formação de uma territorialidade torcedora, que sofreu mudanças ao longo do período destacado e que com a última reforma, para a Copa de 2014, teve sua configuração drasticamente alterada.

A territorialidade torcedora pode ser caracterizada pela forma como os frequentadores dos estádios se apropriam dos diferentes espaços a eles destinados, podendo ser definida a partir das camisas dos times, bandeiras, faixas, cânticos, pirotecnia, coreografias, etc. A ida, mais ou menos frequente ao estádio, certamente independe da adesão a uma torcida organizada, entretanto, a sua presença em maior ou menor número, acaba tendo grande repercussão na forma de torcer, mesmo daqueles que não são filiados a nenhuma delas.

Nesse sentido, teceremos alguns comentários sobre a formação e a consolidação das torcidas organizadas na cidade, considerando que o espaço principal de atuação dessas agremiações torcedoras é o Maracanã. Nossa análise está baseada no trabalho de Hollanda (2012).

---

<sup>80</sup> Diferente, por exemplo, da Inglaterra que, como vimos no capítulo 1, utiliza o sábado à tarde para as principais partidas, após a meia jornada de trabalho deste dia.

Em 1951, Mario Filho relançou o Duelo das Torcidas<sup>81</sup>, que havia ocorrido em 1936, na final entre Fluminense e Flamengo, no estádio das Laranjeiras. A iniciativa era novamente realizada em um *Fla X Flu*, mas dessa vez não se tratava de um jogo de decisão. Sob o incentivo do Jornal dos Sports, torcedores rubro-negros e tricolores disputavam a eleição da torcida mais animada e mais original no apoio ao seu time. A disputa podia ser acompanhada durante a semana que antecedia o jogo através da cobertura realizada pelo patrocinador.

Teríamos assim uma competição no campo e outra na arquibancada. A disputa ajudava a promover uma carnavalização da arquibancada, com confetes, serpentinas, buzinas, fantasias, fogos de artifício, cânticos etc. O Duelo foi repetido em vários anos, principalmente, ao longo da década de 60, com prêmios em várias categorias: melhor charanga, maior vibração, maior número de bandeiras, torcida mais numerosa, torcedor e torcedora mais original, entre outros.

O retorno do Duelo incentivava a torcida a uma forma de apropriação do estádio, propiciando um espetáculo que complementava aquele da prática futebolística, a parte da devoção dos aficionados pelos seus clubes. Apesar do caráter carnavalesco, o Duelo tinha como um dos focos controlar o comportamento do torcedor e a manutenção da ordem, especialmente com o aumento expressivo da capacidade de público nos jogos devido às proporções colossais do Estádio Municipal.

O caráter moralizante do futebol profissional, à época, também estava na origem das torcidas organizadas na década de 1940. De acordo com Holanda (2012, p. 92), “o objetivo era inculcar disciplina entre os torcedores em suas horas de diversão nas praças de esporte, com a supressão de palavras de baixo calão e a contenção dos distúrbios que volta e meia faziam ressurgir o espectro da turba também nos estádios”. Assim, pretendia-se vigiar a conduta do torcedor para evitar agressões físicas e morais e coordenar o incentivo à equipe.

O Maracanã passaria a ser o padrão de estádio onde a massa de torcedores expressaria ao mesmo tempo o orgulho pelo seu clube e o desprezo aos adversários, por isso uma preocupação com a formação moral e cívica do público futebolístico. Nessa empreitada tiveram papel relevante os chefes de torcidas, que representavam a totalidade da torcida de um time no estádio e em viagens. Alguns deles se tornaram

---

<sup>81</sup> A concepção do Duelo era inspirada na avaliação dos Desfiles das Escolas de Samba, que também foram uma invenção de Mario Filho, contando com o apoio do Prefeito Pedro Ernesto, em 1935.



personagens com notoriedade junto à população da cidade. Depois da construção do Maracanã, tivemos seis chefes de torcida que se destacaram: Jaime de Carvalho, do Flamengo; Dulce Rosalina, do Vasco; Paulista, do Fluminense; Tarzã, do Botafogo; Juarez, do Bangu; e Elias Bauman, do América, todos representantes das classes populares.

Entre eles podemos destacar a atuação de Jaime de Carvalho, fundador da Charanga<sup>82</sup> Rubro-Negra, em 1942. Também foi chefe da torcida da seleção brasileira durante anos, inclusive durante a Copa de 1950, quando sua atuação visava apresentar ao mundo a imagem de um país educado e ordeiro. O resultado do seu trabalho foi posto à prova com o comportamento elogioso dos brasileiros após a traumática derrota para o Uruguai na final da Copa.

Ao longo da década de 1960, o Maracanã teve públicos recordes, o *Fla-Flu* de 15 de dezembro de 1963 teve o registro de 177.656 pagantes, com 194.603 presentes. Em 1969, o estádio registrou o maior número de pagantes, 183.341, no jogo entre Brasil e Paraguai pelas eliminatórias da Copa de 1970, vencido pelo selecionado brasileiro. A intensificação da presença de público no Maracanã, juntamente com a criação de um campeonato nacional de clubes e a consolidação das transmissões televisivas, contribuíram para o alargamento da malha clubística no país.

Entre o final da década de 1960 e início da de 1970, torcedores descontentes com a liderança dos antigos chefes, alguns dos quais já adoecidos, começaram a formar novas torcidas organizadas. O questionamento não se restringia às lideranças personalizadas, mas ao modelo anterior. Colocava-se em pauta o direito à vaia, à crítica ao time, aos dirigentes, aos jogadores e ao técnico em fases ruins do clube. Dessa forma, foi marcada certa modificação na forma de torcer, com a passagem da carnavalização para a juvenilização das torcidas, em um contexto de fortalecimento dos movimentos protagonizados pela juventude no Brasil e no mundo.

Associado à juvenilização, também ocorreu uma expansão do número de torcidas, muitas delas vinculadas a bairros ou mesmo a ruas, originadas a partir de grupos de amigos que frequentavam o estádio juntos. A expansão das torcidas criou

---

<sup>82</sup> Charanga: grupo musical com percussão e instrumentos de sopro, criado para impulsionar o time e animar a torcida na arquibancada. Seus membros vestiam camisa igual à do uniforme do clube e levavam bandeiras e faixas para o estádio. O nome charanga foi dado, de forma jocosa, por Ary Barroso em seu programa de rádio ao comentar a qualidade duvidosa da banda. O grupo acabou adotando a gozação como nome oficial da torcida, posteriormente vários clubes também passaram a ter suas charangas.

uma nova forma de vivenciar o futebol, pois além do clube o torcedor desenvolveu vínculos com a torcida, o que ressignificou a experiência de frequentar o estádio dando novos sentidos ao incentivo ao time e às próprias vitórias, que passaram a ser festejadas em grupo.

Da carnavalização, as torcidas chegaram à militarização, na década de 1980. A própria nomenclatura da sua estruturação interna indicava esse processo: pelotões, esquadrões, batalhões, famílias (no sentido mafioso do termo). Sua atuação passava a ser fundamentada no antagonismo e no confronto. Essa lógica também contou com a apropriação da estética do funk, em destaque na cidade ao final daquela década. Tanto com o ritmo musical predominando nas arquibancadas, com versões das principais músicas dos bailes cantadas para incentivar o time e provocar a torcidas dos outros clubes. Quanto na lógica de embates dos “bailes de corredor”, também conhecidos como Lado A / Lado B.

Nesse sentido, a estética da violência, que caracterizava fortemente a juventude daquele período, passou a ocupar também os estádios e a marcar a territorialidade torcedora. As torcidas organizadas passaram a ser vistas quase que unicamente como violentas e perigosas, transformando-se, para a opinião pública, em um problema de segurança. Criou-se um estigma que era reforçado pelas notícias correntemente veiculadas sobre os confrontos entre seus membros.

Em 1981, havia surgido a Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro, a ASTORJ. O objetivo da organização era minimizar os embates entre as torcidas de times rivais e ser um canal para o diálogo com as autoridades do esporte e da segurança pública<sup>83</sup>.

A ASTORJ obteve direito a 23 salas no Maracanã, promoveu negociações com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) e, em parceria com a Secretaria de Segurança, concebeu a criação do Grupamento especial de Policiamento em Estádios (GEPE), em 1991. No entanto, com o aumento das rixas, das brigas e a inimizade entre os componentes de agremiações rivais, a ASTORJ acabou em 1993.

Foi sucedida em 2008 pela Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ), com uma atuação a partir de objetivos semelhantes e buscando um

---

<sup>83</sup> A fundação da ASTORJ se deu no mesmo contexto em que Zico e outros jogadores formaram um sindicato no Rio de Janeiro e que em São Paulo aconteceu a experiência da “Democracia Corintiana”.

mínimo entendimento a partir de rivalidades e rixas interpessoais. Dessa forma, buscava-se estabelecer um canal de comunicação com o governo para reivindicar os direitos dos torcedores organizados no estádio. Lopes (2015) ressalta que apesar da mudança de perfil das lideranças, a FTORJ teve entre seus representantes membros pertencentes à classe média, que incorporaram práticas notadamente associadas às classes populares<sup>84</sup>.

Podemos observar que o estádio é um importante espaço de formação de vínculos identitários, expressos nas territorialidades de diferentes grupos de torcedores através das suas festas de apoio ao clube, nos conflitos com grupos rivais ou negociações com o Estado para a garantia da manutenção das suas formas de expressão cultural e de manutenção da memória coletiva<sup>85</sup>.

Dessa forma, podemos dizer que o Maracanã é um “lugar de memória”, nos termos propostos por Nora (1993). O conceito de lugar de memória foi definido por esse autor através de um projeto que resultou em sete volumes de textos, de colaboradores de diferentes áreas do conhecimento, dedicados à memória social da França. Nesta ampla pesquisa, depois reproduzida de forma similar em outros países, como Alemanha e Itália, foram analisados monumentos, dicionários, enciclopédias, santuários, paisagens, álbuns de família, museus, arquivos, selos, moedas, placas e mesmo a língua, para citar alguns exemplos. Le Goff (1990) propõe classificar esses lugares como topográficos (arquivos, bibliotecas e museus); monumentais (cemitérios, arquiteturas, etc.); simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários, emblemas, etc.); funcionais (manuais, autobiografias, associações, etc.).

No sentido que levou ao desenvolvimento da pesquisa de Nora (1993), os lugares de memória são aqueles que reforçam momentos da história nacional. No entanto, conforme o próprio autor, são também apropriados pela sociedade para a construção de sua identidade, ou seja, como espaços onde experiências são compartilhadas, muitas vezes, inclusive, de forma ritualística, conforme vimos no processo de construção de territorialidades torcedoras no estádio.

---

<sup>84</sup> Hollanda, Medeiros e Teixeira (2015) apresentam depoimentos de Líderes das torcidas organizadas pertencentes à FTORJ.

<sup>85</sup> A memória coletiva, conforme Halbwachs (2006), contém as memórias individuais, mas não se confundem com elas, pois estas, muitas vezes, são reconstruídas baseadas na memória coletiva, o que significa dizer que ela é menos fisiológica e mais social.

O reconhecimento do Maracanã como um “lugar de memória” levou ao estabelecimento de uma proposta de tombamento do estádio, devido ao seu valor histórico, arquitetônico e etnográfico. Esse será o assunto analisado na próxima seção do capítulo.

### 2.3.2 O tombamento do Maracanã: a “monumentalidade das massas”

Em 1983, Marcos Vilaça, então secretário de Cultura do MEC, após assistir, no Maracanã, ao jogo entre Brasil e Argentina, válido pela primeira fase da Copa América, decidiu solicitar o tombamento do estádio. Para justificar sua decisão, argumentou que “o Maracanã, como maior estádio de futebol do mundo, é um bem não só da comunidade do Rio de Janeiro, mas um patrimônio representativo de todo o país”.

Vilaça, ao propor o tombamento do Maracanã valorizava a apropriação desse espaço pelas classes populares. Para ele, o tombamento “ajuda a deselitizar a concepção de cultura, que não é apenas o barroco, mas também o monumento contemporâneo, como o Mario Filho, a catedral de Brasília e outros edifícios”. Completa afirmando que “o Maracanã é apenas parte dos diversos tipos de monumentos contemporâneos, e não elitistas, que devemos resguardar” (JORNAL DO BRASIL, 24 set. 1983).

Vilaça destaca o futebol como um dos elementos mais importantes da cultura nacional e a centralidade e simbolismo do Maracanã para o país. Para o secretário,

O futebol é a manifestação das mais autênticas e expressivas da cultura brasileira, tendo no Maracanã a maior demonstração literalmente concreta da sua força e da sua pujança, traduzindo o espírito e o sentimento esportivo das grandes massas que lotam as mais diversas praças de esportes do país (JORNAL DOS SPORTS, 24 set. 1983).

A proposta recebeu destaque na imprensa e foi notícia em jornais por todo o país: O Dia, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Diário de Pernambuco, entre outros (IPHAN, 1983). O tema foi inclusive pauta do editorial de esportes do jornal O Globo, que defendia a preservação do estádio por sua relação com a identidade e com a memória não só dos cariocas, mas também dos brasileiros, conforme pode ser lido a seguir:

A ideia de tombar o estádio do Maracanã, em estudos no Ministério da Educação, é perfeitamente coerente com a preservação da memória nacional.

Não é necessário que um velho prédio corra o risco de demolição para que se reconheça o seu valor como patrimônio cultural de uma comunidade.

No Maracanã está parte da vida e do modo de vida do carioca e, de certa forma, de todos os brasileiros.

Seu projeto arquitetônico poderá um dia ser ultrapassado, suas instalações talvez no futuro se revelem inadequadas, obsoletas.

Mas na memória afetiva do povo seu lugar está garantido – e disto a tombamento é consequência lógica e indispensável (O GLOBO, 24 set. 1983).

A ideia passou a receber apoio de diversos setores da sociedade. Na ocasião, Giulite Coutinho, então presidente da CBF, enviou telegrama a Marcos Vilaça cumprimentando-o pela iniciativa de iniciar estudos para o tombamento do Maracanã, que merecia não apenas o aplauso, mas o apoio da CBF (IPHAN, 2008). Logo a seguir, o deputado estadual Márcio Braga (PMDB-RJ), ex-presidente do Flamengo, fez um discurso solidarizando-se com a iniciativa (JORNAL DO BRASIL, 6 out. 1983).

Os personagens diretamente envolvidos com o Maracanã animavam-se com a possibilidade e a expectativa de que o tombamento poderia render reformas e prestígio ao estádio. Após trinta e três anos de história, o estádio Mario Filho ainda não estava concluído e apresentava alguns aspectos de abandono: sujeira, banheiros depredados, vazamentos, péssimo gramado, entre outros problemas.

Todavia, também, surgiram questionamentos a respeito da proposta inédita de preservar um estádio de futebol, destacando-se a importância de preservar outros sítios históricos e obras que teriam maior valor artístico em várias partes do país.

É importante compreendermos o debate sobre a preservação de monumentos e sobre o próprio conceito de patrimônio. O significado etimológico da palavra nos fornece esclarecimento. Sua origem é a palavra *patrimonium*, derivada de *pater* (pai), desta mesma derivação chega-se a palavra pátria. Possui a ideia de propriedade, no caso, propriedade de uma nação. *Patrimonium* relaciona-se aos bens de uma família e herança, ao que passa de pai pra filho (CUNHA, 1982). A palavra em questão possui uso comum no cotidiano e em várias áreas, no contexto que aqui ela é utilizada, a noção de patrimônio é socialmente definida pelo sentido de herança especificamente cultural<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> O conceito de patrimônio cultural e universal foi fundamentado no conceito de monumento histórico durante a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada em 1972 pela Assembleia Geral da UNESCO (CHOAY, 2001). Nesse sentido, utilizaremos patrimônio e monumento histórico como sinônimos.

O projeto de criação do Serviço de Patrimônio Nacional, elaborado por Mario de Andrade na década de 1930, previa a preservação tanto da produção erudita quanto da cultura popular (a medicina indígena, as magias, os cantos, os falares) (OLIVEN, 2003). Entretanto, na sua história, o IPHAN priorizou os chamados monumentos de “pedra e cal”, normalmente aqueles erguidos pela classe dirigente, tendo em vista a arquitetura da elite. Como exemplo, destacaram-se casas-grandes, igrejas e fortes, onde se refletia o estilo barroco / colonial.

O IPHAN foi criado no Estado Novo, juntamente com outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a missão de atuar no processo de integração do país através do fortalecimento do nacionalismo. As atividades de preservação se tornaram possíveis porque além do interesse cultural havia um interesse político e ideológico (FONSECA, 2005). O patrimônio serviria para objetivar, conferir legitimidade e legitimar a “comunidade imaginada” que é o Estado-nação.

Na década de 1970 houve uma renovação da noção de patrimônio com a incorporação do debate sobre as concepções vinculadas à história das mentalidades (operários, camponeses, migrantes, minorias étnicas, etc.) e do conceito antropológico de cultura (o que incluía hábitos, costumes, tradições, crenças, em suma, realizações materiais e imateriais da sociedade). O IPHAN passou a ter esse direcionamento na gestão de Aloísio Magalhães<sup>87</sup> que passou a incluir no debate sobre patrimônio os setores subalternizados, dialogando com as orientações que estavam na origem do Instituto<sup>88</sup>.

A proposta de tombamento do Maracanã e de sua transformação em patrimônio parece trazer diversas reflexões a respeito do debate sobre o tema. Um edifício de caráter monumental, com fortes vínculos com um projeto de país, que foi apropriado pelas classes populares, representa, a um só tempo, um patrimônio histórico e etnográfico, tal como pode ser visto nas análises que constam em todo o processo de tombamento do estádio.

---

<sup>87</sup> Aloísio Magalhães assumiu o IPHAN em 1979. No início da década de 1980, com a promoção de mudanças organizacionais no MEC, tornou-se diretor da recém fundada Secretaria de Cultura, que incorporou vários órgãos culturais, entre eles o IPHAN. Faleceu no ano de 1982.

<sup>88</sup> Para uma análise da trajetória da política de preservação no Brasil, ver Fonseca (2005).

Desde sua construção, o Maracanã é inegavelmente o principal estádio de futebol do país. A partir da sua construção, o futebol brasileiro entrou definitivamente em uma nova fase, com maior organização e a possibilidade de um público muito maior comparecer aos espetáculos. A legitimidade do tombamento do estádio, portanto, estaria no fato dele representar um marco histórico do esporte bretão no país. De acordo com o documento,

A hipótese de trabalho a ser verificada pelo Setor de Tombamento seria a de que o estádio Mario Filho, além de sede de eventos precisos ligados à história do futebol (Copa de 50), que por isso já justificaria o tombamento, assinala a entrada do futebol nacional em sua idade madura, caracterizada pelos processos de profissionalização e de organização centralizada através das federações estaduais (FRANCO, 1984).

O documento indica também que o tombamento não impediria modificações no estádio que fossem necessárias para a melhoria do uso por parte do público, mas que para essas alterações passaria a ser necessária autorização prévia do órgão.

Alçar um bem à categoria de patrimônio acarreta sua ressemantização, com o acréscimo de mais um valor aos anteriores. Com isso, ao menos teoricamente, o bem passa a ser o objeto de preservação incondicional. Dessa forma, o patrimônio é uma forma de “simbolização dos lugares” (MONNET, S/D), de atribuir a partes do espaço uma ascensão existencial ao olhos daqueles que os frequentam e os imaginam.

O processo teve sua primeira resposta em 23 de abril de 1987, quando foi solicitado um estudo sobre os estádios do Brasil para, a partir de uma análise comparativa, verificar se o Maracanã mereceria o tombamento. No entanto, não teve andamento até 1997, quando foi retomado diante das notícias da imprensa que apontavam o risco de descaracterização do Estádio Mario Filho.

No parecer solicitando o tombamento, foi destacado que o Estádio “está relacionado a fatos históricos e etnográficos notáveis”, que “o futebol é identificado, de forma unânime como um referencial da cultura brasileira, sendo o Maracanã o *templo máximo do futebol profissional*”, e “que o projeto arquitetônico apresenta particularidades audaciosas para sua época, no que se refere à concepção e técnica. Isto além de ter sido propositadamente construído como um monumento” (CASTRO & SILVA, 1997a, grifo dos autores).

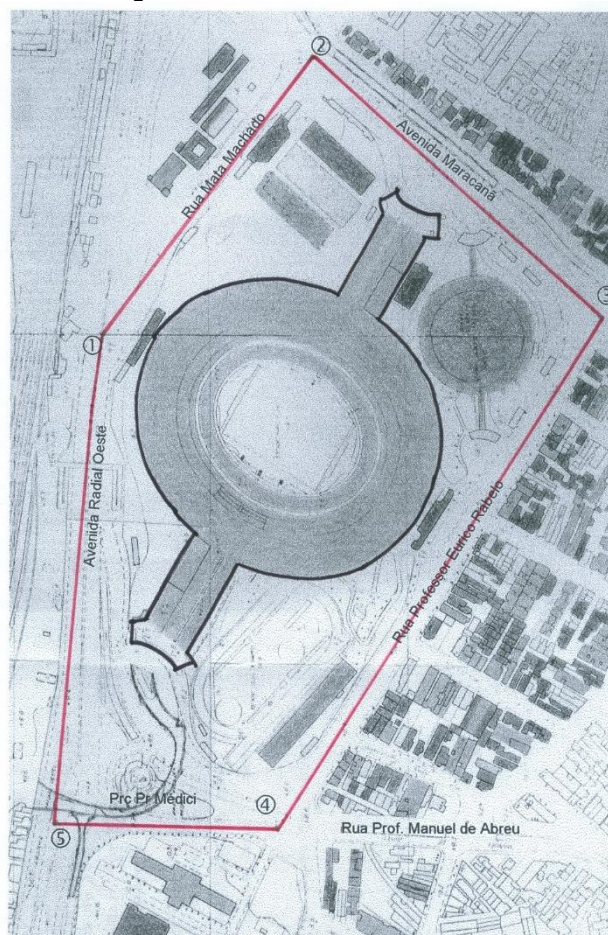
Os argumentos apresentados permitiam classificar o estádio como monumento, nos termos do Art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse

público, quer por sua vinculação a fotos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O parecer dos técnicos do IPHAN indicava que o bem deveria ser incluído no livro do tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porém, nesta etapa, foi sugerido um importante acréscimo, propondo que o objeto de tombamento deveria incluir uma proposta de poligonal de entorno ao Maracanã, que englobava os prédios restantes do complexo desportivo, conforme apresentado na Figura 8. Tal proposta tem como referência o programa original, proposto em 1947, que previa não só a construção do estádio de futebol, mas demais equipamentos que também passaram a ter grande significado para o esporte nacional (CASTRO & SILVA, 1997b).

Figura 8 - Poligonal de tombamento e de entorno do Maracanã



— POLIGONAL DE TOMBAMENTO  
 — POLIGONAL DE ENTORNO



Fonte: IPHAN, 2008.



A definição do “entorno” do bem tombado é de suma importância na preservação e valorização do monumento. O Art. 18, do Decreto-Lei 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, indica que “não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade (...)”, para tal deverá haver autorização do IPHAN.

O entorno do imóvel tombado é a área de proteção delimitada a fim de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. A ideia de “entorno” se refere “à área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade” (MOTTA & THOMPSON, 2010, p. 12). Conforme ressaltam esses mesmos autores, o valor do patrimônio se relaciona a tudo que contribui para o seu significado, sendo importante ressaltar “a inter-relação entre os bens e seus entornos como fontes de informação, condição da autenticidade e da integridade dos bens” (MOTTA & THOMPSON, 2010, p. 95). No processo de tombamento se argumenta que “o atual complexo do Maracanã é um todo conceitual, que não deveria ser desmembrado ou descaracterizado” (CASTRO & SILVA, 1997b).

Nestor Goulart Reis Filho, Conselheiro do IPHAN que foi relator do processo de tombamento, expôs no seu parecer que a documentação apresentada no processo confirmava o que já era de conhecimento de todos: a extraordinária monumentalidade do Maracanã e seu caráter simbólico para o povo brasileiro e não apenas para os habitantes do Rio de Janeiro. O autor destaca ainda que:

O Urbanismo e a Arquitetura (sobretudo as obras de uso coletivo) têm uma dimensão simbólica, que ultrapassa os limites dos aspectos utilitários. Mas poucas vezes a monumentalidade reúne qualidades simbólicas de caráter democrático. Em geral, as obras monumentais são afirmações de poder sobre o povo. Neste caso, ocorre o contrário. O Maracanã tem a **monumentalidade da massa** que o utiliza, à qual representa. Não deve ser descaracterizado (REIS, 2000, grifo nosso).

Reis destaca como um “objetivo cultural relevante” a preservação de uma grande obra, de elevado nível de qualidade, e sua dimensão simbólica como “grande espaço de uso popular”. Para o conselheiro, “no Brasil devido à fragilidade das instituições democráticas e da cidadania, é comum os monumentos e espaços de uso popular serem abandonados e descaracterizados” (REIS, 2000).

Na reunião do conselho consultivo, na qual foi apresentado e aprovado o parecer pelo tombamento do Estádio Mario Filho, os conselheiros que se manifestaram sobre o tema elogiaram a ideia de monumentalidade das massas,

reforçando que o patrimônio não deveria ser somente aquele de elite, do barroco, “pedra-e-cal”, e que o Maracanã afirmava o povo brasileiro. Na apresentação do seu parecer Reis afirma:

Passamos o nosso tempo, frequentemente, em linha tradicionalista, tombando os edifícios monumentais que são representativos dos poderosos do país. Creio que este é um espaço com uma extraordinária felicidade na sua concepção, de forma que mesmo os que moram no Rio de Janeiro consideram esse edifício um símbolo da alegria do povo brasileiro (IPHAN, 2000).

O parecer foi aprovado na reunião onde também foi firmado que o tombamento não era sinônimo de “imobilismo nem congelamento do bem” e que medidas de conforto e segurança poderiam ser adotadas se submetidas ao IPHAN, que deveria fiscalizar e opinar.

Após esse processo, o estádio foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Tombo Volume II, folha 16, sob o número 125, no dia 26 de dezembro de 2000.

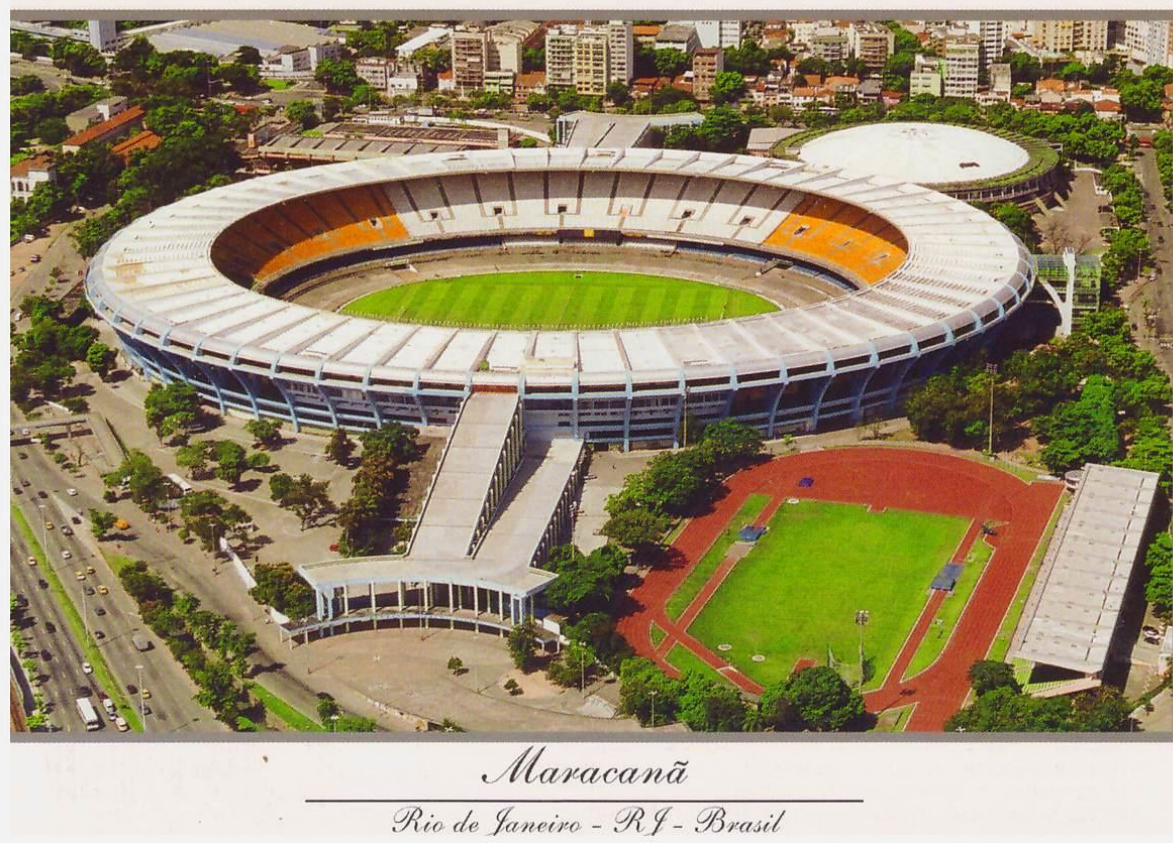
Alguns pontos devem ser destacados nesse processo de tombamento. Claudia Girão, arquiteta do IPHAN, que foi Chefe da Divisão de Acautelamento do IPHAN entre 1995 e 2001, trouxe importantes reflexões sobre a preservação do Maracanã. De acordo com a arquiteta, o valor etnográfico permeou o processo de tombamento do estádio-monumento, e, por outro lado, o valor paisagístico do estádio sempre foi bastante conhecido.

Há uma relação direta entre forma e conteúdo, que pode ser sintetizada na expressão “monumentalidade das massas”. O Maracanã era um estádio com arquitetura arrojada, caracterizado mundialmente pela sua marquise, conforme os cartões postais (Figura 9) e principais imagens difundidas do estádio, e que, com sua enorme capacidade de público, foi apropriado pelas massas. Vale lembrar que sua preservação deveria incluir também seu entorno, por sua estreita relação com o objeto tendo em vista o projeto original a fim de garantir a ambiência e a visibilidade do monumento.

Essa relação direta entre forma e conteúdo é ressaltada por Girão, ao afirmar que

tomba-se pelo valor simbólico reconhecido no bem cultural, e protege-se o objeto material, pois é ele que o representa, e deve ser preservada sua integridade física e formal para que continue a representá-lo em boas condições de conservação e com autenticidade (GIRÃO, 2012).

Figura 9 - Cartão Postal do Maracanã (2003)



Fonte: Acervo do autor.

A sua forma elipsoide, definida pela sofisticada marquise em balanço, articulada às de vigas e pilares em ressalto, inaugurou uma tipologia de estádio no Brasil. Como aponta Girão (2012): “a marquise de concreto é parte essencial da forma do Estádio do Maracanã que se tornou famosa internacionalmente”. Mais à frente, a arquiteta complementa afirmando que “a remoção da marquise se afiguraria como uma das mais radicais intervenções realizadas até hoje em bens tombados que não sofreram incêndio ou outra calamidade”.

Uma premissa básica do tombamento é que um bem cultural não pode ser descaracterizado, deve ser materialmente preservado, conforme determina o Decreto-lei 25/37. Porém, as intervenções são inerentes à categoria estádio oficial, mas devem “respeitar a essência da obra e se condicionar às premissas de sua preservação como patrimônio histórico e artístico nacional” (GIRÃO, 1997). Assim, poderiam ser realizadas modificações no estádio para melhorar a qualidade do gramado, dos banheiros, dos serviços de alimentação etc., respeitando as suas características principais e as premissas de preservação do IPHAN. O reconhecimento do Maracanã como um bem cultural a ser preservado indica que nesse espaço se produz cultura,

e, por conseguinte, as políticas de preservação tem a finalidade de garantir o direito à cultura aos cidadãos.

Entretanto, há conflitos de interesses, sobretudo entre público e privado. As políticas de preservação e as representações do patrimônio reproduzem os conflitos que se manifestam nas relações entre os diferentes agentes sociais, desde agentes governamentais, agentes hegemônicos e sociedade civil organizada.

A seguir analisaremos as intervenções realizadas no Estádio Mario Filho, considerando o processo de descaracterização do bem tombado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, ou, em outras palavras, paisagístico e etnográfico. A adequação do Maracanã a um modelo de estádio internacional, conhecido como “padrão-FIFA”, tem como uma das principais consequências o fim da “monumentalidade das massas” e o combate à territorialidade torcedora anteriormente estabelecida.

#### **2.4 A transformação do Maracanã em estádio “padrão-FIFA”: o fim da monumentalidade das massas e a conformação do estádio para o consumo**

De modo geral, os gigantescos estádios erguidos no Brasil ficaram sem manutenção. Com o Maracanã, a despeito de sua importância simbólica, não foi diferente. O estado de conservação precário do estádio ocasionou uma tragédia em 1992, na segunda partida da final do Campeonato Brasileiro, disputada entre Flamengo e Botafogo. Com um público de mais de 120 mil torcedores, momentos antes da partida iniciar aconteceu o rompimento da grade de sustentação da arquibancada, no setor ocupado pela torcida Raça Rubro-Negra, ocasionando a queda de dezenas de espectadores, que, ao caírem, atingiram outros torcedores. Três pessoas morreram e noventa ficaram feridas<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> Mais recentemente, outro acidente marcou de forma trágica a história do futebol brasileiro. Em 25 de novembro de 2007, sete pessoas morreram e mais de trinta ficaram feridas com o desabamento da arquibancada do Estádio da Fonte Nova durante a partida entre Bahia e Vila Nova (GO), que marcava o acesso do Bahia à série B do Campeonato Brasileiro. Aproximadamente 60 mil espectadores estavam presentes naquela partida. Segundo matérias divulgadas em diversos veículos de imprensa, o motivo principal da queda teria sido a falta de manutenção.

Após o acidente de 1992, o estádio ficou fechado por 7 meses. Dirigentes esportivos pressionaram o então governador Leonel Brizola para que as obras fossem feitas a tempo de receber a partida entre Brasil e Uruguai, pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 1994, e com um montante de investimentos necessários para adequar o estádio às exigências da FIFA.

Após o início das reformas, em outubro de 1992, Eduardo Aguiar, um dos engenheiros da SUDERJ, criticou a decisão de deixar as obras do Maracanã a cargo das empresas Concremat e Promon – contratadas pela EMOP (Empresa de Obras Públicas)<sup>90</sup>. Segundo ele, “a obra poderia ser comandada pelo corpo de engenheiros da SUDERJ, que foi afastado por ser honesto e não trabalhar à base de comissões”. De acordo com Eduardo Aguiar, as empresas foram contratadas sem concorrência, sob a argumentação da urgência das obras e que estariam sendo feitas algumas reformas desnecessárias, como a troca de pastilhas da parte inferior da marquise<sup>91</sup>.

O incidente abriu um amplo debate sobre os estádios brasileiros, da mesma forma que havia acontecido na Europa após as tragédias de Heysel na Bélgica (1985) e Hillsborough na Inglaterra (1989). Se por um lado reconhecia-se a ausência de manutenção do estádio, por outro, culpava-se os torcedores organizados. As propostas de mudança pautavam-se em reformas arquitetônicas que diminuíssem a capacidade do estádio e afastassem os torcedores das classes populares, especialmente aqueles das torcidas organizadas. Assim, entrava em pauta em meados da década de 1990, um novo modelo de estádio, que foi adotado pela primeira vez no Brasil com a construção da Arena da Baixada em Curitiba.

Nesta seção, teceremos algumas considerações sobre esse novo modelo de estádio e, posteriormente, analisaremos as principais intervenções realizadas no Maracanã, tendo como argumento principal a sua adaptação a esse novo conceito.

---

<sup>90</sup> ‘Engenheiro critica obra no Maracanã’. *Jornal do Brasil*, 31 out. 1997.

<sup>91</sup> Os pontos destacados na reportagem reforçam alguns argumentos que serão levantados mais adiante: o debate sobre a reforma do Maracanã não é pautado pelas demandas dos seus usuários, mas pelas exigências da FIFA, que naquele momento, visava à adequação do estádio para receber apenas uma partida das eliminatórias; os questionamentos sobre as relações entre empresas de construção civil e o governo do estado.

#### 2.4.1 O Estádio “padrão-FIFA”: a desterritorialização das classes populares e a re-elitização do futebol

Ao longo da década de 1980 começaram a ser gestadas importantes mudanças na atuação das instituições e dos agentes hegemônicos do campo esportivo (BOURDIEU, 1983). Entre as quais destacam-se, a atuação das empresas de material esportivo, das emissoras de TV, da FIFA e do COI. Foi promovida uma verdadeira “revolução esportiva”, pautada na transformação do esporte em espetáculo, com destaque para o futebol (ANTEZANA, 2003).

O processo de mercantilização do futebol foi iniciado já com sua codificação e se aprofundou com a adoção do profissionalismo na Inglaterra do século XIX, vinculando-se aos processos em curso naquele país, ou seja, à industrialização e à urbanização. O surgimento de ligas, a construção de estádios, o mercado de apostas, a marcação dos jogos para horário de lazer dos trabalhadores, são alguns exemplos desse processo.

A nova rodada de mercantilização do futebol se relaciona tanto às mudanças na estrutura do capitalismo quanto às transformações do próprio campo esportivo. No entanto, vale ressaltar, essas modificações gerais atingem os lugares de forma diferenciada, conforme a inserção do país na economia mundial e no campo esportivo.

As mudanças no modo de produção capitalista, impulsionadas pela crise de 1973, acarretaram o enfraquecimento do fordismo-keynesianismo e a emergência dos processos de acumulação flexível e do neoliberalismo (HARVEY, 1992). Essas alterações tiveram consequência na alteração do modo de produzir e no papel do Estado. Uma das características desse novo momento foi a transformação da cultura na nova mercadoria vedete do capitalismo, ocupando o espaço que já fora da ferrovia e do automóvel, como havia previsto Debord (1997)<sup>92</sup>.

A nova rodada de mercantilização do futebol está diretamente relacionada a esta nova fase do capitalismo de valorização da cultura, um bem imaterial sem valor definido pelo trabalho. Atende, também, às demandas dos agentes do próprio campo esportivo, que possuem uma relativa autonomia em relação às transformações mais amplas no modo de produção.

---

<sup>92</sup> A primeira edição em francês data de 1967.

Esses agentes mobilizam vultosas quantidades de recursos financeiros, em uma ampla cadeia que engloba, por exemplo, diretamente, direitos de transmissão, publicidade, realização de campeonatos e, indiretamente, turismo, construção civil, transportes e a ação estatal, ou seja, há agentes locais, nacionais e internacionais, públicos e privados. Também merece destaque nesse cenário a realização dos megaeventos esportivos, notadamente, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Uma análise dos números da economia do esporte, reforçam o argumento da importância desse mercado em tempos de acumulação flexível, embora essas estatísticas ainda não sejam de órgãos oficiais. Levantamento da Pluriconsultoria, para o ano de 2012, indica que o esporte representa 2,1% do PIB dos EUA (US\$ 427 bi); 1,5%, na Alemanha; 1,8%, na Inglaterra; 2,8%, Nova Zelândia; 2,3%, na Austrália.

No Brasil, o tamanho do esporte na economia brasileira, naquele momento, equivalia a 1,6% do PIB (R\$ 67 bi), o mesmo que o PIB da Sérvia, sendo que o futebol representa 53% desse total. O setor teve um amplo crescimento entre os anos de 2007 e 2011, numa média de 7,1% a.a., certamente impactados pela realização dos megaeventos esportivos no país. Em termos comparativos, o PIB nacional nesse mesmo período cresceu 4,2% a.a. A título de ilustração, o Pluriconsultoria apresenta o faturamento de alguns agentes do campo esportivo nacional para o ano de 2011: o Clube de Futebol com maior receita (Corinthians) R\$ 290 milhões; Netshoes, R\$ 600 milhões; Centauro, R\$ 1,7 bi<sup>93</sup>.

Proni (2008) propõe analisar o mercado esportivo olhando a natureza do produto, ou a forma de consumo. Para o autor há três tipos básicos de produtos: equipamentos e artigos (calçados, bolas, roupas, cronômetro, etc.), serviços especializados (clubes, academias, personal training, etc.) e espetáculos (*in loco* ou mediado pela televisão, rádio, jornal, revista, internet). As estrelas do espetáculo são os garotos-propaganda e colaboram não só para o consumo do esporte, mas também para o de artigos e serviços.

No caso das diferentes modalidades esportivas, considera difícil a delimitação entre elas, pois há agentes que atuam em diversas modalidades e também aqueles cujo campo principal não possui relação direta com o esporte. No caso do mercado futebolístico, Proni (2008) ressalta três frentes de comercialização: a venda do

---

<sup>93</sup> Cf. Pluriconsultoria. Disponível em:

<<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/PIB%20Esporte.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

espetáculo (bilheteria e televisão); negociação da marca (patrocínio, fornecimento de material esportivo e merchandising); exploração do estádio.

Com os patrocínios e as transmissões de TV, os espetáculos ficaram mais rentáveis, conferindo maior visibilidade ao esporte como mercadoria. Cabem alguns exemplos desse processo ao longo da década de 1980, quando empresas como a Adidas e a Coca-Cola passaram a investir fortemente na FIFA e no COI, a Nike apostou em atletas de destaque como Michael Jordan, John MacEnroe e Carl Lewis, e a Philips Morris empregou grande quantidade de recursos na Fórmula 1.

Um importante personagem desse processo foi o brasileiro João Havelange, que assumiu a presidência da FIFA em 1974. De acordo com Galeano (2004), ao assumir o poder da principal entidade do Futebol, Havelange anunciou: “Vim vender um produto chamado futebol”. Nessa empreitada, o brasileiro aumentou o número de países filiados à FIFA e, também, o de participantes na Copa do Mundo, passando de 16, em 1974, para 32, em 1998. Um projeto expansionista que visava a incorporar novos mercados cujos principais alvos seriam, e foram, os países da África, Ásia e Oriente Médio. Se antes a Copa do Mundo era realizada em países da Europa e da América do Latina, que possuíam tradição no futebol, essa estratégia passou a ser combinada com o projeto expansionista, quando foi realizada nos EUA, em 1994, um país com pouca tradição no futebol masculino profissional, mas com um mercado esportivo altamente estruturado. Seguindo essa estratégia, de busca de incorporação de novos espaços, a Copa de 2002 foi realizada, de forma conjunta, no Japão e Coreia do Sul, em 2010, na África do Sul e, em 2014, no Brasil. Para as Copas de 2018 e 2022, já foram escolhidos a Rússia e o Catar. Essa concepção geopolítica do futebol garantiu ampla base de apoio a Havelange, que ficou na presidência da instituição até 1998 e indicou o seu sucessor, Joseph Blatter, que manteve as ideias do antigo presidente.

Além do apoio de membros da entidade, Havelange contou com grande auxílio da Adidas para suas ações. O jornalista investigativo Andrew Jennings (2011) aponta que o diretor da multinacional Horst Dassler, filho do fundador da empresa Adi Dassler, inclusive, teria atuado na compra de votos de delegados indecisos para que o brasileiro fosse eleito em 1974. Horst Dassler, junto com outros investidores, criou a ISL marketing, que passou a ser a detentora dos direitos de transmissão da Copa do Mundo, com liberdade para negociá-los com as empresas de telecomunicações das diferentes partes do planeta.



No caso dos Jogos Olímpicos, o processo de mercantilização foi comandado por Juan Antonio Samarach, presidente do COI entre 1980 e 2001. A primeira iniciativa nessa direção foi a realização do Tratado de Nairóbi, tendo em vista o estabelecimento do direito de propriedade sobre os símbolos olímpicos, garantindo ao COI o controle sobre a sua utilização. Em 1985, foi criado o programa The Olympic Partners (Os Parceiros Olímpicos), para negociar com um conjunto de empresas a exclusividade de patrocínio durante um período de 4 anos, envolvendo Jogos de Verão e de Inverno. O programa iniciou com uma receita de US\$ 96 milhões para a período 1985-1988 e já atingiu US\$ 957 milhões, no período 2009-2012. Outros dados importantes são os valores das receitas dos direitos de transmissão. A geração delas, iniciada na edição de 1960, teve um aumento expressivo na década de 1980, quando foram pagos US\$ 88 milhões, em 1980, saltando para US\$ 286,9 milhões, em 1984, e atingiram a quantia de US\$ 2,56 bilhões em 2012 (CASTRO, 2013).

Da mesma forma que as entidades internacionais, os clubes também aumentaram suas receitas com a venda de direitos de transmissão e de cotas de patrocínio, com a exposição de marcas nos seus uniformes e até mesmo a venda do direito de exploração do nome do estádio (*naming rights*). Juntamente com esse aumento de arrecadação houve um aumento nos salários dos jogadores, sendo que os destaques foram alçados a categoria de estrelas do “mundo pop” e, conseqüentemente, da publicidade.

De modo simultâneo, na Inglaterra, o berço das transformações, a violência dos grupos de hooligans tinha um impacto negativo nessa nova imagem construída para o futebol, dificultando a consolidação do novo modelo. Duas tragédias atribuídas à atuação desses grupos de torcedores, Heysel (1985) e Hillsborough (1989), acabaram por definir a virada econômica no futebol inglês, influenciando todo o futebol mundial<sup>94</sup>. Por conta disso, cabem alguns breves comentários sobre elas.

Na final da Taça dos Campeões da Europa, em 1985, o jogo entre Liverpool e Juventus, realizado no Heysel Park, em Bruxelas (Bélgica), foi marcado pela morte de 39 pessoas, além de outras 454 feridas. Os torcedores da Juventus foram atingidos com a queda de um muro, ao fugirem de um ataque dos torcedores do Liverpool. Foram feitas críticas à organização devido à quantidade de ingressos vendidos, à

---

<sup>94</sup> Para Antezana (2003), o discurso da violência no futebol se refere à possibilidade teatral de incluir personagens maus, como em todo drama ou comédia, o que é ilustrado pelas próprias rivalidades entre clubes locais.

escolha do estádio em precárias condições e ao policiamento inadequado, mas a responsabilidade pelo desastre foi atribuída aos torcedores do Liverpool.

Em 1989, outra tragédia envolvendo a torcida do Liverpool seria o ponto de aceleração das mudanças que já estavam em curso no futebol inglês. A partida da semifinal da Copa da Inglaterra (FA Cup), entre Liverpool e Nottingham Forest, foi marcada para o Estádio Hillsborough (do clube Sheffield Wednesday), considerado um dos mais modernos do país. O estádio havia passado por reformas visando a aumentar o controle sobre os hooligans, com a instalação de *pens* (grades separando as torcidas em compartimentos) e sistemas de vídeo-vigilância (CCTV).

Poucos minutos antes do início do jogo, ainda havia milhares de torcedores na parte de fora do estádio, tentando entrar de forma acelerada. Por isto, os portões foram abertos para evitar esmagamentos e diminuir as confusões. Esses torcedores empurraram aqueles que já estavam na arquibancada contra as grades que haviam sido colocadas por segurança, o resultado foi a morte de 96 torcedores e outros 766 feridos. Todo o evento foi acompanhado pelo sistema de CCTV, a polícia evitava que os torcedores pulassem as grades e também não abria os portões com receio de uma invasão do campo. Após o desastre, políticos, polícia, comentaristas esportivos, acadêmicos e autoridades do futebol culpavam os torcedores do Liverpool, apontando como causas do incidente a cultura da bebida, da masculinidade e da violência (GIULIANOTTI, 2010).

Um alto magistrado foi encarregado de preparar um relatório sobre a tragédia, como é de tradição na Inglaterra. Coube a Lord Taylor esta responsabilidade. Ao contrário do esperado, durante o governo conservador de Margareth Thatcher, ele retirou a culpa dos torcedores e acusou os clubes, as autoridades e a polícia. Recomendou a retirada das grades ou sua redução, também foi contra a implantação de um sistema de cartões computadorizados para controle e identificação dos torcedores, questionando sua utilidade e a sua possibilidade de aplicação. Propôs a criminalização de invasões de campo, arremessos de objetos e agressões verbais (incluindo as manifestações racistas); e a melhoria das normas de segurança, com maior planejamento das ações da polícia e maior fiscalização no funcionamento dos estádios. Seu relatório se posicionava a favor do respeito aos torcedores, clamando por mudanças na atuação da polícia, acostumada a tratar todos os torcedores como criminosos em potencial, e também na melhoria da segurança nos estádios (ALVITO, 2014).

Outra proposta do relatório, que revolucionaria os estádios, foi tornar obrigatória a colocação de assentos em todos os lugares, em nome do conforto e da segurança. Taylor sabia que a redução do número de público levaria a um aumento do valor do ingresso e solicitava que o torcedor não fosse penalizado.

Desconsiderando os principais pontos do relatório, a opinião pública continuou culpando os torcedores do Liverpool e vinculando o episódio a eventos pretéritos e a reputação da torcida<sup>95</sup>. Havia um clamor por ações rígidas no combate aos hooligans, que tinham sido eleitos, por Margareth Thatcher, o “inimigo interno” a ser combatido. Se contra os trabalhadores a “Dama de Ferro” valeu-se de impostos e privatizações, o episódio de Hillsboroug foi utilizado como pretexto para um amplo combate contra as *firms* de hooligans, atingindo diretamente os torcedores da classe trabalhadora<sup>96</sup>. Aqueles que questionavam as medidas neoliberais implementadas na Inglaterra, agora também eram atingidos pela aceleração das mudanças que estavam em curso no futebol inglês.

Durante a década de 1990, o futebol da Inglaterra passou por uma grande mudança, e o Relatório Taylor passou a ser visto como sinônimo desse processo. Entre as principais transformações podemos destacar: a colocação de assentos para todos os torcedores (“all-seater stadium”), a diminuição da capacidade de público, o aumento significativo dos preços dos ingressos, a TV como fonte principal de receitas dos clubes, a transformação dos jogadores em estrelas e a mudança do perfil do público dos estádios. A nova etapa do futebol britânico visava a um novo público, de classe média, e também um novo conceito de torcedor, transformado em consumidor. A polícia admitia seus erros e excessos e buscava uma nova forma de relacionamento com os torcedores, agora de outra classe social. A classe trabalhadora, que durante mais de um século, desde a profissionalização do futebol, era o “coração do futebol inglês”, foi excluída.

---

<sup>95</sup> Após 23 anos, em 12 de setembro de 2012, o primeiro ministro britânico David Cameron desculpou-se com as famílias dos torcedores mortos na tragédia de Hillsborough, afirmando que durante todo esse tempo o Reino Unido culpou inocentes. Segundo Cameron, o levantamento realizado por uma comissão apontou que diversos relatórios policiais sobre o caso haviam sido alterados de forma grosseira para culpar os torcedores e justificar as medidas que estavam sendo tomadas no futebol inglês. Cf. ‘Morta nesta segunda Margaret Thatcher usou tragédia para moldar futebol inglês à sua imagem’. ESPN, 08 abr. 2013. Disponível em: <[http://espn.uol.com.br/noticia/321558\\_morta-nesta-segunda-margaret-thatcher-usou-tragedia-para-moldar-futebol-ingles-a-sua-imagem](http://espn.uol.com.br/noticia/321558_morta-nesta-segunda-margaret-thatcher-usou-tragedia-para-moldar-futebol-ingles-a-sua-imagem)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

<sup>96</sup> Por outro lado, hooligans de extrema-direita, com bandeiras racistas e xenofóbicas, também foram atingidos.

Os estádios passaram por reformas, que se faziam necessárias, pois dois terços dos clubes das quatro primeiras divisões inglesas jogavam em praças esportivas construídas antes de 1910. Todavia, para se adaptar às novas exigências, muitos clubes venderam seus estádios, localizados em áreas centrais das cidades, para empreiteiras e supermercados, destruindo um dos seus mais importantes símbolos e rompendo laços históricos com as comunidades vizinhas. Outros clubes passaram a ser controlados por milionários estrangeiros que assumiram o financiamento das novas arenas (GIULIANOTTI, 2010).

Os estádios ingleses passaram a ser utilizados como padrão para a FIFA, que em nome da segurança e do conforto dos espectadores, passou a exigir o “all-seater stadium” para as partidas organizadas pela entidade. De acordo com o suas recomendações e requisitos técnicos:

Todos os espectadores devem ficar sentados. Os assentos devem ser individuais e fixados à estrutura, confortáveis e com encostos com altura mínima de 30 cm para fornecer apoio. Para assegurar um nível de conforto mínimo, os assentos do tipo de trator, com uma pequena borda de encosto, não são aceitáveis. Os encostos também ajudam a prevenir o avanço altamente perigoso dos espectadores que frequentemente ocorria nas velhas arquibancadas quando um gol era marcado, e que ainda acontece em alguns estádios com assentos sem encostos. Bancos e áreas de pé são inaceitáveis sob quaisquer circunstâncias para Copa do Mundo FIFA™ (FIFA, 2011, p. 109).

A criação da Premier League, em 1992, e seu fortalecimento, ao longo da década de 1990, representaram a consolidação deste modelo, de mercantilização do futebol, com importante papel dos patrocinadores, das emissoras de TV, a transformação dos jogadores em estrelas do mundo pop, a construção de novos estádios e a exclusão das classes populares.

Para Giulianotti (2010), esse realinhamento da identidade de classe do futebol levou ao surgimento do “pós-torcedor”. Este teria origem nas novas classes médias urbanas da sociedade pós-industrial, que possuiriam apreço a costumes populares e visão crítica dos processos. Houve uma mudança da experiência com o jogo, menos vibrante e apaixonada, a constituição de grupos menores para a ida ao estádio, maior presença feminina e novas agendas para as organizações torcedoras, inclusive críticas ao processo de elitização<sup>97</sup>. O pós-torcedor também seria dotado de capital social e tecnológico para transferir suas críticas para fanzines e páginas da internet.

---

<sup>97</sup> Certamente não é possível transpor diretamente a noção de pós-torcedor da Inglaterra para o Brasil, entretanto é importante destacar a origem de classe média de alguns movimentos de

A Inglaterra, o país onde o futebol foi codificado no seio da elite e passou por um rápido processo de popularização, foi também o país responsável pela “virada econômica do esporte” e seu processo de re-elitização. Mas, apesar da consolidação desse processo, ainda há fortes críticas e resistências, algumas delas provenientes dos pós-torcedores.

Há setores se organizando e questionando as imposições do modelo. Questiona-se principalmente o preço dos ingressos, que relegaram muitos torcedores aos *pubs*, e a obrigatoriedade de assistir ao jogo sentado, pois a torcida, que anteriormente fazia parte do espetáculo, agora comporta-se de forma mais passiva, com mais aplauso e menos canto. Certamente ainda há exceções, como a citada torcida do Liverpool que continua fazendo seu espetáculo. Uma das saídas frequentemente apontadas é o modelo alemão, que reserva setores para se assistir ao jogo de pé, permitindo a festa da torcida.

Enquanto esse processo sofre críticas e fortes questionamentos na Inglaterra, no Brasil tivemos a construção e reforma de um grande número de estádios em decorrência da Copa de 2014, permitindo a consolidação de um processo de modernização do futebol que caminhava lentamente. Esse processo realizado tardiamente em relação aos principais centros futebolísticos do circuito clubístico, parece desconsiderar as críticas, resistências e aperfeiçoamentos a que tal modelo foi submetido ao longo desse tempo.

Na seção seguinte abordaremos o processo de modernização/mercantilização do futebol brasileiro, a fim de compreender as nossas especificidades dentro desse contexto.

#### 2.4.2 A mercantilização do futebol no Brasil

A mercantilização do futebol não ocorre da mesma forma em todos os lugares do mundo. A geografia do futebol reproduz as desigualdades do sistema capitalista,

---

contestação ao processo de elitização do futebol brasileiro, conforme citamos anteriormente o caso das lideranças da FTORJ. Também poderíamos destacar a atuação da ANT (Associação Nacional dos Torcedores), cujas lideranças eram os professores e pesquisadores Marcos Alvito e Christopher Gaffney, e, posteriormente, da FTN (Frente Nacional dos Torcedores), uma dissidência da organização anterior com presença marcante de estudantes de classe média. No último capítulo deste trabalho abordaremos a atuação da FNT na campanha “O Maraca é nosso!”.

expressas, por exemplo, na Divisão Internacional do Trabalho. Se falarmos de uma Divisão Internacional do Futebol, o Brasil é um país importante do ponto de vista das atuações da sua seleção, cuja montagem do time é baseada no critério da nacionalidade. Mas do ponto de vista clubístico, cujo critério das equipes é econômico, nosso país se insere como exportador de “pé-de-obra” barato, conforme expressão proposta por Damo (2007), na década de 1980 e 1990, em direção aos grandes centros do sistema (Itália, Inglaterra, Espanha e Alemanha) e, a partir dos anos 2000, para países do Oriente Médio e da Ásia, que mesmo com pouca tradição no esporte bretão vem investindo enormes quantidades de recursos em seus campeonatos. Também há exportação para ligas menores da Europa, como, por exemplo, Portugal, Rússia, Ucrânia, etc. Entretanto, se observarmos o campeonato brasileiro, este passou a ser destino de jogadores de outros países da América do Sul, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2000, com o crescimento econômico do país naquela década.

No entanto, antes de avançarmos, é importante pensarmos nas especificidades da participação do Brasil nesse processo, também iniciado na década de 1980. Esse período é considerado por diversos intelectuais como a “década perdida”, devido ao contexto de crise econômica, com elevadas taxas inflacionárias, de desemprego e da dívida externa. Também foi marcado por mobilizações da sociedade civil, pela mudança do regime político do país com a redemocratização e pela promulgação da Constituição de 1988.

Já o futebol era definido por um calendário nacional com muitos clubes, herança do período militar, pela violência dentro e fora dos estádios e por clubes com grandes dificuldades econômicas, também atreladas à crise econômica do país. Nesse contexto emergiu o discurso da necessidade de modernização do futebol brasileiro. Em 1987 as maiores agremiações do futebol brasileiro fundaram o Clube dos 13 e, com o apoio da TV Globo e patrocínio da Coca-Cola, enfrentaram a CBF e organizaram o seu próprio campeonato, com apenas 16 clubes, sendo que no ano anterior tivera 48.

Posteriormente o Clube dos 13 se reconciliou com a CBF e ambos passaram a década de 1990 tentando criar um campeonato nacional que ocupasse a maior parte do calendário e estivesse baseado em critérios técnicos. Após várias “viradas de mesa”, em 2003 iniciou-se a disputa baseada em pontos corridos. Para Damo, nesse momento, “o que ocorreu não foi uma vitória dos bons contra os maus dirigentes, mas

uma disputa onde prevaleceu os interesses dos grandes clubes e da principal emissora de televisão do país, para constituir um sistema de comercialização mais aprimorado” (2014, p. 48).

Além das mudanças organizacionais, do aumento das receitas de patrocínio e dos direitos de transmissão, o processo de “modernização do futebol brasileiro” (neste trabalho entendida como mercantilização) teve também como demandas, alterações no ordenamento jurídico e nos estádios, ambas com o discurso de aumentar a segurança do espetáculo e transformar o torcedor em consumidor.

No bojo desse processo, foi promulgado, em 2003, o Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2003), estabelecendo normas de proteção e defesa do torcedor<sup>98</sup>. Este é definido, no artigo 2º, como “toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva”, ou seja, não é somente aquele que frequenta o estádio. Certamente nesse ordenamento jurídico há pontos positivos, como, por exemplo, os capítulos sobre a transparência na organização das competições, a venda de ingressos, o acesso ao transporte, etc. Também merece destaque a proibição de difusão de mensagens discriminatórias, racistas ou xenófobas, através de cânticos, cartazes, bandeiras ou outros sinais.

Entretanto, há outros aspectos a serem ressaltados. O primeiro é tratar o torcedor no singular, não reconhecendo suas diferenças de classes, raças, gênero, idade, etc. Dessa forma, poderíamos questionar: qual torcedor é protegido pelo Estatuto? (REIS; LOPES; MARTINS, 2014). Não há artigos no Estatuto do Torcedor que protejam os torcedores do processo de elitização do futebol. Se há preocupações com alguns aspectos relacionados à violência nos estádios, com a adoção de algumas medidas questionáveis, como veremos adiante, não há questionamentos sobre a violência simbólica e estrutural provocada pelo encarecimento do ingresso e o consequente cerceamento ao acesso a uma das principais formas de lazer de milhões de brasileiros. Por outro lado, legítima políticas de segurança e controle dos torcedores que são individualizados, inspecionados e permanentemente vigiados. Segundo Alvito (2006), é a criminalização do ato de torcer, com o aparato de controle implementado, estaríamos nos aproximando do “estádio-prisão”.

---

<sup>98</sup> A última versão do Estatuto do Torcedor é de 2010, após passar por algumas alterações (BRASIL, 2010).

Esses dispositivos de segurança são voltados prioritariamente para controle das torcidas organizadas que são definidas no Art. 2º-A como “a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade” (BRASIL, 2010). Estas devem manter um cadastro atualizado dos seus associados com nome completo, fotografia, filiação, número do registro civil, número do CPF, data de nascimento, estado civil, profissão, endereço completo e escolaridade (BRASIL, 2010).

Na busca por punir as torcidas organizadas e afastá-las dos estádios, é proposta a sua responsabilização por atos realizados por qualquer um dos seus componentes, conforme Art. 39º-B: “a torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento” (BRASIL, 2010). Para pensarmos em como essa medida é desproporcional, podemos lembrar que um partido não é punido por malfeitos de seus quadros, nem a polícia por falhas dos membros da corporação. Dessa forma, percebe-se que há artigos contra os torcedores organizados que podem ser considerados abusivos (REIS; LOPES; MARTINS, 2014).

Todo esse aparato visa a transformação do torcedor em consumidor, o que inclusive é explicitado no Art. 40 que indica que a defesa dos direitos dos torcedores observa a mesma disciplina da defesa dos consumidores. Deve ser ressaltado que a noção de consumidor não pode ser vista como uma forma ingênua de exercício da cidadania, pois os direitos do consumidor são uma marca política contemporânea que aportam importante operações simbólicas. No entanto, como reforça Toledo, não se pode comparar a compra de uma televisão com a compra de um jogo do time de preferência, pois “coloca pouca distância entre fenômenos com densidade simbólica muito distintas, tomados por bens de consumo sem qualquer mediação sócio-histórica” (TOLEDO, 2014, p. 316). No universo do consumo, de modo geral, há pouca solidariedade entre consumidores, enquanto que no universo torcedor assumem-se projetos coletivos diante das formas de vivenciar o futebol, para além dos limites instrumentais relacionados ao consumo. Para Toledo, o Estatuto de Defesa do Torcedor-Consumidor é uma “maquinaria atomizante”, que promove o “recuo do espaço da experimentação torcedora coletivizada, perda do espaço da rua, da



sociabilidade (...), tudo em troca de um racionalismo asséptico e individualista que se quer imputar à emoção torcedora” (TOLEDO, 2014, p. 318).

Esse novo torcedor, de acordo com a lógica proposta, demanda um novo estádio. Essas mudanças começaram, ainda que de forma isolada, quando o Clube Atlético Paranaense demoliu o seu antigo estádio Joaquim Américo, em 1996, e em seu lugar construiu um novo estádio, inaugurado em 1999 e rebatizado de Arena da Baixada. Localizado em bairro residencial de classe média, o estádio foi um marco no futebol brasileiro, pois trouxe a concepção que o futebol é uma mercadoria e o torcedor é, principalmente, um consumidor. A diretoria do Atlético utilizou como exemplo as arenas multiuso já difundidas na Europa para formatar o projeto do novo estádio e mesmo não possuindo hotel, shopping-center ou outras instalações comuns nas principais arenas dos campeonatos europeus, oferecia serviços que até aquele momento eram peculiares a Arena da Baixada, tais como: camarotes luxuosos, assentos individualizados e vendidos por temporada, loja do fornecedor de material esportivo e espaço para a construção de restaurante. Também foi o primeiro caso de venda de *namings rights* do estádio, comprado pela empresa japonesa Kyocera para o período entre os anos de 2005 e 2007. Os preços dos ingressos foram majorados, resultando no processo de elitização da torcida, o que era desejado por sua diretoria. Em 2004, o presidente do Atlético, Guivan Bueno, chegou a afirmar que o clube não precisava de torcedores, mas de apreciadores do espetáculo (HOLZMEISTER, 2010).

Por essas características a Arena da Baixada foi um marco no futebol brasileiro, indicado inclusive pela implementação da palavra arena como sinônimo desse modelo de estádio que seguia o padrão adotado nos principais campeonatos europeus. Após anos sem a construção de novos estádios no país, ou reformas significativas nos já existentes, passava a existir um modelo para os entusiastas do processo de modernização/elitização do futebol brasileiro.

Depois do Arena do Atlético Paranaense, merece destaque a construção do Estádio Olímpico João Havelange, concluído em 2007, como a principal obra para o Jogos Pan-americanos que ocorreram no Rio de Janeiro naquele ano. O estádio, popularmente conhecido como Engenhão, possui capacidade para 45 mil pessoas, podendo ser ampliado para até 70 mil espectadores com a construção de mais dois níveis de arquibancadas atrás das traves dos gols e a remoção da pista de atletismo para colocação de mais assentos. Essas obras de ampliação poderiam ter sido

realizadas caso o estádio fosse escolhido como sede de partidas da Copa do Mundo de 2014.

Inicialmente orçada em R\$ 60 milhões, a obra teve o custo final de 365 milhões, tal como outros equipamentos esportivos construídos para o evento, o estádio ficou sem uso após o término do Pan-2007, sendo entregue por um período de 20 anos para ao Botafogo Futebol e Regatas<sup>99</sup>.

Vários pontos devem ser ressaltados a respeito da construção do novo estádio na cidade do Rio de Janeiro. Qual a necessidade de mais um estádio de grande porte na cidade? O poder público deveria construí-lo? O estádio olímpico seria a melhor opção? Qual seria a melhor localização para a nova praça esportiva?

Não pretendemos dar conta de todas essas perguntas, mas é importante destacar que já existindo os estádios de São Januário e o Maracanã, não parece crível a demanda de um novo estádio na cidade. Mesmo porque há ainda outros estádios que com pequenas reformas mostram-se capazes de receber jogos com expectativas de público menores, como o caso do estádio da Portuguesa, na Ilha do Governador, e mesmo o Caio Martins, que mesmo sendo em Niterói já foi o local de mando de jogos do Botafogo.

A construção do “Engenhão” parece obedecer a outra lógica que não está diretamente relacionada ao futebol, mas sim ao projeto de cidade em curso, pautado em preceitos do mercado que defendem uma gestão empreendedora e a venda da imagem da cidade e, em diversos casos, da própria cidade. Esse modelo é pautado, entre outros fatores, na realização de grandes eventos esportivos, na construção de obras icônicas e em Parcerias Público-Privadas.

O Engenhão foi um obra para marcar o Pan-2007, a mais cara do evento e com uma arquitetura arrojada se destacando na paisagem urbana. Mais do que uma identidade do projeto, a nova praça esportiva trazia a sensação de inserção da cidade

---

<sup>99</sup> Em 2015, o Botafogo conseguiu a autorização da prefeitura, proprietária do estádio, para chamar o estádio de Nilton Santos, como “nome fantasia”. mas o nome oficial continuou homenageando o brasileiro que presidiu a FIFA. Nesse mesmo ano, após diversas denúncias de corrupção envolvendo Havelange, havia sido colocado em votação na câmara de vereadores da cidade um projeto de lei para alterar oficialmente o nome do estádio para João Saldanha. O projeto escolhia simbolicamente um importante personagem da nossa história esportiva recente, marcado por atos de contestação e por sua relação com o Partido Comunista, estabelecendo uma contraposição ao que representa Havelange para o esporte. Porém a proposta foi rejeitada e arquivada. ‘Troca de nome do Engenhão é rejeitada na Câmara Municipal’. O Dia, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-25/troca-de-nome-do-engenhao-e-rejeitada-na-camara-municipal.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

na rede urbana globalizada, com uma concepção similar à de outras arenas do mundo, em especial o Estádio da Luz, em Lisboa, declaradamente inspiração do projeto.

Também é importante destacar que ao assumir o custo da obra e depois entregá-la a um ente privado sob os termos de concessão de uso, o Botafogo passa a ter direito a explorar economicamente o estádio sem ter gastado nenhum recurso na sua construção. Essa forma de parceria, na qual o poder público assume os custos do investimento e o poder privado assume a gestão do empreendimento, é uma das principais características do atual projeto de cidade, exacerbado com a realização da Copa e da Olimpíada, conforme será analisado com mais detalhes no próximo capítulo<sup>100</sup>.

Por hora, é importante destacar que tanto a Arena da Baixada quanto o Engenhão sinalizam um processo de mudança no futebol brasileiro que será radicalizado com a realização da Copa do Mundo de 2014 em um amplo processo de reforma e construção de novas arenas.

As novas reformas não visavam dar maior conforto para os antigos frequentadores, mas definir um novo perfil para o público do futebol. Não se pretendia resolver problemas estruturais de manutenção ou de conservação, ou construir coberturas sobre os assentos, mas aplicar uma nova lógica que buscasse mercantilizar o esporte em sua totalidade. O aumento das rendas advindas dos contratos de transmissão fez, por um momento, os clubes apoiarem mudanças radicais nos estádios, com a implementação de uma nova configuração espacial com maior controle sobre as torcidas. Ao mesmo tempo em que procurou-se com as novas arenas suprimir dos estádios os espaços que eram ocupados pelas classes populares e elevar os preços dos ingressos. Dessa forma, parte da torcida comumente mais ruidosa e exaltada passa a ser excluída do estádio e/ou controlada por meio de tecnologias de vigilâncias, como os circuitos internos de TV ou lei específicas a respeito do comportamento dos torcedores<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Em Castro (2013) apresentamos uma análise da relação entre a realização do megaeventos esportivos e o projeto de cidade em curso no Rio de Janeiro a partir de conceitos propostos por Harvey (1978; 2004; 2005).

<sup>101</sup> Algumas características que normalmente são relacionadas às classes populares, como a valorização de uma estética da violência ou transgressora, com ritos de aceitação no grupo, incluindo aqueles ligados a afirmação da masculinidade, valorização da dor, demonstrações de coragem, utilização de álcool e drogas, etc., muitas vezes estão mais ligados à juventude em si, e ocorrem independente de classe social.

A seguir, mostraremos como o processo de mercantilização de futebol mundial e brasileiro repercutiu no Maracanã. Para isso nossa análise se inicia na década de 1990, destacando as principais alterações no estádio, as tentativas de privatização, os principais agentes envolvidos, além dos discursos usados para legitimar as transformações.

#### 2.4.3 Propostas de reforma e privatização do Maracanã na década de 1990

Em 1995, em um contexto de implementação de políticas neoliberais pelo governo federal, fortemente marcado pela privatização de empresas públicas em diferentes áreas, ganharam espaço os debates sobre a privatização do Maracanã. Os argumentos apresentados eram parecidos com aqueles defendidos no tocante às grandes empresas públicas nacionais: sucateamento, ausência de recursos para sua manutenção, a administração pública seria marcada pela ineficiência e clientelismo, a privatização redundaria em melhor qualidade do serviço oferecido, o Estado deveria ter outras prioridades, etc.

Em artigo de opinião publicado no Jornal do Brasil (22/04/1995), com o título “A raiz e o mal”, Raul Raposo, então presidente da SUDERJ, sintetizou os principais argumentos em defesa da privatização. De acordo com Raposo, após 45 anos da sua inauguração, o Maracanã estaria em crise que não seria resolvida com “obras de maquiagem”, mas apenas com mudanças no modelo de gestão do estádio que “acumulou vícios que só podem ser resolvidos cortando o mal pela raiz. Ou seja, tirando-o das mãos do poder público”. A privatização seria o “fim da burocracia oficial”, pois “a doença do Maracanã é a mesma dos outros órgãos públicos”. Mais à frente afirmou, que no mundo inteiro o futebol progredia com a iniciativa privada e que, nas palavras do Raposo,

Não se concebe mais a existência de um Maracanã às voltas com evasão de renda, deterioração do prédio, sujeira nos corredores, imundice nos banheiros e a existência – inaceitável para a FIFA, em grandes jogos internacionais – de toda uma seção onde torcedores ficam de pé (JORNAL DO BRASIL, 22 abr. 1995).

O governador Marcello Alencar (1995-1998), que havia iniciado sua gestão naquele ano, era do mesmo partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso,

o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), e estava alinhado com o debate sobre privatizações em curso na escala nacional. Em seu governo, foi elaborado o Plano Estadual de Desestatização (PED), presidido por Marco Aurélio Alencar, filho do governador e secretário estadual de planejamento. Durante o mandato de Marcello Alencar, foram realizadas as privatizações de diversas empresas, entre as quais podemos citar: CEG (Companhia Estadual de Gás); BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro); a CERJ (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro); a Flumitrens, o Metrô, além de extinguir a CTC-RJ (Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro).

Em julho de 1995 foi anunciado que seria lançado o edital de licitação para arrendamento do Maracanã. A proposta tinha apoio dos quatro grandes clubes da cidade e também do presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Também recebia ampla adesão dos principais veículos de imprensa da cidade que argumentavam que a privatização acabaria com o empreguismo, a corrupção, a evasão de renda, além de garantir maior conforto e segurança aos torcedores. Em 20 de janeiro de 1996, o editorial do Jornal do Brasil destacava: “O Maracanã envelheceu, vítima do fisiologismo político na sua administração oficial, e não foi capaz de acompanhar a modernização de outros estádios - menores e mais confortáveis”.

O edital de privatização foi publicado no dia 31 de outubro de 1996, propondo uma concessão de vinte anos, com a renovação automática por mais dez. A concessionária teria como pagamentos mínimos R\$ 56 milhões em melhorias no estádio e R\$ 500 mil de pagamento anual ao governo do estado. Um dos principais itens da reforma era o fim da *geral*, com a construção de um setor de cadeiras. A SUDERJ impossibilitou a participação de clubes, confederações e igrejas na licitação.

Raul Raposo, presidente da SUDERJ, em artigo de opinião intitulado “A privatização do Maracanã” (JORNAL DO BRASIL, 18 nov. 1996), defendia o processo de privatização, pois, segundo ele, o governo do estado não teria recursos para viabilizar a modernização do estádio com recursos próprios e seria preciso um grande investimento para modernizar o estádio e adequá-lo às normas da FIFA e do COI. Ao mesmo tempo em que o dinheiro que era gasto no complexo esportivo poderia passar a ser disponibilizado para outras áreas consideradas prioritárias, como saúde, educação e segurança. De acordo com Raposo, governo estadual e população só teriam a lucrar com a privatização, pois o governo teria o seu patrimônio modernizado sem custo e torcedores e usuários usufruiriam de instalações modernas. Na ocasião

afirmou que: “O esporte vai se tornar fonte fantástica de receitas, emprego e impostos. Isso se fará necessário, porque a iniciativa privada, na era da globalização, não aceita mais paternalismo, incompetência e falta de profissionalismo” (Idem). O consórcio vencedor deveria garantir a função social do complexo esportivo, pois a prioridade continuaria sendo o esporte. Entretanto, poderiam ser realizados empreendimentos comerciais (shopping com praça de alimentação, cinemas e teatro), respeitando a determinação de não modificar a arquitetura original. No momento em que o Rio de Janeiro se preparava para receber integrantes do COI para avaliar as condições da cidade para sediar os Jogos de 2004, estariam demonstrando que estavam no caminho da modernização.

O Consórcio Maracanã (formado pela Developer, empresa de consultoria, e as construtoras Cowan, EIT, Queiroz Galvão e Carioca-Christiani Nielsen Engenharia) foi o único que apresentou projeto para a terceirização do complexo esportivo do estádio. A proposta incluía a construção de um shopping center localizado no primeiro andar do estádio, no corredor de acesso às cadeiras comuns, que teria o mesmo horário de funcionamento dos demais shoppings da cidade. O estádio teria sua capacidade reduzida de 102 mil lugares para 94 mil. Porém a principal polêmica estava em torno da proposta de demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros, para a construção de 1400 vagas de estacionamento. No projeto, a pista de atletismo seria construída ao redor campo na área onde estava localizada a *geral*. Por conta da pista de atletismo haveria também uma redução das dimensões do campo que passaria a ter 100m x 65m e seria um dos menores do Rio de Janeiro, menor inclusive do que o do Madureira (104m x 68m). Dessa forma, a praça esportiva que passaria a ser utilizada para futebol e atletismo foi denominada por José Carlos Sussekind, autor do projeto e sócio da Developer, de Estádio Olímpico do Maracanã (Figura 10)<sup>102</sup>.

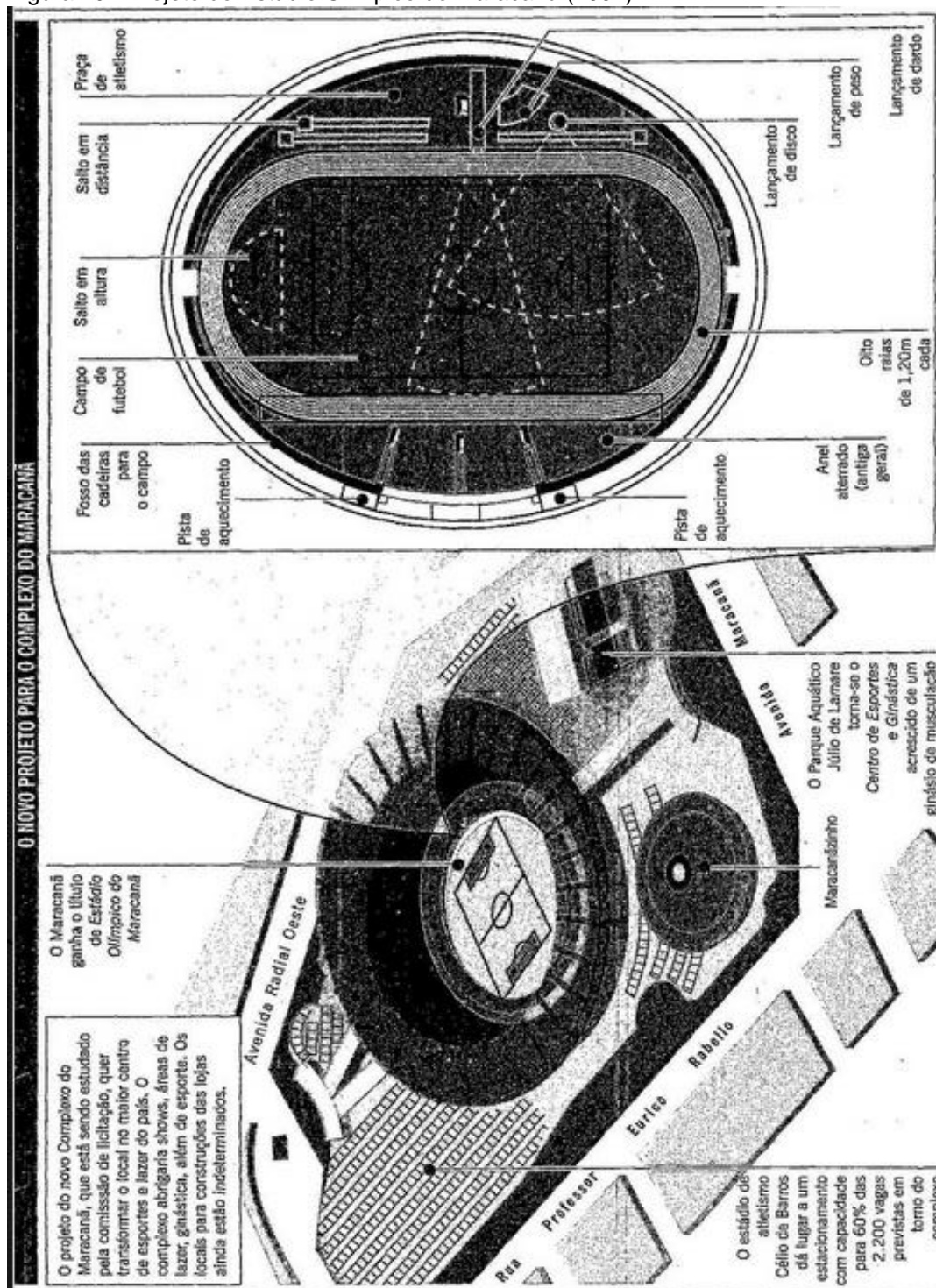
A proposta sofreu resistências de diversos setores, principalmente de esportistas. Destacava-se inclusive que não seria positivo para a cidade demolir o único estádio de atletismo do estado as véspera do Rio de Janeiro concorrer à sede dos Jogos Olímpicos de 2004. O então Ministro dos Esportes, Pelé, um dos principais

---

<sup>102</sup> ‘O novo projeto para a reforma do Complexo do Maracanã’. O Globo, 29 jan. 1997.

nomes da campanha Rio 2004, se posicionou contra a demolição do Estádio de Atletismo, apesar de se colocar a favor da privatização do complexo<sup>103</sup>.

Figura 10 - Projeto do Estádio Olímpico do Maracanã (1997)



Fonte: O Globo, 29 jan. 1997.

<sup>103</sup> Atletas como Jacqueline Silva, campeã olímpica do vôlei de praia (1996), Arnaldo de Oliveira, medalha de bronze no revezamento 4X100 (1996) e Adhemar Ferreira da Silva (1952 e 1956), bicampeão olímpico do salto triplo, também criticaram a medida (JORNAL DO BRASIL, 30 jan. 1997).

Como solução ao impasse a prefeitura ofereceu reformar o Complexo Esportivo Miécimo da Silva, localizado no bairro de Campo Grande, como alternativa ao fechamento do Célio de Barros, pois tais obras fariam parte das estratégias para a cidade sediar Jogos de 2004. Já o secretário de planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, ofereceu os Pelezinhos para os atletas, centros de atletismo na Baixada Fluminense (JORNAL DO BRASIL, 31 jan. 1997).

Para além do debate, Renan Saad, presidente da Comissão de Licitação do Maracanã, lembrava que o edital impedia qualquer alteração arquitetônica no complexo. Por outro lado, afirmava que a demolição do Célio de Barros era fundamental para a viabilidade do projeto de concessão. Com as pressões do consórcio, posteriormente, as autoridades do governo estadual voltaram atrás afirmando que cabiam alterações no processo.

Para resolver o impasse, o governador Marcello Alencar solicitou para Carlos Nuzman, presidente Comitê Olímpico Brasileiro (COB), uma análise de viabilidade do projeto sob o ponto de vista esportivo. Nuzman, que se declarou favorável a privatização, apresentou parecer contrário ao Consórcio Maracanã, seguindo parecer elaborado pela equipe convocada pelo COB, que incluía além de técnicos da entidade, dirigentes das confederações de atletismo, desportos aquáticos, de futebol, vôlei e basquete.

O relatório apontava que o projeto não previa a construção de uma pista de aquecimento auxiliar, exigência da Federação Internacional de Atletismo para eventos internacionais; que seria inviável ter um campo de futebol e estádio de atletismo no mesmo local, pois os eventos do atletismo seriam prejudicados; que a proposta de redução das dimensões do campo feriam as determinações oficiais, pois passaria de 110 m x 75 m, para 100 m x 70 m, enquanto as medidas da entidade exigiam pelo menos 105 m x 68 m; e se colocava contra o estacionamento no estádio Célio de Barros, sugerindo a construção de estacionamento ao redor do Maracanã, na UERJ, sobre a estação de trem ou um edifício-garagem em uma das áreas públicas próximas ao estádio (com sugestão para área do Museu do Índio e do espaço do Ministério da Agricultura).

O ponto mais polêmico foi a demolição do estádio de atletismo, o COB admitia a demolição do estádio, desde que fosse construído outro, mas esse ponto não constava no projeto apresentado pelo consórcio, apesar deste publicamente achar



viável a ideia, mas como ela não estava no projeto apresentado, seria necessário um novo processo de licitação<sup>104</sup>.

No meio desse debate, João Havelange, brasileiro que durante 24 anos comandou a FIFA (1974-1998), propôs a demolição do estádio e do complexo esportivo para que em seu lugar fosse construído um novo, menor e moderno, adequado aos parâmetros exigidos pela FIFA<sup>105</sup>.

Em meio as polêmicas sobre as propostas de privatização e demolição, começava a chegar ao fim o mandato do governador Marcelo Alencar que, mesmo tentando acelerar a privatização do estádio, já não teria mais tempo para tal, pois a ideia passou a ser rejeitada pelos principais candidatos ao posto nas eleições de 1998.

#### 2.4.4 O processo de descaracterização do Maracanã e as disputas políticas em torno do estádio: o Mundial de Clubes da FIFA e o Pan-2007

Conforme visto anteriormente, em 1997, diante da possibilidade de privatização do estádio, foram anunciadas obras que poderiam levar a desfiguração do Maracanã. Por conta disso, foi retomado o processo de tombamento do Estádio Mario Filho, em curso desde 1983.

Em 1999, o estádio foi tombado, o que significa dizer que passou a ter proteção do Poder Público Federal, através do IPHAN, segundo DL 25/37, que nos seus artigos 17 e 18 indicam, respectivamente, que as coisas tombadas precisam de autorização do IPHAN para que passem por qualquer alteração (não podem ser demolidas, destruídas, mutiladas nem reparadas, pintadas ou restauradas) e que não se pode na vizinhança do bem tombado construir algo que impeça ou reduza a visibilidade, em todos os casos a autoridade responsável deverá ser multada.

Entretanto, veremos a seguir como o estádio foi sendo descaracterizado a partir de imposições da FIFA, que lentamente ganhavam força no futebol brasileiro. Essas mudanças foram impulsionadas pela realização de eventos esportivos que tiveram o

---

<sup>104</sup> 'Rio suspende venda do Maracanã'. Folha de São Paulo, 14 mar. 1997.

<sup>105</sup> Cf. 'Havelange sugere implosão do complexo esportivo do Maracanã, até do estádio'. O Globo, 30 jan. 1997, p. 40.

Maracanã como palco principal: o I Mundial de Clubes da FIFA, em 2000; a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007; e a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, que serão abordados na seção seguinte.

No final da década de 1990, o Maracanã passou por uma grande reforma próximo de completar 50 anos de existência. Além de algumas demandas que já estavam postas, associadas ao processo lento e gradual de inserção do futebol brasileiro na nova economia do futebol, a reforma passou a ter dois objetivos: a realização do I Mundial de Clubes da FIFA, em janeiro de 2000, que teve como sede Rio de Janeiro (Maracanã) e São Paulo (Morumbi); e a candidatura do país para sediar a Copa do Mundo de 2006. Exibir o novo e moderno Maracanã no evento de clubes seria o carro-chefe da campanha para sediar a Copa.

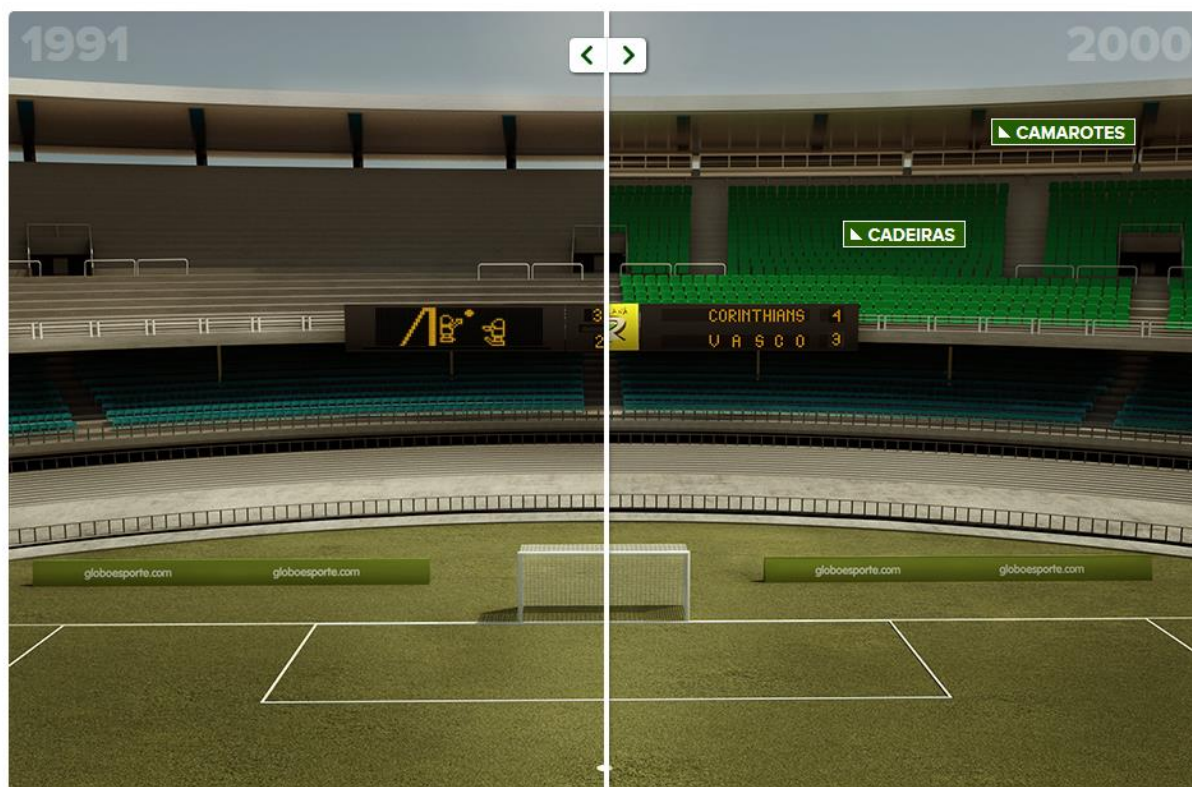
A obra que inicialmente estava orçada em 60 milhões, teve o custo final de R\$ 106 milhões. O resultado da reforma foi a recuperação das estruturas da rampa de acesso e da marquise; a criação de um rol da fama; a imprensa ganhou cabines novas; o setor de cadeiras especiais foi ampliado; foram instalados camarotes no anel superior do estádio; e a mudança mais significativa foi a divisão da arquibancada em três setores com a colocação de assentos nas cores da bandeira nacional: amarelo e verde, com preços mais populares, e branco com visão para parte central do campo (Figura 11).

Durante os jogos do campeonato de clubes da FIFA, a *geral* ficou fechada, coberta por uma plataforma, cumprindo exigência da entidade. A inserção de cadeiras individuais diminuiu a capacidade do estádio que perdia o posto de maior do mundo, mas continuava sendo o maior do Brasil. Tais alterações não haviam sido comunicadas ao IPHAN e, por tanto, não tinham autorização para ocorrer, mas “foram toleradas pelo IPHAN, por seu caráter reversível e por não comprometerem o espírito democrático do Maracanã: afinal, acrescentavam-se camarotes, mas conservavam-se as arquibancadas e a *geral*” (GIRÃO, 2012). Foi ao final do ano 2000 que Reis Filho apontou a “monumentalidade das massas” como a principal característica do estádio e que o Maracanã foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico e paisagístico do IPHAN.

Outro ponto importante na reforma de 2000 diz respeito à vigilância e a segurança. A quantidade de câmeras para controle de torcedores foi ampliada de 28 para 250, instaladas dentro do estádio, no entorno e nas principais vias de acesso. Segundo notícia publicada no Jornal do Brasil, “As câmeras, de fabricação francesa,

são dotadas de zoom de 360º graus que capta com precisão a imagem de qualquer parte do estádio”<sup>106</sup>.

Figura 11 - Alterações no Maracanã: comparação 1991-2000



Fonte: Globoesporte.com. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/4-reformas-estruturais.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

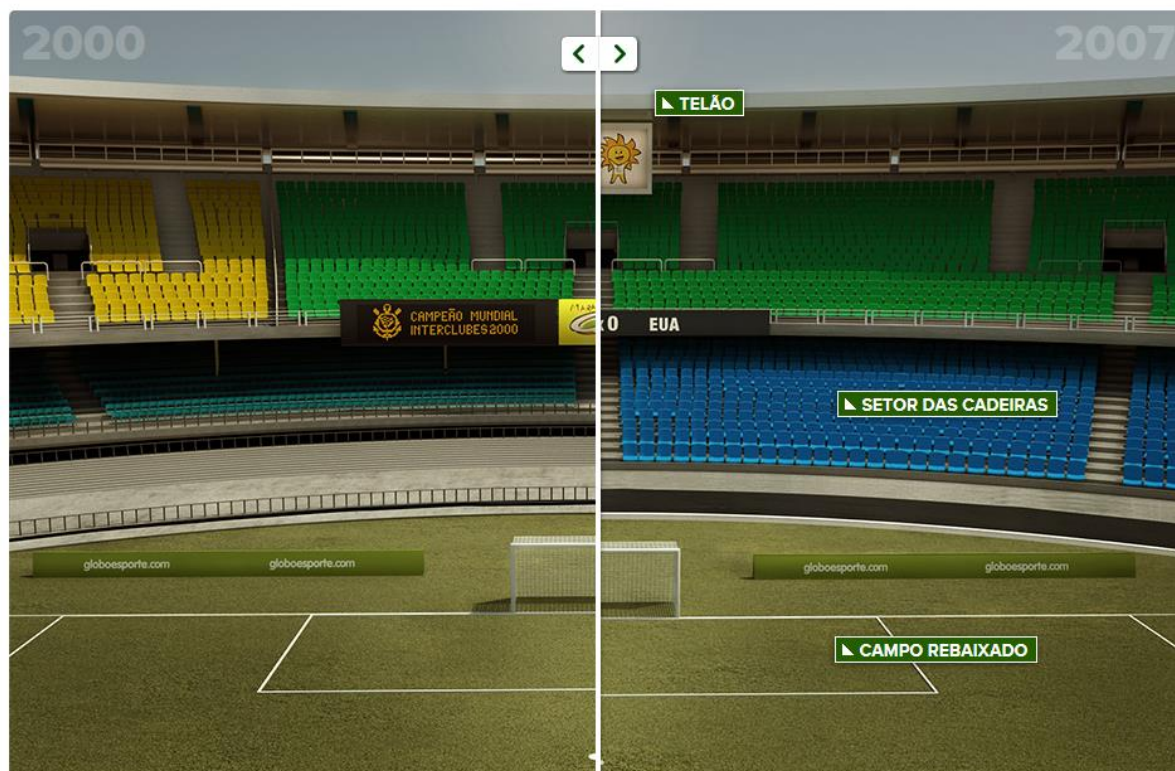
Mesmo com todo o investimento feito na reforma para os 50 anos do estádio, o Maracanã passaria por novas intervenções durante a preparação da cidade para a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Essa segunda reforma foi iniciada em 2005 e o seu grande marco foi o fim da *geral*, o tradicional setor a preços populares, sob a alegação que eram proibidas pela FIFA. Em seu lugar foram instaladas cadeiras que, como forma de compensação, teriam preços mais baratos do que os da arquibancadas. Para garantir a visibilidade desse setor, o gramado foi rebaixado em 1,20 m.

A marquise foi impermeabilizada, houve reforma das instalações elétricas e hidráulicas, foram criadas novas rampas de entrada, ampliados os acessos às arquibancadas, o número de vagas de estacionamento e instalados dois telões em

<sup>106</sup> Com o aumento da vigilância dentro e nas proximidades do estádio, os conflitos entre torcedores passaram a ocorrer longe dos campos, inclusive em dias sem jogos, muitas vezes se utilizado das redes sociais. 'Maracanã de olhos bem abertos'. Jornal do Brasil, 5 dez. 1999. p. 15.

substituição ao placar eletrônico de 1979. O estádio aumentou sua capacidade passando de 68 mil para 90 mil pessoas sentadas. A obra teve um custo de R\$ 304 milhões, sob a alegação que o estádio estaria pronto para receber a Copa do Mundo de 2014<sup>107</sup>. Na Figura 12 podem ser vistas as principais alterações da reforma para o Pan-2007, tendo como referência comparativa a imagem estádio de 2000.

Figura 12 - Alterações no Maracanã: comparação 2000-2007



Fonte: Globoesporte.com. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/5-obras-para-o-pan-2007.html>> Acesso em: 12 abr. 2015.

A Superintendência do IPHAN-RJ autorizou as obras, apesar de todo o debate a respeito do fim da *geral* e do clamor popular entorno do assunto. Girão (2012), arquiteta do órgão federal de preservação, relata que até o momento as descaracterizações eram reversíveis.

De acordo com as autoridades, as obras atenderiam as exigências da ODEPA (Organização Desportiva Panamericana) e da FIFA e não existiria estádio mais moderno no Brasil<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> Naquele contexto, como veremos no próximo capítulo, a CBF havia lançado a candidatura brasileira à sede da Copa do Mundo de 2014.

<sup>108</sup> 'Estádio de borracha'. O Globo, 17 set. 2004. p. 32

No início de 2007, após o fim do governo de Rosinha Garotinho (2003-2006) e início do governo Sérgio Cabral (2007-2010; 2010-2014), a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer ficou sob responsabilidade de Eduardo Paes, que acumulava ao cargo de presidente da SUDERJ. Paes anunciou que mesmo depois de todos os recursos gastos e reformas realizadas, o Maracanã precisaria de novas obras para a realização da Copa do Mundo, pois havia exigências do caderno de encargos da FIFA que não tinham sido cumpridas, tais como o aumento do número de vagas de estacionamento, das distâncias entre as cadeiras das arquibancadas, do número de banheiros, etc. Para resolver as exigências relacionadas ao estacionamento, a proposta era construir um edifício-garagem, com a indicação de localização no espaço do prédio do antigo Museu do Índio (Figura 13).

Figura 13 - Indicativo de obras para adaptação do Maracanã para a Copa de 2014



Fonte: O Globo, 04 fev. 2007<sup>109</sup>.

<sup>109</sup> 'Para receber a Copa, Maracanã vai recorrer a iniciativa privada'. O Globo, 04 fev. 2007.

Para realizar às novas obras, o secretário sugeriu a concessão do estádio à iniciativa privada, pois, segundo ele, o estado não deveria gastar mais dinheiro com o estádio. Paes também destacava que com a concessão, estaria nos planos a transformação do Maracanã em centro de entretenimento, com restaurantes, centro de convenções, cinema, academia, lojas, etc.<sup>110</sup>.

A empresa de consultoria Booz Allen Hamilton foi contratada para a realização de um estudo de rentabilização do estádio e de viabilidade do processo de concessão. Porém, com a volta do tema ao debate público e as resistências à ideia, Paes voltou atrás e, em abril de 2007, afirmou categoricamente: “Uma coisa é certa: o Maracanã é imprivatizável. Ele é um símbolo muito forte do Rio e vai continuar sendo um estádio público. Queremos torná-lo rentável, explorar melhor os usos que ele pode ter”<sup>111</sup>. O secretário apontava a necessidade de encontrar uma forma de tornar o estádio atraente e lucrativo, com a abertura de espaços de consumo e entretenimento junto ao estádio e a possibilidade de concessão dos outros equipamentos, caso a empresa de consultoria considerasse essa opção.

Apesar da veemência da colocação de Paes, ao longo daquele ano ele mudou de ideia novamente e começou a articular para que o estádio fosse assumido por CBF, Flamengo e Fluminense, tendo o aval da empresa de consultoria internacional para legitimar sua proposta. Seriam necessários gastos de R\$ 40 milhões cumprir às exigências da FIFA (até aquele momento, pois, passada a Copa de 2010, as exigências poderiam ser alteradas). Apontava que o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare possuíam pouco uso e, caso fosse possível revisões de decretos de tombamentos, propunha-se as demolições e reconstrução do outro lado da linha férrea<sup>112</sup>, juntamente com estacionamentos. Nesse momento a ideia do shopping foi descartada<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> ‘Obras de reforma do Maracananzinho estão quase concluídas’. G1, 13 abr. 2007. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL21716-5606\\_00\\_OBRAS+DE+REFORMA+DO+MARACANAZINHO+ESTAO+QUASE+CONCLUIDAS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL21716-5606_00_OBRAS+DE+REFORMA+DO+MARACANAZINHO+ESTAO+QUASE+CONCLUIDAS.html)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>112</sup> O então governador Sérgio Cabral havia proposto meses antes a derrubada desses dois equipamentos esportivo, mas devido às repercussões negativas do seu pronunciamento voltou atrás de sua intenção. Conforme reportagens: ‘Atletismo perde antes da estréia’. O Globo, 20 jul. 2007; ‘Cabral volta atrás e diz que Célio de Barros e Julio Delamare não serão derrubados’. O Globo, 02 ago. 2007.

<sup>113</sup> ‘Maracanã já tem modelo de gestão para a Copa’. O Globo, 31 out. 2007.

O Flamengo apresentou-se como o principal interessado, apoiando-se em dados de público dos seus jogos e montando um consórcio com a Bonham Group e a AEG World Wide. No entanto, a proposta era que Fluminense e CBF também participassem da gestão, juntamente com o clube rubro-negro e a empresa inglesa IMG. Segundo matéria do jornal O Globo, esse consórcio seria o virtual vencedor do processo de licitação do Maracanã<sup>114</sup>.

De acordo com Márcio Braga, presidente do Flamengo nesse período, no ano de 2008 os membros do consórcio assinaram protocolos e investiram em estudos de viabilidade, projeções financeiras e projetos de reforma do estádio, que custaria R\$ 600 milhões e ficaria a cargo da IMG, sem nenhum recurso público. Porém, a direção do processo de privatização mudaria novamente em 2009, com a Odebrecht se associando a IMG (que já havia se vinculado à IMX, à época pertencente ao empresário Eike Batista), elevando os custos da obra e excluindo Flamengo, Fluminense e CBF do consórcio<sup>115</sup>.

Nesse contexto, enquanto o debate entre os agentes hegemônicos direcionava para mais uma reforma e para a futura concessão do estádio à iniciativa privada, há também disputas entre esses agentes, o que certamente interfere na amplitude do projeto implementado e também nas respostas da sociedade civil.

Se por um lado a realização da Copa do Mundo de 2014 trazia legitimidade para as alterações no estádio, ao alto custo do conjunto de obras propostas, que desconsideravam por completo as reformas anteriores, trazia suspeitas sobre a relação dos agentes públicos com empreiteiras, notórias financiadoras de campanhas eleitorais. Por outro lado, a execução da reforma descaracterizava por completo o único estádio tombado pelo IPHAN e ameaçava destruir os demais equipamentos esportivos que integram o Complexo Esportivo do Maracanã e que caracterizam o

---

<sup>114</sup> 'Fla, Flu e CBF já articulam um acordo para gerir o Maracanã'. O Globo, Rio de Janeiro, 04 dez. 2007, p. 37.

<sup>115</sup> Márcio Braga lembra que naquela época o seu clube estava de posse de autorização, concedida pelo governo Rosinha Garotinho (2003-2006) para implementar o Programa de Revitalização da Gávea. O projeto contaria com estádio novo para 30 mil lugares, ampliação das instalações para os esportes olímpicos e centro de compras e lazer. Entretanto, como o governo Cabral decidiu privatizar o Maracanã, o Flamengo deveria fazer parte do Consórcio do estádio, pois de acordo com os estudos da Booz Allen, o clube era responsável por 70% das receitas da praça esportiva. O que teria sido o motivo para a revogação da autorização das obras no Estádio da Gávea. 'Cuidado, a conta pode ficar altíssima!'. O Globo, Rio de Janeiro, 6 jun. 2013.

entorno do bem tombado. A implementação de um projeto com altos gastos públicos e seu caráter nitidamente excludente gerou resistências da sociedade civil.

Logo após o término do Pan-2007, no dia 30 de outubro de 2007, a FIFA oficializou a escolha do Brasil como sede da Copa de 2014. Houve uma disputa para definir quais seriam as cidades e os estádios sedes da Copa. Mas devido a centralidade histórica e sua importância para o futebol brasileiro, de antemão, já estava definido que o Maracanã seria o local da partida decisiva do campeonato, tal como ocorrera na Copa de 1950.

Na próxima seção analisaremos as principais intervenções realizadas no Maracanã, no contexto da preparação do estádio para a Copa de 2014. Nos capítulos seguintes, voltaremos às questões levantadas no parágrafo anterior.

#### 2.4.5 A descaracterização do estádio tombado: um “estádio padrão-FIFA” para a Copa de 2014 e para ser privatizado

A realização do principal evento futebolístico do mundo era visto como uma oportunidade de modernização não só do Maracanã, mas do nosso parque de estádios, cuja as últimas grandes alterações relacionavam-se à Arena da Baixada e ao Engenhão. Os estádios deveriam se adequar as normas do Caderno de Encargos da FIFA. Este apresenta diretrizes e normas técnicas que são alteradas a cada Copa, seguindo um debate sobre segurança e conforto.

Todos os países que participam de eventos da FIFA devem apresentar um determinado padrão de estádio. Com isso o que se observa é um processo de pasteurização dos estádios no mundo, destruindo singularidades arquitetônicas, memórias individuais e coletivas. O que se propõe é homogeneizar a paisagem urbana e o comportamento dos espectadores. A membrana tensionada de Teflon® e fibra de vidro utilizada na cobertura em diversos estádios da Copa de 2014, por exemplo, é a mesma de praças esportivas na Alemanha, Itália, África do Sul, Japão, França, México, Polônia, Portugal, entre outros países. Não há abertura para debate e muito menos para críticas a tais exigências, pois, de acordo com o discurso hegemônico, sediar a Copa seria uma grande oportunidade de atrair investimentos e fazer propaganda das cidades para o mundo inteiro.



No entanto, até recentemente não era assim. Em 1994, não foi construído um novo estádio para a realização da Copa nos EUA. Foram realizadas apenas pequenas adaptações em estádios de futebol americano e beisebol. Partidas dos jogos finais aconteceram em um estádio construído para a Olimpíada de 1932. Em 1998, os estádios da França também passaram por pouquíssimas alterações para receber a Copa. Em Lyon, por exemplo, os marcos fundamentais do antigo estádio foram preservados. Até aquele momento, a Copa do Mundo parecia adaptar-se aos tipos de estádios e suas formas locais de uso, que poderia ser minimamente vivenciada pelos torcedores visitantes e pelos jogadores. Dessa forma, a exigência do estádio “padrão-FIFA” parece erguer espaços desconectados da realidade local. Podemos afirmar que tal modelo impõe a desterritorialização os grupos sociais que ao longo do tempo se apropriaram e conferiam significados aos estádios, apagando suas histórias e memórias.

Dessa forma, o Maracanã seria submetido a mais uma obra para adequá-lo as exigências da FIFA. Isto era visto como uma “oportunidade”, mas que ocasionaria grande impacto em um dos principais símbolos da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. A obra traria repercussões irreversíveis ao estádio, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, modificando sua marquise, a arquibancada, as dimensões do campo e, principalmente, criando barreiras físicas e simbólicas à cultura torcedora fermentada ao longo das suas mais de seis décadas de existências. A “monumentalidade das massas” seria profundamente alterada.

Raras foram as vozes dissonantes do campo esportivo (imprensa, clubes e jogadores) que se levantaram contra as propostas. O fetiche pelo novo e pelo moderno imperou no debate sobre o tema. Mesmo tendo sido gastos vultosos recursos financeiros nas reformas anteriores, aquele momento recém finalizadas, as obras seriam desconsideradas e erguido um novo estádio utilizando somente a estrutura externa do antigo<sup>116</sup>. Levantando sérios questionamento sobre a utilização do dinheiro público.

---

<sup>116</sup> A reforma anterior havia consumido mais recursos que os gastos para a construção de arenas esportivas utilizadas nas duas Copas anteriores, como foi o caso do estádio de Leipzig, com cobertura móvel, erguido para a Copa da Alemanha (2006) com o custo equivalente a R\$ 244 milhões, e o estádio de Seogwipo, da Coreia do Sul, construído para a Copa de 2002 ao custo de R\$ 203 milhões. ‘Novo Maracanã custa estádio de Copa do Mundo’. Folha de São Paulo, 26 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u110217.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

Nenhuma outra solução foi suscitada por aqueles que poderiam prover alterações de rumo no processo. Poderíamos pensar, por exemplo, na ideia dos jogos da Copa serem realizados no Engenhão, que precisaria passar por acréscimo do número de lugares e também por algumas adaptações, mas seria muito menos oneroso aos cofres públicos, pois há previsão de expansão no projeto original do estádio, conforme visto anteriormente.

Outra hipótese, que também preservaria o Maracanã, seria a construção de um novo estádio na cidade, concebido diretamente a partir do “padrão-FIFA”. Para reforçar essa ideia, vale lembrar que em Recife, mesmo existindo estádios tradicionais vinculados aos principais clubes, como Aflitos, Arruda e Ilha do Retiro, foi construída a Arena Pernambuco. Outro caso parecido ocorreu em São Paulo, onde já havia Parque Antártica, Morumbi e Pacaembu e foi construída a Arena Corinthians.

As obras no Maracanã foram iniciadas em março de 2010, orçadas em R\$ 600 milhões. Ao serem concluídas, em outubro de 2013, o custo final foi o dobro do inicial: R\$ 1,2 bilhões<sup>117</sup>. A reforma foi executada por um consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta, sendo que a última saiu durante a obra após denúncias de envolvimento em corrupção<sup>118</sup>.

Durante as obras o estádio foi quase todo desmontado, mantendo somente a estrutura externa. As maiores descaracterizações foram as demolições da marquise icônica e da histórica arquibancada. Foi realizada a demolição das arquibancadas para reconstrução com outra declividade e forma, sob a justificativa de aumentar a visibilidade e eliminar “pontos cegos”, além de abrir espaço para a construção de camarotes maiores e mais luxuosos (Figura 14). Também foram ampliadas as rampas de acesso, construídas novas cabines de imprensa e instalados novos placares eletrônicos.

---

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/Copa2014/cidades/execucao.seam?empreendimento=50>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

<sup>118</sup> ‘Delta anuncia saída do consórcio das obras de reforma do Maracanã’. G1, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/04/delta-anuncia-saida-do-consorcio-das-obras-de-reforma-do-maracana.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Figura 14 - A arquibancada do novo Maracanã



Fonte: Globoesporte.com. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/especial-maracana/6-o-novo-maracana.html>> Acesso em: 12 abr. 2015.

Ao longo do processo, o projeto que antes estava circunscrito a reformas no estádio, foi alterado e incorporou a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Julio Delamare, da Escola Municipal Friedenreich e do prédio do antigo Museu do Índio. Os equipamentos de uso público que fazem parte do entorno do estádio, seriam demolidos para a construção de estacionamentos e a transformação do Maracanã em um complexo de entretenimento, sob o argumento de que seriam exigências da FIFA. A Figura 15 é um registro do projeto inicialmente apresentado, com a manutenção dos equipamentos do entorno.

Outro destaque, é a proposta de construção de uma passarela conectando a área do estádio com a Quinta da Boa Vista. A prefeitura ficaria responsável por esse projeto que incluiria ainda a urbanização do entorno do estádio. Para isso, a prefeitura contratou o escritório Burle Marx que apresentou a proposta do Parque Maracanã, contemplando acessibilidade, implantação de ciclovia, paisagismo e, principalmente, pautado no uso público, em uma concepção próxima ao do Parque (Aterro) do Flamengo. Os desenhos do projeto mantiveram as diferentes áreas do entorno, conforme pode ser visto na Figura 16<sup>119</sup>.

<sup>119</sup> 'O projeto de implementação do Parque Maracanã custaria R\$ 109,5 milhões'. Cf. Maracanã online. Disponível em: <<http://www.maracanaonline.com.br/2012/01/30/um-novo-entorno-para-o-maracana/>>. Acesso em: 14 abr. 2014. A prefeitura gastou esse montante nas obras de

Figura 15 - Projeto do Novo Maracanã (setembro de 2011)



Fonte: EXTRA, 16 set. 2011<sup>120</sup>.

Figura 16 - Projeto do Parque Maracanã



Fonte: Burle Marx Escritório de Paisagismo. Disponível em: <<http://burlemarx.com.br/bm/portfolio-item/parque-maracana/>>. Acesso em 14 abr. 2014.

Em janeiro de 2012, a empresa IMX divulgou a minuta do edital de concessão do estádio, apresentando propostas de demolição dos equipamentos esportivos do entorno para ampliar a área livre externa ao estádio e para a “criação de estacionamento dentro do Complexo, fornecendo um alto padrão de conforto, de

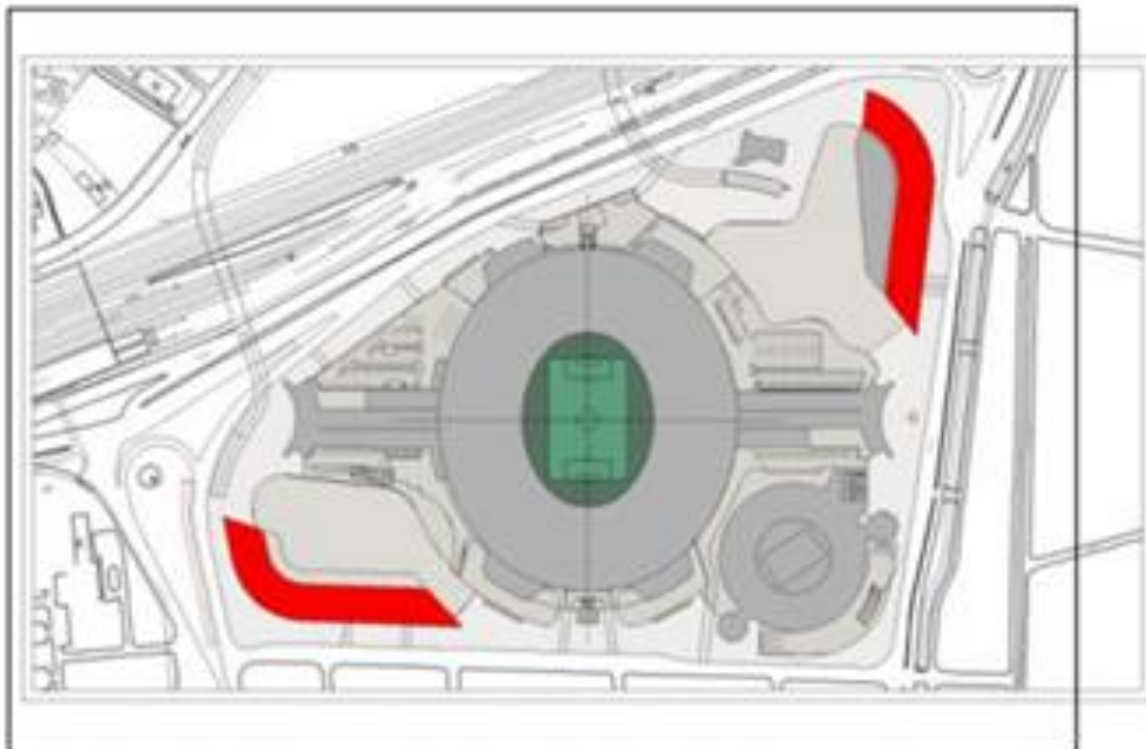
---

urbanização do entorno do estádio, mas o projeto do Escritório Burle Marx não foi implementado. Também é importante destacar que esse recurso não é contabilizado no total dos gastos da obra assumido pelo governo estadual.

<sup>120</sup> ‘A mil dias da Copa 2014, veja como será o novo estádio do Maracanã’. Extra, Rio de Janeiro, 16 jan. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/esporte/Copa-2014/a-mil-dias-da-Copa-2014-veja-como-sera-novo-estadio-do-maracana-2632122.html#ixzz4E7CbGWec>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

serviços inerentes ao público Premium e a segurança dos usuários” (RIO DE JANEIRO, 2012). A Figura 17 indica a localização proposta para estes estacionamentos na área do Complexo do Maracanã.

Figura 17 - Imagem de referência para construção de estacionamento no Complexo do Maracanã



Fonte: Rio de Janeiro, 2012.

As obras de demolição dos equipamentos, juntamente com sua reconstrução em outra área da cidade, a princípio do outro lado da linha férrea, próximo ao Maracanã, ficaria por conta da concessionária vencedora do processo licitatório (Idem). Entretanto, devido à resistência dos grupos sociais diretamente impactados, a ação de apoiadores, aliada ao contexto das grandes manifestações de junho de 2013, o governo estadual recuou da sua proposta, mantendo os equipamentos<sup>121</sup>.

Inicialmente não foi proposto derrubar a marquise de concreto, mas estender a área coberta através de uma estrutura de aço e toldo de policarbonato (conforme Figura 18, divulgada pela EMOP em setembro de 2010). Vale ressaltar que não era exigência da FIFA que todos os assentos ficassem sob área coberta, apenas recomendação. Entretanto, após o início das obras, segundo argumentos

---

<sup>121</sup> Apresentaremos uma análise desse processo no último capítulo desta tese.

apresentados pela EMOP, teria sido constatado que a marquise estava condenada e que a melhor solução técnica e econômica seria a sua demolição.

Figura 18 - Proposta de extensão da cobertura do Maracanã realizada pela EMOP em 2010



Fonte: Globoesporte.com. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/Copa-do-mundo/fotos/2010/09/imagens-do-maracana-para-Copa-de-2014.html>> Acesso em: 19 jul. 2012.

Houve questionamentos técnicos quanto a condenação da marquise. De acordo com laudo da CISDEM (Centro de Seguridad y Durabilidad de Estructuras y Materiales, da Universidade Politécnica de Madri), que também participou da análise da cobertura do estádio, haveria diferentes métodos a serem empregados, cada um com suas vantagens e desvantagens associados a seus custos e vida útil. A reparação da marquise original seria a mais econômica, teria uma vida útil de dez à vinte anos dependendo do método empregado. Outra opção seria demolir a marquise e reconstruí-la conforme a existente anteriormente, manteria a estética tradicional e teria uma expectativa de vida útil de mais de cinquenta anos. A última alternativa, a escolhida para ser realizada, propunha a demolição da marquise e sua substituição

por outra com nova estrutura e desenho, modernizando o estádio e perdendo a estética original<sup>122</sup>.

Com os argumentos acima apresentados, parece que o tombamento do estádio não foi respeitado. Entretanto, as obras mencionadas foram aprovadas pelo IPHAN. Ao ser questionado pela EMOP sobre a possibilidade das intervenções o arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, Superintendente da coordenadoria do Rio, respondeu através de ofício que era importante “Atender as determinações da FIFA”, que a cobertura estava condenada e obras de reparo demandariam mais tempo, o que poderia impedir o uso do Maracanã na Copa das Confederações de 2013 e até mesmo na Copa de 2014. O superintendente pareceu demonstrar uma preocupação com a possibilidade do estádio não participar da Copa, mas do que com as características do bem tombado. Entretanto, apresentou argumentos para a sua decisão extraídos do próprio processo de tombamento do estádio concluído no ano 2000.

Primeiramente destacou que o estádio poderia sofrer intervenções que visassem melhorar a qualidade do serviço se fosse respeitada a essência da obra, para depois afirmar que o Maracanã foi efetivamente inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, buscado, a partir desses argumentos, legitimar a execução das obras e afirmar que as mesmas não afetariam o seu tombamento.

Sua análise apresenta as principais características, de acordo com sua interpretação, de cada um dos componentes que compõe o título do livro do tomo no qual o Maracanã foi inscrito. Como não se trata de trata de atributo arqueológico, apresenta explicações sobre o que seria o paisagístico e o etnográfico.

A respeito do paisagístico, parte da limitada definição do dicionário Aurélio para o vocábulo paisagem, apresentada como “espaço de terreno que se abrange num lance de vista”. A partir daí argumenta que “sob o ponto de vista paisagístico não há nada que impeça a modificação pretendida no Maracanã, pois todas as alterações ocorrem abaixo do ponto focal do observador” (ANDRADE, 2011). Assim, sustentou

---

<sup>122</sup> O levantamento das condições estruturais da marquise foram realizados pelo engenheiro Enio Pazini Figueiredo, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). O relatório desconsidera que se trata de um bem tombado e propõe colocar um toldo juntamente com a marquise ou em substituição a ela. Foram contratados três laudos de análise do relatório, da COPPETEC (UFRJ), da CISDEM (Universidade Politécnica de Madri) e da empresa EGT Engenharia. A EGT apresentou projetos para duas opções: recuperação da marquise e colocação de toldo sobre ela e demolição da marquise para colocação de toldo; a COPPETEC concluiu que a reparação seria de alto custo e a melhor opção seria demolir, já a análise da CISDEM foi sumarizada no texto (GIRÃO, 2012).

que bastaria preservar a parte externa, a estrutura que sustenta o estádio, para preservar seus aspectos paisagísticos. Nitidamente, sua argumentação ignora o debate sobre o conceito de paisagem desenvolvido por diversas áreas do conhecimento, em especial a geografia e a arquitetura, bem como documentos do próprio IPHAN que abordam o conceito<sup>123</sup>. Também desconsiderou que a principal marca da inserção do Maracanã na paisagem não estava no ponto focal do observador, mas na sua representação através de fotografias aéreas, com destaque especial para a antiga marquise.

Ao discorrer sobre o caráter etnográfico do monumento, Andrade (2011) alega que este deve preponderar no espírito do tombamento, pois, nas suas palavras, “a imaterialidade sustenta o estádio concreto. É o espetáculo das torcidas que, por 60 anos, fizeram a sua história e o seu espírito”. Para reforçar seus argumentos, evoca o parecer de Reis (2000), afirmando que o Maracanã e seu tombamento nada seria sem o grito da “massa”. Assim, como é a festa da torcida que justifica o tombamento, esta não seria atingida pela mudança na marquise ou na arquibancada. Porém, desconsidera que o estádio “padrão-FIFA”, em várias partes da mundo, levou a exclusão dos torcedores das classes populares, além de exercer grande controle sobre o torcedor e impactar diretamente no seu comportamento nas arquibancadas. Dessa forma, de maneira paradoxal, a defesa da massa, anuncia o seu fim.

Andrade (2011) terminou o seu ofício afirmando que nada tinha a opor as modificações, pois, segundo ele, no médio prazo elas poderiam ser revertidas, após a realização da Copa e da Olimpíada. De fato, é possível reverter as obras realizadas, mas parece pouco plausível que tanto a iniciativa privada (que detém a concessão do estádio) quanto o poder público, possam se interessar em gastar mais recursos além daqueles já empregados ao longo das sucessivas obras.

Devido aos vários questionamentos públicos sobre o parecer do superintendente e ao papel do IPHAN na proteção de bens patrimoniais, o assunto entrou na pauta da reunião do seu Conselho Executivo realizada em 30 de agosto de 2011<sup>124</sup>. Embora qualquer decisão que fosse tomada não pudesse decorrer

---

<sup>123</sup> Em especial o texto sobre paisagem cultural e patrimônio, da série pesquisa e documentação do IPHAN (WINTER, 2007).

<sup>124</sup> Ata da 68ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN. Brasília, 30 ago. 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2011\\_02\\_68a\\_reunio\\_ordinria\\_30\\_de\\_agosto.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2011_02_68a_reunio_ordinria_30_de_agosto.pdf)  
Acesso em: 19 jan. 2015.



internamente em ação jurídica ou administrativa. Nessa reunião, diversos conselheiros se manifestaram criticamente contra a argumentação apresentada no ofício de Carlos Fernando Souza Leão de Andrade. O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses afirmou que tal argumentação apresentava “desvios de conceito, escandalosamente inaceitáveis” em um parecer institucional. Já Liberal de Castro, com base no Decreto-Lei 25/35, apontou que quaisquer que fossem os Livros do Tombo em que o monumento estivesse inscrito, a sua integridade física deveria ter sido observada, quais fossem as circunstâncias<sup>125</sup>.

Nestor Goulart Reis, responsável pelo parecer que solicitou o tombamento do estádio em 2000, afirmou que “conservação não admite demolição” e que “Demolir as marquises, demolir as arquibancadas é demolir o Maracanã”. Reis conclui expandindo a sua preocupação a respeito da possibilidade da situação afetar a própria legitimidade dos tombamentos, afirmando: “se o Maracanã pode ser demolido pelo lado interior, todos os edifícios tombados podem ser demolidos neste país e a legislação não se sustenta mais”. Nessa mesma direção, a conselheira Cecília Lourdes destacou que a descaracterização do Maracanã enfraquecia a atuação do IPHAN e o Decreto Lei 25/35.

A maior parte dos conselheiros se manifestou veemente contra a descaracterização do estádio. Ao final da reunião foi tirada uma posição de censura à Superintendência do Rio de Janeiro pelos fundamentos utilizados em seu parecer, proposta acolhida por unanimidade pelos membros<sup>126</sup>.

As mudanças na cobertura e na arquibancada colocaram o Maracanã no mesmo patamar dos estádios mais modernos do mundo. As suas especificidades agora deixam de passar pela sua forma arquitetônica e pelo comportamento da torcida nas arquibancadas, remetendo-se aos feitos realizados dentro das quatro linhas ao longo dos seus mais de 60 anos de história. É lapidar a fala de Arbeloa, jogador da seleção espanhola, em entrevista realizada durante a participação da sua equipe na Copa das Confederações de 2013,

---

<sup>125</sup> Liberal de Castro também aproveitou o debate para falar sobre sua indignação com a “semi destruição” do Estádio Plácido Castelo (Castelão) em Fortaleza, obra em que participou do projeto. Para ele por conta das “determinações da FIFA”, o Castelão foi “desmontado, afastado de sua proposta original, desintegrado do ambiente social, cultural e econômico no qual e para o qual foi concebido”.

<sup>126</sup> Com base na ata desta reunião do Conselho do IPHAN o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Carlos Fernando Souza Leão de Andrade pelo crime de alteração de aspecto ou estrutura de edificação protegida por lei.

Tenho que dizer que quando estivemos no Maracanã não tive a sensação de jogar em um estádio com tanta história. Você chega e vê um estádio moderno, novo, cheio de cores, então não é capaz de te transmitir a história, dos jogadores que passaram aqui. Tem vestiários confortáveis, modernos e amplos. Não é como quando vamos a Anfield, La Bombonra, ao Monumental, que você sente o tempo, te transmite a história. Eu gostaria de jogar antes da reforma<sup>127</sup>.

Para Arbeloa, a destruição material é destruição da memória e da história. Em outro trecho dessa mesma entrevista complementa:

Não fui capaz de sentir nem pensar que aqui atuaram jogadores tão importantes na história do futebol. Tive a mesma sensação quando joguei, por exemplo, nos estádios novos da África do Sul no Mundial ou os da última EuroCopa. Não tive a sensação de estar jogando em um estádio mítico do futebol<sup>128</sup>.

A afirmação do jogador espanhol corrobora nossos apontamentos sobre o estádio, da existência de uma sinergia entre o Maracanã, a torcida e o jogo, que acumulava valor simbólico na sua história e na memória de jogadores e torcedores. Esse processo foi rompido, restando apenas o nome e a estrutura externa do estádio. Diversos referenciais espaciais foram apagados, dos torcedores da *geral*, que já haviam sido retirados anteriormente, à festa carnalizada da arquibancada.

A partir do que foi exposto podemos perceber que o tombamento do bens patrimoniais, apesar de possuir uma instituição e um ordenamento jurídico que teoricamente garantiriam sua preservação, no caso o IPHAN e o Decreto-Lei 25/35, é um campo de disputas materiais e simbólicas, que expressam diferentes visões de mundo. Dessa forma, as ações relacionadas à valorização da sua “monumentalidade das massas” ou a sua transformação em estádio “padrão-FIFA” além do processo de descaracterização, indica a função social do bem. Entre um espaço para todos, independente de classe social e raça, e um espaço pautado pela lógica dos megaeventos esportivos, do modelo de cidade para os negócios, voltado principalmente para a classe média<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> ‘Lateral torce por Maracanazo e diz que Neymar é melhor do que ele esperava’. Uol, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://Copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/28/lateral-torce-por-maracanazo-e-diz-que-neymar-e-melhor-do-que-ele-esperava.htm>>. Acesso em: 12 out. 2013.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> No contexto dos preparativos para a Copa de 2014 também houve questionamentos sobre a demolição do Estádio da Fonte Nova, na Bahia. Um grupo de arquitetos da UFBA, do IAB-BA e do DoCoMoMo (Comitê Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno) solicitaram em diferentes instância o tombamento do Complexo Esportivo da Fonte Nova devido ao seu valor arquitetônico (estádio em formato de

No próximo capítulo nos dedicaremos a debater a relação da reforma do Maracanã para a Copa de 2014, buscando compreender a atuação dos agentes que hegemonizam a coalizão de poder na cidade. Posteriormente, no último capítulo, nossa análise dará destaque às resistências a implementação desse projeto.

---

ferradura era um exemplar de destaque da arquitetura moderna brasileira e uma das principais obras de Diógenes Rebouças), a sua importância para a história do esporte baiano e sua relação paisagística com outros três bens tombados: o Dique do Tororó, o Colégio Anfrísia Santiago e o Convento do Desterro. Em sua resposta, o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia) negou o tombamento, sob o argumento que ele impediria atender às exigências do Caderno de Encargos da FIFA e, com isso, Salvador não seria uma das sedes da Copa de 2014. Ou seja, entre a preservação da história e da memória e a participação em um evento internacional, para a promoção e mercantilização da cidade, optou-se pela segunda opção. 'Estádio da Fonte Nova: Tombamento x Demolição!'. Futebol baiano, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://www.futebolbahiano.org/2009/09/estadio-da-fonte-nova-tombamento-x.html>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

### **3 O MARACANÃ NA COPA DO MUNDO DE 2014: AGENTES, ESCALAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

A Copa do Mundo de 2014 foi o evento responsável pela transformação do Maracanã em estádio padrão FIFA e, por conseguinte, pela descaracterização da sua monumentalidade das massas. A força da FIFA em redefinir a forma espacial do estádio se articulou com interesses políticos e econômicos distantes daqueles da entidade que organiza o futebol mundial. A nossa hipótese é que a transformação do estádio está relacionada simultaneamente ao processo de neoliberalização das cidades e elitização do futebol. Esses são processos transescalares com diversos agentes em comum, com destaque não só para a FIFA, mas para o governo federal, as grandes empreiteiras nacionais e os governos estaduais e municipais onde localizam-se as cidades-sede.

A Copa do Mundo possui uma organização escalar bastante nítida. Em primeiro lugar está a FIFA, depois o país e por último as cidades-sede. A definição desse arranjo escalar não se dá ao acaso, mas como instrumento de poder, encobrendo e revelando interesses e disputas. Esses níveis escalares colaboram na estruturação de representações dos processos em âmbito cotidiano, acadêmico, econômico e político, identificam-se a partir de estruturas espaciais distintas, construídas social e politicamente, e interconectadas. Nossa análise não está pautada nas escalas em si, mas na compreensão da transescalaridade dos processos de produção do espaço vinculado à Copa do Mundo de 2014 e da atuação dos agentes envolvidos.

Dessa forma, consideramos relevante apresentar algumas reflexões a respeito do debate sobre o conceito de escala para compreender a atuação da FIFA e a transformação da Copa do Mundo em uma mercadoria com elevado valor simbólico e econômico, o papel e os interesses dos diferentes níveis de governo na realização dos megaeventos esportivos, o fortalecimento dos processos de neoliberalização das cidades e suas consequências atreladas ao esporte em questão, ou seja, a elitização do futebol.

### 3.1 Construindo uma abordagem transescalar

A palavra escala é bastante usual na linguagem do senso comum, sendo utilizada para assuntos variados, tais como: escala musical, escala métrica, escala cromática, escala de temperatura, escala de trabalho, escala de um voo, etc. Na sua etimologia, de acordo com o dicionário Houaiss, relaciona-se à escada, degraus, por onde se pode subir ou descer. Além desses significados também é comum sua atribuição à relação entre as dimensões de um desenho e o espaço (ou objeto) por ele representado, que remete à escala cartográfica.

Apesar do uso abundante da palavra escala para assuntos diferentes, no presente trabalho, ela será utilizada como sinônimo de escala geográfica e, quando necessário, haverá o acréscimo de algum qualificativo a fim de especificá-la.

O debate sobre escalas vem, desde à década de 1990, ganhando destaque na geografia, especialmente aquela produzida por geógrafos anglo-saxões envolvidos com a teoria social crítica de fundamentação marxista. Análises, baseadas nessa linha teórica têm introduzido novas abordagens sobre o conceito de escala, ressaltando seus usos social, político e econômico.

Essas novas abordagens, por outro lado, reverberam timidamente na produção acadêmica da geografia brasileira. Por exemplo, há uma extensa bibliografia sobre os conceitos de espaço, lugar, território, paisagem, mas são poucos os estudos que fazem uma análise da escala como objeto teórico.

Do final da década de 1970 até os anos 2000, podemos destacar a contribuição de Davidovich (1978), Bahiana (1986) e Castro (1995). Nesse mesmo período também foram divulgados no Brasil os trabalhos de Racine, Raffestin e Ruffy (1983), Smith (1988) e Lacoste (1988), importantes colaborações para balizar o debate sobre a temática na geografia brasileira. Mais recentemente Corrêa (2003, 2006 e 2011) tem produzido debate sobre as escalas do urbano em diálogo com a produção anglo-saxônica, tal como Souza (2006 e 2013) que, apesar de sua perspectiva autonomista extremamente crítica ao marxismo, também se apropria da produção de geógrafos mergulhados nesse viés de análise. Nesse cenário, destaque deve ser dado a tese de Renato Emerson dos Santos, transformada em livro (2011) onde é abordado o tema dos movimentos sociais a partir da geografia, tendo a escala como conceito-chave. Ademais, são dignos de nota os trabalhos de Vainer (2001 e 2006) sobre a temática,

apesar deste autor não ser geógrafo, apresenta uma argumentação na qual o raciocínio espacial possui destaque<sup>130</sup>.

O livro-manifesto do francês Yves Lacoste (1988 [1977]) é uma das primeiras contribuições para uma discussão mais sistematizada sobre a escala. Uma breve análise dessa obra é necessária devido ao impacto dela na geografia brasileira, que no início da década de 1980 passava por um processo de renovação crítica e acolheu com bastante entusiasmo a análise de Lacoste sobre a distinção entre uma geografia dos Estados-maiores e uma geografia dos professores, questionando o papel da geografia na sociedade e, conseqüentemente, trazendo diversas implicações teóricas e metodológicas<sup>131</sup>.

Preocupado em articular Geografia e Política, Lacoste indica a importância de saber pensar o espaço para nele agir de forma mais eficiente, em uma perspectiva da resistência popular contra a dominação. Para ele, a razão de ser da geografia seria compreender o mundo para transformá-lo e pensar o espaço para que nele se possa lutar de forma mais eficaz. Por isso, propõe uma “geografia ativa” que articule raciocínio estratégico com raciocínio geográfico, mas reconhece que esse caminho não é fácil (LACOSTE, 1988).

Para o plano da ação, Lacoste (1988) aponta que é preciso privilegiar níveis de análise que correspondam aos espaços operacionais, associados a estratégias e táticas elaboradas. Assim, diferentes escalas serão reivindicadas e, portanto, os espaços de ação precisam ser estrategicamente diferenciados e articulados. Nas palavras do autor:

O método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, sobre a observação das intersecções dos múltiplos **conjuntos espaciais** que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas (LACOSTE, 1988, p.68-69, grifo do autor).

O autor aponta uma classificação desses conjuntos espaciais em função de suas diferenças de tamanho, criando uma ordem e uma descrição do raciocínio

---

<sup>130</sup> O objetivo de tal comentário a respeito dos trabalhos de Vainer não é o de reforçar as segmentações positivistas da ciência, mas sim o de circunscrever o escopo do levantamento bibliográfico de nossa análise, pois, tal como colocado por Herod (2011), a ciência política e a sociologia também tem produzido análises sobre o assunto.

<sup>131</sup> A primeira edição francesa é de 1977, porém no início da década de 1980 circularam cópias “piratas” de uma edição portuguesa no país, e somente em 1988, mais de 10 anos após a primeira edição francesa, foi lançada a versão brasileira do livro.

geográfico em diferentes níveis da análise espacial vinculados a “diferentes ordens de grandeza”. Sugere sete ordens de grandeza de acordo com a dimensão do conjunto espacial, a primeira ordem, com dezenas de milhares de quilômetros (continentes, OTAN, zonas climáticas, etc.), e a sétima, os conjuntos cujas dimensões são medidas em metros.

A mudança de escala equivaleria a uma mudança do nível de conceituação, pois alguns fenômenos seriam apreendidos se considerarmos extensões grandes e outros, se observássemos superfícies muito reduzidas. Santos (2011) observa que, ao mudar a escala de observação, eles são alterados, ressignificam-se, ou perdem visibilidade os fenômenos e as problemáticas analisadas, transformando, as vezes de forma radical, os raciocínios que se possam formar.

Observa-se, na passagem de Lacoste acima transcrita, uma contribuição para o entendimento da especificidade do raciocínio geográfico e também a importância dos raciocínios multiescalares. Porém, apesar de um problema metodológico significativo, sua solução não foi além das sete ordens de grandeza. Para Castro (1995), ao definir *a priori* as ordens de grandeza significativas para a análise, Lacoste aprisionou o conceito de escala e o transformou em uma fórmula prévia. Souza (2013) ressalta que essa interpretação possui qualidades e defeitos e que, ao se preocupar com as classes de quantidades e suas expressões em magnitudes métricas, o autor deixou de tratar dos processos, dos agentes e dos discursos destes últimos. Para ele, “Lacoste deixou na sombra não apenas a vivência individual e coletiva das realidades sócio-espaciais, mas também o fato de que, dependendo das circunstâncias, relações ou processos análogos dirão respeito a grandezas métricas muito ou muitíssimo diferente” (SOUZA, 2013, p.186).

Outro ponto a ser destacado é que Lacoste desenvolve seu pensamento baseado em uma visão estreita de espaço geográfico, relacionado exclusivamente ao que pode ser mapeado, delimitado sobre o terreno e definido em termos de escala cartográfica. A partir dessa perspectiva, conforme aponta Castro (1995), muitas vezes o mapa se transforma em território. Na apresentação da edição brasileira do livro de Lacoste (1988), Vesentini questiona que a abordagem proposta condenaria o geógrafo somente ao estudo das aparências, criando uma redução do seu campo político e deixando de lado importantes aspectos das relações de dominação, tais como: o corpo, os problemas da mulher e do feminismo, as classes sociais como auto-constituição pelas experiências de luta, os conflitos de gerações etc.

As formas atuais de ver (e operacionalizar) a escala permitem ao geógrafo uma abordagem crítica dos temas mencionados por Vesentini. Antes de avançarmos na discussão, é necessário estabelecermos uma distinção entre escala cartográfica e escala geográfica, haja vista a simbiose criada entre ambas por Lacoste, e a força que durante muito tempo o pensamento a partir da escala cartográfica carregou sobre a estruturação da ideia de espaço e sua concepção.

Associada à cartografia, a escala é um recurso matemático que estabelece relações entre as medidas do real e aquelas apresentadas no mapa. Esta analogia entre escala cartográfica e geográfica satisfazia plenamente as necessidades de uma geografia empirista ao integrá-la com a objetividade geométrica. Porém, analiticamente, essa associação integrava à noção de escala “problemas independentes como níveis de análise, níveis de conceituação, níveis de intervenção e níveis de realidade” (CASTRO, 1995, p.118-119). Citando Grataloup (1979), a autora complementa que todo mapa é sempre empírico e o mapeamento serve para localizar os fenômenos, no entanto a geografia vai além do estudo das localizações. Castro (1995) ressalta, também, que é importante colocar a escala cartográfica no seu devido lugar, pois a realidade é sempre apreendida por uma representação, não necessariamente cartográfica. Para a autora, a escala é o artifício analítico que fornece visibilidade ao real, e “como o real só pode ser apreendido por representação e por fragmentação, a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo” (CASTRO, 1995, p. 133).

Essa problemática analogia entre o conceito de escala cartográfica e geográfica também é destacada por Racine, Raffestin e Ruffy (1983). Os autores apontam que esse problema está relacionado à ausência, durante muito tempo, de um conceito geográfico de escala, ao mesmo tempo em que, no bojo dessa ciência, foi consagrada a utilização das cartas topográficas, o que acarretou a adoção do conceito de escala da forma como é empregado na cartografia. Entretanto, mesmo reconhecendo que a cartografia é um instrumento muito importante para os geógrafos, certamente ela não é geografia.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983), no seu estudo sobre escala, também destacam a tendência de homogeneidade dos fenômenos observados na pequena escala e a heterogeneidade dos fenômenos na grande escala. Apesar de relevante observação acerca da escala, aqui, mais uma vez, a analogia com a cartografia apresenta problemas para os geógrafos. Ao confundir mapa com território, o geógrafo



tem dificuldades a fim de se fazer entender, quando fala de escala grande e pequena, pois a escala grande é aquela que diz respeito a uma superfície pequena que ao ser representada no mapa apresenta uma grande quantidade de detalhes. Já a escala pequena indica o sentido inverso, ou seja, uma superfície grande que apresenta muita redução na sua representação cartográfica e, portanto, não apresenta muitos detalhes. Matematicamente poderíamos utilizar como exemplo de escala grande 1:10.000 e de escala pequena 1:5.000.000, ressaltando que o denominador maior indica um resultado menor<sup>132</sup>.

A distinção entre escala cartográfica e geográfica hoje já é bastante difundida nas pesquisas socioespaciais, mas a concepção de espaço métrico, que se vincula diretamente à escala cartografia, ainda é muito utilizada. Na discussão sobre escalas, a utilização da ideia de níveis hierárquicos de espaços de diferentes dimensões, também é muito comum. Um exemplo disso é o uso dos termos local, regional, nacional e global. Bastante utilizados na linguagem cotidiana, no discurso da imprensa, na prática dos planejadores e também na pesquisa acadêmica, essas palavras são comumente utilizadas como quadros de referências escalares/espaciais para análise e proposição de ações. Na maior parte das vezes, todavia, esses níveis são tomados como pré-definidos, como hierarquias pré-fixadas e raramente são problematizadas a sua forma de construção ou até mesmo o seu conteúdo. Por exemplo, a palavra local muitas vezes está relacionada ao bairro, em outras, à cidade, ou ainda aos limites institucionais. Também poderíamos questionar se há diferenças entre a expressão regional no Brasil e na França, por exemplo.

Mais problemática, ainda, é a expressão nacional, que abarca território de tamanhos muito diferentes, com sua vinculação ao estado-nação, e, na maior parte dos casos, desconsidera nações que existem dentro de países, como o caso dos Bascos e dos Catalães, na Espanha. O termo global por sua vez faz alusão a processos que conectam várias partes do mundo, entretanto é notório que o nível de conectividade dos lugares é muito diferenciado, bem como os conteúdos dos fluxos entre os diferentes lugares.

Conforme nos lembra Brenner (2009), há uma reificação da escala enraizada no uso desses vocábulos (local, regional, nacional, global, etc.), pois os mesmos

---

<sup>132</sup> Nesse trabalho não recorreremos a essa nomenclatura associada à escala cartográfica, ao citarmos escala menor, ou pequena, estaremos nos referindo ao espaço com dimensões reduzidas e, conseqüentemente, ao citarmos escala maior, ou grande, ao espaço de dimensões amplas.

representam processos socioespaciais distintivos (localização, regionalização, nacionalização, globalização, etc.), como se permanecessem congelados no espaço como entidades coerentemente fechadas e encerradas em si mesma. O autor utiliza a expressão “ilhas territoriais” para reforçar que há uma suposta separação que obscurece a imbricação mútua entre todas as escalas e redes escalares, através das quais estas são constituídas.

Podemos completar essa argumentação com a problematização proposta por Cox (1996), ao responder a pergunta, “afinal o que é escala?”. Para o autor,

Fora da geografia esta é uma questão que é tida como certa. É como se o urbano, o regional, o nacional, ou o que seja, só existissem como parte da cena - e não como expressões das extensões geográficas de estruturas particulares de relações sociais que estão sendo continuamente reformuladas e transformadas. Além disso, até que ponto os rótulos particulares são justificados, tal como leitões de Procusto para formas espaciais que, num exame mais atento, certamente resistiriam a tal categorização? Afinal, Singapura é uma nação ou uma cidade-estado? Nós não apresentaríamos um *paper* sobre o Estado francês para o *Journal of Urban Affairs*, mas podemos apresentar um sobre o Estado de Singapura. Por que os alunos de política britânica se referem ao “estado local”, enquanto nos EUA é muito menos comum? (...) E finalmente: o sul da Califórnia é uma instância da escala urbana ou regional? E por que deveria ser uma das duas? (COX, 1996, p. 668, tradução livre).

A relevância dos termos escalares, cotidianamente utilizados (global, nacional, regional e local), é qualitativamente diferente em função das especificidades de cada espaço geográfico, pois os mesmos possuem morfologias escalares historicamente específicas, associadas a processos sociais e formas institucionais distintas (BRENNER, 2009).

Essa visão de mundo que unia hierarquia e contiguidades, oferecia conjuntos lógicos que davam segurança para os analistas, pois cada escala correspondia a um nível de agregação, pensada como “patamares espaciais”, encaixados em recortes territoriais imediatamente acima e abaixo, mas em sua essência diferenciados e desarticulados (SANTOS, 2011).

Na discussão sobre escala no campo da Geografia Política, Delaney & Leitner (1997) apontam para um processo de construção política da escala. Os autores buscam entender as influências dos processos que operam em diferentes escalas geográficas (como local e global) e como eles interagem produzindo motivações para a ação política. Essa concepção foi aprofundada posteriormente por Marston (2000) que afirmou que as escalas são constituídas através de interações sociais em uma estrutura histórico-geográfica. A autora indica um processo de construção social da

escala que questiona a interação entre as escalas, sua abrangência física e sua fixidez. Para ela a escala não é ontologicamente pré-definida, uma categoria a espera para ser aplicada, mas sim parte de um processo histórico que abrange aspectos materiais, discursivos, simbólicos e políticos. Nessa mesma linha, Harvey (2004) reforça que as escalas não são imutáveis ou naturais. Ao contrário, são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

A perspectiva construcionista da escala tem sua emergência vinculada às mudanças mais gerais da teoria social sobre o entendimento do poder e da inadequação dos conceitos de escala anteriormente utilizados para compreender as transformações do mundo contemporâneo, atreladas, sobretudo, ao que foi denominado por Harvey (1992) como compressão tempo-espaço, e, em perspectiva inversa, mas complementar, de alongamento e distanciamento espaço-temporal (GIDDENS, 1991)<sup>133</sup>.

A mudança na concepção de poder aponta que a política não termina nas ações do Estado, pelo contrário, há um conjunto complexo de relações de poder nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana, conforme observa Foucault (1979). A preocupação com os aspectos espaciais do poder inclui diferentes agentes, sejam eles estatais, empresariais, da sociedade civil, entre outros. A concepção de política, desse modo, é expandida para além das instituições governamentais, e os problemas analíticos presentes na escala da política ficam mais claros. Torna-se necessário libertar a concepção de escala das categorias fixas do passado, incorporando na análise um universo mais amplo de agentes e estabelecendo conexões entre poder, práticas (ações) e escalas (DELANEY & LEITNER, 1997).

Buscando sintetizar essa discussão, tornamos nossas as palavras de Delaney & Leitner,

(...) a construção política da escala como um projeto teórico implica necessariamente a atenção para as relações entre espaço e poder, e às concepções e ideologias de espaço e poder que os atores sociais trazem para os esforços práticos para mudar o mundo e, claro, para resistir as mudanças. A problemática da escala neste contexto surge a partir das dificuldades de responder à pergunta: uma vez que a escala é construída ou produzida, onde é que isso acontece? A escala não é tão facilmente objetivada (...). Não podemos tocá-la ou tirar uma foto dela. Da mesma forma a escala não existe aos olhos ou consciência política de quem vê. Onde a escala emerge é na

---

<sup>133</sup> Essa reflexão sobre a complementação das duas propostas é feita por Haesbaert (2004), que também associa o par desencaixe/reencaixe proposto por Giddens nesse mesmo livro (1991) com o par desterritorialização/reterritorialização.

fusão de ideologias e práticas. Ao contribuir para um questionamento mais amplo da fixidez e rigidez do espaço político, este projeto pode ter relevância prática; criando espaços de manobra para aqueles cujas vidas são moldadas por práticas geopolíticas dominantes (DELANEY & LEITNER, 1997, p. 96-97, tradução livre).

Interessante proposição a respeito desse tema é apresentada por Vainer (2006) ao focalizar “a escala pertinente a ação política”. Para esse autor, as escalas, além de socialmente construídas e engendradas, estão em permanente problematização, sendo, nas suas palavras, “campo e objeto de disputas e confrontos entre diferentes agentes que propõem diferentes *escalas* e em diferentes *escalas* se dispõem – seja para conservar seja para transformar o mundo e as escalas que o organizam” (VAINER, 2006, p.17). No instante em que anuncia os conflitos em torno da escala, reforça, a partir de Swyngedouw (1997), que as escalas de análise e intervenção não podem ser reificadas, constituídas *a priori* e fixadas, pois mesmo havendo bases históricas e materiais, estruturas econômicas e processos que condicionam as escalas, esses também são contraditórios, conflituosos, e condicionados por embates acerca da legitimação e imposição, simbólica, política, econômica e cultural, de escalas dominantes. Nesse sentido, as configurações escalares podem ser entendidas como arenas, discursiva e material, produzidas, contestadas e maleáveis às relações político-econômicas, como é explicitado por Brenner (2009).

Seguindo com Swyngedouw, Vainer afirma que há uma relação muito próxima, muitas vezes intencionalmente instrumental, entre as relações escalares envolvidas em processos sociais, econômicos e políticos e as estratégias e propostas de intervenção/ação que privilegiam determinadas escalas.

Retomando alguns pontos até aqui abordados, podemos afirmar que a escala não é ontologicamente definida, nem vinculada diretamente a uma estrutura espacial. Também não é uma estratégia discursiva politicamente neutra, pois, conforme aponta Smith (2000), mesmo quando as escalas são pré-definidas, a escolha de qual escala será priorizada é objeto de embate. Mais uma vez, tendo em vista Vainer (2006, p.18), podemos afirmar que “é igualmente possível entender que se, de um lado, os confrontos e conflitos ocorrem num mundo escalarmente organizado, de outro, as escalas que organizam o mundo são, elas mesmas, resultantes dos desenlaces de conflitos passados”. As definições dos recortes espaciais, dos arranjos escalares e das interações entre as escalas não são fortuitas, pois, conforme percebemos,

envolvem interesses e disputas entre agentes sociais, por ser um importante e eficiente instrumento de poder.

A relação entre escala, agentes sociais, poder e eficácia política está presente na proposta teórica da expressão “políticas de escala” (*politics of scale*), difundida durante a década de 1990 na geografia crítica anglo-saxônica. Reforçando essas relações, Smith afirma que “a escala de luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda” (SMITH, 2002, p.142, tradução livre). Na interpretação de Santos, a expressão parece acionar, para além de um recurso analítico, “um chamamento a novas configurações do fazer político onde, mas do que nunca, os raciocínios, estratégias e ações centradas no espaço e nas escalas são trunfos fundamentais na definição e imposição de projetos de sociedade e território” (SANTOS, 2011, p.83).

Em outra passagem, o autor afirma que:

As vivências de escala correspondem, portanto, à forma como os indivíduos se posicionam no mundo – no duplo sentido de compreender a sua posição nos arranjos de poder e tomar posição nestes arranjos. (...) A escala é, portanto, um profícuo instrumento de compreensão da experiência do fazer político e dos processos de constituição de sujeitos (SANTOS, 2011, p. 133).

Desta forma, ao colaborar com a identificação de posições no mundo, a escala serve, por um lado, como referência para os processos de territorialização de grupos dominantes e, por outro lado, de criação de territorialidades insurgentes, capazes de questionar e até mesmo transformar a ordem estabelecida.

Caminhando para a finalização dessa seção do trabalho, destacamos a seguir algumas proposições teórico-metodológicas defendidas por Brenner (2009), para pensar os processos por ele denominados de reescalamento. Para o autor, a partir dessa ferramenta de análise, podemos compreender o mundo de forma diferenciada em escalas distintas e relativamente coerentes. Os níveis escalares estruturam percepções e representações, tanto da vida cotidiana quanto dos trabalhos acadêmicos. As escalas são identificadas a partir de um estado prévio das estruturas espaciais, que apresentam diferenciações associadas aos níveis escalares distintos, mas interconectados. Dessa forma, a organização escalar assenta-se em uma diferenciação e rediferenciação vertical das relações sociais, ou seja, a escala pressupõe uma estrutura hierárquica das relações socioespaciais<sup>134</sup>.

---

<sup>134</sup> Marston et al. (2005), em sua proposição de uma “geografia humana sem escalas”, propõe uma ontologia plana, ausente de estruturação vertical. A autora propõe uma reimaginação geográfica com a valorização de termos que apontem para uma geografia horizontal, por exemplo, rede, meio, extensão, entre outros.

O problema da escala emerge, portanto, do escalonamento (diferenciação escalar) e reescalonamento dos processos sociais específicos (a produção capitalista, a regulação estatista, a reprodução social, a luta sociopolítica etc.). Segundo o autor, é mais apropriado abordar esses processos do que as escalas em si, pois elas são, provisoriamente, *resultados* estabilizados de *processos* de escalonamento e reescalonamento (BRENNER, 2009, grifo do autor).

Ele enfatiza, também, que as escalas não podem ser consideradas unidades fixas, dentro de um sistema no qual uma se encaixa na outra a partir do seu tamanho, como bonecas russas. As escalas só podem ser apreendidas de modo relacional, com seus vínculos para cima, para baixo e transversais com outras escalas no bojo de uma configuração interescalar onde a escala está inserida. Desse modo, as formas de organização interescalar não representam pirâmides e mosaicos, pois a arquitetura interescalar do capitalismo é formada por hierarquias sobrepostas, emaranhadas e desigualmente articuladas.

Outra contribuição importante de Brenner é reforçar que os processos de reescalonamento são, constantemente, dependentes de uma trajetória socioespacial (*path-dependent*), pois as reconfigurações escalares, mesmo em fases de reestruturação intensa, ocorrem em interação inercial e transformadora entre os arranjos escalares pretéritos e as estratégias de reajuste desses arranjos.

Brenner, porém, adverte que os estudos sobre escalonamento e reescalonamento devem evitar uma ênfase exagerada em atributos escalares dos processos sociais ou formas institucionais em detrimento de outras formas de estruturação socioespacial, como a territorialização, a produção do espaço e a formação de redes, pois a escala é apenas uma faceta da socioespacialidade.

A última proposição teórico-metodológica apresentada por Brenner, em seu trabalho sobre os processos de reescalonamentos sociais, destaca que os mesmos medeiam e são mediados por relações de poder profundamente assimétricas e conflituosas. Portanto, o estabelecimento de diferenciações escalares fixam geografias de inclusão/exclusão e dominação/subordinação, atribuindo poder para alguns agentes, alianças e organizações, a partir de critérios como: gênero, classe, raça/etnicidade e nacionalidade. Se, por um lado, os processos de reescalonamento podem alterar a posicionalidade de determinadas formas socioespaciais no âmbito do desenvolvimento espacial desigual, por outro, como complementa o autor, as hierarquias escalares podem operar não apenas como arenas de lutas, mas também

como o próprio objetivo dessas lutas, conforme são confrontadas e desestabilizadas no decorrer das lutas políticas e dos conflitos sociopolíticos por posicionalidade (BRENNER, 2009).

Essas proposições são fundamentais para os caminhos que pretendemos seguir, seja na transescalaridade dos megaeventos esportivos, dos estádios “padrão-FIFA” e do processo de neoliberalização das cidades, seja nas lutas sociopolíticas de resistência ao processo de reforma e concessão do Maracanã, simultaneamente, resistência aos caminhos apontados para o desenvolvimento do futebol e ao projeto de cidade empresarialista e excludente. A seguir focalizaremos os interesses e as agendas dos principais agentes envolvidos na promoção da Copa do Mundo de 2014.

### **3.2 A Copa do Mundo de 2014: agentes e agendas em torno do megaevento esportivo**

Nesta seção, buscaremos problematizar a atuação da FIFA, o surgimento da entidade, a organização das Copas, a sua imagem de “ONU do futebol” e a transformação da Copa do Mundo em uma das mercadorias mais valiosas do mundo contemporâneo. Logo após, abordaremos o processo de escolha do Brasil como país-sede, uma decisão que envolveu demandas da FIFA, da CBF e do governo brasileiro. Nosso objetivo é reconhecer os interesses e os argumentos que sustentam a ação desses agentes para, posteriormente, compreender como suas concepções se refletem no processo de produção do espaço, ou seja, como estas influenciaram diretamente as intervenções urbanas relacionadas à Copa do Mundo de 2014.

#### **3.2.1 A Copa do Mundo da FIFA como uma mercadoria de alto valor econômico e simbólico**

A Copa do Mundo de Futebol juntamente com os Jogos Olímpicos são os principais eventos esportivos mundiais. Tais competições se tornaram grandes espetáculos em uma era de comunicação de massa. Em termos de alcance e

envolvimento de público, possivelmente estes eventos são os mais representativos da contemporaneidade. Por conta disso, é relevante pensarmos no crescimento das organizações que são seus promotores e proprietários.

O COI (Comitê Olímpico Internacional) e a FIFA, criados em 1884 e 1904, respectivamente, forneceram uma plataforma para valorizar do nacionalismo e desviar as crescentes tensões entre países, que começavam a crescer no início do século XX, e para ter uma abrangência menos eurocentrada, no contexto entre guerras.

A primeira edição das Olimpíadas da Era Moderna foi em Atenas, em 1896, em um ato de retomada e valorização das competições atléticas que surgiram naquela sociedade. A primeira Copa do Mundo foi realizada em 1930, no Uruguai, após o sucesso dos torneios de futebol disputados nos Jogos Olímpicos.

O Uruguai foi o país que ajudou a FIFA a organizar a competição. Destacava-se como uma potência do esporte na década de 1920, tendo vencido as competições de futebol das duas edições das Olimpíadas daquela década. As medalhas de ouro olímpicas foram utilizadas pelos anfitriões para as celebrações de feitos da nação. Em resumo, se a primeira Olimpíada na Grécia foi baseada na recuperação do seu passado clássico, a primeira Copa do Mundo, realizada no Uruguai, serviu para comemorar o centenário da independência desse país e como pretexto para promover o evento esportivo (TOMLINSON & YOUNG, 2006)<sup>135</sup>.

A Copa do Mundo foi criada pela FIFA na gestão de Jules Rimet (1921-1954). Ele propagandeava que o esporte poderia ser uma força para o progresso físico e moral, capaz de unir as pessoas de diferentes nações em uma competição saudável, um discurso similar àquele utilizado por Pierre de Coubertin (fundador do COI) para justificar a recriação das Olimpíadas. A retórica idealista de paz universal e harmonia internacional são subjacentes à justificativa no sentido de realizar tanto a Copa quanto as Olimpíadas.

---

<sup>135</sup> Também podem ser citadas edições voltadas para a valorização de uma imagem de país a Olimpíada de 1936 em Berlim e sua relação com o nazismo; a Copa de 1934 na Itália, com o fascismo, o comunismo soviético da Olimpíada de Moscou em 1980, a exaltação do capitalismo dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1984; o regime político autoritário da Argentina na Copa de 1978, ou o capitalismo emergente de Seul, na Olimpíada de 1988. Sua utilização para a mudança da imagem do país, como em Munique, 1972, para a implantação de um projeto de reforma urbana, tal como Barcelona, 1992, ou ainda para tentar derrubar estereótipos como o caso da Olimpíada da Cidade do México, em 1968 (TOMLINSON & YOUNG, 2006).



Hoje em dia, os eventos ganharam outra proporção, mas a retórica do universalismo ainda permanece por parte das instituições promotoras, que ganharam a adesão de grandes corporações. Estas os enxergam como oportunidade de marketing, sendo que os governos continuam buscando o COI e a FIFA para negociar os direitos de sediá-los.

A FIFA foi fundada em 1904, em Paris, por sete países: Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Países Baixos, Suécia e Suíça. O próprio nome em francês (Fédération Internationale de Football Association) já denota algumas mudanças na geopolítica do futebol. A instituição assim fundada foi vista durante muito tempo como uma dissidência da International Football Association Board (IFAB), a agência criada pelos britânicos em 1882, auto-intitulada como responsável pelas regras do *football association*. Alguns anos após a sua criação, em 1913, a FIFA foi reconhecida pelo IFAB, mas elas estabeleceram parceria somente em 1958. Porém, com o fortalecimento do futebol espetáculo, os negócios passaram a ser mais importantes que as regras do jogo, e o IFAB passou a ter menor relevância que a FIFA.

A entidade surgida na França no início não contou com a participação da Inglaterra. O país britânico foi responsável pela difusão global do futebol, mas não o fez como uma estratégia econômica, visando a receber dividendos relativos à prática do jogo, tampouco utilizou-se do esporte com um viés imperialista, como, por exemplo, foi feito pelos EUA com o cinema e a música, apesar do futebol ter se propagado pelas redes de domínio britânico. Pelo contrário, vários são os exemplos de que sua prática ocorria de forma segregada nos clubes, servindo como um ritual de fortalecimento da identidade dos imigrantes ingleses e de distinção aristocrática. Estes, mais fechados em si mesmos, não se preocuparam em assumir uma posição de liderança internacional no futebol, em termos políticos ou administrativos.

Durante o período entre guerras, a FIFA cresceu com a criação da Copa do Mundo e sua associação aos valores nacionalistas. Mimetizando os conflitos armados, os jogos entre as seleções dos países podem ser outra forma de embate entre os países, favorecendo a busca pela excitação e encaminhando o processo civilizador interpretado por Elias (ELIAS & DUNNING, 1992). Isso fez com que as Copas, e também as Olimpíadas, permanecessem durante boa parte do século XX impregnadas pelo nacionalismo, não só como sentimento do povo, mas como política de Estado.

As nações britânicas foram as únicas admitidas como membros individuais na FIFA, mas se recusaram a participar das três primeiras edições do torneio (1930, 1934

e 1938), pois estavam centradas no crescimento extraordinário do público dos seus campeonatos (GIULIANOTTI, 2010). A primeira participação da Inglaterra em uma Copa do Mundo ocorreu somente na IV edição do torneio, realizada no Brasil em 1950.

Ao longo desse período, o futebol atingiu níveis técnicos elevados em países da América do Sul e da Europa, colaborando para a consolidação do seu controle administrativo a partir de um sistema hierarquizado, com a FIFA no topo, as confederações continentais em um nível intermediário e as federações nacionais<sup>136</sup>, para o controle do futebol em cada Estado-nação, com exceção da Grã-Bretanha.

Em um primeiro momento, a consolidação dessa estrutura não produziu grandes alterações, pois a presidência continuava a ser de um francês ou um britânico, e as Copas se alternavam entre América do Sul e Europa. Até 1974, a FIFA havia tido seis presidentes, dois franceses, três ingleses e o belga Rodolphe Seeldrayers, que ocupou o posto somente entre os anos de 1954-55. Nesse período, destacam-se a atuação e o mandato do francês Jules Rimet (1921-1954) e do inglês Stanley Rous (1961-1974). Em 1974, assumiu o brasileiro João Havelange, que ficou até 1998 no poder e elegeu o seu secretário Joseph Blatter, que permaneceu à frente da instituição até 2015.

Conforme visto no capítulo anterior, a eleição de João Havelange foi um marco na instituição. Deve-se ao seu mandato a virada comercial da FIFA, em parceria com a Adidas e a ISL, e o aumento do número de filiados. Essa estratégia garantiu a permanência do brasileiro no poder e conferiu sustentação ao argumento de que a FIFA se preocupa com o futebol em escala global, fortalecendo o seu slogan oficial: *“For the Game. For the Word”* (Pelo Jogo, Pelo Mundo).

Apesar de ser uma agência privada<sup>137</sup>, e, portanto, ter como uma de suas finalidades o lucro, a FIFA se apresenta como uma organização supranacional, tal como a ONU, cuja missão seria a promoção do futebol e a integração entre os povos. De certo, essa representação tem sido bem sucedida, pois seu principal dirigente normalmente é tratado como chefe de estado nos países que visita, sendo recebido diretamente por presidentes e primeiros ministros.

---

<sup>136</sup> No caso do Brasil, há federações regionais que se articulam através da CBF.

<sup>137</sup> De acordo com a legislação da Suíça, a FIFA é uma entidade sem fins lucrativos, o que permite que ela deixe de pagar vários impostos (EICK, 2015).

É a partir da relação com os chefes de estado que ela realiza o seu principal evento, a Copa do Mundo de Futebol Masculino, que é também a sua principal mercadoria, devido à sua ampla audiência no mundo inteiro e ao elevado retorno financeiro<sup>138</sup>.

Damo (2011; 2012) destaca alguns fatores que colaboraram para a transformação da Copa em uma valiosa mercadoria, possibilitando esse amplo retorno financeiro. Entre eles está a constituição de uma tradição, permitida pela longevidade e regularidade do evento, lembrando que em 2014 chegamos a sua vigésima edição. Ao tratarmos de eventos esportivos esse é um atributo importante, pois sua ciclicidade permite a elaboração de narrativas, como capítulos de um romance, com seus heróis, dramas, tragédias, epopeias dos vencedores etc.

Mesmo assim, a estratégia principal é a sua vinculação com o nacionalismo. O evento promove um enfrentamento no campo esportivo que mobiliza um referencial simbólico reforçando um sentimento de nação, devido à verossimilhança com a guerra, pois as seleções vestem as cores da bandeira nacional e seus atletas são cidadãos natos (ou naturalizados). Ao mobilizar a nação, a disputa recebe a adesão de um público muito mais abrangente do que aquele normalmente envolvido com o futebol.

Em trabalho anterior, Damo (2009) propõe imaginar se o critério de nacionalidade exigido pela FIFA fosse abolido, o que já ocorre para as comissões técnicas, e passasse a vigorar a lógica clubística de compra e venda de jogadores. Não seria improvável uma final de Copa entre Rússia e Arábia Saudita, que poderiam montar equipes excelentes com futebol de altíssimo nível técnico. Há de se questionar, no entanto, se haveria a mesma adesão de expectadores ao redor do mundo, pois haveria o rompimento tanto com a tradição quanto com o nacionalismo. Nesse sentido, o autor reforça que mais do que apreciação estética, o envolvimento com o futebol ocorre principalmente através da forma como o time representa uma comunidade de sentimento.

Nesse mesmo trabalho, Damo (2009) ressalta que a Copa do Mundo é um dos produtos mais bem acabados da cultura ocidental, pela sua força como espetáculo de

---

<sup>138</sup> A FIFA também é responsável Copa do Mundo de Futebol Feminino e pelo Campeonato Mundial de Clubes, realizado anualmente. Recentemente, a agência incorporou em seu portfólio outras modalidades, para além do *football association*, organizando as Copas do Mundo de futsal e *beach soccer*.

imagens ao alcance de bilhões de espectadores e pela dramatização de identidades e diferenças. Para o autor, as estratégias utilizadas pela FIFA para garantir o sucesso das Copas têm sido muito eficientes, da escolha do país-sede passando pela distribuição das vagas por continentes, premiações e punições, venda dos direitos de transmissão e cotas de patrocínios. Na conclusão do seu texto, o pesquisador afirma que “tal evento é uma edificação de primeira grandeza – um equivalente simbólico da Muralha da China” (DAMO, 2009, p. 29).

Certamente esse sucesso econômico seria menor se a FIFA tivesse que assumir ou dividir os custos de promoção do evento, fundamentalmente aqueles ligados à preparação das cidades-sede. Mas a grandeza econômica e simbólica da Copa permite que ela atraia governos nacionais para assumir essas responsabilidades. Para a edição de 2014 a FIFA escolheu o Brasil como país-sede, através de uma concertação envolvendo o governo brasileiro e a CBF. É desse processo que trataremos a seguir.

### 3.2.2 A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA

Já estamos acostumados a acompanhar a participação da seleção brasileira nas Copas, o que em diversas ocasiões ocorreu de forma destacada e foi motivo de orgulho para o povo do país. Porém, nossa experiência na organização do evento data de 1950. Naquela edição, a Copa foi realizada em seis estádios: Pacaembu (São Paulo, de 1939), Eucaliptos (Porto Alegre, de 1931), Durival Britto e Silva (Curitiba, de 1947), Ilha do Retiro (Recife, de 1937), Independência (Belo Horizonte, de 1950) e o Maracanã (Rio de Janeiro, de 1950). Enquanto que para a edição de 2014, foram realizadas construções e reformas de 12 estádios (arenas). Se naquela edição houve questionamentos quanto ao uso de recursos na construção de um estádio monumental na capital federal, as demandas atuais da FIFA para a realização do espetáculo são muito maiores e determinam o empenho de uma quantidade considerável de recursos públicos. Ao diferenciarmos a participação da organização, percebemos que a primeira mobiliza a nação através do time que a representa, enquanto que a segunda envolve o Estado, que se torna parceiro da FIFA (DAMO, 2013).

Através dessa parceria, a FIFA compromete o Estado, inclusive através do constrangimento público, a aceitar as demandas da entidade. Sob a argumentação que a Copa proporciona a projeção internacional do país e, com isso, atração de turistas e investidores, consegue que o governo do país-sede assumira o compromisso com investimentos em infraestrutura de transporte e comunicação, isenção de impostos e disponibilização de estádios modernos, construídos a partir das condições impostas pelo seu caderno de encargos.

Queremos aqui destacar a força da FIFA na produção do espaço urbano. Ao indicar a possibilidade de divulgação do país e das cidades-sede para o mundo inteiro, não somente no período do evento, mas durante os anos de preparação, a entidade vai ao encontro daqueles que estão interessados na venda da cidade, principalmente através da difusão de imagens espaciais, o que levará a cidade a passar por uma preparação para sua exibição internacional durante a realização do torneio. Dessa forma é importante um aeroporto moderno para receber os visitantes, mobilidade urbana para as áreas turísticas e para o estádio, este construído ou reformado especialmente para o evento.

Nesse diálogo entre as imagens de cidade desejadas pela FIFA para a vender a Copa e a demanda de governantes, associados a outros agentes hegemônicos, de venderem suas cidades, a FIFA consegue transferir a responsabilidade sobre as maiores despesas para a realização do evento. Para isso, conta com a participação e o compromisso do governo do país-sede. Mas como é realizada a escolha do país que vai receber uma Copa?

Ao analisarmos os eventos que culminaram no anúncio do Brasil como país sede da Copa de 2014, podemos perceber que de fato não houve uma disputa, tal como na escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das olimpíadas. No caso do evento do COI, as cidades normalmente concorrem em diferentes etapas, havendo grande expectativa e tensão até o momento da abertura do envelope com o nome da escolhida, o que normalmente é acompanhado pela festa dos vencedores. Porém, no caso da FIFA o processo de escolha tem como parâmetro uma estratégia de legitimação do seu produto que passa por um sistema de rodízio entre os continentes para definir as edições da Copa do Mundo, permitindo a entidade manter a imagem de “ONU do futebol”.

De acordo com essa proposta, a FIFA definiu que a edição de 2014 deveria ser realizada por alguma das afiliadas da Conmebol, o que não acontecia desde a edição

de 1978, realizada na Argentina. O processo iniciou-se em 2003, e naquele momento a Confederação Sul-Americana deu o seu apoio à candidatura do Brasil, apesar do interesse Federações de Futebol do Chile e da Argentina pela realização da Copa nesses dois países, como ocorreu na Ásia em 2002<sup>139</sup>.

O lançamento da candidatura brasileira foi feito por Ricardo Teixeira, então presidente da CBF. Especula-se que naquele momento Teixeira planejava suceder Blatter no comando da FIFA, caso a competição fosse um sucesso. Vale lembrar que no início daquela década, especificamente nos anos de 2000 e 2001, a CBF e seu presidente estiveram no centro de intenso debate político provocado pela “CPI da Nike”, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que questionava a ausência de transparência na gestão da entidade e levantava indícios de desvios de recursos, denúncias de exploração de menores etc. A atuação da chamada “bancada da bola” (deputados aliados a CBF, alguns com cargos na entidade e outros vinculados aos clubes) fez com que a CPI fosse encerrada sem a apresentação de relatórios.

Nesse contexto, parecia pouco provável que Teixeira tivesse forças para levar adiante a candidatura brasileira, mas o pentacampeonato em 2002 começaria a mudar o cenário. Outro fator para construção de legitimidade na sua atuação foi a adoção, no ano seguinte, do campeonato brasileiro de pontos corridos, uma demanda dos grandes clubes e da principal emissora de TV do país. Suas ações a frente da CBF passaram a transmitir a ideia de que ele estava atuando para a modernização do futebol nacional (DAMO, 2012).

O ponto decisivo foi quando Lula venceu as eleições presidenciais. Naquele momento, conforme destaca Mascarenhas, Silva e Santos (2014), o país passou a ter como presidente um torcedor apaixonado, de acordo esses autores a relação de Lula com o esporte transformou o Estado em parceiro das entidades de administração do futebol, o que foi evidenciado pelo diálogo estabelecido com a CBF e pela decisão de sediar a Copa de 2014<sup>140</sup>.

As relações de Lula com a CBF se iniciaram em 2004, quando o governo brasileiro fazia campanha pela reformulação do Conselho de Segurança da ONU e

---

<sup>139</sup> ‘Brasil garante a Copa de 2014’. O Globo, Rio de Janeiro, 18 mar. 2003. p. 36.

<sup>140</sup> Os autores defendem que o futebol esteve associado ao poder carismático de Lula. A análise empreendida identificou três matrizes nos discursos do presidente: a metafórica, na qual o futebol é usado como recurso de identificação e projeção, a corintiana, em que prevalece o discurso torcedor e opinativo e a pragmática, relacionada à realização da Copa de 2014 (MASCARENHAS, SILVA & SANTOS, 2014).

pelo direito a um assento permanente neste conselho. Uma das ações do Brasil, para mostrar liderança na geopolítica internacional, foi a ocupação do Haiti por forças militares em momentos de tensão entre o então presidente Jean-Bertrand Aristide e movimentos rebeldes. Para promover a missão brasileira no país do Caribe, Lula sugeriu a realização de um amistoso entre a seleção brasileira e a haitiana. A sugestão foi prontamente aceita por Teixeira, que enviou os nossos melhores jogadores. A partida, realizada 19 de agosto daquele ano, foi chamada de “jogo da paz” e terminou 6 a 0 para a seleção brasileira, causando uma comoção do povo haitiano diante dos seus ídolos do esporte. O jogo, ao mesmo tempo em que foi utilizado para o controle social, aproximou o governo nacional da CBF<sup>141</sup>.

Em dezembro de 2006, a Conmebol ratificou o seu apoio à candidatura do Brasil, repelindo à época o recém anunciado interesse da Colômbia em organizar o certame. A organização enviou ofício à FIFA afirmando que a CBF era a candidata única a organizar a Copa de 2014. Na ocasião, Teixeira chegou a afirmar que a Copa do Mundo seria realizada sem dinheiro público e, inclusive, já haveria sido feito contatos com investidores para reforma ou construção de centros de treinamentos de seleções. Segundo Teixeira, ao governo caberia cuidar da infraestrutura, transporte e segurança<sup>142</sup>.

Apesar do anúncio do presidente da CBF de que a Copa seria viabilizada pela iniciativa privada, a FIFA passou a exigir do governo brasileiro o compromisso com as exigências do seu caderno de encargo e que o presidente Lula assinasse uma declaração afirmando que o país acolheria a possibilidade de sediar a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014<sup>143</sup>. Tais garantias foram entregues à FIFA em 31 de julho de 2007, em uma cerimônia em que estavam presentes o atacante Romário, o escritor Paulo Coelho, além de representantes da CBF<sup>144</sup>.

Em 30 de outubro de 2007, em evento realizado na sede da FIFA, em Zurique, o Brasil foi confirmado como sede da Copa do Mundo de 2014. Na ocasião, chamou

---

<sup>141</sup> ‘Diplomacia de chuteiras: seleção é ovacionada na capital do Haiti’. Folha de São Paulo, 19 ago. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1908200405.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>142</sup> ‘Colômbia fica isolada’. O Globo, 21 dez. 2006. p. 48.

<sup>143</sup> ‘Governo precisa assinar dez garantias até julho’. O Globo, 22 abr. 2007. p.33

<sup>144</sup> ‘Brasil entrega hoje o projeto para 2014’. O Globo, 31 jul. 2007. p. 12

atenção as palavras de Joseph Blatter, que, ao abrir o envelope afirmou: “O Comitê Executivo da FIFA decidiu dar a responsabilidade, não só o direito, mas a responsabilidade de organizar a Copa Mundial da FIFA de Futebol 2014 ao Brasil” (DAMO, 2013). A frase incisiva de Blatter reforçava que a Copa é propriedade da FIFA e que esta estava concedendo o direito ao Brasil para organizá-la, mas que o país seria cobrado a fim de tudo acontecer conforme os interesses da entidade. Se é comum um governo se submeter aos interesses empresariais, é pouco frequente ser cobrado publicamente de forma tão veemente<sup>145</sup>.

Naquele momento, a confirmação do Brasil como sede da Copa de 2014 foi cercada de orgulho e expectativas, principalmente pelo envolvimento do povo brasileiro com o esporte bretão. O governo federal assumia os megaeventos esportivos como estratégia de desenvolvimento e de promoção do país, o que se confirmou com a escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica, em outubro de 2009. Neste momento, o presidente Lula afirmou que o Brasil havia alcançado “definitivamente sua cidadania internacional para provar que não é um país de segunda classe”<sup>146</sup>.

Poucos países realizaram de forma consecutiva a Copa do Mundo e, dois anos depois, a Olimpíada. Somente o México (1968-70), a Alemanha (1974-76) e os EUA (1994-96). Porém, apesar do alcance globalizado, certamente eram eventos com exigências muito menores por parte do COI e da FIFA. Até mesmo o caso mais recente dos EUA, ocorrido na década de 1990, quando o processo de mercantilização do esporte já havia adquirido proporções significativas nos países centrais, contou com um controle muito menor por parte das organizações proprietárias desses eventos, quando comparado ao que passou a ocorrer após os anos 2000.

O crescimento econômico e uma atuação política de destaque no cenário mundial, marcados simbolicamente pela realização dos megaeventos esportivos foram destaque na revista “The Economist” na edição de novembro de 2009. A matéria

---

<sup>145</sup> Tal assimetria na relação onde o dono do evento exige publicamente providências ao anfitrião se repetiu quando, em março de 2012, após verificar o andamento das obras no país, Jérôme Valcke, secretário geral da FIFA, afirmou que o Brasil merecia “um chute no traseiro” para que as obras fossem aceleradas e o país cumprisse com o que havia sido acordado. ‘Expressão digna de alunos de primário de Jérôme Valcke enfurece os brasileiros’. UOL, 15 mar. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/03/15/expressao-digna-de-alunos-de-primario-de-jerome-valcke-enfure-os-brasileiros.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

<sup>146</sup> ‘Lula chora com vitória do Rio para sediar Olimpíadas de 2016’. EBC, 2 out. 2009. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-10-02/lula-chora-com-vitoria-do-rio-para-sediar-olimpiadas-de-2016>>. Acesso em: 28 fev. 2014.



de capa com o título *Brazil takes off* (Brasil decola) indicava, de certa forma, um reconhecimento internacional da atuação do governo e da força do país naquele momento (Figura 19).

Figura 19 - Brasil decola (*Brazil takes off*)



Fonte: The Economist, nov. 2009. Disponível em:  
<<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

Ao longo do tempo emergiu uma batalha de comunicação, uma disputa de “corações e mentes”, na qual havia um grupo de entusiastas da Copa compostos pelos jornalistas dos principais veículos de comunicação, entes governamentais envolvidos, além de empresários de diferentes setores. Estes indicavam que haveria grandes oportunidades com a realização do evento, vinculadas à melhoria da imagem do país no exterior, ao incremento do turismo, à modernização dos estádios, à melhoria da segurança pública e de sistemas de infraestrutura, sobretudo aeroportos e mobilidade urbana.

Porém, havia também os críticos, constituídos principalmente por movimentos sociais, organizações não-governamentais, acadêmicos e aqueles que começaram a ser diretamente impactados pelos megaeventos. Parte desse grupo de agentes críticos formou a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), presente com comitês populares em cada cidade-sede da Copa de 2014. Esse grupo crítico tinha suas argumentações baseadas na pergunta “Copa pra Quem?”,

buscando, principalmente, identificar quem de fato seria beneficiado com os investimentos realizados e apontar as violações de direitos humanos relacionadas ao megaeventos esportivos.

Buscaremos compreender a atuação dos diferentes agentes nesse processo, principalmente daqueles ligados ao campo hegemônico, pois a atuação dos que se vincularam aos processos de resistência serão objeto do próximo capítulo do trabalho.

### 3.2.3 Copa de 2014: estrutura e contradições

A realização da Copa de 2014, devido a grandiosidade e importância do evento, foi revestida de expectativas positivas, que indicavam uma grande capacidade do evento para gerar e multiplicar riquezas para o país. Apostava-se que ela geraria benefícios diretos e indiretos para diversos setores da economia e da sociedade. Essas ideias propagadas pelo governo e pela FIFA ganharam corpo em 2010, com a publicação do trabalho “Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014”, realizado pela Ernst & Young, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. De acordo com as conceituadas instituições, com a realização da Copa, a economia deslancharia “como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores”. Segundo o levantamento, o evento teria o custo de R\$ 29,6 bilhões, dos quais R\$ 22,46 bilhões seriam gastos em infraestrutura. Destacavam que a Copa movimentaria quase cinco vezes os recursos gastos, totalizado R\$ 142,3 bilhões, o que geraria 3,63 milhões de empregos por ano (no período entre 2010 e 2014) e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população, e aqueceria o mercado de consumo interno<sup>147</sup>.

Em 2013, uma das edições da Revista “Cadernos FGV Projetos” dedicou-se ao tema “futebol e desenvolvimento socioeconômico”. A publicação, destacava um depoimento do então presidente da FIFA Joseph Blatter, com suas expectativas para a Copa de 2014. De acordo com Blatter,

---

<sup>147</sup> Disponível em: <[http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo\\_9.pdf](http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_9.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2012

O Brasil, como uma força política e econômica cada vez mais potente, é um anfitrião ideal para a Copa do Mundo da FIFA de 2014, cuja realização é uma grande oportunidade para o Brasil, sob muitos aspectos. Há uma discussão em torno do quanto um evento como esse impulsiona a economia anfitriã, mas com planejamento cuidadoso é possível construir um legado duradouro. Melhorias na infraestrutura e nas instalações turísticas em várias cidades oferecem a promessa de desenvolvimento em todo o Brasil. Há sinais de que podemos contar com um impacto positivo na marca e imagem do Brasil. O fluxo de visitantes trará dinheiro. Mas não devemos ver o impacto da Copa FIFA 2014 somente sob uma ótica econômica. A FIFA está se esforçando para garantir um legado de desenvolvimento do futebol, assim como sustentabilidade econômica e ambiental. Acima de tudo, a Copa do Mundo da FIFA é um festival de futebol que une as nações e que muitos brasileiros jamais esquecerão (BLATTER, p. 10, 2013).

Resumindo a fala do presidente da FIFA: no plano internacional era um momento para o país demonstrar “força política e econômica”; no plano nacional, deixar um legado de “melhorias na infraestrutura e nas instalações turísticas”; mas acima de tudo a Copa seria a realização de uma grande festa envolvendo pessoas de várias nações.

Se antes da Copa havia uma forte estratégia discursiva visando a legitimar os gastos públicos em um evento privado, após a sua realização torna-se nítido que seus benefícios para a população foram superestimados. Uma análise das lições da Copa de 2010, na África do Sul, também questionava a sobrevalorização das expectativas de legado, indicando que a melhor forma de ver o evento é como uma festa, pois “ela não deixa nada pra trás, exceto uma ressaca, boas lembranças e uma grande conta” (HORNE, 2014).

Em uma avaliação técnica da Copa de 2014, podemos afirmar que houve excelentes partidas de futebol, realizadas em modernas arenas, com público bastante expressivo. Os estádios tiveram uma taxa de ocupação de 98,3%, configurando o segundo maior público da história das Copas, atrás apenas da edição de 1994, realizada nos Estados Unidos, onde os estádios possuíam capacidades muito superiores àqueles construídos para a Copa realizada no Brasil (FIFA, 2015).

Uma análise dos relatórios financeiros da FIFA indica que o evento também teve êxito com arrecadação, totalizando US\$ 5,14 bilhões, divididos entre direitos de transmissão, marketing, licenciamento, hospitalidade, entre outros, com destaque para os dois primeiros, conforme valores indicados no Tabela 2. Além dos dados relacionados ao evento em si, a FIFA apresenta os dados para o período associado à edição do evento (2011-2014) quando foram arrecadados US\$ 5,72 bilhões. Os números são maiores que aqueles relacionados às duas edições anteriores, que

somaram US\$ 2,56 bilhões na Copa da Alemanha (2003-2006) e US\$ 4,18 bilhões na da África do Sul (2007-2010). Percebe-se um aumento constante de receitas pela entidade, indicando que seu produto não foi afetado pelas oscilações da economia mundial e que o governo brasileiro foi eficiente em sua tarefa de organizar o torneio (FIFA, 2007; 2011; 2015).

Tabela 2 - Arrecadação da FIFA com a Copa do Mundo de 2014

	US\$	Porcentagem
Direitos de transmissão	2.483.756	48,3 %
Marketing	1.629.200	31,7 %
Licenciamento de produtos	115.462	2,3 %
Hospitalidade	184.911	3,6 %
Outros	723.394	14,1 %
Total	5.136.723	100 %

Fonte: FIFA, 2015.

A FIFA também reforça que possui gastos com o evento, que, tal como as receitas, aumentam a cada edição. Na Copa de 2014 eles totalizaram US\$ 2,22 bilhões, enquanto que em 2010 foram US\$ 1,29 bilhões. De acordo com seu relatório financeiro, o maior gasto da última edição foi o repasse de US\$ 453 milhões para o Comitê Organizador Local (COL), entidade privada diretamente ligada a FIFA e responsável pela operacionalização da Copa<sup>148</sup>. Depois aparece o gasto de US\$ 370 milhões com produção de TV, pois a FIFA grava e edita as imagens antes de enviá-las às emissoras que comprem os direitos de transmissão. Em seguida, estão os valores empenhados com a premiação das seleções participantes do evento, totalizando US\$ 358 milhões. Também merece destaque os valores indicados como “fundo do legado”, correspondendo a US\$ 100 milhões que seriam para o desenvolvimento do futebol no Brasil, especialmente o feminino e da juventude através de programas sociais. Há ainda gastos com ingressos, tecnologia da informação, hospitalidade, viagens e hospedagens, arbitragem, etc. (FIFA, 2015).

A despeito das despesas apontadas, o saldo foi bastante favorável à entidade. O próprio documento deixa claro a satisfação dos dirigentes da entidade com o resultado do evento. Issa Hayatou, *chairman* do comitê de finanças, afirmou que o

<sup>148</sup> A presidência do COL foi ocupada pelo presidente da CBF, primeiro por Ricardo Teixeira e depois, quando este foi afastado do cargo, por José Maria Marin. Entre os membros do Conselho de Administração estavam os ex-jogadores Ronaldo Nazário e Bebeto. Também vale ressaltar que o controle financeiro da verba encaminhada pela FIFA ao COL era exercido pela empresa de consultoria Ernst & Young. 'LANCENET explica: entenda a atuação do Comitê Organizador Local (COL)'. Lancenet, 8 abr. 2013. <[http://www.lance.com.br/copa-do-mundo/LANCENet-Explica-Entenda-Organizador-COL\\_0\\_897510290.html](http://www.lance.com.br/copa-do-mundo/LANCENet-Explica-Entenda-Organizador-COL_0_897510290.html)>. Acesso em: 06 nov. 2013.

Brasil realmente entregou a “Copa das Copas” (FIFA, 2015, p. 9), valendo-se do *slogan* que o governo federal utilizou como propaganda para afirmar que o evento seria um sucesso.

Conforme indicado anteriormente, um dos nossos objetivos é analisar a capacidade da FIFA não só de auferir ganhos financeiros com o evento, mas de atuar como agente produtor do espaço urbano, pois para a entidade é importante que o cenário onde se realiza o espetáculo transmitido para todo mundo seja condizente com o valor simbólico e econômico da sua mercadoria. Por isso suas exigências relacionadas à infraestrutura e estádios aos países-sede.

O governo federal atuou para garantir os termos dos acordos firmados com a FIFA e para fortalecer a imagem internacional do país, com o discurso da geração de empregos e melhoria das condições de vida nas cidades. O montante de gastos revela o papel fundamental do Estado brasileiro na realização da Copa, através de investimentos diretos, financiamentos, isenções fiscais, etc. Contrariando, assim, o discurso feito por Teixeira antes da realização do evento, de que este seria viabilizado pela iniciativa privada. Ao mesmo tempo, garante à entidade máxima do futebol que ela não precisaria arcar com os seus principais custos.

Em termos percentuais, segundo levantamento realizado por Santos Junior & Lima (2015), o poder público foi responsável por aproximadamente 75% dos gastos, divididos da seguinte forma: governo federal, 33%; governos estaduais, 34%; governos municipais, 7%. Os gastos realizados pela iniciativa privada foram concentrados em expansão da rede hoteleira, principalmente em cidades onde já existe significativo fluxo de turistas, e em estádios.

Entre as ações do Estado para a viabilização financeira do evento, também merecem destaque as isenções e renúncias fiscais que beneficiaram a FIFA, a CBF e seus parceiros comerciais. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o total das renúncias na arrecadação de impostos que caberiam à FIFA, suas parceiras, empreiteiras e afins chegou a R\$ 1,1 bilhão no período de 2010 a 2014, somente em impostos federais<sup>149</sup>.

Outro papel importante desempenhado pelo Estado na promoção da Copa foi o financiamento dos projetos através dos bancos públicos. O valor contratado totalizou

---

<sup>149</sup> ‘FIFA diz que não pediu R\$ 1,1 bi em isenções para Copa, governo se esquivou’. UOL, 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/11/fifa-diz-que-nao-pediu-r-11-bi-em-isencoes-para-copa-governo-se-esquiva.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

R\$ 10,5 bilhões, sendo que a Caixa Econômica Federal e o BNDES se destacaram como responsáveis, respectivamente, por 34% e 54% do total disponibilizado. A maior parte dos beneficiados foram os governos estaduais e municipais, totalizando 65%. Mesmo que tais empréstimos tenham acontecido a juros subsidiados, devemos destacar que houve um processo de endividamento como herança do evento (SANTOS JUNIOR & LIMA, 2015).

Os números da Copa de 2014, após o término do evento, indicam um gasto total de R\$ 25,6 bilhões. Na Tabela 3 podemos verificar o montante de dinheiro gasto e a porcentagem destinada a cada área.

Tabela 3 – Divisão de Gastos da Copa do Mundo 2014 por Temas, agosto de 2014

<b>Tema</b>	<b>Nº de Ações</b>	<b>Gasto Previsto (R\$)</b>	<b>%</b>
Mobilidade Urbana	45	8.025.092.490	31,33
Estádios	12	8.005.206.000	31,25
Aeroportos	30	6.280.560.000	24,52
Segurança	40	1.879.100.000	7,34
Portos	6	587.300.000	2,29
Telecomunicações	72	404.602.653	1,58
Estruturas Temporárias	6	208.800.000	0,82
Desenvolvimento Turístico	88	180.279.682	0,70
Outros	4	40.213.255	0,16
Comunicação	1	6.600.000	0,03
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>25.617.754.080</b>	<b>100</b>

Fonte: Portal da Transparência, Controladoria Geral da União. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/home.seam>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

Tabulação: Santos Junior & Lima, 2015.

Ao analisarmos a Tabela 3, observamos que sobressaem os gastos com mobilidade urbana, estádios e aeroportos. Também é importante lembrar que há diferenças nesses gastos caso consideremos a aplicação dos recursos em cada uma das doze cidades-sede, apesar destas não estarem explicitadas na tabela. Ao avaliarmos as promessas do governo federal nessas áreas, constatamos que a maior parte delas foi cumprida, porém, em quase todas elas, há contradições a serem destacadas, normalmente não abordadas pelo discurso oficial.

Podemos dizer que as obras geraram uma grande quantidade empregos, entretanto a maior parte deles foi composta por temporários. Além disso, diversas foram as denúncias de irregularidades nas condições de trabalho em obras vinculadas à Copa, relacionadas aos baixos salários, às condições de trabalho (segurança,

salubridade e alimentação), jornadas de trabalho demasiadamente prolongadas, entre outras. Entre 2011 e 2013, foram 26 greves e paralisações na preparação das arenas da Copa, totalizando 103 dias de atividades laborais interrompidas. A maior recorrência foi no Maracanã, totalizando 25 dias. A estes devem ser acrescentados, também, a repressão e o cerceamento ao trabalhador informal no entorno do estádios e nas áreas onde foram implementados projetos de “revitalização urbana” (ANCOP, 2014).

As intervenções no área de mobilidade urbana tiveram ampla repercussão, tanto pelos gastos, mais de R\$ 8 bilhões, representando 31% do total empenhado com a Copa, quanto pelo impacto na vida das pessoas. Várias obras não foram concluídas a tempo, e outras tantas, que haviam sido anunciadas, deixaram de ser realizadas (o que inclusive explica o fato de o evento, ao final, ter custado menos do que o anunciado inicialmente).

Há de se destacar que após anos de incentivo ao transporte individual, foram promovidas relevantes alterações nos sistemas de transportes urbanos das cidades-sede. Porém, a lógica espacial das intervenções indica a priorização da produção, reforço ou renovação de centralidades urbanas, atendendo mais às demandas imobiliárias do que buscando solucionar os problemas de mobilidade urbana da população que mais necessita, o que não exclui o fato de ter ocorrido melhorias no deslocamento casa-trabalho para uma parcela desta população. Além destas questões, Rodrigues ressalta, ainda, que os projetos implementados não tiveram o objetivo de promover a integração metropolitana e colaboraram para reforçar o modelo rodoviarista, mais poluente e com menor capacidade de transporte de passageiros (RODRIGUES, 2015).

Tais obras contribuíram para o aumento do preço da terra e da moradia, tanto para compra quanto para aluguel, além de acarretarem remoções e despejos, muitas vezes ao largo das leis vigentes. As remoções e despejos provavelmente correspondem a face mais dramática dos megaeventos esportivos realizados no Brasil.

De acordo com a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP, 2014), 250 mil pessoas foram removidas ou ameaçadas de remoção. Segundo levantamento realizado por Faulhaber & Azevedo (2015), no Rio de Janeiro, no âmbito dos projetos relacionados à Copa e às Olimpíadas, aproximadamente 67 mil pessoas foram removidas, mais do que os períodos Pereira Passos (prefeito a

cidade entre 1902 e 1906) e Carlos Lacerda (governador do estado da Guanabara entre 1961 e 1965) somados. Percebe-se que o aumento do preço da moradia e os processos de remoção e despejo levaram a uma reorganização do local de moradia das populações mais pobres na cidade. Dessa forma, podemos relacionar diretamente o aumento da segregação socioespacial com a realização dos megaeventos esportivos<sup>150</sup>.

Nosso objetivo aqui não é apresentar uma exposição minuciosa dos diferentes aspectos da Copa do Mundo, mas compreender alguns aspectos da produção do espaço urbano, dos diversos interesses dos seus agentes produtores e da transescalaridade desse processo. Para uma análise mais abrangente sugerimos o “Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil” publicado pela ANCOP (2014) e livro “Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016” (SANTOS JUNIOR et al., 2015), trabalhos que mostram o quanto a Copa do Mundo desperta contestações.

É a partir desse contexto que analisaremos, a seguir, os sentidos das reformas e construções de estádios para a Copa de 2014, em especial, aqueles relacionados ao Maracanã.

### **3.3 O Maracanã e os estádios da Copa de 2014: neoliberalização das cidades e re-elitização do futebol**

A Copa do Mundo foi utilizada como estratégia para o processo de neoliberalização das cidades, promovendo um processo de destruição criativa de institucionalidades e formas urbanas. Tendo como objeto de análise o processo de reforma/construção dos estádios da Copa de 2014, com foco no Maracanã, buscaremos compreender o processo de produção dessas novas formas espaciais, os agentes sociais envolvidos, o projeto de cidade em curso e duas características associadas: o novo padrão de gestão de equipamentos públicos através de Parcerias Público-Privada (PPP) e a elitização desses espaços.

---

<sup>150</sup> Para uma análise dos impactos da Copa do Mundo 2014 no direito à moradia pode ser consultado o trabalho de Castro & Novaes (2015).



Nossa hipótese é a de que o novo Maracanã é produto de exigências da FIFA, e, ao mesmo tempo, se relaciona com a implementação do modelo de cidade neoliberal no Rio de Janeiro e dos agentes a ele vinculados.

O neoliberalismo pode ser entendido como um processo de transformação socioespacial, através da destruição criativa do espaço político-econômico existente em múltiplas escalas geográficas, de acordo com proposição de Theodore, Peck e Brenner (2009). Para os autores, o neoliberalismo é um fenômeno multiescalar, pois reconstitui relações em diferentes escalas e entre diferentes agentes institucionais e econômicos.

Os autores supracitados, constroem o conceito de “neoliberalismo realmente existente”, no qual criticam a utilização de um tipo-ideal de neoliberalismo que existiria da mesma forma em todos os lugares. Nesse sentido, reforçam a importância da dimensão espacial para o entendimento dos avanços dos processos de “neoliberalização da cidade”, pois as reestruturações neoliberais são condicionadas por institucionalidades preexistentes em cada contexto, ou seja, “dependente de trajetória” (*path-dependent*). Essa dependência de trajetória faz com que os impulsos “criativamente destrutivos” do neoliberalismo, de institucionalidades ou infraestrutura, sejam mais ou menos acelerados (THEODORE, PECK & BRENNER, 2009).

Nesse contexto, de novas escalas do avanço da neoliberalização, é nas cidades que o processo ocorre de forma mais incisiva. As políticas urbanas passam a ter como metas o crescimento econômico orientado para o mercado, o consumo da classe média e o controle das populações excluídas. Na implementação dessa agenda, os governos locais deveriam diminuir seus custos, transferindo espaços e serviços para a iniciativa privada<sup>151</sup>.

A orientação da gestão das cidades em direção aos preceitos do mercado é caracterizada por Harvey (2005) como “empreendedorismo urbano”. O autor destaca a importância de analisar não somente o “governo urbano”, mas sua “governança”, pois, muitas vezes, o governo atua apenas como facilitador e coordenador de uma

---

<sup>151</sup> Hackworth (2007) destaca que a escolha do caminho neoliberal deve ser pensada de modo relacional com os constrangimentos impostos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e agências de classificação de risco. O Banco Mundial e o FMI premiam cidades que aderem a determinados modelos, determinando onde, como e quando o capital deve ser investido no mundo. Apesar de menos citadas, as empresas como o Moody's Investors Service e Standard and Poor's (S&P) possuem hoje influência para direcionar a quantidade, qualidade e a geografia dos investimentos locais.

coalizão de forças composta por diversos agentes sociais, onde se origina o poder de organizar o espaço (HARVEY, 2005).

A coalizão de poder que hegemoniza a governança empreendedorista tem como uma das suas principais características o estabelecimento das PPP, onde em muitos casos o poder público assume os riscos e o setor privado fica com os benefícios.

Dentro da lógica de pensar a cidade com os empresários e para os empresários, os investimentos passam a ser concentrados em áreas onde há possibilidade de retorno financeiro, em detrimento das áreas mais carentes de serviços e infraestrutura. Dessa forma, ao contrário de pensar o espaço em sua totalidade, as intervenções urbanas ocorrem predominantemente em espaços passíveis de serem mercantilizados, ampliando o processo de desenvolvimento desigual do espaço, de acordo com os recursos naturais e humanos disponíveis para serem explorados na competição interurbana, e com as estratégias e a natureza dos agentes hegemônicos da coalizão de poder. Nesse sentido, Harvey destaca que os investimentos passam a enfatizar,

A valorização de áreas urbanas degradadas, a inovação cultural, a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornam facetas proeminentes da regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005, p. 176).

As ações, relacionadas aos megaeventos esportivos, e sua estreita vinculação com as estratégias acima mencionadas, sofrem algumas variações a partir das singularidades dos espaços onde elas se realizam, pois a coalizão de forças que hegemoniza a governança urbana atua no sentido de liderar o processo de neoliberalização, marcado pelas especificidades à urbanização brasileira.

Desse modo, a inserção das cidades na acumulação urbana dos circuitos financeiros globalizados ocorre mantendo parcialmente o padrão de modernização-conservadora característico da nossa história urbana. Assim, o “urbanismo neoliberal” assume traços muito particulares, pois, ao mesmo tempo em que transforma a cidade em mercadoria, mantém práticas patrimonialistas de acumulação urbana e de representação política baseada no clientelismo (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2011).

O processo de reescalonamento das cidades, a partir da inserção, reafirmação e reconfiguração do seu papel na rede mundial de cidades, tem utilizado como uma das suas principais estratégias a realização de megaeventos esportivos. Estes elevam a visibilidade internacional da cidade, incorporando valores esportivos como competitividade, saúde e vigor, à sua imagem. Tais atributos são relevantes para as estratégias de *marketing urbano* e as políticas de *image-making* utilizadas a fim de que ocorra a inserção no mercado global das cidades em busca de investidores e turistas internacionais. Nesse sentido, a dimensão simbólica é capaz de oferecer distinção na busca por investimentos (ARANTES, 2000).

O Rio de Janeiro e sua singularidade de ter sido capital política do país durante um longo período histórico, as condições da sua geografia física e suas funções culturais relevantes, permitiram a construção de imagens-síntese da cidade com elevada densidade simbólica. Um conteúdo apropriado por agentes econômicos que acumulam prestígio, lucro e poder com a permanente construção, destruição e venda de imagens da cidade (RIBEIRO, 2006).

Entre as estratégias sistematicamente adotadas para promoção da cidade, Sánchez (2010) destaca a realização dos megaeventos, a reabilitação de áreas urbanas, a construção de grandes equipamentos, a arquitetura de grife etc. A autora afirma que “essas operações estratégicas são transformadas em iscas, em grandes vitrines publicitárias da cidade-espetáculo, que buscam consagrar os projetos de cidade” (SÁNCHEZ, 2010, p. 490).

As intervenções urbanísticas relacionadas aos megaeventos esportivos são simultaneamente objeto de marketing e espetacularização utilizados como imagens estratégicas para a inserção da cidade nas redes globais. Através da esfera cultural, nesse caso particular, do futebol, busca-se reinventar a cidade, utilizando o design e novos edifícios, com arquiteturas espetaculares para a venda dos lugares. Podemos afirmar que os estádios reforçam diversas tendências do projeto de cidade neoliberal, indicando a revitalização de antigos espaços, impregnados do discurso da degradação, obsolescência e falta de segurança, e sua transformação em espaços de consumo, delimitando fronteiras de classe, da mesma forma que em outras áreas da cidade, tal como shoppings centers e condomínios fechados.

Também vale destacar que, paradoxalmente, muitas intervenções urbanas utilizadas para fortalecer a identidade local na vitrine global de cidades, tal como os novos estádios da Copa, possuem semelhanças com construções de outras cidades

do país e do mundo, passando a sensação de *déjà vu*, de obras sem raízes no lugar. Em alguns casos, como no Maracanã, buscaram-se elementos para forjar uma autenticidade mesmo após todo processo de descaracterização.

O próximo passo é entendermos os processos de neoliberalização do Rio de Janeiro a partir de Maracanã, destacando o papel dos agentes que atuam na coalizão de forças que hegemoniza a governança urbana da cidade. Para isso apresentaremos as informações sobre os demais estádios utilizados na realização da Copa de 2014, pois, ao reescalarmos a análise dos estádios em âmbito nacional, é possível identificarmos padrões de produção do espaço urbano a partir do megaevento esportivo em questão, das imposições da FIFA, das subvenções do governo federal, do papel das empreiteiras, e do fortalecimento dos processos de neoliberalização da urbana.

O Quadro 1 apresenta as principais informações sobre os estádios da Copa de 2014. Dos doze estádios da Copa, muitas críticas foram feitas aos que foram construídos em cidades com pouca tradição no futebol profissional, caso de Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal. Estaríamos diante de “elefantes brancos”, equipamentos com alto custo de construção e de manutenção, além de baixa expectativa de uso<sup>152</sup>. A contra argumentação dos agentes envolvidos com a organização do evento, principalmente o Ministério do Esporte e os governos estaduais, é que a concepção dos novos estádios não está restrita ao futebol, seriam arenas multiuso, podendo receber shows, convenções e variados tipos de eventos, o que garantiria o uso, ocupação e rentabilidade dos mesmos. Outra alegação apresentada foi a possibilidade da Copa e das novas arenas fortalecerem o futebol profissional nessas cidades, com novos investidores e ampliação do público dos times locais.

Também foi argumentado, em defesa das escolhas, que estas cidades representariam importantes espaços do nosso território com grande potencial imagético e turístico. Por isso deveriam ser divulgadas para o mundo nesta ocasião, como no caso do Pantanal e da Floresta Amazônica. Além da importância simbólica

---

<sup>152</sup> A expressão teve origem no antigo Reino de Sião, atual Tailândia, onde o elefante branco era um animal raro e considerado sagrado. Quando alguém encontrava um exemplar da espécie, deveria entregá-lo ao rei. Por sua vez, o rei presenteava seus desafetos com o animal que não podia ser sacrificado ou abandonado pelo dono, o que representava elevado custo e muito trabalho, o que poderia arruinar o seu dono. Após a ocupação daquele território pelo exército britânico, o termo passou a ser referência para construções cujos custos de manutenção são mais elevados do que os seus benefícios. ‘De onde vem a expressão elefante branco?’. Terra. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/educacao/voce-sabia/de-onde-vem-a-expressao-elefante-branco,4f18d8aec67ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

de termos jogos da Copa realizados na capital federal, que também possui uma paisagem bastante singular marcada pela arquitetura modernista.

Numa análise breve, podemos afirmar, a partir dos exemplos citados no parágrafo anterior, que a escolha das cidades-sede não foi pensada a partir da espacialidade dos principais clubes de futebol do país. Se por um lado pareceu ter havido uma preocupação para que a Copa tivesse cidades-sede em todas as regiões do país, por outro, há um óbvio questionamento quanto às melhores escolhas realizadas em algumas delas, principalmente na Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É nítido que o futebol de Belém (com os derbies entre Paissandu e Remo) e Goiânia (com Goiás, Atlético Goianiense e Vila Nova) garantiriam maior retorno aos gastos públicos em estádios do que Manaus, Cuiabá e Brasília, onde os públicos dos campeonatos estaduais são pequenos e raramente há representantes nas duas primeiras divisões do campeonato nacional de futebol. Reconhecemos a importância simbólica de ter um estádio na capital federal, mas certamente não na monumentalidade em que foi concebido o novo Estádio Nacional Mané Garrincha.

Causou questionamentos, também, a construção da Arena das Dunas em Natal, pois neste caso, além de pouca expressão dos times locais no cenário futebolístico nacional, o Nordeste foi a região que teve o maior número de cidades-sede na Copa que, além da capital potiguar, contou com reformas e construções de estádios em Salvador, Recife e Fortaleza. Por outro lado, o estado de Santa Catarina, que há muitos anos vem se destacando com a presença de diversos clubes, tanto do interior quanto da capital, nas principais divisões do campeonato nacional, foi preterido de sediar o torneio.

A partir dos casos dos “elefantes brancos” podemos afirmar que há outra lógica para além daquela vinculada aos aspectos futebolísticos. Nossa hipótese aponta para a importância do processo de produção do espaço urbano como um momento de reprodução do capital e de solução para as crises de acumulação do capitalismo, tal como proposto por Harvey (2004; 2005), retomando a contribuição de Lefebvre (1994). Em alguns casos ocorre a construção de novos estádios e em outros é realizada a “destruição criativa” das formas espaciais anteriores para erguer formas espaciais condizentes com os atuais processos de acumulação que ocorrem naqueles espaços e a partir daqueles espaços.

Dessa forma, podemos dizer que o estádio é produto da FIFA, da Copa, do governo federal e de governos estaduais, do financiamento do BNDES, da concepção

neoliberal de cidade, de processos de acumulação. Mas também ele é produtor, pois atua simultaneamente na elitização do futebol e na neoliberalização da cidade, seja através da sua venda enquanto ícone na paisagem urbana, seja pela implementação de novos arranjos institucionais com a transferência da gestão de equipamentos públicos para o setor privado.

As obras de reforma e construção dos estádios têm como um dos principais beneficiários as grandes empreiteiras do país. A Odebrecht e a Andrade Gutierrez foram aquelas que estiveram presentes em um maior número de empreendimentos, totalizando quatro obras, conforme apresentado no Quadro 1. A empreiteira indicada foi a única executora da obra da Arena Amazônia e do Estádio Beira-Rio, esteve presente no Estádio Nacional de Brasília e fez parte do Consórcio que reformou o Maracanã, juntamente com a primeira. Já está última, além da obra citada, foi a única responsável pela construção da Arena Pernambuco e da Arena Corinthians, além de participar, juntamente com a OAS, da PPP que fez a reforma e assumiu a gestão da Fonte Nova.

Essas empreiteiras passaram para o centro do debate político e econômico nacional com a Operação Lava-Jato, que indicou um esquema de superfaturamento de obras, propinas, formação de cartel e desvio de verbas para financiamento de campanhas eleitorais por meio do estabelecimento de contratos com a Petrobrás. Tal investigação acarretou na prisão de presidentes e diversos executivos das grandes construtoras nacionais. Entretanto, é importante destacar que, para além do caso especificamente relacionado à empresa petrolífera, há indícios de que esquemas semelhantes possam ter ocorrido em diversas obras públicas ao longo das últimas décadas tanto na esfera do governo federal, quanto também em diferentes governos estaduais e municipais em diversas partes do país.

Quadro 1- Estádios da Copa do Mundo de 2014 – capacidade de público, custos, financiamento, gastos do governo local, execução das obras, gestão

Estádio	Ano de inauguração	Capacidade na inauguração	Capacidade de atual	Custo total (R\$ mi)	Financiamento		Gastos do governo local (R\$ mi)	Investimento privado (R\$ mi)	Execução da obra	Gestão	Responsáveis pela Gestão	Duração do contrato
					Instituição	Total (R\$ mi)						
Estádio Mineirão	1965	130.000	62.000	695,0	BNDES	400,0	295,0		Egesa, Construcap e Hap Engenharia	PPP	Egesa, Construcap e Hap Engenharia	25 anos
Estádio Nacional de Brasília	1974	45.000	72.000	1403,3		0,0	1403,3		Andrade Gutierrez e Via Engenharia	Pública	Terracap	
Arena Pantanal	1975	55.000	41.000	596,4	BNDES	337,9	258,5		Mendes Junior	Pública	Governo do Estado do Mato Grosso	
Arena da Baixada	1999	32.000	43.000	391,5	BNDES	131,2		260,3	Atlético Paranaense	Privada	Atlético Paranaense	
Arena Castelão	1973	70.000	63.000	518,6	BNDES	351,5	167,0		Galvão, Serveng Civilsan e BWA	PPP	Galvão, Serveng Civilsan e BWA	8 anos
Arena da Amazônia	1970	31.000	44.000	660,5	BNDES	400,0	260,0		Andrade Gutierrez	Pública	Governo do Estado do Amazonas	
Arena das Dunas	1972	42.000	31.000	400,0	BNDES	396,5	3,4		OAS	PPP	OAS e Amsterdan Arenas	20 anos
Estádio Beira-Rio	1969	110.000	50.000	366,3	BNDES/BB/Banrisul	275,1		91,2	Andrade Gutierrez	Privado	Internacional F.C.	
Arena Pernambuco	2013	46.000	46.000	532,6	BNDES	400,0	132,6		Odebrecht	PPP	Odebrecht e AEG	30 anos
Estádio do Maracanã	1950	179.000	78.000	1050,0	BNDES	400,0	650,0		Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez	PPP	Odebrecht, AEG e IMX	35 anos
Estádio da Fonte Nova	1951	30.000	55.000	689,4	BNDES	323,6	356,8		Odebrecht e OAS	PPP	Odebrecht e OAS	35 anos
Arena Corinthians	2014	46.000	46.000	1080,0	BNDES	400,0	420,0	260,0	Odebrecht	Privado	Corinthians	
Total				8383,6		3815,8	3946,6	611,5				

Fontes: Capacidade atual - Portal da Copa: <<http://www.copa2014.gov.br/>>; Custo total, financiamento, gasto governo local e investimento privado - Matriz Consolidada: <[http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz\\_consolidada\\_dez\\_2014.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf)>; execução da obra, gestão, responsáveis pela gestão e duração do contrato - Copa Transparente: <<https://www.copatransparente.gov.br/>> Acessos em: 30 jul. 2016.

Se, por um lado, as investigações policiais, a partir de delações premiadas, gravações telefônicas e acesso a documentos sigilosos, revelaram a ocorrência de crimes e infrações administrativas<sup>153</sup>, por outro, informações publicadas em sites governamentais, como o do Tribunal Superior Eleitoral, onde estão disponíveis os dados de doação de campanha, e Portal da Transparência, que apresentam informações sobre as obras públicas incluindo seus custos e processos licitatórios, nos fazem levantar alguns questionamentos sobre a atuação desses agentes econômicos e sobre sua relação com os poderes executivo e legislativo em diferentes esferas.

Nas eleições de 2012, no grupo dos 10 maiores doadores privados, 6 eram empreiteiras, sendo que estas foram responsáveis por 75% do valor doado e, em diversos casos, contemplando adversários políticos<sup>154</sup>. Mesmo não havendo nenhuma ilegalidade nessas doações, podemos questionar o exacerbado interesse dessas empresas em financiar campanhas e o porquê de doações para adversários políticos. Diversos analistas fazem uma associação direta entre os aportes de recursos que essas empreiteiras colocam em campanhas eleitorais, dos mais diferentes partidos políticos, e a realização de grandes obras públicas. Elas seriam agentes capazes de influenciar não só os rumos da política em escala nacional, mas atuariam na definição do orçamento público e no planejamento do território. O Instituto Mais Democracia (IMD), no seu trabalho denominado “os proprietários do Brasil”, questiona o fato das empreiteiras atuarem conjuntamente em vários empreendimentos, se alternarem em outros e, em alguns casos, disputarem licitações, o que levaria a suspeição sobre a possível formação de cartel, conforme o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência<sup>155</sup>.

Uma análise dos documentos dos processos licitatórios, disponíveis no site Copa Transparente, revela que a obra a construção da Arena da Amazônia, realizada pela Andrade Gutierrez, teve como única concorrente no processo licitatório a

---

<sup>153</sup> ‘Perguntas e respostas da Operação Lava Jato’. Carta Capital, 25 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-resposta-da-operacao-lava-jato-5981.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>154</sup> ‘Empreiteiras lideram ranking de doação privada’. Estadão, 15 set. 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empreiteiras-lideram-ranking-de-doacao-privada,930787>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

<sup>155</sup> Disponível em: <<http://maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.



Odebrecht<sup>156</sup>. No caso da Arena Pernambuco, para a licitação da concessão administrativa, precedida da execução da obra de construção da arena, somente apresentaram proposta o Consórcio Arena Pernambuco (Andrade Gutierrez e OAS) e Consórcio Cidade da Copa (Odebrecht), sendo vencido pela Odebrecht<sup>157</sup>. Já no caso da Fonte Nova, Odebrecht e OAS foram parceiras na reforma e gestão do estádio.

No caso das obras do Maracanã, a Odebrecht teve como parceira no consórcio responsável pela reforma a Andrade Gutierrez, que foi sua concorrente nas obras da Arena Amazônia e Arena Pernambuco. Posteriormente, a mesma Odebrecht venceu a licitação de concessão do estádio, liderando o Consórcio Maracanã (composto também por IMX e AEG), disputando com Consórcio Complexo Esportivo e Cultural do Rio de Janeiro, liderado pela OAS, empresa que é sua parceira na gestão da Fonte Nova.

Pelo acima exposto, percebemos que as empreiteiras, além de executoras das obras, também assumiram a função de gestoras dos estádios, através de PPP. Conforme pode ser observado no Quadro 1, seis estádios utilizados na Copa de 2014 passaram a ser geridos por empresas e consórcios vencedores de licitações de concessão por períodos que, em sua maior parte, variam entre 20 e 35 anos. Dos outros seis, três pertencem a clubes e três permanecem públicos, sendo que aqueles que permanecem sob gestão pública somente não foram concessionados por ausência de interesses dos agentes privados e não por uma opção dos seus responsáveis. Podemos afirmar que a PPP, um arranjo institucional, que até aquele momento havia sido pouco utilizado em nosso país, ganhou impulso e difusão com a realização da Copa em âmbito nacional e desta junto com a Olimpíada, para o caso da cidade do Rio de Janeiro, fortalecendo os preceitos neoliberais de gestão urbana<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://www.copatransparente.gov.br/acoes/arena-da-amazonia-obras-civis>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>157</sup> Disponível em: <[https://www.copatransparente.gov.br/visualizacao\\_acao?id=2](https://www.copatransparente.gov.br/visualizacao_acao?id=2)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>158</sup> Além dos estádios, as PPP também foram implementadas em projetos de mobilidade urbana e reformas de aeroportos. No que diz respeito a estes últimos, podemos citar os casos do Galeão (Rio de Janeiro) e de Confins (Belo Horizonte): as obras foram custeadas com dinheiro público e depois foram implementadas as PPP. Já em Guarulhos (São Paulo) e Brasília, as reformas foram realizadas sob o regime de concessão. Em todos esses casos, a Infraero ficou com 49% das ações. Os grupos privados que detêm 51% da participação dos aeroportos citados, são: Odebrecht TransPort e Changi Airports (Galeão); Grupo CCR, Zurich Airport (Cofins); Infravix e Corporation América (Brasília); Invepar e ACSA, da África do Sul (Guarulhos). Disponível em:

A justificativa mais utilizada, nesse caso de concessão de equipamentos públicos à iniciativa privada, foi que o Estado não deveria se preocupar com o futebol, mas de assuntos como saúde, educação e segurança. Um argumento que apesar de repetido à exaustão pelos próprios agentes públicos, entra em contradição com todos os esforços envidados pelo Estado para a realização da Copa. Outra justificativa apresentada para a implementação das PPP se assemelha àquela largamente utilizada durante o período das privatizações na década de 1990: aponta que os agentes privados seriam mais eficientes do que os públicos, pois teriam maior capacidade de compreender a dinâmica e a velocidade do mercado e estariam livres do clientelismo que caracterizaria os órgãos estatais.

Porém, o ponto principal, que normalmente não é abordado, é a diferença entre a lógica pública e a privada. Enquanto a primeira está pautada pela socialização de bens e serviços públicos para toda a população, a segunda baseia-se na maximização dos lucros. Dessa forma, submeter equipamentos públicos à lógica do mercado sob a justificativa da competência técnica significa criar barreiras econômicas ao acesso a determinados bens que deveriam estar ao alcance de todos. Essa dinâmica mercadológica fortalece processos de elitização, criando espaços sociais mais homogêneos, tal como no caso dos estádios de futebol.

No debate público, também raros são os questionamentos ao caráter inédito da presença das construtoras à frente da gestão de estádios de futebol no país. Para minimizar as possíveis críticas, em alguns casos, há a participação de empresas estrangeiras com experiência no ramo. No entanto, vale observar, a reduzida participação acionária destas nas concessionárias, no caso do Maracanã, por exemplo, a divisão ocorre da seguinte forma: 90% Odebrecht; 5% IMX 5% e 5% AEG.

A Odebrecht, além do Maracanã, também assumiu a gestão da Fonte Nova e da Arena Pernambuco, destacando-se como a empreiteira responsável pelo maior número de estádios utilizados na Copa. Entretanto, após dois anos do evento, diferente das expectativas iniciais propagadas pelos meios de comunicação, os resultados não foram positivos<sup>159</sup>.

---

<<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/transparencia/concessao.html>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

<sup>159</sup> Os dados apresentados nos parágrafos seguintes, sobre as PPP de gestão de arenas com participação da Odebrecht, foram sistematizados a partir de informações extraídas dos artigos: 'Após dois anos da Copa, estádios vivem crises financeiras e denúncias'. Blog do Rodrigo Mattos, 12 jun. 2016. Disponível em: <<http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2016/06/12/apos-dois->

No caso do Maracanã, o Consórcio liderado pela Odebrecht desde o início de 2016 anuncia que pretende devolver o estádio ao governo do estado. Segundo as informações apresentadas pela construtora, teriam sido acumulados R\$ 173 milhões de prejuízo nesses dois anos. As justificativas são o alto custo de manutenção e, principalmente, a mudança no projeto inicialmente aprovado que contava com a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare.

Na Fonte Nova, os números da empresa apontam prejuízo de R\$ 41 milhões nesses dois anos. A empresa pressiona o governo do estado da Bahia na tentativa de dividir as perdas. Por sua vez o governo, para tentar minimizar as perdas do consórcio, passou a impedir que o EC Bahia utilizasse o estádio de Pituaçu, que é propriedade do estado.

No caso da Arena Pernambuco, o contrato entre a concessionária e o governo do estado foi rescindido, com a alegação de que empreiteira não atuava para garantir a sustentabilidade financeira do estádio obrigando o governo a aumentar a contrapartida financeira na parceria. Devido ao encerramento do contrato, a construtora recebeu R\$ 250 milhões, em função de ter executado a obra. Também é importante lembrar que além de construir a arena em São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana de Recife, a empresa seria responsável pela “Cidade da Copa”, erguendo apartamentos, flats, casas, hotéis, shoppings centers, universidades etc. Atualmente, o estádio está sob responsabilidade do governo do estado que procura investidores privados para assumir a “Arena Pernambuco” e construir a “Cidade da Copa”.

Os que defendem as PPP das arenas alegam que aquelas, reformadas e construídas sob esse regime, consumiram 25% menos tempo que as demais obras públicas. Porém, ao analisar o Quadro 1 observamos que, em muitos casos, são as mesmas empresas que atuam sob as diferentes formas de contratação. Ao realizar essa simples comparação, caberia ao poder público questionar o porquê dessa diferença de gasto de tempo e, muitas vezes, de recursos financeiros.

---

[anos-da-copa-estadios-vivem-criises-financeiras-e-denuncias/](#)> Acesso em: 12 jun. 2016; ‘As PPPs das Arenas da Copa do Mundo - fracasso retumbante ou precisamos entender melhor?’. PPP Brasil, 14 abr. 2015. Disponível em:<<http://www.pppbrasil.com.br/portal/content/artigo-ppps-das-arenas-da-copa-do-mundo-fracasso-retumbante-ou-precisamos-entender-melhor>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

Nas PPP das arenas, os governos estaduais pagam contraprestações mensais à concessionária, parte relacionada ao pagamento pela execução da obra e parte vinculada aos indicadores de desempenho. Observou-se, no entanto, que em alguns casos houve pagamento de parte significativa do débito total da obra e foram os parceiros privados que definiram a parcela da remuneração vinculada ao desempenho.

Os indicadores de desempenho são medidos a partir da expectativa de demanda e, em vários casos, levou os governos estaduais a assumirem prejuízos junto com as concessionárias. Um exemplo foi a definição de que a Arena Pernambuco receberia pelo menos 60 jogos por ano do Náutico, Santa Cruz e Sport. Se essa situação não se materializasse, o governo do estado teria que arcar com metade do prejuízo quando fosse registrada uma receita menor de 10% da projetada. Vale lembrar que os três times possuem estádios próprios e somente o Náutico resolveu levar parte de seus jogos para a Arena. Para minimizar essa situação, o programa estadual que permite troca de notas fiscais por ingresso, passou a ficar restrito aos jogos realizados na Arena Pernambuco, impedindo os torcedores dos outros times de terem acesso ao programa.

Dessa forma, podemos afirmar que as PPP representam a superação da separação entre as esferas público e privada através do estabelecimento de uma relação direta, sem mediações entre empresários e poder público (VAINER, 2000). A destruição criativa de institucionalidades e formas urbanas possibilita a instauração do que Vainer (2011) denominou de “democracia direta do capital”<sup>160</sup>. Então, os equipamentos e serviços gestados sobre a forma de Parcerias Público-Privadas passam a funcionar sob a lógica empresarial, tendo o mercado como regulador social e o lucro como objetivo final, não o bem-estar dos cidadãos.

Nesse sentido, o processo de produção do espaço urbano, em diferentes escalas, parece expressar as demandas dos agentes que dominam a coalizão de poder que conduzem o processo de neoliberalização das cidades. Tal processo, além

---

<sup>160</sup> A expressão destacada foi proposta por Vainer para analisar o estabelecimento de uma cidade de exceção através da realização dos megaeventos esportivos, no qual “o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (VAINER, 2011, p.10).

de concentrar poder e riqueza, vem produzindo espaços marcados pela segregação, como no caso da elitização dos estádios.

Ao analisarmos o Quadro 1, observamos que os principais palcos utilizados pelo clubes tradicionais que possuem significativa quantidade de torcedores, tiveram sua capacidade reduzida com as obras para a Copa do Mundo de 2014, casos do Mineirão (Atlético Mineiro), Maracanã (Flamengo e Fluminense), Beira-Rio (Internacional) e Fonte Nova (Bahia).

A Fonte Nova, por exemplo, na época da sua inauguração, possuía apenas um lance de arquibancada e capacidade estimada de 30 mil espectadores, após a construção do anel superior, em 1971, passou a comportar aproximadamente 80 mil pessoas, mas chegou a ter público de 110 mil torcedores. Pouco antes de ser fechada para reformas, sua capacidade era de 80 mil espectadores. O estádio do Internacional FC, popularmente conhecido como “Gigante da Beira-Rio”, quando foi inaugurado, em 1969, comportava até 110 mil pessoas. Segundo informações do site do clube, na ocasião era considerado o maior e mais moderno estádio particular do mundo<sup>161</sup>. Hoje sua capacidade máxima é de 50 mil torcedores. O mesmo aconteceu com o Maracanã e o Mineirão, cujo gigantismo de outrora foi bastante reduzido, respectivamente, para 78 e 62 mil pessoas, o que ainda confere destaque para ambos em termos de capacidade de público.

Conforme visto no capítulo anterior, a diminuição da capacidade de público dos estádios está relacionada ao aumento do número dos camarotes e áreas VIP, a inserção de lojas e, principalmente, a colocação de assentos em todos os lugares do estádios. Esta última ação tem por objetivo o aumento da segurança e do conforto dos torcedores e, também o aumento do controle sobre o comportamento dos mesmos juntamente com a implantação de câmeras e da aplicação das regras estabelecidas no Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2010). Nesse contexto, de acordo com os princípios legais e com as concepções dos gestores, o torcedor é transformado em consumidor, o que ocasiona uma mudança do perfil social e também racial na composição do público presente nos estádios.

As novas arenas aceleram o processo de elitização que já estava em curso no Brasil. De acordo com levantamento da Pluriconsultoria, entre 2003 e 2013, o valor

---

<sup>161</sup> ‘Arquivo Histórico: roteiro técnico do Beira-Rio de 1969’. Internacional, 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=2&setor=18&codigo=22215>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

médio dos ingressos aumentou 300%, passando de R\$ 9,5 para R\$ 38. Nesse mesmo período, a inflação medida, segundo o IPCA-IBGE, foi de 73%. O salário mínimo ao longo desses dez anos aumentou acima da inflação, totalizando 183%, mas em um patamar bastante inferior a variação dos preços dos ingressos<sup>162</sup>.

Em 2015, tínhamos o ingresso mais inacessível do mundo, de acordo com Oliver Seitz, da University College of Football Business, localizada em Londres. O pesquisador dividiu o valor do salário mínimo pela carga horária de trabalho de cada país e relacionou com o preço do ingresso mais barato. A média brasileira foi onze horas e oito minutos por ingresso, ou seja, mais de 25% da carga horária de trabalho semanal. Para efeito de comparação, são listados os campeões da temporada 2014, que aparecem na seguinte ordem considerando a quantidade de horas trabalhadas para a compra de um ingresso: 1º Cruzeiro (10h18); 2º Barcelona (6h42); 3º Chelsea (6h18); 4º Benfica (4h12); 5º Juventus (3h48); 6º Racing (3h30); LA Galaxy (3h12); PSG (2h36); Bayer de Munique (1h48). A partir dessa comparação, o pesquisador propõe, como um preço acessível para o trabalhador, o equivalente a quatro horas e quinze minutos de trabalho, que correspondiam, naquele momento, ao valor de R\$ 20,63<sup>163</sup>.

No caso do campeonato brasileiro, o aumento do preço dos ingressos pode ser citado como um dos responsáveis pela menor presença de público nos estádios. Entretanto, outros fatores devem ser citados, tais como, a grande quantidade de jogos, a ausência de ídolos e os horários das partidas no meio de semana. A definição dos horários dos jogos, estabelecida pela emissora de TV detentora dos direitos de transmissão, tem a preocupação da melhor inserção em sua grade de programação, desconsiderando as condições de transporte e segurança das cidades, bem como os compromissos laborais dos torcedores.

Por esses fatores, atualmente o Brasil figura como o 15º colocado em média de público em um ranking com as 20 ligas mais importantes, com uma média de público de 15 mil espectadores por jogo e uma taxa de ocupação dos estádios de 39%. O campeonato nacional está atrás não só das principais ligas europeias (Alemanha,

---

<sup>162</sup> 'Em 10 anos, ingresso de futebol sobe mais que salário mínimo'. Exame, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/ingresso-de-futebol-sobe-mais-que-salario-minimo>>. Acesso em 20 jul. 2016.

<sup>163</sup> 'A elitização do futebol: ingresso brasileiro é o mais inacessível do mundo'. Época, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2015/08/elitizacao-do-futebol-ingresso-brasileiro-e-o-mais-inacessivel-do-mundo.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

Inglaterra, Espanha e Itália), mas também da Major League Soccer (EUA), do Campeonato Mexicano, Argentino, Chinês, Japonês, da 2ª divisão da Alemanha e da Inglaterra, entre outros.

Segundo relatório produzido pela auditoria Mazars sobre as principais formas de arrecadação de receitas dos clubes brasileiros, até 2013, as cotas de TV representavam a principal fonte, com 37,3%, seguido pelo marketing, com 17,1% e pela venda de jogadores, 14,7%. A venda de ingressos representava somente 6,8% da arrecadação.

Os números revelam o porquê da TV determinar os horários dos jogos. Também indicam que poderia haver uma melhor precificação para que as partidas, de modo geral, tivessem mais torcedores nos estádios, pois, na média, ainda há 60% de capacidade dos estádios para serem ocupados. Dessa forma, os clubes poderiam ganhar em escala e, do ponto de vista futebolístico, obter melhores resultados ao atuar com maior apoio de seus torcedores. Entretanto, até o momento, parece ser uma escolha dos dirigentes manter os ingressos mais caros e estabelecer um filtro social, pois, na acepção deles, esse torcedor/consumidor é mais controlável que aqueles das classes populares, normalmente mais envolvidos emocionalmente com o clube e com menos recursos para gastar tendo em vista os novos serviços oferecidos na arena.

Se a média de público do campeonato nacional é mais baixa do que as das principais ligas e a arrecadação com bilheteria ainda é pouco representativa no total das receitas dos clubes, algumas agremiações apresentam indicadores em outra direção, como é o caso do Corinthians e do Palmeiras, que tiveram suas modernas arenas inauguradas recentemente. No ano de 2015, ambos praticaram os preços de ingressos mais caros da Série A do campeonato nacional, respectivamente R\$ 59,71 e R\$ 62,72, e conseguiram manter seus estádios com taxa de ocupação elevada e, conseqüentemente, com significativa arrecadação com bilheteria<sup>164</sup>. Dessa forma, o aumento dos preços dos ingressos não podem ser vistos como sinônimos de esvaziamento dos estádios, apesar de em diversos casos contribuírem diretamente para isso, mas de elitização do público torcedor.

Apesar de ser exaltado pela opinião pública como modelo de sucesso, esse processo não ocorre sem questionamentos e resistências. A principal torcida

---

<sup>164</sup> Conforme estudo da BDO Consultoria sobre público e renda da Série A para o ano de 2015. Disponível em: <[https://issuu.com/cruzadavascaia/docs/publico\\_e\\_renda\\_2015](https://issuu.com/cruzadavascaia/docs/publico_e_renda_2015)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel, aponta em seu jornal que as vozes das arquibancadas foram excluídas do debate sobre a modernização do futebol, colocando-se contra o “futebol moderno” e contra a transformação da “paixão em um produto caro e segmentado”. É afirmado na publicação que “é nítido que o povão já é minoria no estádio” e que “a alegria e a forma de torcer mudaram”. A torcida que normalmente é taxada de violenta, aponta para a violência do processo de exclusão do “povão” do estádio e vem organizando-se para combatê-lo. Sua primeira vitória foi a retirada das cadeiras do setor Norte da Arena Corinthians para que os torcedores possam assistir aos jogos de pé<sup>165</sup>. Vale ressaltar que os ingressos para esse setor são vendidos exclusivamente para membros da torcidas organizadas, cadastrados na Federação Paulista de Futebol.

Ao longo do ano corrente de 2016, a torcida promoveu várias ações políticas, com faixas nos estádios contra o governo do estado, a FPF, a CBF e a Rede Globo, suas ações tiveram como consequência o aumento da repressão à torcida com ações da polícia na sua sede. No mês de abril, a Gaviões organizou um ato no vale do Anhangabaú para protestar “Contra todo ditador que no futebol quiser mandar”, exigindo uma gestão transparente do futebol. Sua pauta de reivindicações sintetiza esse processo:

- Denúncia da perseguição política a Gaviões da Fiel;
- Repúdio à medida autoritária de torcida única, pelo diálogo e medidas preventivas efetivas para acabar com a violência;
- Transparência nas contas do estádio do Corinthians;
- Contra o futebol moderno, pelo futebol popular;
- Preço popular dos ingressos;
- Fim do monopólio das transmissões de jogos às 22h;
- Transparência das entidades Federação Paulista de Futebol e Confederação Brasileira de Futebol;
- A punição dos ladrões de merendas, sim!<sup>166</sup>

Os protestos da Gaviões da Fiel nos mostram algumas das contradições produzidas pelas novas arenas construídas para a Copa de 2014. Nem mesmo a Arena Corinthians que vem mantendo elevadas taxas de ocupação e mantendo ingressos caros, o que para a maior parte dos comentaristas esportivos é um caso de

<sup>165</sup> ‘Um novo tempo para o futebol brasileiro’. O Gavião, jul. 2015. Disponível em: <[http://www.gavioes.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Jornal-O-Gavi%C3%A3o\\_Edi%C3%A7%C3%A3o-62.pdf](http://www.gavioes.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Jornal-O-Gavi%C3%A3o_Edi%C3%A7%C3%A3o-62.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

<sup>166</sup> Cf. Página da Gaviões da Fiel no Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/events/1137193676312221/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.



sucesso, está livre de questionamentos. Pelo contrário, o novo modelo produziu um corte de classe que foi rapidamente questionado pela sua torcida, que tem atuado não só combatendo o processo de elitização do futebol, mas também pela garantia das manifestações tradicionais de torcer no estádio.

A partir do que foi apresentado neste capítulo, podemos perceber que a realização da Copa do Mundo de 2014 articulou diversos interesses transescalares. A FIFA é proprietária do evento e atua para que ele seja mais rentável a cada edição, buscando manter o nível técnico, realizar rodízio de sedes por confederações, explorar os enfrentamentos nacionalistas e garantir que os governos nacionais se comprometam com alterações jurídicas e intervenções espaciais para que o evento tenha a imagem e a lucratividade garantida.

Os governos do país e das cidades-sede buscam promovê-los nos circuitos internacionais a partir da exposição oferecida pela realização do evento. Para isso realizam intervenções urbanas pautadas principalmente na imagem da cidade que será vendida, dessa forma é importante receber os turistas em modernos aeroportos, garantir a sua segurança e mostrar ao mundo estádios que seguem o padrão daqueles situados nos principais centros esportivos.

Um dos principais impactos relacionados à Copa se refere às obras realizadas. Nesse contexto observou-se um protagonismo das empreiteiras na execução das obras e na gestão desses espaços. Ao mesmo tempo em que a cidade busca se inserir nas redes globais vendendo as suas imagens, a lógica de produção e gestão do espaço urbano passa a ser pensada por agentes econômicos.

É importante destacar, também, os impactos da Copa diretamente no campo esportivo. Diversos agentes são beneficiados: grupos de mídia, empresas de marketing, fabricantes de materiais esportivos, clubes, federações, entre outros. O impacto mais visível é a reconfiguração do parque de estádios e, conseqüentemente, a elitização do futebol com alterações na forma de torcer, o que não ocorre sem resistências, conforme vimos no exemplo citado a respeito da Gaviões da Fiel.

No próximo capítulo, buscaremos compreender a reforma e concessão do Maracanã como resultado de uma convergência de demandas. Destacaremos como esse processo é desterritorializador e violador de direitos, ao mesmo tempo em que gera resistências e lutas sociais.

#### 4 “O MARACA É NOSSO!”: AGENTES, AGENDAS E ESCALAS NA LUTA POR DIREITOS, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ

Conforme descrito anteriormente, desde 1999, o Maracanã passou por reformas que diminuíram sua capacidade e alteraram sua configuração interna, tendo amplos reflexos no tocante à forma de torcer do público e, também, ao nível de renda dos frequentadores. Grandes eventos esportivos foram impulsionadores dessas modificações. A primeira foi por ocasião da realização do I Mundial de Clubes da FIFA, em 2000, quando foram inseridas cadeiras nas arquibancadas. A segunda foi realizada na preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e teve um impacto ainda maior, pois acabou com a *geral*. As obras vinculadas à preparação para a Copa do Mundo de 2014 e a adaptação do estádio ao “padrão-FIFA” tiveram um impacto muito mais significativo do que as anteriores, pois ocasionaram a modificação por completo de sua estrutura interna e a substituição de sua marquise emblemática.

Entretanto, as intervenções relacionadas à Copa de 2014 ultrapassaram a escala do estádio e atingiram diversas áreas do seu entorno. Houve o fechamento, depredação e ameaça de demolição dos equipamentos que fazem parte do Complexo Esportivo do Maracanã, como os casos do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare, a ameaça de demolição da Escola Municipal Friedenreich e do prédio do antigo Museu do Índio, a desocupação da Aldeia Maracanã e a remoção dos moradores da Favela Metro-Mangueira.

Para além das adaptações do estádio relacionadas às exigências da FIFA, tais intervenções também tiveram o objetivo de atender às demandas do consórcio que assumiu o Maracanã após as obras. Ao passar a administração do estádio para a iniciativa privada, a sua lógica de funcionamento, como espaço de entretenimento e consumo, demandaria a construção de estacionamentos e espaços comerciais no seu entorno. Dessa forma, a destruição criativa de institucionalidades e formas urbanas, direta e indiretamente vinculadas ao estádio, pautada pelo projeto de neoliberalização da cidade e pelos interesses dos agentes que hegemonomizam esse processo, seria responsável pela desterritorialização dos agentes sociais historicamente vinculados ao estádio e ao seu entorno.

Esse processo engendrou resistências e lutas sociais que dizem respeito ao direito ao uso de determinados espaços e a direitos sociais mais amplos. Os grupos

sociais atingidos lutaram contra um violento processo de desterritorialização, marcado pela opacidade de informações e por interesses empresariais. Nesta capítulo analisaremos as resistências a esses processos de desterritorialização, os agentes sociais envolvidos e as estratégias utilizadas no conflito com os agentes hegemônicos, buscando compreender como tais estratégias são marcadas por uma “política de escalas”, na definição de ações políticas na luta por direitos. Da mesma forma que há uma transescalaridade na produção do espaço, há na construção da agenda dos grupos em luta e na definição dos agentes que são objeto de tensionamentos e conflitos, garantindo visibilidade ao processo e, muitas vezes, obrigando os agentes hegemônicos a se posicionarem.

Daremos destaque às ações do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCORJ) e, no seu interior, à campanha “O Maraca é nosso!”. A análise foi construída a partir da nossa participação nesse espaço de articulação, trazendo reflexões e sistematizações elaboradas pelos seus militantes, levando em conta o diálogo com os agentes sociais envolvidos e a experiência na luta política. Também foi importante a realização de um grupo focal com membros da campanha “O Maraca é nosso!”, que proporcionou um momento de reflexão coletiva sobre o processo<sup>167</sup>. Além da fundamentação empírica, utilizaremos como referências os dossiês sobre megaeventos e violações dos direitos humanos lançados pelo CPCORJ, especialmente sua última versão (2015b), e sites dos principais veículos de

---

<sup>167</sup> As informações levantadas durante a realização do grupo focal não aparecerão diretamente descritas aqui na tese. Entretanto, vale ressaltar, elas foram fundamentais para reforçar interpretações anteriores e sistematizar informações, colaborando diretamente na construção da narrativa apresentada neste capítulo. Dessa forma, mais uma vez, o autor agradece aqueles que puderam estar presentes, no dia 09 de setembro de 2015, no espaço cedido pelo Sindicato dos Jornalistas, para esse momento de avaliação: Gustavo Mehl, Lucas Pedretti, Renato Cosentino e Roberto Morales, membros da campanha “O Maraca é nosso!”, além de Irlan Simões, jornalista que escreve sobre futebol a partir de uma perspectiva crítica e que acompanhou os desdobramentos das ações políticas sobre o tema. Na ocasião, foram apresentadas as seguintes questões para debate: 1) O que foi mais determinante no surgimento da Campanha “O Maraca é nosso!”? Em outras palavras, que condições permitiram a emergência da campanha?; 2) O que possibilitou a agregação de uma grande diversidade de grupos na campanha? Quais grupos relevantes não foram incorporados/articulados durante o processo? Por quê?; 3) Como você avalia os papéis assumidos pelos diferentes grupos ao longo da campanha?; 4) Quais foram as ações mais relevantes desenvolvidas? Como? Onde? Por quê?; 5) O que você ressaltaria como mais acertado na campanha? Por quê? Quais foram os limites, equívocos ou estratégias erradas da campanha? Por quê?; 6) Você considera que ocorreram momentos de fragmentação dos grupos ao longo da campanha? O que teria motivado este processo de fragmentação?; 7) Quais os principais fatores que possibilitaram alcançar as vitórias parciais (o recuo do governo estadual e a mudança do projeto original)? E quais os principais fatores que levaram a derrota (privatização)? Porque as estratégias adotadas não foram capazes de superar esses fatores?; 8) Quais são os maiores aprendizados dessa experiência?

imprensa onde os eventos foram reportados, não apenas com o intuito de validar as informações, mas também para demonstrar a visibilidade dos conflitos.

O CPCORJ é um espaço onde se articulam pessoas vinculadas a movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais, grupos de pesquisa de universidades, sindicatos, mandatos parlamentares, além de lideranças populares, moradores de comunidades atingidas e militantes sem vínculos institucionais. Essa articulação questiona o legado dos megaeventos esportivos, discutindo estratégias de mobilização para resistir à implantação de uma política urbana excludente, pautada em princípios neoliberais, que foi colocada em prática em nome da Copa e da Olimpíada. Suas principais pautas são: o direito à moradia, o direito à cidade e à gestão democrática<sup>168</sup>.

Se podemos afirmar que os Jogos Pan-Americanos de 2007 foram o início de um período de grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro e do fortalecimento do processo de neoliberalização da cidade, podemos também relacioná-lo ao início da resistência a esse projeto. Marques (2011) registra manifestações relacionadas ao PAN-2007 já no ano de 2005, apontando para uma articulação de organizações da sociedade civil no Comitê Social do Pan. Segundo o autor, posteriormente, foi formada a Plenária dos Movimentos Sociais (PMS), com um conjunto maior de movimentos sociais, sobretudo aqueles vinculados à luta pela moradia e pela reforma urbana a partir da experiência de luta ali constituída.

Essa articulação foi responsável pela organização do Fórum Social Urbano (FSU), um evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro em março de 2010. A partir da articulação de movimentos sociais urbanos presentes no FSU, foi proposta a construção do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, com a importante presença dos movimentos de luta pela moradia e pela reforma urbana e das entidades e grupos que se organizavam na PMS (TANAKA & COSENTINO, 2014).

O CPCORJ esteve integrado à Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que reuniu comitês populares de todas as cidades-sede da Copa de 2014. A composição, a forma de organização e de atuação dos Comitês Populares certamente não foram idênticas, mas guardaram entre si uma identidade de táticas e estratégias construídas coletivamente, em reuniões presenciais e virtuais. Possuíam

---

<sup>168</sup> De acordo com informações disponíveis no site do CPCORJ.  
<[http://rio.portalpopulardacopa.org.br/index.php?page\\_id=47](http://rio.portalpopulardacopa.org.br/index.php?page_id=47)> Acesso em: 12 out. 2015.

objetivos comuns e partiam da mesma premissa de se contrapor ao projeto hegemônico de cidade que foi reforçado com a realização dos megaeventos esportivos.

Em busca de uma unidade discursiva e de ação, a ANCOP definiu como mote a questão “Copa pra quem?”. A pergunta lançada pelos comitês possuía um forte apelo pedagógico, pois colaborava para problematizar e indicar os agentes que se beneficiariam diretamente com a realização dos megaeventos esportivos, e, por outro lado, para identificar aqueles que, de modo direto, foram atingidos e tiveram seus direitos violados no bojo desse processo.

Tendo em vista as argumentações apresentadas anteriormente, tanto as ações vinculadas aos agentes hegemônicos quanto aquelas dos agentes sociais que atuam em processos de resistência se efetivam em diversas escalas, articulando-as, construindo-as ou “saltando-as” e, assim, constituindo uma “política de escalas” (SMITH, 2002; SWYNGEDOUW, 1997). Os megaeventos, portanto, são multiescalares, da mesma forma que as ações vinculadas aos seus agentes, sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos.

Buscando problematizar a Copa do Mundo em escala nacional, a ANCOP produziu o “Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil” (lançado em dezembro de 2011, atualizado e reimpresso em junho de 2012 e depois em novembro de 2014). Nele, foi sistematizada e publicizada a sua pauta. Entre os assuntos abordados no documento, merecem destaque: moradia, trabalho, esporte, acesso à informação, meio ambiente, mobilidade, segurança pública, orçamento etc. Na escala local, os comitês realizaram atos de rua, promoveram debates, interpelaram agentes governamentais, atuaram junto às comunidades e aos meios de comunicação. No que concerne à escala internacional, há de se destacar o encaminhamento de denúncias de violações de direitos a organismos internacionais e as diversas entrevistas concedidas por membros do CPCORJ para veículos da imprensa internacional, com mais repercussão das suas informações do que na imprensa nacional (TANAKA & COSENTINO, 2014)<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> Veremos adiante como essas escalas institucionalizadas, e reificadas, pelo Estado são assumidas como parâmetros importantes para as lutas e articulações políticas dos movimentos sociais, porém a maior parte da visibilidade e dos ganhos conquistados pela luta política está vinculada à sua capacidade de construir ações multiescalares.

Entre as principais frentes de atuação do CPCORJ, estavam as denúncias de violações de direitos humanos e os impactos do projeto de cidade em curso sob o argumento dos megaeventos. As suas ações, muitas vezes, são realizadas em resposta à atuação do Estado, como por exemplo, a ameaça de remoção de uma comunidade ou o lançamento de um edital de privatização do espaço público. As ações de protesto e a denúncia às ações do Estado, ou de agentes privados que atuam no espaço urbano autorizados pelo Estado, criam uma identidade em torno de pautas para grupos, movimentos e organizações que não necessariamente integram o CPCORJ e, em diversos casos, possuem estratégias distintas ou mesmo divergentes. Porém, essas ações acabam unificando-os na defesa dos direitos à cidade, à moradia, ao trabalho, à manifestação política, ao lazer, à história, à cultura etc.

Como um espaço de articulação, o CPCORJ traz as experiências e os históricos de lutas dos movimentos sociais, sociedade civil organizada e suas lideranças. Essas experiências pretéritas influenciam diretamente na construção da pauta de reivindicações e nas suas formas de atuação. A presença dos movimentos de luta pela moradia e de lideranças de comunidades ameaçadas de remoção, bem como a gravidade do problema, colocaram as remoções e despejos como um dos pontos centrais do Comitê, expresso na campanha “Rio Sem Remoções”.

A partir do debate sobre o modelo de cidade, realizado pelos grupos que faziam parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana e que estão na origem dos Comitês Populares da Copa, acrescentando a relação construída com grupos de torcedores, como a Frente Nacional de Torcedores (FNT) e a extinta Associação Nacional de Torcedores (ANT), e com organizações que discutiam os custos dos megaeventos e a falta de transparência e controle social dos mesmos, foi elaborada a campanha “O Maraca é nosso”.

A seguir explicitaremos o processo de construção dessa campanha, que inicialmente teve como foco os custos da reforma, a relação entre agentes públicos e privados, a elitização do futebol e a remoção dos moradores da Favela Metrô-Mangureira. Posteriormente, “O Maraca é nosso” passou a promover debates sobre os equipamentos integrantes do entorno do estádio e a vincular a concessão do estádio e a demolição do seu complexo com o processo de privatização da cidade.

#### 4.1 Os custos da reforma do Maracanã: a luta pela transparência e pelo controle social dos gastos públicos

Um dos pontos que obtiveram maior destaque no debate sobre a última reforma do Maracanã foram os custos da obra. Orçada inicialmente, em 2010, em R\$ 705 milhões, ao final, atingiu R\$ 1,2 bilhões, sendo uma das obras de estádio mais caras da Copa 2014, conforme comparação apresentada no Quadro 1. Acrescenta-se, a isso, o fato que despertou maior atenção: o estádio havia passado recentemente por duas reformas, para o Mundial de Clubes da FIFA, em 2000, sob o custo de R\$ 106 milhões, e para os Jogos Pan-Americanos de 2007, quando foram gastos R\$ 304 milhões.

O jornalista João Carlos Assumpção e o economista Francisco Pessoa atualizaram os custos dessas obras anteriores a partir da variação do INPC do IBGE (LANCENET, 17 ago. 2011). Assim, naquele momento, os números seriam respectivamente R\$ 237 milhões e R\$ 397 milhões de recursos públicos gastos, que foram completamente desconsiderados com a nova obra de reforma do estádio.

Nesse debate consideramos importante destacar a atuação de três organizações sociais que colaboraram para tornar visível o tema e atuaram principalmente na cobrança por maior transparência na relação entre o poder público e a iniciativa privada, são elas: Meu Rio, Instituto Ethos e Instituto Mais Democracia. A atuação dessas organizações guarda diferenças entre si, tanto de abordagem do tema quanto de estratégias de atuação, que cabem ser analisadas<sup>170</sup>.

O Meu Rio foi criado em setembro de 2011 como “um laboratório de novas interfaces de participação cívica que une a tecnologia à mobilização da sociedade para aproximar os cariocas da política”<sup>171</sup>. Uma das principais formas de atuação da organização é a plataforma “Panela de pressão”, uma ferramenta para criar petições online para pressionar “políticos, empresários e administradores públicos”. Dessa

---

<sup>170</sup> Outro ponto a ser destacado: as três ONG participaram da campanha “O Maraca é nosso!” que foi majoritariamente desenvolvida dentro do CPCORJ. No entanto, por divergências na construção da pauta de enfrentamento com o governo do estado, o Meu Rio e a Instituto Ethos deixaram de fazer parte da campanha.

<sup>171</sup> Conforme informações do site do Meu Rio. Disponível em: <[http://antigo.meurio.org.br/paginas/sobre\\_nos](http://antigo.meurio.org.br/paginas/sobre_nos)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

forma, busca mobilizar as pessoas através de e-mails e redes sociais para que assinem e divulguem as petições.

A primeira petição online do Meu Rio foi a campanha “O Maraca é nosso”, criada com o objetivo de coletar assinaturas para exigir do governo do estado acesso aos documentos das obras do estádio<sup>172</sup>. Conforme apontado na petição, inicialmente a reforma seria realizada através de uma PPP, mas passou a ser concretizada somente com recursos públicos, contando com financiamento do BNDES, para posteriormente ser repassada à iniciativa privada. A petição foi entregue em dezembro de 2012 com mais de 3 mil assinaturas, porém não obteve resposta do governo do estado.

Outra organização que atuou exigindo transparência nas contas do Maracanã foi o Instituto Ethos, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada pelo setor empresarial anunciando uma atuação na área de responsabilidade social e combate à corrupção. O objetivo do Ethos, de acordo com informações do seu site, é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável”<sup>173</sup>. O Ethos criou, em dezembro de 2010, com o apoio da “Siemens Integrity Initiative”<sup>174</sup>, o projeto “Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios”, anunciando que seriam investidos mais de US\$ 3 milhões em ações para estimular a integridade, a transparência nas relações público-privadas e o controle social dos gastos em obras de infraestrutura para a Copa de 2014 e para a Olimpíada de 2016. Para isso seriam criados 12 Comitês Locais, um em cada

---

<sup>172</sup> Embora a campanha tivesse o mesmo mote das ações realizadas pelas organizações de torcedores e pelo CPCORJ, nesse momento ainda não havia uma articulação entre esses grupos. A frase “O Maraca é nosso!” é de domínio popular e é amplamente entoada pelas torcidas no estádio, normalmente para exaltar a atuação ou a vitória de um time. A ideia de sua utilização em uma campanha revela uma disputa nos sentidos do estádio, apontando que o verdadeiro dono do estádio seria a população e que esta deveria ser ouvida em temas que provocassem alterações significativas em sua forma e/ou conteúdo.

<sup>173</sup> Informações retiradas do site do Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.V7H6Q6L56vA>> Acesso em: 19 jul. 2015.

<sup>174</sup> Após o envolvimento em vários casos de corrupção, a Siemens passou a investir em programas de transparência empresarial nos “países em desenvolvimento”. Entretanto, a despeito de projetos desse tipo, há indícios de que a empresa continuava participando de fraudes em processos licitatórios, conforme revela matéria do jornalista Vinícius Segalla. A matéria questiona também o modo como teria sido realizada a aplicação dos recursos disponibilizados para a campanha Jogos Limpos, porém não obteve respostas do Instituto Ethos e da Siemens. ‘Siemens lançou projeto contra corrupção enquanto estava envolvida em fraudes em licitações’. UOL, 05 ago. 2013. Disponível em: <<http://vinciussegalla.blogosfera.uol.com.br/2013/08/05/siemens-lancou-projeto-contracorrupcao-enquanto-estava-envolvida-em-fraudes-em-licitacoes/?cmpid=cgp-esporte-blog>>. Acesso em: 19 jan. 2015.



cidade-sede e dois Comitês nacionais temáticos, um jurídico e outro de empresas e investidores<sup>175</sup>.

Uma das ações dos “Jogos Limpos” foi o envio de um ofício ao governo do estado, em 29 de novembro de 2012, solicitando uma audiência pública para debater o modelo de gestão do Maracanã e a suspensão do processo licitatório de concessão do estádio para a iniciativa privada. O ofício enviado pela organização requisitava que o poder público estabelecesse um diálogo sobre “o modelo de gestão do Maracanã com cidadãos e cidadãs, organizações da sociedade civil e de torcedores e, especialmente, com aqueles grupos diretamente impactados pelas obras previstas”<sup>176</sup>.

Apesar das limitações da atuação política da instituição, umbilicalmente relacionada com o setor empresarial, o ofício trazia importantes demandas dos setores organizados da sociedade civil que naquele momento estavam em embate com o governo do estado, devido ao processo de concessão do estádio e à audiência pública que havia acontecido no início daquele mês, dando continuidade à licitação.

Tanto o Instituto Ethos quanto o Meu Rio colaboraram para visibilizar a pauta dos gastos públicos e da falta de transparência nas obras de reforma do Maracanã. Nesse sentido, suas agendas iam ao encontro das demandas dos setores populares. Ambos, porém, se abstinham de problematizar o processo de concessão do estádio para a iniciativa privada.

Com efeito, a atuação do Instituto Mais Democracia (IMD) merece destaque no debate sobre transparência nas contas públicas. De acordo com informações do site da organização, o IMD atua por maior transparência e controle social, buscando compreender as relações entre o Estado e os agentes econômicos, que normalmente beneficiam grandes empresas e excluem as parcelas mais pobres da população. Para isso, procura produzir conhecimento a partir do pensamento crítico e atuar junto às lutas sociais pela garantia de direitos<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> Conforme informações no site dos Jogos Limpos. Disponível em: <<http://www.jogoslimpos.org.br/conheca-o-projeto/estrategias/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>176</sup> Conforme informações no site dos Jogos Limpos. Disponível em: <<http://www.jogoslimpos.org.br/destaques/instituto-ethos-solicita-audiencia-publica-sobre-modelo-de-gestao-maracana/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>177</sup> Cf. Instituto Mais Democracia. Disponível em: <[www.maisdemocracia.org.br](http://www.maisdemocracia.org.br)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Fundada em 2011, a organização passou a acompanhar as obras vinculadas aos megaeventos, tendo em vista a sua relação com uma linha de ação anteriormente existente no IMD de monitoramento dos investimentos do BNDES<sup>178</sup>. Em novembro de 2011, o Instituto Mais Democracia organizou a oficina “O BNDES e os Megaeventos”, sobre os apoios do Banco às obras de construção/reforma de infraestrutura urbana, estádios e sistemas de apoio da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016<sup>179</sup>. Sobre o Maracanã, o documento base da oficina apontava que o Tribunal de Contas da União (TCU) havia identificado falhas no projeto básico e solicitava que o BNDES informasse ao TCU as providências que estavam sendo tomadas junto ao governo do estado para sanar pendências relativas ao estudo de viabilidade de exploração econômica do Maracanã e à descrição das intervenções no entorno e os indícios de graves irregularidades no processo licitatório<sup>180</sup>.

Entre as ações do IMD com relação ao Maracanã merece destaque o projeto “Os Donos do Rio” realizado em parceria com o CPCORJ. O projeto, que teve como produto um vídeo e um folheto informativo, questionava a submissão da atuação dos governos aos interesses privados, em especial aos das grandes empreiteiras. O levantamento indica que a maior parte dos projetos é executada pelas “quatro irmãs”: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa, presentes em mais de 20 empreendimentos pela cidade. Destaca ainda que outros grupos empresariais são beneficiados pela política em curso, como Grupo X, Organizações Globo, Queiroz Galvão, Brookfield, Cyrela, Rossi, Carvalho Hosken, João Fortes, Carioca Nielsen, Delta, entre outros. O IMD destaca também a forma como as quatro maiores empreiteiras “atuam conjuntamente em vários empreendimentos na cidade, se

---

<sup>178</sup> O IMD integra a Plataforma BNDES, um conjunto de organizações e movimentos sociais que se reúnem, desde 2007, com o objetivo de democratizar o BNDES. A Plataforma acredita que “um banco público de fomento ao desenvolvimento deve ser transparente, estar acessível ao controle social e ter como norte dos seus programas e financiamentos a superação das desigualdades, a responsabilidade diante da questão climática e a promoção de um desenvolvimento que tenha metas socioambientalmente sustentáveis e factíveis de melhoria de vida da maioria da população brasileira”. Disponível em: [https://www.facebook.com/PlataformaBNDES/about/?entry\\_point=page\\_nav\\_about\\_item&tab=page\\_info](https://www.facebook.com/PlataformaBNDES/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

<sup>179</sup> A oficina teve o apoio das seguintes organizações: Justiça Global, Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e da ANCOP. Cf. <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Oficina+o+BNDES+e+os+megaeventos/17614>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

<sup>180</sup> Documento com proposta para a Oficina “O BNDES e os Megaeventos”, Instituto Mais Democracia, 2011.

alteram em outros e, em alguns casos, disputam licitações. O domínio das empreiteiras é tão “evidente que levanta suspeição sobre possível formação de cartel”<sup>181</sup>. Para problematizar a atuação das empreiteiras nas obras e gestão dos equipamentos públicos da cidade, o IMD realizou um projeto no qual o Maracanã aparece como um dos símbolos desse processo, tendo sido utilizado como mote para a produção de uma cartilha e um vídeo de denúncias<sup>182</sup>.

O lançamento do material do projeto “Os Donos do Rio” ocorreu em um ato público realizado em frente à estátua do Belini, no principal acesso ao Maracanã, no dia do sorteio dos grupos da Copa de 2014 (16 dez. 2013). A manifestação foi denominada “O Maraca é Nosso! Por um estádio público e popular. No sorteio da Copa, a sorte nunca está ao lado da população”. De acordo com os panfletos distribuídos, a ação questionava “o balcão de negócios” que se transformou a cidade, submetida aos interesses das empreiteiras, da FIFA e dos seus patrocinadores, denunciando a possível formação de cartel nas obras públicas relacionadas aos megaeventos e levantando a bandeira da desmercantilização do estádio e da cidade. De forma bem-humorada os manifestantes realizaram uma encenação de um “anti-sorteio”, no qual os vencedores eram sempre a FIFA, seus patrocinadores e as empreiteiras.

#### **4.2 Remoção e reassentamento da comunidade Metrô-Mangueira: a luta pelo direito à moradia**

A favela Metrô-Mangueira, situada nas proximidades do Maracanã, ao lado da linha férrea, foi diretamente afetada pelas obras relacionadas aos megaeventos esportivos. Com aproximadamente 650 famílias e mais de trinta anos de existência, teve seus moradores removidos sob a justificativa da necessidade de construção de um estacionamento para o Maracanã, sendo que tal projeto não foi apresentado. A atuação do poder público foi marcada pela ausência de informações, pressão e

---

<sup>181</sup> Cf. <<http://proprietariosdobrasil.org.br/donos-do-rio/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>182</sup> O vídeo “Maracanã e os Donos do Rio” está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lrw5ll66SOY>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

coação aos moradores para que aceitassem as ofertas da prefeitura, em um processo marcado pela violação do direito à moradia (CPCORJ, 2015b).

As casas da favela começaram a ser marcadas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação), em agosto de 2010. Após a marcação com a sigla, que indicava as casas que seriam demolidas, a prefeitura passou atuar para que os moradores deixassem suas residências. No entanto, a resistência da comunidade começou a contar com alguns apoios, como o Conselho Popular<sup>183</sup> e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado. Tanto um quanto outro apontavam as ilegalidades na atuação do poder público, ajudavam os moradores a resistir e impediam que as demolições seguissem a diante.

Um importante momento de visibilidade da luta dos moradores da favela e de denúncia das violações de direitos humanos que estavam em curso no local, foi a missão da Plataforma DHESCA<sup>184</sup> e da Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia<sup>185</sup>, organizada pelo CPCORJ, em maio de 2011 (a Figura 20 apresenta a situação de parte da favela durante essa missão). A missão visitou comunidades que estavam passando por processos de remoção em várias partes da cidade e, ao final, produziu um relatório que foi amplamente divulgado, indicando diversas violações relacionadas ao direito à moradia na preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

---

<sup>183</sup> O Conselho Popular reunia comunidades ameaçadas de remoção, a Pastoral de Favelas, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, entre outros grupos.

<sup>184</sup> A Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) é uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil, que atuam realizando ações de promoção e defesa dos direitos humanos e reparação de violações de direitos. De acordo com o site da Plataforma as missões são vistas como momentos de incidência política para articulação e empoderamento dos agentes locais. Disponível em: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

<sup>185</sup> A Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia tem a função de examinar, monitorar, aconselhar e relatar a situação do direito à moradia no mundo. O relator é um especialista que não integra os quadros da ONU, nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos da instituição para exercer um mandato de três anos, passível de recondução. Nesse período a relatora era a professora Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (2008-2014). Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

Figura 20 - Na favela Metrô-Mangueira, moradores convivem com entulhos da demolição das casas daqueles que foram removidos



Foto: O autor, 20 maio 2011.

O relatório apontou que os procedimentos utilizados pela prefeitura estavam em desacordo com os tratados internacionais sobre o tema, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, e apresentavam violações antes, durante e depois dos processos de remoções. Entre as violações ocorridas, podemos destacar: o não reconhecimento do direito à posse; a violação do direito à informação com a negação do acesso ao projeto; propostas inadequadas de reassentamento, muito distantes do local de moradia original; agressões intimidações e ameaças verbais durante a remoção; demolição parcial das casas para pressionar as famílias que se negavam a negociar; demolição antes da definição do local de reassentamento definitivo; propostas inadequadas de indenização, entre outras<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> Disponível em: [http://rio.portalpopulardacopa.org.br/index.php?page\\_id=2505](http://rio.portalpopulardacopa.org.br/index.php?page_id=2505) Acesso em: 06 nov. 2015.

A despeito das denúncias e do apoio de diversas organizações, após forte pressão do poder público, 108 famílias foram removidas e reassentadas em conjuntos habitacionais localizados no bairro de Cosmos, na Zona Oeste da cidade, a aproximadamente 50 km do local. As famílias que resistiram a esse processo, vivendo em meio aos escombros das demolições das casas daqueles que haviam sido removidos, conseguiram a opção de reassentamento nas proximidades do antigo local de moradia. Foram reassentadas 462 famílias nos conjuntos habitacionais Mangueira I e Mangueira II, localizados a menos de 500 metros do local, e 92 famílias em um conjunto habitacional em Triagem, um bairro próximo e com boa infraestrutura de transporte. Vale ressaltar que a destinação dos conjuntos Mangueira I e II para a comunidade pode ser vista como uma conquista da resistência dos moradores, pois ambos não haviam sido construídos para essa finalidade<sup>187</sup>.

A luta da comunidade contra o processo de remoção teve como um dos seus principais símbolos o grafite realizado em uma das paredes da Favela. O desenho anunciando a destruição da comunidade por conta da Copa de 2014 e a tristeza de uma criança vestindo a camisa da seleção brasileira de futebol teve ampla divulgação nas redes sociais e foi destaque em diversos veículos de comunicação pelo mundo (Figura 21). Após as remoções e os reassentamentos da comunidade, parte das casas vazias, embora depredadas, foi ocupada por sem-teto e usuários de drogas, em meio aos entulhos das demolições e ao lixo depositado no local. No início de 2014, sem aviso prévio e com emprego de força policial, foi realizada uma ação para a retirada dos novos ocupantes. Algumas casas chegaram a ser derrubadas, mas os moradores iniciaram um protesto fechando a principal via do local. A ação contou com cobertura de midiativistas e divulgação nos canais alternativos de comunicação, chegando também aos principais veículos de imprensa (Figura 22)<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> Os dados apresentados foram sistematizados pelo CPCORJ. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>188</sup> 'Clima continua tenso na Mangueira com novo conflito entre policiais e moradores'. Jornal do Brasil, 8 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/01/08/clima-continua-tenso-na-mangueira-com-novo-conflito-entre-policiais-e-moradores/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Figura 21 - Grafite na Favela Metrô-Mangureira questionando a remoção da comunidade por conta da Copa é destaque no Jornal Metro, da Inglaterra



Fonte: Metro. Disponível em: <<http://metro.co.uk/2012/04/23/how-the-build-up-to-the-world-cup-and-olympics-is-affecting-rios-favelas-406668/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

O processo de remoção da comunidade Metrô-Mangueira obteve ampla repercussão devido à resistência dos moradores e também por conta da proximidade da favela com o estádio do Maracanã. O apoio de diferentes agentes sociais também colaborou para problematizar as violações em curso e dar visibilidade ao conflito, garantindo subsídios jurídicos à luta institucional e espaço na imprensa, sobretudo internacional. Dessa forma, a resistência criou um tensionamento com a prefeitura do Rio de Janeiro, para que ela oferecesse melhores condições de reassentamento para os moradores da favela, com o governo do estado, responsável pela obra do Maracanã e pelo projeto de construção de um estacionamento, e com a FIFA, a proprietária do evento<sup>189</sup>.

<sup>189</sup> Rolnik (2010), ao analisar as violações do direito à moradia vinculadas aos megaeventos esportivos, aponta que a FIFA e o COI não possuem em seus marcos normativos disposições que estabeleçam o direito à moradia como procedimento para a realização dos seus eventos.

Figura 22 - Manifestação contrária a retirada dos sem-teto ocupantes da Favela Metrô-Mangureira



Foto: Paula Kossatz, 07 jan. 2014.

#### 4.3 “O Maraca é nosso!”: a luta pelo direito ao estádio

Os torcedores foram um dos primeiros grupos a questionar os impactos da reforma do Maracanã. Algumas organizações tiveram papel destacado em ações que problematizavam a elitização do futebol e a atuação das instituições responsáveis pelo esporte em âmbito internacional e nacional, respectivamente a FIFA e a CBF. Entre essas organizações podemos destacar a Associação Nacional dos Torcedores (ANT), a Federação Nacional dos Torcedores (FNT) e o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCORJ).

A criação da ANT foi oficializada em outubro de 2010, em frente ao portão 18 do Maracanã, logo após o início das obras do estádio. A entidade afirmava, por um lado, que os torcedores não haviam sido consultados a respeito da reforma do Maracanã e também indicava que o discurso da “modernização do futebol” brasileiro teria o objetivo de elitizar o estádio, além de modificar as formas tradicionais de torcer. Por outro lado, questionava o fato de o debate sobre a “modernização do futebol” não tocar em pontos importantes, como o transporte urbano precário, a segurança



ineficiente e o horário de jogos inadequados aos trabalhadores. A entidade também indagava os elevados gastos com as sucessivas reformas do Maracanã e os processos que haviam sido responsáveis pelo fim da geral<sup>190</sup>.

As argumentações apresentadas pela ANT também estavam na agenda de FNT e do CPCORJ. A FNT foi criada em dezembro de 2010 como uma dissidência da ANT. Entre as causas da dissidência, os membros da FNT indicaram que a pauta de reivindicações era muito ampla e havia uma demasiada valorização do debate acadêmico pela ANT, defendendo a realização de atividades mais práticas<sup>191</sup>. Em sua página a FNT se define como: “movimento social com objetivo de lutar pelos direitos dos torcedores, visando um futebol justo, democrático e popular. Lutamos contra a corrupção, tiranias e elitização do futebol”<sup>192</sup>.

Para além das suas diferenças, esses grupos organizaram de forma conjunta o ato “Você Pensa que a Copa é Nossa?”, no dia do sorteio dos grupos das eliminatórias da Copa do Mundo de 2014, ocorrido em 30 de julho de 2011. Nesse mesmo dia, foram realizados atos públicos em diversas cidades-sede da Copa, organizados pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). A simultaneidade de diferentes eventos pelo Brasil, garantiu grande repercussão na imprensa.

O ato do Rio de Janeiro teve como ponto de concentração o Largo do Machado, local tradicional das manifestações que partem em direção ao Palácio da Guanabara para interpelar o governo do estado, o responsável pela obra no Maracanã. Porém, nesse dia, as mais de 700 pessoas presentes foram em direção ao local do sorteio, que acontecia na Marina da Glória. Os manifestantes apresentavam denúncias sobre as remoções vinculadas às obras da Copa e da Olimpíada, a falta de transparência e participação popular nos projetos, o gasto desmedido do dinheiro público e a elitização

---

<sup>190</sup> ‘Torcedores unidos por seus direitos’. Brasil de Fato, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/4450>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>191</sup> Um dos pontos de embate que levou a cisão das organizações foi a proposta de combate à homofobia nos cantos das torcidas defendida pela ANT. A FNT compreendia que a cultura sexista está diretamente atrelada ao futebol e, mesmo não defendendo a homofobia, não considerava que, em um primeiro momento, esse deveria ser tema central na sua agenda de luta. ‘Organização critica tirania no futebol’. Gazeta do Povo, 20 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/organizacao-critica-tirania-no-futebol-bsr2icknfb3vf9rdduvia1ce>>. Acesso em: 20 jul 2016.

<sup>192</sup> Página da FNT-RJ no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FNT.RJ/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

do esporte. Uma das pautas que na ocasião ganhou grande destaque na imprensa foi a palavra de ordem “Fora Teixeira”, puxada pela FNT em alusão às denúncias de corrupção envolvendo o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira (Figura 23).

Figura 23 - Manifestantes pedem a saída de Ricardo Teixeira no ato público “Você Pensa que a Copa é Nossa?”



Foto: O autor, 30 jul. 2011.

Posteriormente, em novembro de 2011, um pequeno grupo de ativistas, com membros do Comitê, ANT e FNT, esteve presente na Feira Internacional Soccerex, um dos maiores eventos de negócios relacionados ao futebol do mundo, reunindo empresários, dirigentes e ex-jogadores. Na ocasião, os manifestantes protestaram de forma irreverente, fantasiados com cartolas, contra a elitização do futebol brasileiro e a privatização do Maracanã, além de pedirem a saída de Ricardo Teixeira da presidência da CBF<sup>193</sup>.

A primeira manifestação utilizando a palavra de ordem “O Maraca é nosso!” foi

<sup>193</sup> ‘Manifesto no Rio pede saída de presidente da CBF’. R7, 26 nov. 2011. Disponível em: <<http://tv.r7.com/record-play/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/manifesto-no-rio-pede-saida-do-presidente-da-cbf-20102015>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

um abraço simbólico ao estádio, realizado em 3 de dezembro de 2011. A ação organizada pelo CPCORJ e pela ANT, questionava, entre outros pontos, a privatização do estádio, sua elitização, sua descaracterização arquitetônica, a imposição de uma nova forma de torcer e a remoção das famílias da Favela Metro-Mangureira.

O debate sobre elitização dos tradicionais estádios de futebol do país também fez parte do primeiro Dossiê Nacional Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, lançado pela ANCOP naquele mesmo mês. O Dossiê, apresentado simultaneamente em ações nas 12 cidades-sede, reuniu informações sobre as violações nas áreas de moradia, trabalho, informação, participação e representação popular, meio ambiente, acesso à serviços e bens públicos, mobilidade e segurança pública. A sistematização dessas informações em um dossiê foi fundamental do ponto de vista da disputa discursiva sobre o significado dos megaeventos. O documento produzido a partir de amplo levantamento de dados e informações, fortaleceu as argumentações dos comitês populares das diferentes cidades-sede e contribuiu para o processo de difusão de uma visão crítica sobre os megaeventos, pautando o trabalho de jornalistas nacionais e estrangeiros, servindo de base para pesquisas acadêmicas e de fonte de informações amplamente divulgadas nas redes sociais<sup>194</sup>.

Outra forma utilizada para problematizar o tema foi a realização de debates públicos, com a participação de jornalistas esportivos de renome, pesquisadores acadêmicos, organizações sociais e atingidos. Os debates realizados, em 2011 e 2012, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Câmara de Vereadores e na UERJ, contaram com significativa presença de público. Além desses grandes debates, também foi utilizada a estratégia de realizar pequenos eventos em universidades, expondo os temas apresentados nos dossiês elaborados pelo Comitê.

No final de 2011, o CPCORJ, juntamente com a ANT, havia realizado um abraço simbólico ao estádio, o Meu Rio havia iniciado uma petição online exigindo

---

<sup>194</sup> O dossiê da ANCOP foi atualizado todos os anos até a realização da Copa. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio também lançou, em abril de 2012, o Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. O dossiê, com foco na cidade do Rio de Janeiro, foi atualizado anualmente até a sua última versão, lançada em português e inglês, em dezembro de 2015 com o título: "Rio 2016: os Jogos da Exclusão". As sucessivas edições dos dossiês foram lançadas em debates, normalmente em espaços do Centro da cidade, com ampla presença de público e de veículos de imprensa, constituindo-se em importantes momentos de problematização dos megaeventos esportivos.

transparência nas obras do Maracanã<sup>195</sup>, e a FNT vinha questionando o processo de privatização e elitização do estádio, acompanhando audiências e realizando atos públicos. Estes três grupos, que já estavam realizando ações que questionavam os processos de reforma do Maracanã, se articularam e criaram a campanha “O Maraca é nosso!”, lançada no primeiro semestre de 2012.

Em abril de 2012, o CPCORJ lançou uma agenda com suas “onze posições” para a campanha:

**1. Mau uso do dinheiro público:** De 1999 a 2006, foram gastos cerca de 400 milhões de reais em reformas que prometiam deixar o Maraca pronto para a Copa de 2014. Agora decidem colocar tudo abaixo e construir um novo estádio por mais de 1 bilhão ( !!! ), via BNDES.

**2. Privatização do Maracanã:** Após as centenas de milhões das reformas, e o bilhão da reconstrução, não faz sentido um patrimônio público, de todos os cariocas, ser repassado para a iniciativa privada (Eike Batista!!), que não investiu no estádio, mas está a postos para embolsar o lucro gerado por ele. O Maraca é da população e não pode ser vendido!

**3. Elitização do Maracanã:** A geral, espaço tradicional de participação popular, com ingressos a preços acessíveis, já havia sido extinta. Está cada vez mais caro frequentar e assistir futebol ao vivo, o que tem afastado boa parte da população dos estádios e enriquecido as empresas de TV a cabo. Exigimos preços populares!

**4. “Europeização” do Maracanã:** Sem a geral, morrem as manifestações populares bem-humoradas. Agora, botam abaixo também as arquibancadas, espaço coletivo de criação, para a construção de um Maracanã apenas com camarotes, currais “VIPs”, cadeiras numeradas e lugares marcados, inviabilizando nossas formas tradicionais de torcer, com mobilidade e liberdade dentro do estádio, coreografias, instrumentos musicais, bandeiras... Queremos respeito à nossa cultura de torcedor e exigimos a inclusão de setores populares no projeto do novo estádio!

**5. “Encolhimento” do Maracanã:** Recentemente, mais de 100 mil pessoas assistiam ao jogo com segurança no estádio. Com cadeirinhas acolchoadas e lugares marcados, cai pela metade a capacidade, aumenta o preço do ingresso, e menos pessoas podem ver o jogo. Pra ver seu time, o geraldino hoje é obrigado a se espremer no boteco da esquina!

**6. Descaracterização arquitetônica do Maracanã:** O estádio, que era um patrimônio histórico e cultural tombado, passou a ser um patrimônio demolido, às vistas de todos, com as bênçãos do IPHAN. Sua arquitetura foi completamente descaracterizada, e a ideia é erguer uma “arena” asséptica e metida a besta. O Maracanã não pode virar shopping center!

**7. Remoção de famílias do entorno:** Comunidades de baixa renda estão tendo suas casas demolidas para dar lugar a estacionamentos gigantescos. Defendemos que o direito das pessoas a uma moradia adequada é um legado mais importante do que vagas para carros!

**8. Falta de Transparência e Participação Popular:** Onde estão os laudos técnicos, os estudos de impacto e as plantas do projeto para o estádio? Em que mesa se decidiu a demolição da arquibancada e da marquise? Houve audiências públicas? Os torcedores, verdadeiros donos do Maraca, foram consultados? Onde está o balanço financeiro da SUDERJ que comprova que o Maracanã é deficitário?

**9. Repressão ao comércio informal no entorno do estádio:** Esqueça o isopor e a cervejinha antes de entrar no estádio. No “Novo Maracanã”, torcedor não bate-papo na porta do estádio, e trabalhador que tá na batalha

<sup>195</sup> ‘O Maraca é nosso’. Meu Rio. Disponível em: <[http://antigo.meurio.org.br/na\\_atividade/1](http://antigo.meurio.org.br/na_atividade/1)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

toma madeirada no lombo e volta pra casa de mão abanando.

**10 – Favorecimento explícito a grupos empresariais:** Odebrecht, Andrade Gutierrez, Delta, Eike Batista... As figurinhas são sempre as mesmas: as mesmas que fornecem jatinhos, helicópteros e outros mimos para o Governador Sérgio Cabral; as mesmas que fecham contratos em todos os estádios da Copa e em outras obras de infraestrutura; as mesmas que vão ser donas dos camarotes VIPs das “arenas”; as mesmas que financiam as campanhas dos partidos políticos mais ricos...

**11 – Más condições de trabalho nas obras:** Enquanto as empreiteiras enchem o cofre de dinheiro, os operários das obras do Maraca reivindicam benefícios fundamentais e melhores salários e condições de trabalho. Em 2011, os trabalhadores ficaram pelo menos 24 dias em greve<sup>196</sup>.

As “onze posições” da campanha, em analogia à quantidade de jogadores de um time de futebol, sintetizavam as pautas construídas pelas diferentes organizações e passaram a servir de balizamento na “batalha discursiva” sobre o tema. A agenda apresentada desvenda diversas contradições relacionadas à preparação do estádio para a Copa, criticando a atuação do poder público devido à sua submissão aos interesses de agentes privados, ao desrespeito a cultura popular e ao patrimônio histórico, e às violações no direito à moradia e ao trabalho<sup>197</sup>.

Posteriormente, as reivindicações receberam uma identidade visual com criação de um logotipo que seria amplamente difundida através das redes sociais, panfletos e camisetas (Figura 24).

O primeiro ato público da campanha "O Maraca é Nosso!", foi realizado em 3 de julho de 2012. A passeata saiu do Posto 9, em Ipanema, em direção à residência do então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no Leblon. Na ocasião, a imprensa anunciava uma relação íntima do governador com empresários do Rio de Janeiro, supostamente envolvidos em esquemas de corrupção, entre eles estava o dono da construtora Delta que, até então, fazia parte do consórcio responsável pela reforma do Maracanã.

<sup>196</sup> ‘Campanha O Maraca é nosso’. CPORJ, 25 abr. 2012. Disponível em: <<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=992>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>197</sup> Por divergências quanto a amplitude da agenda apresentada pela campanha, o Meu Rio deixou de participar logo a seguir.

Figura 24 - Logotipo da campanha “O Maraca é nosso!”



Fonte: CPCORJ. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/tag/maracana/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

O protesto teve como pautas a não privatização do Maracanã, a garantia de setores populares no estádio e o respeito à forma de torcer do brasileiro. Dessa forma, apresentou uma proposta estética diretamente relacionada ao futebol. Os manifestantes usavam camisas de times, entoavam melodias tradicionais do Maracanã, mas com letras direcionadas ao governador e aos seus aliados. Ao chegar em frente à residência do governador, promoveram um apitaço, deram cartão vermelho e acenderam sinalizadores, hoje proibidos nos estádios (Figura 25)<sup>198</sup>.

Os questionamentos em torno do estádio construíram diversas escalas de luta, estabelecendo tensões com a FIFA, a CBF, o governo do estado, e com os agentes privados diretamente interessados na reforma e gestão do Maracanã. Nesses embates, os torcedores, a partir de um processo de desterritorialização, construíram uma agenda que podemos definir como o “direito ao estádio”, embora tal expressão em nenhum momento tenha sido utilizada. Dialogando com Mascarenhas (2013; 2014b), talvez o primeiro a utilizar tal expressão, propomos pensar o “direito ao estádio” a partir da agenda construída na campanha “O Maraca é nosso!”. Dessa forma, a expressão indicaria o respeito às formas tradicionais de torcer elaboradas ao

<sup>198</sup> É interessante observar, para além das principais pautas da campanha, que esta foi a primeira atividade política em frente à casa do antigo governador e que posteriormente nesse espaço foi realizado o movimento Ocupa Cabral, sem relação com o CPCORJ ou as demais organizações da campanha “O Maraca é nosso!”, no qual manifestantes faziam vigílias no local exigindo a saída do governador.

longo dos anos de apropriação desses espaços. Assim, colocar-se-ia contra o “padrão-FIFA”, que impõe que todos os torcedores fiquem sentados, a “elitização do futebol” e a conseqüente exclusão da classe trabalhadora, a principal responsável pelo estabelecimento da “cultura torcedora” tal como conhecemos. Ademais, inclui também a presença do trabalhador informal, fundamental para a configuração dessa paisagem, com suas comidas, bebidas e produtos dos clubes.

Figura 25 - Imagens do protesto “O Maraca é nosso!”, realizado no dia 03/06/12 em frente à residência do então governador Sérgio Cabral



Fonte: CPCORJ. Disponível em: <<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=1086>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Os encontros realizados pelos agentes sociais pelo direito ao estádio revelaram-se também embates contra a neoliberalização da cidade, um dos fatores responsáveis pela implementação desse modelo, questionando não só o governo do estado, mas a coalizão do poder que hegemoniza esse processo. Podemos afirmar que a disputa pelo sentido do estádio é também pelo sentido da cidade.

O fortalecimento da luta dos torcedores ocorreu com a adesão de outros grupos à campanha contra a privatização do estádio. Esta esteve relacionada à possibilidade de demolição dos equipamentos do seu entorno, conforme previsto no lançamento da minuta do edital de concessão em outubro de 2012. Apresentaremos, a seguir, os espaços que foram ameaçados e a luta dos grupos atingidos, para, posteriormente, descreveremos algumas ações realizadas em conjunto por esses agentes articulados pelo CPCORJ no âmbito da campanha “O Maraca é nosso!”.

#### 4.4 “O Célio de Barros é nosso!”, “O Júlio Delamare é nosso!”: a luta pelo direito ao esporte

Os dois equipamentos esportivos que fazem parte do Complexo do Maracanã também passaram a ser ameaçados de demolição com o desenvolvimento dos processos relacionados à reforma do Maracanã para a Copa de 2014 e a sua transformação em espaço de consumo. Especialmente a respeito desses equipamentos, vale retomar dois pontos apresentados anteriormente nesta tese. O primeiro concerne ao projeto do Maracanã, ambos equipamentos faziam parte da concepção original do estádio, que não estava relacionada somente a um espaço para grandes espetáculos futebolísticos, mas a um complexo esportivo voltado para o desenvolvimento da população da cidade, seguindo inclusive o modelo que havia sido implementado pela prefeitura de São Paulo na construção do Pacaembu, porém em uma escala ampliada.

O segundo ponto está relacionado ao tombamento do estádio, que incluía também o polígono do entorno, para garantir visibilidade e integridade ao bem tombado, ou seja, à preservação do estádio como bem cultural, e inseria também a preservação dos elementos originais do projeto. Ainda no tocante à preservação institucional desses equipamentos, vale ressaltar que ambos eram protegidos através de um decreto de tombamento na esfera municipal. Mas, antes do lançamento da minuta do edital de concessão do Maracanã, no dia 19 de outubro de 2012, o prefeito Eduardo Paes assinou um decreto de destombamento, para viabilizar o projeto de privatização<sup>199</sup>, que previa a construção de um edifício garagem, com estacionamentos verticais nesses espaços e a reconstrução dos equipamentos em uma área pertencente ao exército, localizada do outro lado da via férrea, porém sem definir prazos e detalhes técnicos para as novas instalações (RIO DE JANEIRO, 2012).

Esses equipamentos possuem como características, fundamentalmente, devido ao seu caráter público, serem espaços onde o esporte é estimulado em suas diversas vertentes. Ao mesmo tempo em que é utilizado para treinamento pelos

---

<sup>199</sup> ‘Prefeitura do Rio ‘destomba’ centros esportivos para Estado privatizar Maracanã’. UOL, 22 out. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/22/prefeitura-do-rio-destomba-centros-esportivos-para-estado-privatizar-maracana.htm>>. Acesso em 19 jan. 2015.



atletas de rendimento, para formação de futuros atletas, é também espaço de aprendizagem, reabilitação e prevenção de doenças através da prática esportiva, por pessoas das mais variadas faixas etárias e classes sociais.

A proposta de demolição desses equipamentos de grande importância para o esporte na cidade gerou reações e resistências dos seus usuários, professores, atletas e ex-atletas. Uma resistência a partir das suas próprias estratégias e também articulada às diversas organizações que estavam envolvidas com as lutas no entorno do Maracanã, especialmente, através da campanha “O Maraca é nosso!”.

#### 4.4.1 “O Célio de Barros é nosso!”

Da mesma forma que o Maracanã foi inaugurado sem estar completamente finalizado e foi sendo terminado aos poucos nas décadas seguintes, as demais construções previstas no projeto também demoraram para ser executadas. O Estádio de Atletismo Célio de Barros, que teve seu nome em homenagem a um dos responsáveis pela articulação política que trouxe a Copa do Mundo de 1950 ao Brasil, foi iniciado em 1954, como uma pequena pista de terra ao lado do Maracanã. Em 1974, o estádio foi inaugurado, com pistas reformadas, arquibancadas e instalações para atletas e usuários. A qualidade das suas instalações o transformou em um dos mais importantes espaços do esporte no Brasil, para treinamento e formação de atletas e realização de competições dos mais variados níveis, desde competições estudantis a eventos internacionais. Ali foram realizadas diversas edições do Troféu Brasil de Atletismo, índices olímpicos foram conquistados e recordes foram quebrados.

Pelas pistas do Célio de Barros passaram alguns dos principais nomes do atletismo brasileiro, Aida dos Santos, João do Pulo, Nelson Prudêncio, Nelson Rocha dos Santos, Zequinha Barbosa, Robson Caetano, Joaquim Cruz, Claudinei Quirino, Maureen Maggi, entre muitos outros. Adhemar Ferreira da Silva, bicampeão olímpico no salto triplo e cinco vezes recordista mundial na modalidade, veio morar no Rio de Janeiro, em 1955, para se preparar para competir em Melbourne, em 1956, onde conseguiu a sua segunda medalha.

Segundo informações do site da SUDERJ<sup>200</sup>, o estádio de atletismo ocupa uma área total de 18.714m<sup>2</sup>, com 15.501m<sup>2</sup> de área construída, 756m<sup>2</sup> para estacionamento e 457m<sup>2</sup> de jardins, com espaço de lazer gratuito para a comunidade, e capacidade para 9.143 pessoas, sendo 8.000 nas arquibancadas, 1.053 nas cadeiras e 50 na tribuna de honra.

Antes do seu fechamento, em 9 de janeiro de 2013, o Célio de Barros era utilizado por cerca de 600 pessoas por dia, desde atletas de alto rendimento a crianças e idosos em programas de iniciação ao atletismo, proporcionando inserção social e tratamento de saúde através do esporte. Eram aproximadamente 150 atletas de alto rendimento, em um total de 15 equipes, que utilizavam o Célio de Barros e que tiveram seus treinamentos prejudicados.

Conforme visto no capítulo anterior, os projetos de concessão do Maracanã continham a transformação do seu Complexo em espaço comercial e de entretenimento. Dessa forma, propunham demolir o Célio de Barros para utilizar o seu espaço para construção de estacionamentos, o que voltou a se repetir com o lançamento da minuta do edital em 2012.

O Célio de Barros foi fechado pelo governo do estado sem qualquer notificação aos seus usuários. Atletas foram impedidos de treinar, projetos sociais, competições e eventos foram paralisados, ocasionando um verdadeiro retrocesso no atletismo brasileiro<sup>201</sup>. Materiais de treinamento e documentos ficaram trancados se deteriorando durante mais seis meses, quando, na presença de um Defensor Público, conseguiram ter acesso ao espaço e constatou-se que boa parte desses materiais havia sido perdida.

Atletas, ex-atletas, professores de projetos sociais, a Federação de Atletismo do Rio de Janeiro (FARJ), a Associação de Veteranos do Atletismo do Rio de Janeiro (AVATRJ), com o apoio do CPCORJ, se mobilizaram para questionar o fechamento e a proposta de demolição do estádio de atletismo. No dia 31 de janeiro, realizaram um

---

<sup>200</sup> 'Estádio de Atletismo Célio de Barros'. SUDERJ. Disponível em: <[http://www.suderj.rj.gov.br/estadio\\_atletismo.asp](http://www.suderj.rj.gov.br/estadio_atletismo.asp)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>201</sup> O ex-velocista campeão mundial, Nelson Rocha dos Santos, professor de educação física que atuava em projetos sociais no Célio de Barros, afirma que em pleno ciclo olímpico o esporte retrocedeu pelo menos 15 anos devido ao fechamento do estádio, com impactos em atletas de ponta, promessas do esporte e nos projetos de iniciação esportiva. Cf. 'Vamos retroceder 15 anos sem o Célio de Barros'. APública, 01 mar. 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/03/vamos-retroceder-15-anos-sem-celio-de-barros-diz-ex-atleta-maracana-copa-2014-copa-do-mundo-atletismo/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ato público contra a demolição do Célio de Barros. O ato, promovido na ABI, contou com a presença de diversos atletas, como a campeã olímpica Maurren Maggi e Rosângela Santos, uma das principais velocistas do país, e ex-atletas como Nelsinho dos Santos. Na atividade foi lida uma carta de apoio do medalhista olímpico Joaquim Cruz e foi assinado um documento contra a demolição do Estádio Célio de Barros, posteriormente enviado à Presidência da República, ao Ministério dos Esportes e ao Comitê Olímpico Brasileiro. A ação contou com adesão da Confederação Sul-americana de Atletismo e de diversas das suas federações, entre as quais a da Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela, que enviaram notas de apoio<sup>202</sup>. Alguns dias depois, o presidente da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF, em inglês), Lamine Diack protestou contra a destruição do estádio, enviando uma carta ao governador, na qual ele afirmava sua surpresa e desapontamento com a decisão de destruição do Célio de Barros para construção de estacionamento do Maracanã. De acordo com Diack, tal decisão teria “consequências muito negativas” sobre a imagem da cidade “aos olhos da comunidade do atletismo mundial, e também no desenvolvimento do nosso esporte”, pois “a destruição destas instalações de atletismo viola claramente as necessidades dos atletas brasileiros e do mundo”<sup>203</sup>.

A situação gerou um constrangimento ao governador, que enviou uma resposta oficial através do seu chefe de gabinete, na qual afirmava que seria construído um novo estádio para o atletismo, e que havia sido estabelecido um mal-entendido<sup>204</sup>. O embate foi destaque nos principais jornais do país<sup>205</sup>.

Após o ato na ABI, o grupo de atingidos buscou se manter mobilizado, realizando panfletagens e levando suas faixas para diversas corridas de rua que acontecem aos finais de semana na cidade. Em 2014, criaram a “Corrida e caminhada de confraternização pela reconstrução do Célio de Barros”, cuja primeira edição foi realizada no dia 09 de março. O evento, que já contou com mais de uma dezena de edições, tem sua largada e chegada no estádio de atletismo (Figura 26).

---

<sup>202</sup> Cf. FARJ. Disponível em: <<http://www.atletismorio.com.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>203</sup> ‘IAAF defende Célio de Barros em carta ao governador do Rio’. Terra, 07 fev. 2013. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/iaaf-defende-celio-de-barros-em-carta-ao-governo-do-rio,57891ef5c65bc310VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Jornais e sites destacam troca de cartas entre presidente da IAAF e governador do Rio. CBAAt, 08 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.cbat.org.br/noticias/noticia.asp?news=6096>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Figura 26 - 7ª Corrida e Caminhada de confraternização pela reconstrução do Célio de Barros.



Foto: O autor, 28 mar. 2015.

Outra ação importante dos atingidos na luta pela reconstrução do estádio de atletismo foi a fundação da Associação dos Atletas e Amigos do Célio de Barros (AACB), em novembro de 2014. A AACB se anuncia como uma “entidade na luta dos direitos dos praticantes e dos militantes do atletismo”<sup>206</sup>. Essa luta se dá na organização da corrida anteriormente citada, através da participação em debates públicos, audiências e reuniões com o governo do estado, etc.

#### 4.4.2 “O Julio Delamare é nosso!”

O projeto original do Complexo Esportivo do Maracanã previa a construção de um Parque Aquático no entorno do estádio. Porém, o Julio Delamare só foi inaugurado

<sup>206</sup> Conforme descrição na página da AACB nas redes sociais: Disponível em: <[https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Atletas-e-Amigos-do-C%C3%A9lio-de-Barros-549513498512833/about/?entry\\_point=page\\_nav\\_about\\_item&tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Atletas-e-Amigos-do-C%C3%A9lio-de-Barros-549513498512833/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info)>. Acesso em 20 jul. 2016.

em 1978, quatro anos após a remodelação do Célio de Barros. De acordo com informações da SUDERJ, o estádio ocupa uma área de 18.515m<sup>2</sup>, o que o caracteriza como um dos maiores do gênero da América Latina. Com capacidade para 5.712 lugares, o parque possui uma piscina olímpica, uma piscina coberta para aquecimento dos atletas e um tanque para saltos, sendo aprovado pela Federação Internacional de Natação (FINA), por apresentar todas as exigências necessárias à realização de grandes eventos.

Desde a sua inauguração, o Parque Aquático foi palco de importantes competições de natação, polo aquático, nado sincronizado e saltos ornamentais. A disputa do Troféu José Finkel de Natação costumava ser realizada lá, consagrando nadadores como César Cielo, Thiago Pereira, Gustavo Borges e Fernando Scherer, o “Xuxa”. Como é um espaço reconhecido pela FINA, os tempos ali registrados pelos atletas garantiam índices para competições internacionais e a homologação de recordes.

Da mesma forma que servia aos atletas de alto rendimento, inclusive como espaço de treinamento, como no caso de alguns atletas da seleção brasileira de nado sincronizado e de saltos ornamentais de diferentes categorias, o Julio Delamare também era um espaço de iniciação esportiva e de tratamento da saúde através do esporte para idosos e portadores de deficiências físicas encaminhados pela rede pública de saúde, atendendo mais de 10 mil pessoas<sup>207</sup>.

Em 2006, o Delamare passou por modernização nas suas instalações para abrigar as competições de polo aquático do Pan-2007, recebendo investimentos que totalizaram R\$ 10 milhões.

O Parque Aquático, que era protegido como patrimônio na esfera municipal, foi destombado pelo prefeito Eduardo Paes às vésperas da apresentação da minuta do edital de concessão do estádio. Com o lançamento do edital, foi anunciada a demolição do parque para a construção de um estacionamento no local, para, segundo o governo do estado, viabilizar o projeto comercial em torno do estádio e atender às exigências da FIFA.

Na ocasião, diversos atletas da natação brasileira se posicionaram contra a proposta do governo. Gustavo Borges afirmou ser impensável tirar uma piscina

---

<sup>207</sup> ‘Adeus de parque aquático deixa nadadores e técnicos incrédulos’. Sportv, 08 nov. 2012. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/programas/sportv-news/noticia/2012/11/adeus-do-delamare-deixa-nadadores-tecnicos-e-populacao-incredulos.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

histórica para colocar um estacionamento; Kaio Márcio, falou da sua tristeza com a possibilidade de demolição do local onde participou das suas primeiras competições; Poliana Okimoto lembrou do recorde mundial dos 50 m livre quebrado naquela piscina pela holandesa Inge Bruin em um contexto em que haviam pouquíssimas competições internacionais no país. Já o técnico Arilson Silva apontou a importância da construção de novos parques aquáticos e demonstrou sua indignação com a proposta, afirmando: “Eu não gostaria que, depois do Mundial, acabassem com o Maracanã. É a mesma coisa que estamos sentindo”<sup>208</sup>.

Após o anúncio inicial, as atividades permaneceram funcionando no Parque Aquático até o dia 01 de abril de 2013, depois do presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), então responsável pela gestão do Delamare, ser notificado apenas alguns dias antes, sem tempo para avisar aos seus usuários da ação proposta de demolição e mesmo para providenciar alternativas. Na ocasião, César Castro, o principal atleta brasileiro dos saltos ornamentais, que há anos treinava no local, lamentou a demolição em meio ao ciclo olímpico para os Jogos de 2016 e o fechamento de um espaço público que servia a atletas e a comunidade<sup>209</sup>.

Alguns atletas e usuários do Julio Delamare aderiram à campanha “O Maraca é nosso!”, participando das suas atividades, sobretudo, no primeiro semestre de 2013. Após as manifestações realizadas em junho daquele ano, que levaram o governo do estado a voltar atrás da sua decisão de demolir os equipamentos do complexo esportivo, a mobilização diminuiu. Porém, foi criada a Comissão pelo Parque Aquático Julio Delamare, com a participação de usuários e alguns ex-professores. A Comissão buscou continuar participando de atividades políticas para reivindicar a reabertura do Parque Aquático, atuando em eventos promovidos pelo governo do estado, em debates e outras ações, como a missão do CPCORJ de violação do direito ao esporte, que visitou equipamentos esportivos da cidade e conversou com atletas e usuários sobre um processo que se repete: a privatização do espaço público e a restrição dos direitos coletivos em prol dos espaços de consumo (Figura 27)<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> ‘Parque Júlio Delamare fecha as portas e gera protestos de atletas e dirigente’. Sportv, 01 abr. 2013. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/programas/sportv-news/noticia/2013/04/parque-julio-delamare-fecha-portas-e-gera-protestos-de-atletas-e-dirigente.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>210</sup> Na ocasião o CPCORJ visitou o Estádio de Remo da Lagoa, a Marina da Glória, o Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, espaços públicos diretamente atingidos pelo processo de concessão para a iniciativa privada. A missão também questionou os impactos ambientais

Figura 27 - O Parque Aquático Julio Delamare após dois anos do seu fechamento



Foto: O autor, 28 mar. 2015.

Conforme pudemos observar, a proposta de demolição de equipamentos esportivos, que estão entre os principais do país, contou com ampla resistência de diferentes setores da sociedade. A importância desses espaços na preparação de atletas de rendimento, na formação de novos atletas, para realização de competições nacionais e internacionais, escolares e amadoras, como espaços de integração social e de melhoria das condições de saúde através do esporte, foi subestimada em prol da construção de um espaço voltado primordialmente para o consumo e entretenimento. No entanto, através da resistência e da mobilização dos agentes sociais que foram desterritorializados, o governo do estado anunciou que não iria mais demolir as

---

relacionados à construção do Campo de Golf na área da Reserva de Marapendi. As denúncias foram sistematizadas no Dossiê sobre as violações do direito ao esporte e à cidade, lançado pelo CPCORJ em setembro de 2015, e também em uma série de vídeos reportagens sobre esses espaços, denominada “Rio 2016: um legado de violações”, cujo segundo episódio abordou o Complexo do Maracanã. Disponíveis em:

<[http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1373:rio-2016-um-legado-de-viola%C3%A7%C3%B5es&Itemid=164&lang=pt](http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1373:rio-2016-um-legado-de-viola%C3%A7%C3%B5es&Itemid=164&lang=pt)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

instalações esportivas do complexo do Maracanã (Julio Delamare<sup>211</sup> e Célio de Barros<sup>212</sup>), especialmente no contexto em que se viu pressionado pelas manifestações de junho de 2013.

Os equipamentos do complexo esportivo do Maracanã permanecem há mais de três anos fechados, sem manutenção e sujeitos às intempéries. Porém, o governo do estado declarou que após a realização dos Jogos Olímpicos na cidade seriam iniciadas as obras de reforma do Estádio de Atletismo Célio de Barros<sup>213</sup> e a gestão do Parque Aquático Julio Delamare voltaria à CBDA<sup>214</sup>.

#### 4.5 “A Escola Friedenreich é nossa!”: a luta pelo direito à educação

A Escola Municipal Arthur Friedenreich foi criada em 28 de setembro de 1965, inserida no Complexo do Maracanã, entre o Maracanãzinho e a estátua do Belini<sup>215</sup>. A escola atende cerca de 350 alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), dispõe de excelente infraestrutura, com quadra poliesportiva coberta,

<sup>211</sup> ‘Sérgio Cabral anuncia que Júlio Delamare não será mais demolido’. O Globo, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/sergio-cabral-anuncia-que-julio-de-lamare-nao-sera-mais-demolido-9263643>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>212</sup> ‘Cabral desiste de demolir Célio de Barros e diz que concessão do Maracanã está 'em suspenso'. O Globo, 02 ago. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/cabral-desiste-de-demolir-celio-de-barros-diz-que-concessao-do-maracana-esta-em-suspenso-9327192>>. Disponível em: 19 jan. 2015.

<sup>213</sup> ‘Governo do Rio discute reforma do Célio de Barros para reabri-lo em 2017’. Lance!, 14 set. 2015. Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/lance/governo-do-rio-discute-reforma-do-celio-de-barros-para-reabri-lo-em-2017.f2cde3db6f8e08454177fe2986baa5c6hr1aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>214</sup> ‘Governo do Rio vai entregar administração do Julio Delamare à CBDA’. Estadão, 25 fev. 2016. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral.governo-do-rio-vai-entregar-administracao-do-julio-de-lamare-a-cbda,10000018256>> Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>215</sup> Seu nome é uma homenagem aquele que é considerado por muitos como o primeiro grande craque do futebol brasileiro. Arthur Friedenreich (1892-1969) era paulista, filho de pai alemão e mãe negra, um mulato de olhos verdes cuja fama atingiu inclusive o velho continente. Após uma excursão do seu time, o Paulistano, à Europa, passou a ser chamado de “Le roi du football” (O rei do futebol) e “Le danger” (O perigo). Foi campeão sul-americano pela seleção brasileira em 1919 e 1922, tendo sido o autor do gol da vitória por 1x0 contra o Uruguai em 1919. Embora sejam controversas as estatísticas daquela época, alguns afirmam que teria feito 1329 gols, o que o coloca como o maior artilheiro da história do futebol. ‘Herói da torcida brasileira, Friedenreich foi chamado de ‘O rei do futebol’. Acervo O Globo, 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/heroi-da-torcida-brasileira-friedenreich-foi-chamado-de-rei-do-futebol-9528235>>. Acesso em: 19 jun. 2015.



parquinho com grama sintética, sala de leitura, sala de informática, salas de aula com ar condicionado, televisão, projetores, algumas salas inclusive possuem quadros inteligentes, os *smart board*<sup>216</sup>. A Friedenreich também se destaca por oferecer um trabalho diferenciado às crianças portadoras de necessidades específicas, como crianças com síndrome de Down e autismo, por ter um projeto de acessibilidade para deficientes físicos e por construir seu Projeto Político Pedagógico com ampla participação de pais e alunos. No ano em que foi anunciada sua demolição, a escola foi classificada como a quarta melhor do município e a sétima do estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>217</sup>.

A instituição passou a ser ameaçada de demolição com o avanço das propostas de concessão do estádio Maracanã. Segundo pais de alunos e professores da escola, as ameaças teriam começado quando Eduardo Paes ainda era secretário de esportes do governo do estado. Na época dos Jogos Pan-americanos de 2007, Paes teria afirmado que ali não era lugar para uma escola. No final de 2009, foi anunciado que as obras do estádio para a Copa ocasionariam a demolição da escola. Na ocasião, pais, alunos e professores organizaram protestos com cartazes em frente à instituição e conseguiram que a Secretária Municipal de Educação, Cláudia Costin, confirmasse a manutenção da escola para o ano letivo seguinte. Durante o ano de 2010, com o aumento das pressões pela demolição, a própria Costin defendeu a escola em sua página no Twitter, afirmando: “Conte comigo na campanha contra a demolição da E.M. Friedenreich. É um patrimônio da cidade”<sup>218</sup>. Porém, em 2011, a Secretaria de Municipal de Educação confirmou a transferência da escola e, em 2012, com o lançamento da minuta do edital de concessão do Maracanã para a iniciativa privada, foi anunciado que no local seria construída uma quadra de aquecimento para o Maracanãzinho.

---

<sup>216</sup> De acordo com Rosa (2015), em apenas 4,2% das escolas públicas brasileiras há infraestrutura mínima para funcionamento (água tratada, esgoto sanitário público, energia elétrica, internet de banda larga, biblioteca, quadra de esportes e laboratório de ciências).

<sup>217</sup> ‘Veja quais são as melhores escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro segundo o IDEB’. UOL, 15 ago. 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/15/veja-quais-sao-as-melhores-escolas-publicas-do-estado-do-rio-de-janeiro-segundo-o-ideb.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>218</sup> ‘Pais e alunos protestam contra a demolição de Colégio no Maracanã’. Extra, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/pais-alunos-protestam-contrademolicao-de-colegio-no-maracana-194282.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Com a ameaça de demolição, os pais dos alunos da instituição criaram uma comissão visando impedir que isso acontecesse. Recorreram ao Ministério Público Estadual (MPE), a vereadores e deputados estaduais. A comissão passou a ter apoio do Meu Rio e a participar das atividades da campanha “O Maraca é nosso!”, articulada pelo CPCORJ.

O Meu Rio lançou uma petição online contra demolição da escola, destacando a qualidade da infraestrutura da instituição, sua classificação no IDEB e questionando a falta de transparência e participação dos atingidos no processo<sup>219</sup>. A ação recolheu mais de 18 mil assinaturas e teve ampla repercussão na imprensa, principalmente internacional.

A prefeitura começou a atuar no sentido de transferir a escola para outro local nas proximidades. Porém, pais e professores não aceitaram a proposta, defendendo a permanência da escola naquele local como um importante fator para a formação das crianças e para sua qualidade de ensino, devido à interação com a Aldeia Maracanã, a UERJ e a sua história ligada ao Complexo do Maracanã, ressaltando ainda o orgulho das crianças de estudarem numa escola localizada no principal estádio do Brasil. Dessa forma, decidiram também manter-se ao lado dos demais grupos organizados, considerando que juntos teriam mais força para frear o processo de demolição e a transferência da escola<sup>220</sup>.

O MPE concedeu uma liminar impedindo a demolição da escola, mas com o término do ano letivo surgiram preocupações quanto a possibilidade da prefeitura e do governo do estado promoverem a demolição durante o período de férias. Por conta disso, o Meu Rio propôs que a escola fosse monitorada online, através da instalação de uma câmera e do cadastro do número de celular dos apoiadores, para que todos fossem avisados em caso de ameaça de demolição (Figura 28).

Além das ações pela internet organizadas pelo Meu Rio, a Comissão de Pais da Friedenreich, ampliada pela participação de professores e ex-alunos, engajou-se diretamente na campanha “O Maraca é nosso!”, participando de atos e debates organizados pelo CPCORJ e das atividades propostas pelos demais grupos atingidos.

---

<sup>219</sup> ‘Assine a carta de apoio aos pais e alunos da Escola Friedenreich!’. Meu Rio. Disponível em: <[http://antigo.meurio.org.br/na\\_atividade/8/assine\\_embaixo/escola-nao-se-destroi](http://antigo.meurio.org.br/na_atividade/8/assine_embaixo/escola-nao-se-destroi)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>220</sup> A unificação das lutas em torno do Maracanã teve como principal marco a audiência pública de concessão realizada em 9 de novembro de 2012. Abordaremos esse processo na próxima seção.

O processo de mobilização assegurou a permanência da escola no local. O anúncio da manutenção da Friedenreich no Complexo do Maracanã foi feito na mesma semana que o do Célio de Barros e Julio Delamare, como uma resposta às manifestações de junho de 2013<sup>221</sup>.

Figura 28 - Guardiões da Friedenreich – ação de monitoramento online para evitar a demolição da escola



Fonte: Galileu, 2012. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI327322-17770,00-PROJETO+PARA+SALVAR+A+ESCOLA+FRIEDENREICH+NO+RIO+CONFIA+NO+PODER+NA+INTERNE.html>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

#### 4.6 “A Aldeia Maracanã é nossa!”: a luta pela preservação da história e da cultura indígena

O prédio do antigo Museu do Índio situado no entorno do Maracanã, entre a rua Mata Machado e a avenida Radial Oeste, também passou a ser ameaçado de demolição após o início das obras relacionadas à última reforma do estádio.

<sup>221</sup> ‘Escola Municipal Friedenreich não será mais demolida’. O Globo, 06 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/escola-municipal-friedenreich-nao-sera-mais-demolida-9361759>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

A construção, há muito tempo em ruínas, foi doada ao Império Brasileiro em 1865 pelo Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha (1845-1907), conhecido como “Duque de Saxe”, genro de D. Pedro II, casado com a Princesa Leopoldina. O prédio foi doado com a finalidade de que ali fosse instalado um órgão de estudo e pesquisa sobre as culturas indígenas. Em 1910, o local tornou-se a sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado naquele ano por Marechal Rondon, estabelecendo as bases da política indigenista republicana. Em 1953, o prédio sofreu reforma e ampliação para a instalação do Museu do Índio, inaugurado em 19 de abril daquele ano a partir de um projeto pioneiro criado por Darcy Ribeiro. A criação do Museu do Índio dava seguimento às lutas indígenas no país em meio ao modelo desenvolvimentista e aos projetos de expansão para as regiões Norte e Centro-Oeste do país. O SPI funcionou no local até 1962 quando foi transferido para Brasília, já o museu foi transferido para o bairro de Botafogo em 1977, onde se encontra atualmente<sup>222</sup>. Em 1984, a titularidade do imóvel foi cedida pela União à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)<sup>223</sup>.

De acordo com o antropólogo Mércio Gomes (2010), professor da UFF e UFRJ e ex-presidente da FUNAI, no período que vai da criação do SPI ao fechamento do Museu do Índio, de 1910 à 1977, os indígenas em sua luta pela sobrevivência no país “foram reconhecendo neste prédio o lugar onde alguma parte de seu destino estava sendo traçada, sempre com esperanças de que fosse para melhor”. Ao longo dessas décadas, indígenas de várias partes do país afluíram em direção a esse prédio para dialogar sobre o futuro de seus povos. “Não é por outras, e muito menos por poucas, razões que esse prédio e seu terreno se tornaram símbolo do que se fez de bom pelos índios neste país!” (GOMES, 2010).

Por conta dessa centralidade na história dos povos originários do país, indígenas de diversas etnias, que já viviam na cidade, ocuparam o prédio em 2006, com o apoio de movimentos sociais, militantes e pesquisadores. No local, os

---

<sup>222</sup> ‘Relatório da Visita Técnica da Comissão ao antigo Museu do Índio, no Maracanã’ - Comissão Especial de Patrimônio Cultural da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/scriptcase/v5/file/doc/Relatorio%20da%20Visita%20ao%20antigo%20Museu%20do%20Indio.pdf>. Acesso em 19 jan. 2015.

<sup>223</sup> Cavalcanti (s/d) indica que no terreno adjacente ao prédio do Museu do Índio foi instalado, em 1894, o pioneiro Laboratório Municipal de Bromatologia (estudo dos alimentos), o prédio foi descaracterizado ao longo do tempo, mas seu uso continuava voltado para pesquisa de alimentos através do Laboratório Nacional Agropecuário do Rio de Janeiro (LANAGRO-RJ), cujas dependências foram destruídas com as obras de reforma do Maracanã para a Copa de 2014.

ocupantes fundaram a Aldeia Maracanã, limpam o terreno que estava abandonado, construíram pequenas casas, organizaram uma cozinha coletiva e plantaram mudas de diversas espécies. As decisões sobre os rumos do espaço eram tomadas por um conselho com lideranças de cada etnia. Com a consolidação da ocupação o grupo conseguiu dar visibilidade para a importância histórica do prédio e para a situação dos indígenas que atualmente vivem nas metrópoles, sendo que muitos deles migraram de áreas de conflitos relacionados à expansão do agronegócio e das atividades mineradoras, expressando uma problemática local e outra nacional. Dessa forma, os ocupantes passaram a cobrar a reforma do prédio histórico, a criação de uma Universidade Indígena e um Centro Cultural para produção e difusão dos conhecimentos e das culturas nativas, e que contassem também com alojamento para dar apoio aos indígenas de outras partes do país que chegassem à cidade. Nessa proposta, eles também reforçavam que a gestão do espaço deveria estar a cargo dos indígenas. Vale destacar que a Aldeia Maracanã passou a exercer algumas dessas funções, relacionadas à alojamento e a ser um espaço de interação com a cultura dos povos originários, porém sem qualquer apoio do poder público.

Com a ameaça de remoção e demolição do prédio, o espaço passou a ser defendido por povos indígenas de diversas partes de país, que passaram a enviar representantes para se revezarem na ocupação. Os membros da Aldeia Maracanã buscaram ampliar suas articulações e número de ações para visibilizar suas pautas. A ocupação passou a ter apoio de diversos coletivos e movimentos sociais, midiativistas, anarquistas, estudantes, artistas, OAB-RJ, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Museu Nacional (UFRJ), Pró-Índio (UERJ), entre outros. Suas principais lideranças passaram a apresentar suas denúncias em diversos espaços onde eram abordados os megaeventos esportivos ou, especificamente, a reforma do Maracanã, fossem em eventos acadêmicos, atos ou audiências públicas. Ao mesmo tempo em que construíram uma ampla agenda de eventos, ligados ou não a cultura indígena, com palestras, apresentações musicais, exibição de filmes, exposições, cursos, cerimônias, etc. Essas ações garantiram ampla visibilidade à luta que ganhou espaço principalmente na imprensa internacional.

Às vésperas do lançamento do edital, em julho de 2012, o governo do estado anunciou a compra do imóvel junto à CONAB por R\$ 60 milhões, para virar uma área de mobilidade e circulação de pessoas, o que, segundo o governador, seria uma

exigência da FIFA<sup>224</sup>. Poucos meses depois, no dia 18 de outubro, Sérgio Cabral confirmou a demolição afirmando que o prédio não possuía qualquer valor histórico, pois não era tombado<sup>225</sup>.

As respostas ao posicionamento do governador foram rápidas. No mesmo dia a FIFA enviou um documento afirmando que “nunca solicitou a demolição do antigo Museu do Índio”. A Defensoria Pública da União (DPU) se posicionou de forma contrária afirmando ter pareceres do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e do IPHAN, contra à demolição. Até mesmo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico (INEPAC) se opôs à decisão do governador, afirmando que já havia solicitado o tombamento do prédio, mas que “não houve prosseguimento nas esferas superiores”<sup>226</sup>. Naquele mesmo mês a DPU conseguiu uma liminar impedindo a demolição do imóvel<sup>227</sup>. Em dezembro de 2012, foi a vez do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural emitir parecer contrário à demolição e sinalizar com o possível tombamento do imóvel<sup>228</sup>.

A mobilização indígena, o apoio de diferentes setores da sociedade e a visibilidade do caso fizeram o governo do estado anunciar, em 28 de janeiro de 2013, o recuo na sua decisão de demolir a construção histórica, iniciando processo de tombamento do prédio, cuja restauração ficaria a cargo da concessionária vencedora do processo de licitação do Complexo Maracanã<sup>229</sup>. No entanto, a proposta de preservação seria apenas do patrimônio material, excluindo seus aspectos imateriais,

---

<sup>224</sup> ‘Governo do RJ compra antigo Museu do Índio e deve demolir prédio por reforma do Maracanã’. UOL, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/19/governo-do-rj-compra-antigo-museu-do-indio-e-deve-demolir-predio-por-reforma-do-maracana.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>225</sup> ‘FIFA desmente Cabral e afirma que não pediu demolição do Museu do Índio’. Jornal do Brasil, 18 out. 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/>> Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> ‘Liminar impede demolição do Museu do Índio, no Rio’. Folha de São Paulo, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1175982-liminar-impede-demolicao-do-museu-do-indio-no-rio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>228</sup> ‘Prefeitura impede Estado de demolir prédio do antigo Museu do Índio’. Jornal do Brasil, 9 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/01/09/prefeitura-impede-estado-de-demolir-predio-do-antigo-museu-do-indio/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>229</sup> ‘Governo do estado desiste de demolir, mas não quer índios na Aldeia Maracanã’. Jornal do Brasil, 28 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/01/28/governo-estadual-desiste-de-demolir-mas-nao-quer-indios-na-aldeia-maracana/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ou seja, não incluiria a presença dos indígenas ou mesmo um uso que fizesse referência a essa história. Pelo contrário, Cabral afirmava que estava trabalhando para a retirada dos “invasores” e, no mês seguinte, afirmou que no local seria instalado um museu sob responsabilidade do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)<sup>230</sup>.

A ameaça de remoção mobilizou apoiadores da Aldeia Maracanã, a ocupação, que em 2011 tinha cerca de 20 moradores, passou a ter mais de 100 pessoas em março de 2013. Porém, mesmo com toda a mobilização, o local foi desocupado naquele mês de forma violenta pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, com a utilização de bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha. A ação foi amplamente registrada por midiativistas e contou inclusive com cobertura “ao vivo” de grandes emissoras de televisão (Figura 29)<sup>231</sup>.

Figura 29 - Desocupação do prédio do antigo Museu do Índio



Fotos: O Autor, 22 mar. 2013.

A partir desse momento houve uma cisão entre os grupos indígenas que faziam parte da Aldeia Maracanã. Parte deles, mais afeita a “luta institucional”, negociou com o governo do estado e foi transferida para uma área no Hospital Curupaiti, em Jacarepaguá, sendo abrigada em contêineres<sup>232</sup>. Posteriormente, em junho de 2014,

<sup>230</sup> ‘Sérgio Cabral anuncia museu do COB em área da Aldeia Maracanã’. Terra, 20 fev. 2013.

Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/2016/sergio-cabral-anuncia-museu-do-cob-em-area-da-aldeia-maracana,388f3678878fc310VgnVCM400009bcecb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>231</sup> ‘Tumulto marca retirada dos índios da Aldeia Maracanã’. BBC, 22 mar. 2013. Disponível em:

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130322\\_aldeia\\_cq\\_atualiza](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130322_aldeia_cq_atualiza)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>232</sup> ‘Índios aceitam mudar para terreno da antiga Colônia Curupaiti, em Jacarepaguá’. EBC, 22 mar.

2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-22/indios-aceitam-mudar-para-terreno-da-antiga-colonia-curupaiti-em-jacarepagua>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

esse grupo, de aproximadamente vinte famílias, recebeu apartamentos do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” no bairro do Estácio<sup>233</sup>.

Já o outro grupo, mais vinculado às ideias autonomistas, não aceitou participar das negociações e voltou a ocupar o prédio em agosto de 2013, após o ciclo de grandes manifestações que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. Porém, a divisão dos indígenas enfraqueceu a nova ocupação. Por um lado, o governo dialogava com um dos grupos e alegava estar disposto a dar um uso ao espaço vinculado à história indígena, desde que gerido pelo Estado. Por outro lado, parte significativa da infraestrutura da ocupação anterior havia sido destruída, e o governo também cortou a água e a energia elétrica. A menor quantidade de indígenas e a presença significativa de anarquistas e autonomistas eram alguns dos argumentos utilizados para desqualificar a ocupação. Em dezembro de 2013, o prédio foi novamente desocupado de forma violenta.

Desde então há uma viatura da polícia 24 horas no local para evitar uma nova ocupação. O prédio não sofreu nenhuma obra de restauro do poder público ou da concessionária que administra o estádio e a sua destinação vinculada aos interesses indígenas ainda é incerta.

Se por um lado a Copa foi utilizada como pretexto para acabar com a ocupação, por outro, a visibilidade internacional do megaevento esportivo colaborou para a luta da Aldeia Maracanã. É importante destacar que a mobilização conseguiu demonstrar a importância histórica e simbólica do prédio do antigo Museu do Índio e impedir a sua demolição, além de problematizar a questão indígena no contexto urbano e a necessidade de melhores condições para a inserção dos mesmos nas cidades.

#### **4.7 A campanha “O Maraca é nosso!”: a unificação das lutas contra as demolições no entorno do estádio**

Conforme indicado anteriormente, com o início das obras de reforma do Maracanã para a Copa de 2014, algumas organizações passaram a atuar

---

<sup>233</sup> ‘No RJ, índios temem virar caricatura em prédio do Minha Casa, Minha Vida’. UOL, 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/06/30/no-rj-indios-temem- virar-personagens-em-predio-do-minha-casa-minha-vida.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.



questionando principalmente os gastos públicos (ausência de transparência e desconsideração com os gastos das reformas anteriores) e a elitização do futebol. No entanto, em outubro de 2012, o lançamento da minuta do edital de Concessão do Complexo do Maracanã revelou a intenção do governo do estado de demolir o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare e a Escola Municipal Friedenreich, além do prédio histórico do Museu do Índio, cuja demolição já havia sido anunciada alguns meses antes. O governo estadual justificava o projeto afirmando que o espaço seria transformado em um moderno complexo de entretenimento, com a construção de estacionamentos, restaurantes, lojas e shopping centers, entre outros espaços de consumo e entretenimento junto ao estádio, no lugar dos equipamentos públicos, com variadas e importantes funções.

Após a divulgação do edital, foi agendada audiência pública, para seguir os ritos estabelecidos para o processo de concessão. Porém, a partir de então, os atingidos passaram a se mobilizar de forma coletiva através de uma articulação construída pelo CPCORJ, que já vinha realizando debates e protestos através da campanha “O Maraca é nosso!”. Dessa forma, podemos dizer que o lançamento do edital e a realização da audiência foram catalizadores da unificação da luta dos diferentes atingidos, com a defesa conjunta contra a demolição dos diversos equipamentos do complexo e a manutenção do seu caráter público, destacando as funções histórica, cultural, social e esportiva desses diferentes espaços, juntamente com a bandeira por setores populares no estádio e pelo respeito às formas de torcer.

A audiência pública de lançamento do edital de concessão do Maracanã, realizada no dia 08 de novembro de 2012, no Galpão da Cidadania, na Zona Portuária, pode ser vista como um marco da ampliação e consolidação da campanha “O Maraca é nosso!”. Na ocasião, além da participação de organizações anteriormente envolvidas, como a FNT, Meu Rio e Mais Democracia, o CPCORJ conseguiu articular a participação de alunos, pais e professores da Escola Friedenreich, usuários do Parque Aquático Julio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros, indígenas da Aldeia Maracanã e militantes contrários ao processo, lotando o auditório com mais de 600 pessoas. Na ocasião foi lido um manifesto, construído coletivamente, no qual o grupo exigia que antes de debater a concessão do Maracanã fosse discutido a natureza da gestão do Complexo, discutindo se essa deveria continuar pública ou ser

privatizada, e cobrava a participação da população no processo<sup>234</sup>.

A audiência pública foi inviabilizada pelos manifestantes que promoveram um apitoço, proferiram palavras de ordem pedindo o seu cancelamento, acenderam sinalizadores e arremessaram bolinhas de papel e copos plásticos nos membros do governo do estado que faziam a apresentação do edital. Parlamentares de diferentes partidos se posicionaram contra o prosseguimento da audiência. Na ocasião, a deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ) lançou a proposta de realização de um plebiscito para a definição do destino do Complexo<sup>235</sup>. Indiferente aos apelos, o secretário da casa civil do governo do estado validou a audiência e afirmou que havia sido cumprida mais uma etapa do processo (Figura 30)<sup>236</sup>.

Figura 30 - Imagens da Audiência Pública de Concessão do Maracanã



Fonte: Jornal do Brasil, 09 nov. 2012<sup>237</sup>.

No dia seguinte, o CPCORJ lançou uma nota pública afirmando que não reconhecia a audiência pública realizada, pois a natureza desse evento implica a participação da população para que esta também possa expor as demandas da sociedade e incorporá-las ao projeto de governo. A sua homologação evidenciava a

<sup>234</sup> A intervenção do grupo na audiência pode ser vista no vídeo “Maracanã: desmascarando a ‘audiência pública’ de concessão”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NkYUfSLgISQ>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>235</sup> O projeto foi protocolado na mesma semana com o número de assinaturas necessárias para ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ e depois ir à votação em plenário, mas nunca foi votado, a despeito do apoio dos parlamentares e das manifestações sobre o estádio em que a pauta era lembrada.

<sup>236</sup> Protesto, bate-boca e confusão na audiência para privatizar o Maracanã. Jornal do Brasil, 09 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/11/09/protesto-bate-boca-e-confusao-na-audiencia-para-privatizar-o-maracana/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>237</sup> Idem.

forma arbitrária com que o processo de reconstrução do Maracanã vinha sendo implementado. A nota repercutiu em diversos veículos de imprensa, sendo replicada em blogs de importantes jornalistas esportivos<sup>238</sup>.

Com a articulação dos grupos atingidos, a campanha “O Maraca é nosso!” se fortaleceu e passou a realizar ações políticas de diferentes naturezas, especialmente no final de 2012 e no primeiro semestre de 2013. Uma das principais características dessas ações, que demonstrava a unidade dos grupos na luta política, estava na composição dos seus participantes e na forma como se apresentavam no espaço público. Era comum a participação de alunos uniformizados da Escola Friedenreich acompanhados dos seus pais, indígenas da Aldeia Maracanã com os adereços e pinturas corporais relacionadas às suas etnias, pessoas idosas da hidroginástica do Julio Delamare, torcedores com as camisas dos seus clubes, bandeiras e sinalizadores, além dos militantes contrários ao processo, muitos deles vestindo uma camiseta com o logotipo da campanha.

Com essa estética, um grupo pequeno de manifestantes entregou, em novembro de 2012, uma carta ao Príncipe da Holanda e um documento ao secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, quando eles visitaram o estádio, respectivamente, nos dias 23 e 27 daquele mês. Em ambos os casos foram denunciadas as violações de direitos e estas foram relacionadas à perda de equipamentos públicos devido às intervenções no Complexo do Maracanã para a Copa de 2014.

No final daquele mês a campanha começou a ganhar a adesão de artistas. O cantor e compositor Chico Buarque gravou um vídeo<sup>239</sup> falando de sua relação com o estádio, no qual finalizava afirmando: "O Maraca é nosso, o Maraca não está à venda!". No dia seguinte, o vídeo foi notícia em diversos meios, aparecendo inclusive na capa do jornal Metrô. Nas semanas seguintes outros artistas também gravaram vídeos apoiando a campanha, entre eles os atores Marcos Palmeira e Osmar Prado<sup>240</sup>.

Em janeiro de 2013, o grupo divulgou o projeto da prefeitura do Rio de Janeiro

---

<sup>238</sup> Não houve audiência pública de concessão do Maracanã. Blog do Juca, 10 nov. 2012. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2012/11/nao-houve-audiencia-publica-de-concessao-do-maracana/>> Acesso em: 19 jan. 2015.

<sup>239</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uNGvpA8t0m8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

<sup>240</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_D3S2ZOUvL8&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=_D3S2ZOUvL8&feature=youtu.be)>. Acesso em: 30 ago. 2013.

de urbanização do entorno do Maracanã, tal projeto não previa a demolição dos diferentes equipamentos, pelo contrário apresentava uma integração do estádio com seu entorno, com a valorização do uso público do espaço através da criação do Parque do Maracanã, conforme proposta elaborada pelo Escritório Burle Marx<sup>241</sup>. A apresentação do projeto criava uma contraposição entre um projeto privado de entretenimento voltado para consumo e um espaço público voltado para o uso de todos.

No final do mês de fevereiro o grupo lançou uma consulta pública sobre o Complexo do Maracanã, destacando a importância da participação da população e dos usuários dos equipamentos para decidir sobre o futuro do estádio e do entorno<sup>242</sup>. O lançamento da consulta foi realizado com um debate sobre o Maracanã na ABI, com a presença de membros do legislativo, atingidos, jornalistas e membros do CPCORJ.

Em março foi lançado o álbum de figurinhas “O Maraca é nosso” com informações sobre a ação do governo estadual e sobre cada equipamento do complexo. O álbum era uma petição online onde as pessoas poderiam aderir à campanha inserindo a sua própria foto como figurinha<sup>243</sup>.

No entanto, destaque deve ser dado aos atos de rua realizados pela campanha. Se por um lado já havia começado a existir um debate público e a problematização da concepção defendida pelo poder público e pelos principais grupos de mídia, por outro, os atos colaboraram ainda mais para politizar o Maracanã, marcando simbolicamente o estádio como um espaço político naquele contexto. Nesse sentido, vale pontuar o dia em que os atos foram realizados, normalmente associado a outros eventos, e onde eles aconteceram.

O primeiro “Ato unificado contra a privatização e as demolições do complexo do Maracanã” aconteceu em 1 de dezembro de 2012, mesmo dia do sorteio dos grupos para a Copa da Confederações da FIFA (2013). Nesse dia, os manifestantes caminharam da Praça Saens Pena até a estátua do Belini no Maracanã. Em 16 de março de 2013, o grupo organizou outro ato com o mesmo lugar de origem e destino. Se a localização do novo protesto anunciava o objeto principal de questionamento, o mote já era mais amplo e buscava problematizar o Maracanã no debate sobre o

---

<sup>241</sup> Figura 16, apresentada no capítulo 2.

<sup>242</sup> Disponível em: <<http://consulta.omaracaenosso.org.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

<sup>243</sup> Disponível em: [www.omaracaenosso.org.br](http://www.omaracaenosso.org.br) Acesso em: 30 ago. 2013.

projeto de cidade. Com o nome “A Cidade é Nossa”, o protesto denunciava a privatização de diversos espaços públicos da cidade, que estavam passando por processos parecidos com os do Maracanã, tais como a Marina da Glória e o Estádio de Remo da Lagoa.

Na data marcada para a abertura dos envelopes com as propostas dos concorrentes à licitação do processo de concessão do estádio (11 abr. 2013), foi realizado o “Ato contra a privatização do Maracanã”. O CPCORJ convocou movimentos sociais, diretórios estudantis, sindicatos, partidos políticos, organizações e coletivos para ir ao Palácio da Guanabara protestar contra a privatização do Maracanã, as demolições no entorno, a venda da cidade, as relações escusas entre governo e empresas, a violação de direitos em nome da Copa e da Olimpíada e a falta de investimentos em saúde, educação, moradia, transporte e outros serviços públicos fundamentais. Ainda que o tema estivesse relacionado ao estádio, buscou-se ampliar a agenda para atrair outros grupos para uma passeata com um percurso tradicionalmente utilizado por aqueles que interpelam o governo do estado: Largo do Machado-Palácio da Guanabara.

Em 27 de abril de 2013, no jogo de reabertura do estádio, uma partida amistosa entre amigos do Ronaldo e amigos do Bebeto, o grupo realizou mais um ato, denominado “Maraca pra Quem?”, em frente à estátua do Belini. Apesar de ser um protesto pacífico, foi violentamente reprimido pela polícia, afetando inclusive os alunos da Friedenreich que estavam presentes.

O tradicional ato do dia 1º de Maio, organizado por sindicatos, movimentos sociais, diretórios estudantis, entre outras organizações, teve como destino, em 2013, o Maracanã. O “Ato contra a privatização da cidade, dos bens e dos serviços públicos” nos ajuda a perceber a importância que o tema adquiria naquele momento para os grupos organizados de esquerda da cidade.

Os processos em torno do estádio passaram a ser símbolos de uma luta política mais ampla, de questionamento do projeto de cidade, da atuação do poder público submetida aos interesses empresariais, dos gastos relacionados aos megaeventos esportivos em detrimento do atendimento às necessidades básicas da população etc. Isso, de certa forma, levou diferentes grupos de esquerda a aderirem ao assunto. Foi a partir dessa construção conjunta que foi realizado o ato “Domingo eu vou ao Maracanã por direitos!”, em 30 de junho de 2013, no dia da final da Copa da Confederações. Após o ciclo de protestos que caracterizou aquele mês, parte da

esquerda caminhava junta, mais uma vez em direção ao Maracanã. A pauta reunia, além da anulação da privatização do Maracanã e do fim das remoções, demandas das demais organizações e os pontos que ganharam força ao longo daquele mês, tais como o passe livre no transporte público, a desmilitarização da polícia, a democratização dos meios de comunicação, entre outros, conforme pode ser visto na Figura 31.

Figura 31 - Panfleto do ato realizado no dia da final da Copa das Confederações

★ PELA IMEDIATA ANULAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DO MARACANÃ!  
★ PELO FIM DAS REMOÇÕES E DESPEJOS DE COMUNIDADES EM NOME DA COPA E DAS OLIMPIADAS!★

# DOMINGO EU VOU AO MARACANÃ

dia 30.06 às 10h  
concentração na Praça Saens Peña  
caminhada até o Maracanã e encerramento na Praça Afonso Penna

## ATO NACIONAL FINAL DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES

**Também defendemos:**

- ★ Com o fim da privatização do Maracanã, a reabertura do Parque Aquático Julio Delamare, reconstrução da pista do Estádio de Atletismo Célio de Barros, manutenção da Escola Friedenreich e devolução da Aldeia Maracanã para os indígenas! Por um Maracanã público e popular!
- ★ Dinheiro da Copa para Saúde e Educação. Contra a privatização da Saúde e da Educação.
- ★ Gestão democrática das cidades: construção de espaços efetivos de deliberação popular.
- ★ Passe livre. Por um transporte público que garanta o direito à mobilidade na cidade.
- ★ Não à repressão policial e ao uso de armas letais e menos letais! Pela desmilitarização da polícia.
- ★ Contra a criminalização dos movimentos sociais. Anistia aos presos nos atos contra os aumentos das passagens.
- ★ Democratização dos meios de comunicação.
- ★ Pelo direito ao trabalho e contra a repressão aos camelôs.
- ★ Contra a elitização do futebol. Por setores populares no estádio.
- ★ Contra a internação compulsória da população em situação de rua.

COMITÊ POPULAR COPA & OLIMPIADAS **RIO** facebook.com/ComitePopularCopaRJ

Fonte: CPCORJ. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Esse protesto foi realizado pela manhã, antes do horário previsto para o início da partida final. Juntaram-se ao CPCORJ na organização do ato partidos políticos, movimentos sociais de luta pela moradia e de luta pela terra, organizações estudantis, entre outros. A pauta do ato era exposta à população através de faixas, bandeiras, panfletos, palavras de ordem e discursos no carro de som. A faixa de abertura apresentava duas inscrições: “Maraca público” e “Parem as remoções”. Depois de passar pelo Maracanã, ao chegar no local de encerramento da passeata, a Praça Afonso Pena, os manifestantes abriram uma grande bandeira no alto de um prédio com os dizeres: *unfair-players* FIFA, Police, Cabral e Paes (Figura 32).

Figura 32 - “Jogadores desleais: FIFA, Polícia, Cabral e Paes”



Fonte: Página do CPCORJ no Facebook. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

O trocadilho com o slogan da FIFA, fair player (jogo limpo), indicava, como jogadores desleais (em tradução livre da expressão utilizada), a FIFA, o governador do estado, o prefeito da cidade e a polícia que havia reprimido diversos protestos ao longo daquele mês. Com essa bandeira escrita em inglês, buscava passar uma mensagem diretamente à imprensa internacional, presente em grande número devido a final da Copa das Confederações. Os agentes destacados indicavam a transescalaridade da luta e o reconhecimento que o processo de violações de direitos se relacionava à uma coalizão para além de um nível governamental específico, além de incluir agentes privados internacionais.

Naquele mesmo dia também foi realizado outro protesto organizado por grupos anarquistas, saindo da Praça Saens Pena e indo para o Maracanã no horário da realização da partida. Vale ressaltar que parte daqueles que participaram do ato pela manhã também estiveram na manifestação realizada na parte da tarde. Nesse protesto os manifestantes tinham como principal palavra de ordem “Não vai ter Copa”, uma expressão que havia se popularizado por todo país, nas ruas e redes sociais, durante os protestos daquele mês. Com a presença acentuada de Black Blocks, um

dos principais objetivos do ato era o confronto com a polícia, para, dessa forma, garantir visibilidade ao protesto<sup>244</sup>.

A unificação das lutas em torno do Complexo do Maracanã garantiu grande visibilidade às denúncias de violações de direitos e às reivindicações daqueles que foram diretamente atingidos. A utilização de um repertório de ações que incluiu participação em audiências públicas, divulgação de notas, entrega de documento à autoridades internacionais, petição sob a forma de álbum de figurinhas, participação de artistas, elaboração de uma plataforma para realizar uma consulta pública à população, debates, articulações com grupos com e sem tradição de mobilização, panfletagens e, principalmente, atos públicos, garantiu uma ampla problematização do tema junto à opinião pública e um tensionamento com os agentes governamentais e privados envolvidos com o Maracanã e seu entorno, fossem eles locais, nacionais ou internacionais.

Conforme indicamos nessa seção o Maracanã virou uma pauta não só dos grupos atingidos e daqueles anteriormente mobilizados com os impactos da reforma e concessão do estádio, mas também de diversos grupos sociais organizados da cidade, ampliando ainda mais os conflitos relacionados ao estádio.

Podemos afirmar que, naquele momento, o Maracanã era um dos principais pontos da agenda política da cidade, o que o tornou um dos símbolos dos questionamentos durante as grandes manifestações de junho de 2013<sup>245</sup>. Vale lembrar que as manifestações ocorreram no contexto da Copa das Confederações e apesar de aquele ciclo de protestos ter iniciado com a pauta do aumento da tarifa dos transportes públicos, teve sua agenda ampliada na mesma proporção em que cresciam o número de participantes dos protestos.

Uma das marcas dos protestos no Rio de Janeiro foram os gritos de “Não vai ter Copa” e os cartazes que questionavam os gastos públicos com os megaeventos esportivos em detrimento de investimentos em saúde e educação. Muitos foram os

---

<sup>244</sup> O debate sobre a tática black block, em especial, a sua configuração nos protestos que aconteceram em junho de 2013 no Rio de Janeiro, merece uma reflexão mais ampla e sistematizada, que não será realizada neste trabalho.

<sup>245</sup> As manifestações de junho de 2013 merecem uma pesquisa a parte, dada a sua importância e complexidade. Algumas publicações surgiram no calor dos acontecimentos na tentativa de construir uma análise que fomentasse a própria luta política, entre as quais destacamos o livro “Cidades Rebeldes” (MARICATO et al., 2013), em especial os artigos de Harvey, Maricato e Vainer que apontam para a centralidade da questão urbana e buscam as raízes dos processos nas contradições do atual processo de urbanização neoliberal.



cartazes que exigiam “escolas e hospitais padrão-FIFA”. Também eram comuns às críticas à atuação da polícia, à cobertura da imprensa, às remoções e às relações do poder público com a iniciativa privada. O governante mais lembrado foi o governador estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que se tornou um dos principais alvos das críticas. A palavra de ordem “Fora Cabral” era uma das mais comuns naquelas manifestações.

A ampla adesão da população da cidade e a repercussão dos protestos daquele mês obrigaram os governos a darem algumas respostas às demandas populares. O prefeito da cidade, Eduardo Paes, convocou movimentos sociais e coletivos organizados para tentar incidir sobre eles com promessas e retirá-los das ruas. O CPCORJ foi uma das organizações convidadas para levar suas demandas ao prefeito. Entre as diversas demandas apresentadas pelo grupo, a única em que ele se comprometeu foi o retombamento dos equipamentos esportivos do entorno do Complexo do Maracanã que haviam sido destombados por ele. O governador do estado, Sérgio Cabral, teve como uma das primeiras e principais ações garantir que os equipamentos do entorno do Maracanã não seriam mais demolidos. Cabral chegou a indicar a possibilidade de rever o contrato de concessão do estádio, o que, no entanto, acabou não acontecendo. Porém, a concessionária passou a exigir do governo do estado uma revisão dos termos do contrato, pois, segundo ela, sem a construção do estacionamento haveria prejuízo ao seu projeto de exploração comercial do estádio.

Nesse contexto, integrantes do CPCORJ e da FNT ocuparam, em 21 de agosto de 2013, a sede da Odebrecht, para pressionar pela revogação do contrato de concessão do Maracanã, questionar as relações do poder público com a empreiteira, protestar contra a elitização do estádio e a destruição da “cultura torcedora”.

A empreiteira voltou a ser questionada pela campanha “O Maraca é nosso!” no lançamento do vídeo “Maracanã e os Donos do Rio”, que utilizava o estádio como caso emblemático das relações entre empresários e governantes, problematizando a apropriação da cidade por grandes empreiteiras. O lançamento foi realizado em frente ao estádio em uma manifestação no dia do sorteio dos grupos da Copa. Os manifestantes fizeram um “anti-sorteio” no qual a FIFA, seus patrocinadores e as empreiteiras eram sempre os vencedores.

Após um período de intensa articulação e realização de diversas ações políticas, entre outubro de 2012 e agosto de 2013, a mobilização em torno do

Maracanã diminuiu no segundo semestre de 2013. Desde então, as ações têm sido mais esparsas. Conforme indicado nas subseções deste capítulo, o grupo que atua em defesa do Célio de Barros vem realizando corridas e luta pela sua reabertura e reconstrução; há algumas pessoas envolvidas com a Comissão pelo Julio Delamare que participam de eventos com o poder público exigindo a reabertura do Parque Aquático; parte dos indígenas continua questionando o destino do prédio do antigo Museu do Índio e exigindo participação na definição do seu uso; o CPCORJ continuou a problematizar o processo de concessão do Maracanã, reforçando o debate sobre a imposição de um modelo de cidade e a privatização dos equipamentos públicos. Parte do grupo foi reunida novamente por ocasião da realização da missão do CPCORJ sobre as “violações do direito ao esporte e à cidade” e depois com o lançamento do respectivo dossiê com a sistematização das informações levantadas (CPCORJ, set. 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, analisamos diferentes sentidos atribuídos ao Maracanã. Para melhor compreendê-los, fizemos o seguinte percurso: os processos de difusão do futebol no país, que acarretaram na construção do estádio, sua monumentalidade, a apropriação pelas classes populares, o reconhecimento da sua importância através do tombamento como bem cultural, as propostas de privatização, as obras de descaracterização, os impactos da Copa de 2014, os interesses empresariais e as lutas populares.

Na abordagem aqui construída, buscamos compreender os processos apresentados articulando diferentes escalas espaciais e temporais. Por esse motivo, iniciamos nossa análise descrevendo o processo de popularização e elitização do futebol na Inglaterra, processo que se repetiu no Brasil e, recentemente, com a Copa do Mundo de 2014, foi reatualizado.

Como vimos, o futebol que teve sua origem em um jogo folclórico no medievo, passou no início do século XIX a ser praticado nas escolas inglesas como forma de acalmar os ânimos da juventude abastada. Ao ser sistematizado como esporte moderno, em 1863, com a criação do *association football*, o elitismo era uma das suas principais marcas, mas que foi rapidamente dissolvida ao ser incorporado pela classe operária inglesa que o transformou em “religião leiga”.

O esporte que havia se tornado o símbolo da classe operária inglesa, ao chegar no Brasil no início do século XX, na bagagem de jovens bacharéis em retorno de um período de estudos na Europa, adquiria novamente um caráter elitizado. Praticado em clubes fechados e nas escolas da elite, a novidade oriunda do centro do sistema capitalista conferia aos seus praticantes um mecanismo de distinção que havia sido embaralhado com a proclamação da república e o fim da escravidão.

Não tardou para que fossem fundados clubes pelos subúrbios e fábricas, incorporados por diversos grupos sociais. O jogo ganhou novos sentidos com o aumento do número de praticantes e de espectadores. Logo em seguida, foi transformado em uma importante fonte de renda para a nascente indústria do entretenimento, levando a um lento e conflituoso processo de profissionalização, com a inclusão definitiva de negros e pobres nos principais times.

O crescimento da imprensa esportiva e do número de estádios pela cidade evidenciava a importância que o jogo adquiria no cotidiano dos seus habitantes. Com a criação do Campeonato Sul-Americano (1916) e depois da Copa do Mundo (1930), passaram a ser mais frequentes os jogos da seleção brasileira, que adicionavam mais um significado ao jogo, o de orgulho patriótico. Não tardou para que o Estado tentasse capturar o futebol para um projeto nacionalista, foi o que fez Vargas durante o Estado Novo.

Reconhecendo o potencial do futebol para o seu projeto, Vargas propôs a construção de um estádio monumental e a realização da Copa do Mundo. O que aconteceu em 1950, quando a IV Copa foi realizada no Brasil e foi construído o maior estádio de futebol que até então se conhecera: o Maracanã.

A construção do Maracanã alterou a forma do carioca de se relacionar com o futebol. Seu gigantismo permitia que todos, independente de classe social, raça ou gênero, pudessem estar presentes no estádio e assistir as façanhas dos seus clubes nas tradicionais tardes de domingo. O Maracanã passou a se integrar na paisagem e na vida do carioca, tornando-se tema fundamental das conversas cotidianas, animando as paixões e as rivalidades clubísticas.

Ao longo do tempo o estádio foi apropriado pela população, fermentando uma “cultura torcedora” com coreografias, cânticos, bandeiras, fogos de artifício, relacionando-se com elementos de outras esferas da cidade, especialmente o carnaval. Por outro lado, o caráter de devoção aos clubes e aos seus principais jogadores nos levam à comparações com o templos religiosos.

Esse processo de apropriação e uso do estádio, associado a sua importância histórica para a cidade e para o país, levou ao tombamento do estádio pelo IPHAN. Na ocasião em que foi anunciada a preservação do Maracanã como bem cultural, foi destacado como característica marcante a sua “monumentalidade das massas”, ou seja, valorizava seus aspectos materiais e simbólicos, divergindo da maior parte dos tombamentos realizados até aquele momento, que priorizavam somente o monumento de “pedra e cal”. Por outro lado, indicava que normalmente a monumentalidade afirmava o poder e, nesse caso, ela representava a massa que a utilizava.

Mesmo tombado, o estádio sofreu descaracterizações, normalmente vinculadas à realização de grandes eventos esportivos. A realização desses eventos indica a imposição de regras e demandas das organizações que são as suas

proprietárias, levando a alterações na forma e no conteúdo do estádio. Dessa forma, foram inseridas cadeiras nas arquibancadas para a realização do I Campeonato de Clubes da FIFA, realizado em 2000, e, posteriormente, foi suprimida a geral, por ocasião do Pan-2007.

Porém, foi com a realização da Copa de 2014 que ocorreram os maiores impactos. Para atender ao “padrão-FIFA” foram feitas intervenções com custos bilionários que descaracterizaram por completo os principais elementos do estádio que ainda não haviam sido alterados pelas reformas anteriores: a arquibancada tradicional e a marquise emblemática.

Em nossa análise procuramos demonstrar que o “novo Maracanã” é resultado de processos transescalares associados aos interesses de diversos agentes. Entre estes destacamos: a FIFA, proprietária do evento, que exige um padrão de estádio para a realização dos jogos que são exibidos em escala planetária e manutenção da imagem do evento; o governo do estado, o proprietário do estádio, que assumiu os custos da realização da obra para depois repassá-lo a iniciativa privada; e a Odebrecht, que, além de realizar a obra, quando a mesma foi finalizada, assumiu a concessão do Maracanã; também vale lembrar o papel da IMX, do empresário Eike Batista, que realizou o estudo de viabilidade econômica e depois integrou, junto com a Odebrecht e a AEG, o consórcio vencedor da licitação de concessão.

Entretanto, a violência simbólica desse processo não esteve restrita às modificações no estádio, mas atingiu também o seu entorno. A concessão do Maracanã à iniciativa privada e a proposta de transformá-lo em um complexo de entretenimento contaram com a possibilidade de executar uma série de demolições para construir estacionamentos verticais, bares, restaurantes, lojas, etc.

A proposta apresentada pelo governo do estado, para atender à interesses empresariais, previa a demolição dos seguintes espaços: Escola Municipal Friedenreich, Parque Aquático Julio Delamare, Estádio de Atletismo Célio de Barros, prédio histórico do antigo Museu do Índio, além da remoção da Favela Metrô-Mangueira. Assim, além do impacto inicial, relacionado à elitização do futebol, o “novo Maracanã” impunha um processo de desterritorialização e violação de direitos a diversos grupos sociais.

Porém, com o aumento do grupo de atingidos, houve também uma ampliação dos tensionamentos com o governo do estado. Antes os questionamentos estavam restritos à falta de transparência nos gastos públicos, ao custo total da obra e à

exclusão dos torcedores populares do estádio. Nesse momento, a agenda de lutas em torno do Maracanã passou a incluir, além dos itens citados anteriormente: educação, esporte, cultura indígena e moradia.

A unificação dos grupos e das lutas foi feita a partir da campanha “O Maraca é nosso!”, articulada pelo CPCORJ, com participação constante da FNT. A campanha adotou uma série de estratégias para dar visibilidade a uma agenda de defesa de todos os grupos atingidos questionando os agentes responsáveis por esse processo. Entre essas estratégias merecem destaque: participação em audiências públicas, divulgação de notas, entrega de documento à autoridades internacionais, petição sob a forma de álbum de figurinhas, participação de artistas famosos, elaboração de uma consulta pública à população, realização de debates, entrevistas para a imprensa internacional, publicação de dossiês, divulgação de informações em redes sociais, panfletagens e, principalmente, atos públicos.

A realização de atos públicos tendo o Maracanã como tema e como destino foi um dos marcos dessa articulação. Por um lado havia um identidade e diversidade estética, com alunos da Escola Friedenreich uniformizados, indígenas da Aldeia Maracanã, com pinturas corporais e adereços relacionados às suas etnias, torcedores com camisas dos seus clubes, bandeiras, bumbos e cânticos típicos das arquibancadas, além de atletas e militantes de diferentes organizações sociais.

A resistência desses grupos alçou o Maracanã a um dos principais pontos da agenda política da cidade naquele período. Para exemplificar essa afirmação, podemos citar o ato do “Dia do Trabalhador”, que normalmente reúne as organizações mais tradicionais do campo da esquerda, teve como pauta principal o Maracanã. Posteriormente, em junho de 2013, o estádio se tornou um dos símbolos dos questionamentos durante as grandes manifestações que ocorreram no período da Copa das Confederações.

Como resultado dessas mobilizações, o governo do estado suspendeu as demolições dos equipamentos do entorno do Maracanã, modificando os termos do contrato assinado com a concessionária e indicando, inclusive, a possibilidade de rompimento, o que acabou não acontecendo.

A partir do que foi aqui exposto, podemos perceber que a reforma do Maracanã expressa os interesses de diversos agentes que atuam em múltiplas escalas, para além do campo esportivo, expressando um projeto de cidade pautada em preceitos neoliberais. Entretanto, a partir das mobilizações que ocorreram em reação à essa

proposta, mostram que os movimentos sociais também são importantes agentes produtores do espaço e que este está em permanente processo de construção e disputas de sentidos.

Se por um lado, os sentidos historicamente constituídos para o Maracanã e seu entorno foram violentamente impactados pelas últimas intervenções, por outro, eles ainda não foram completamente definidos. Nem mesmo dentro do estádio, pois as resistências contra a imposição de uma forma de torcer continuam, inclusive em gestos menores, como a negação de assistir aos jogos sentados, passando pela demanda por setores populares e sem assentos. O Célio de Barros e Julio Delamare não foram demolidos, mas continuam fechados e necessitando de investimentos para voltarem ao padrão anterior. O prédio do antigo Museu do Índio continua de pé, mas necessita urgentemente de obras de restauração e manutenção.

Pensando num futuro possível, resgatamos o texto utilizado para a convocação do primeiro ato de rua, realizado após a unificação das lutas em torno do Maracanã. A manifestação aconteceu no dia 01 de dezembro de 2012, saindo da Praça Saens Pena em direção ao estádio. Divulgado no dia anterior, o texto afirmava:

Amanhã é um grande dia. Em tempos de 'mobilização' online e de descrença generalizada nos processos democráticos de participação, nós vamos pras ruas fazer política, mostrar aos governantes que pensamos a cidade e que cobramos respeito à nossa voz.

Amanhã é dia de prestar nosso respeito àqueles que por décadas construíram o símbolo do Maracanã, gente de toda classe, toda cor, toda idade, toda paixão. Pessoas que, dentro das quatro linhas ou fora delas, na bancada, na geral ou nas tribunas, forjaram uma identidade que nos é muito cara, que nos constitui em grande medida.

Amanhã é dia de saudar o nosso futuro, saudar as crianças que estão por vir e que merecem viver o estádio popular que conhecemos e ajudamos a formar. É dia de celebrar as crianças da Escola Municipal Friedenreich e de celebrar a importância da educação para uma vida de mais respeito e dignidade.

Amanhã é dia de exaltar o esporte brasileiro, de lembrar grandes campeões que passaram pelo Estádio de Atletismo Célio de Barros e pelo Parque Aquático Julio Delamare, e de caminhar ao lado dos futuros campeões que estão por lá. É dia de celebrar o poder transformador do esporte, que cura e inclui pessoas de diferentes idades que passam por dificuldades.

Amanhã é dia de celebrar os muitos milênios de história indígena neste solo e também de lembrar nossa História recente. É dia de saudar Darcy Ribeiro e tantos outros que nos abriram os olhos para a cultura dos povos nativos. É dia de cobrar a restauração do prédio do Museu do Índio e de entender que há pessoas na cidade que tiveram que deixar suas terras mas que não aceitam abandonar suas raízes.

Amanhã é dia de mostrar que a cidade é nossa e que não aceitamos a forma autoritária que as decisões têm sido tomadas no Rio de Janeiro, com desconsideração aos questionamentos da população e total submissão às vontades dos grandes interesses econômicos.

Amanhã é dia de encontro, de revolta, mas também de sorriso, de alegria e de muita celebração.

Vem com a gente! Desliga o computador, bota a camisa do seu time, tira a

bandeira do fundo do armário, escreve um cartaz, se quiser. Traz seus filhos, seus pais, seus avós, seus amigos mais queridos. O Maraca é nosso. A Friedenreich é nossa. O Célio de Barros é nosso. O Julio Delamare é nosso. A Aldeia Maracanã é nossa. A cidade é toda nossa!<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> 'É hoje! Como ontem!! E sempre!!! O Maraca é nosso!!!'. Blog do Juca, 01 dez. 2013. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/12/e-hoje-como-ontem-e-sempre-o-maraca-e-nosso/?mobile>>. Acesso em: 30 ago. 2016.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO / Jorge Zahar, 1987. 156p.
- AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- ALVITO, Marcos. “A parte que te cabe neste latifúndio”: o futebol brasileiro e a globalização. **Análise Social**, Lisboa, v. 41, n. 179, p. 451-474, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A rainha de chuteiras: um ano de futebol na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.
- ANCOP. ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPUALRES. **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos**. Novembro de 2014.
- ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. Cobertura do estádio Mario Filho – Maracanã. **Ofício GAB/IPHAN-RJ nº 0426/11**, em 04/04/2011. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 2011.
- ANTEZANA, Luis H. Fútbol: espectáculo e identidade. In: ALABARCES, Pablo (comp.). **Futebologías: identidade y violência em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003. p.85-98
- ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. **Revista USP**, Dossiê Futebol, n. 22, p.102-109, jun./ago. 1994.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2<sup>A</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. p.11-74
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Unesp, 1996.
- ARRUDA, Miguel Jorge. **O estádio na cidade contemporânea: caso particular dos estádios de futebol e o Euro 2004**. 93 f. Dissertação (Mestrado em Arquitectura)- Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.
- AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes de. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade**. Rio de Janeiro: DEPEXT/UERJ, 2002. p. 45-63
- BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: escalas em geografia urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG / UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 84-91

BLATTER, Joseph. Depoimento. **Cadernos FGV Projetos**, v. 8, n. 22, p. 10-14, jun./jul. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.299**, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.

BRENNER, Neil. Restructuring, rescaling, and the urban question. **Critical Planning**, n.16, p.61-79, Summer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP / Porto Alegre: Zouk, 2007.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista USP**, Dossiê Futebol, n. 22, p. 40-49, jun./ago. 1994.

CAMPOS, Flávio de. Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, Flávio de & ALFONSI, Daniela (Org.). **Futebol**: objeto das ciências humanas. São Paulo: Leya, 2014. p.349-361

CASTRO, Adler Homero Fonseca de & SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Parecer técnico n. 008/97. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 1997a.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de & SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Memorando DEPRO/RJ nº 130/97. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 1997b.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 352p. p.117-140

CASTRO, Demian Garcia. Governança urbana empreendedorista e megaeventos esportivos. **Geo UERJ**, v. 15, n. 24, p. 37-60, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_.; NOVAES, Patrícia Ramos. Copa do Mundo 2014 e os impactos no direito à moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil**: os

impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers / Observatório das Metrôpoles, 2015. p.79-103

CAVALCANTI, Nireu. **Breve Cronologia da área e prédios dos antigos Museu do Índio e do Laboratório Nacional Agropecuário**. Rio de Janeiro, s/d. (mimeo.)

CERETO, M. P., Estádios Brasileiros de Futebol: uma Reflexão Modernista?, In: SEMINÁRIO DECOMOMO. 5., 2003, São Carlos. **Anais...** São Carlos: USP, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / UNESP, 2001.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Niemeyer e o estádio do Maracanã. **ARQTEXTO (UFRGS)**, v. 17, p. 34-53, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**, ano VII, n. 11-12-13, p. 133-136, set./out. 2003.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 3, n. 6, p.62-72, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p.9-22, jan./jul.2007.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani et al. (Org.). **A produção do espaço urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 234p. p.41-51

COX, Kevin. The difference that scale makes. **Political Geography**, v. 15, v. 8, p. 667-669, 1996.

CPCORJ. COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê sobre as violações do direito ao esporte e à cidade**. Setembro de 2015a.

CPCORJ. **Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão**. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dezembro de 2015b.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DA MATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DA MATTA, Roberto (Org.). **O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982. p.19-42

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Hucitec / ANPOCS, 2007.

\_\_\_\_\_. O simbólico e o econômico no futebol de espetáculo: as estratégias da FIFA para tornar as copas lucrativas a partir de uma interpretação antropológica. **Razón y Palabra**, v. 69, p. 1-35, 2009.

\_\_\_\_\_. Produção e consumo de megaeventos esportivos – apontamentos em perspectiva antropológica. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 67-92 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. O desejo, o direito e o dever: A trama que trouxe a Copa ao Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 41-81, abr./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo. In: CAMPOS, Flávio de & ALFONSI, Daniela (Org.). **Futebol: objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014. p.23-55

\_\_\_\_\_. & OLIVEN, Ruben George. Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

DAVIDOVICH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 40, n. 1, p. 51–82, jan./mar. 1978.

DEL PRIORE, Mary. “Jogos de cavalheiros”: as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: DEL PRIORI, Mary & MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: EdUNESP, 2009. 568p.p.13-33

DELANEY, David & LEITNER, Helga. The political construction of scale. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 93-97, 1997.

DRUMOND, Maurício. Getúlio Vargas, São Januário e o 1º de Maio. **História(s) do sport**, 13 fev. 2012. Disponível em: <https://historiadoesporte.wordpress.com/2012/02/13/getulio-vargas-sao-januario-e-o-1o-de-maio/> Acesso em: 30 ago. 2015.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2003. 680p.

EICK, Volker. Aumentando os lucros (com sangue): COI e FIFA na neoliberalização global. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil: os impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers / Observatório das Metrópoles, 2015. p.503-538

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. 421p.

FAULHABER, Lucas & AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). **Scripta Nova**, Revista Electrónica de

Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm> Acesso em: 10 fev. 2014.

FERREIRA, Fernando da Costa. As múltiplas identidades do Club de Regatas Vasco da Gama. **Revista Geo-paisagem (online)**, v. 3, n.6, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Vasco.htm> Acesso em: 28 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 90, nov. 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd90/times.htm> Acesso em: 30 jun. 2015

FIFA. **Estádios de futebol**: recomendações e requisitos técnicos. 5ª ed. Zurique: FIFA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Financial report 2006**. Zurich: FIFA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Financial report 2010**. Zurich: FIFA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Financial report 2014**. Zurich: FIFA, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ / MinC IPHAN, 2005. 296p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Luiz Fernando. Informação DTC/SPHAN nº 14, 16 jan. 1984. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 1984.

FRANZINI, Fábio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: DEL PRIORI, Mary & MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: EdUNESP, 2009. 568p. p.107-131

\_\_\_\_\_. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p.243-274, jul./dez. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1977. 306p.

GAFFNEY, Christopher Thomas. **Temples of the earthbound gods**: stadiums in the cultural landscape of Rio de Janeiro and Buenos Aires. Austin: University of Texas Press, 2008. 287p

\_\_\_\_\_.; MASCARENHAS, Gilmar. The soccer stadium as a disciplinary space. **Esporte e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. nov. 2005-fev. 2006.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: LP&M, 2004.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991. 180p.

GIRÃO, Claudia. Maracanã: destruir ou preservar. **Vitruvius**, ano. 12, fev. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225> Acesso em: 30 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Memorando DEPROT/IPHAN nº 133, 6 fev. 1997. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 1997.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GOMES, Mércio. O reconhecimento do valor do “Museu do Índio” para os índios que vivem no Rio de Janeiro. **Laudo Antropológico**, Rio de Janeiro, nov. 2010. (mimeo.)

HACKWORTH, Jason. **The neoliberal city**: governance, ideology, and development in american urbanismo. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HALBSWACHS, Maurice. **Memórias Coletivas**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 350p.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382p.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

\_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v. 14, n.28, p. 8-39, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013. p.27-34

HELAL, Ronaldo & GORDON JR., Cesar. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio Jorge; LOVISOLO, Hugo. **Mídia, raça e idolatria: a invenção do país do futebol**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p.51-75

HEROD, Andrew. **Scale**. New York: Routledge, 2011. 294p.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984. 316p. p.271-314

\_\_\_\_\_. **Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MALAIA, João Manuel; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor Andrade de. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012. p.86-121

\_\_\_\_\_.; MEDEIROS, Jimmy; TEIXEIRA; Rosana da Câmara (Org.). **A voz da arquibancada**: narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

HOLZMEISTER, Antonio. **A virada economia do futebol**: observações a partir do Brasil, Argentina e uma Copa do Mundo. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Museu Nacional, UFRJ, 2010.

HORNE, John. A construção dos BRICs por meio da construção de estádios: reflexões preliminares sobre os recentes e futuros megaeventos esportivos em quatro economias emergentes. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Org.). **A copa do mundo e as cidades**: políticas, projetos e resistências. Niterói: Editora da UFF, 2014. 238p. p.35-44

IPHAN. Ata da 21ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural/IPHAN, 13 abr. 2000. Inscricção do “Estádio Mário Filho, conhecido como Estádio Maracanã”, sob o nº 125, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**: Estádio Mario Filho (Estádio do Maracanã), Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ata da 68ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural/IPHAN**. 30 ago. 2011. Revitalização do Estádio Mario Filho (Maracanã). Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 2011.

JENNINGS, Andrew. **Jogo sujo**: o mundo secreto da Fifa – compra de votos e escândalos de ingressos. São Paulo: Panda Books, 2011.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1988. 263p.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994. 454p.

LOPEZ, José Sérgio Leite. Prefácio. A voz da arquibancada através de seus representantes. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MEDEIROS, Jimmy; Teixeira; Rosana da Câmara (Org.). **A voz da arquibancada**: narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 11-14

MALAIA, João Manuel. Velhos projetos, novos projetos: os estádios construídos para as competições internacionais no Brasil. **História(s) do sport**, 25 set. 2011. Disponível em: <https://historiadoesporte.wordpress.com/2011/09/25/velhos-projetos-novos-projetos-os-estadios-construidos-para-as-competicoes-internacionais-no-brasil/> Acesso em: 30 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e os jogos de 1922: economia de um projeto esportivo. In: MALAIA, João Manuel & MELO, Victor Andrade de (Org.). **1922**: celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. 184p. p. 58-80

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013. p.19-26

MARQUES, Guilherme. Pau e Circo: Copa, Olimpíadas, Movimentos Sociais e Cidade. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD-ROM.

MARSTON, Sallie. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 20, n. 2, p.219-242, 2000.

\_\_\_\_\_.; JONES III, John Paul; Woodward, Keith. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 4, p. 416-432, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v. 13, n. 23, p. 17-39, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **A bola nas redes e o enredo do lugar**: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. O lugar e as redes: futebol e modernidade na cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 127-142.

\_\_\_\_\_. A mutante dimensão espacial do futebol: forma simbólica e identidade. **Espaço e Cultura (UERJ)**, n. 19-20, p. 61-70, jan./dez. 2005.



\_\_\_\_\_. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, n.17, p. 142-170, 2013.

\_\_\_\_\_. **Entradas e Bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014a. 256p.

\_\_\_\_\_. Não vai ter arena?: Futebol e Direito à Cidade. **Advir (ASDUERJ)**, v. 32, p. 24-38, 2014b.

\_\_\_\_\_. Eletrizando cidades e corpos: o futebol no processo de modernização do Brasil (1890-1930). In: CORNELSEN, Elcio; AUGUSTIN, Günther; SILVA, Silvio Ricardo da. (Org.). **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2015. p. 77-89.

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias. "Adeus ao proletariado?": a dimensão simbólica do estádio da cidadania (Volta Redonda - RJ / Brasil). **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 11, n. 101, oct. 2006 Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd90/times.htm> Acesso em: 30 jun. 2015.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Silvio Ricardo da; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 495-517, abr./jun. 2014.

MÁXIMO, João. **Maracanã**: meio século de paixão. Rio de Janeiro: DBA, 2000.

MELO, Erick Silva Omena de. **Percepções urbanas em jogo**: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 55p. (Relatório de Pesquisa)

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORI, Mary & MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: EdUNESP, 2009a. 568p. p.35-70

\_\_\_\_\_. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In: DEL PRIORI, Mary & MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: EdUNESP, 2009b. 568p. p.71-105

\_\_\_\_\_. Modernos? As grandes touradas do centenário (1922) e a reconciliação com Portugal. In: MALAIA, João Manuel & MELO, Victor Andrade de (Org.). **1922**: celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. 184p. p. 81-117

MONNET, Jérôme. **A simbólica dos lugares**: por uma geografia das relações entre espaço, poder e identidade. (Mimeo.) (s/d).

MOTTA, Lia & THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. 174p

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. O estádio do Pacaembu. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 3, n. 10, maio 1998. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd10/estad2.htm> Acesso em: 30 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. A cidade excludente e o clube do povo. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 207-242, jul./dez. 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, jul./dez. 1993.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316p. p. 30-45

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. **Cadernos IPPUR**, v. 6, n.1, p.77-88, dez. 1992.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Pelos campos da nação: um goal-keeper nos primeiros anos do futebol brasileiro. **Estudos Históricos**, CPDOC, v. 10, n. 19, p. 23-40, jan./jun. 1997.

\_\_\_\_\_. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). 380f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia do esporte: um campo de estudo em expansão. In: ENCONTRO DA ASOCIACION LATINOAMERICANA DE ESTUDOS SOCIOCULTURALES DEL DESPORTE. 1., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2008.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.123-135, jan./mar. 1983.

REIS Filho, Nestor Goulart Reis. Parecer Ref. Estádio Mário Filho (Maracanã), 12 abr. 2000. **Processo de tombamento nº 1.094-T-83**, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 2000.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. Políticas Públicas Voltadas Para atletas e torcedores de Futebol: argumentos para dissidentes. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 115-130, jun. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: JEUDY, Henri-Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006. 182p. p.39-50

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Luiz César Queiróz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n. 45, p. 4-5, abr. 2011.

RIO DE JANEIRO. **Edital de licitação**. Para contratação, em regime de parceria público privada, modalidade administrativa da gestão, operação e manutenção o Estádio Mario Filho (Maracanã) e Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho). Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Casa Civil, 2012.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

RODRIGUES, Juciano Martins. Mobilidade urbana nos megaeventos esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil**: os impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers / Observatório das Metrôpoles, 2015. p.105-130

ROLNIK, Raquel. Informe da Relatora Especial sobre moradia adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito. **Proposta**, Fase, Rio de Janeiro, nov. 2010.

ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da. Temos uma crise no currículo brasileiro? Sobre a BNCC, Geni e o Zepelim e cortinas de fumaça! **Giramundo**, Revista de Geografia do Colégio Pedro II, v. 2, n. 4, p. 15-28, jul./dez. 2015.

SANCHÉZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Fidalgos? O futebol e a crítica de Lima Barreto. In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio; DRUMOND, Maurício; KARLS, Cleber. (Org.). **História(s) do Sport**: uma estratégia de difusão científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 159-161.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos Sociais e Geografia**: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 350p.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil – volume 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619

\_\_\_\_\_. Futebol, metrópoles e desastinos. **Revista USP**, Dossiê Futebol, n. 22, p. 30-37, jun./ago. 1994.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. 250p.

\_\_\_\_\_. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. 304p. p.132-159

\_\_\_\_\_. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 2, n. 19, p. 127-145, jul./dez. 2002.

SOARES, Antônio Jorge. A história e a invenção de tradições no futebol brasileiro. In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio Jorge; LOVISOLO, Hugo. **Mídia, raça e idolatria: a invenção do país do futebol**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p.13-50

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin R. (Org.) **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York/London: The Guilford Press, 1997. 286p. p.137-66

TANAKA, Giselle & Renato Cosentino. Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro: movimentos sociais urbanos e novas articulações políticas. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Org.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. Niterói: Editora da UFF, 2014. 238p. p.207-231

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, Santiago, n. 66, mar. 2009.

TOLEDO, Luiz Henrique. Torcedores e mercado de bens futebolísticos. In: CAMPOS, Flávio de & ALFONSI, Daniela (Org.). **Futebol: objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014. p.307-319

TOMLINSON, Alan & YOUNG, Christopher. Culture, politics, and spectacle in the global sports event - an introduction. In: TOMLINSON, Alan & YOUNG, Christopher (Org.). **National identity and global sports events: culture politics and spectacle in olympics and the football world cup**. Albany: State University of New York Press, 2006. p. 1-14

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva

do planejamento. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.75-103

\_\_\_\_\_. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p.140-151

\_\_\_\_\_. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-29, nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Cidades de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 14., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD-ROM

\_\_\_\_\_. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013. p.35-40

VIEIRA, Cláudio. **Maracanã: templo dos deuses brasileiros**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.